



# *Entre o passado e o futuro*

**História dos 35 anos da Celos**

Luiz Cézare Vieira e Paulo Sá Brito

**QUORUM**  
COMUNICAÇÃO

Florianópolis, 2009



# CELOS 35 anos

*Sua confiança é o nosso plano*

## **Diretoria Executiva**

### **Diretor-Presidente**

Milton de Queiroz Garcia

### **Diretor de Segurança**

Remi Goulart

### **Diretor-Administrativo-Financeiro**

Sary Remy Köche Alves

## **Conselho Deliberativo**

### **Conselheiros Efetivos**

Ademir Zanella

Adriano Lima Medeiros – Presidente

Clênio José Braganholo

João Henrique da Silva

João Paulo de Souza

José Klafke

### **Conselheiros Suplentes**

Amilca Colombo

Edite Valle

Geraldo Pruss

Gilberto Onezino de Farias

Joacir Jovino da Silveira

Roberto César da Costa

## **Conselho Fiscal**

### **Conselheiros Efetivos**

Antônio José Linhares

Hernani José Pamplona – Presidente

Jair Maurino Fonseca

José Brulino Stähelin

### **Conselheiros Suplentes**

Adílio do Nascimento Filho

Débora Simoni Ramlow

Francisco Barreto Silva

Jair Fernandes da Silva

## **Comitê de Investimentos**

Clênio José Braganholo

João Henrique da Silva

João Paulo de Souza

Marcos Alberto Durieux da Cunha

Sary Remy Köche Alves – Coordenador

## **Comitê Previdenciário**

Remi Goulart – Coordenador

Ademir Zanella

José Klafke

João Paulo de Souza

Maria Emilia A. Gungel

## **Comitê Assistencial**

Clênio Jose Braganholo

João Paulo de Souza

João Henrique da Silva

Remi Goulart – Coordenador

Ruth Dutra Seara

## **Comitê de Gestão de Pessoas**

Ademir Zanella

Luiz Carlos Ventura

Renato Carlos Teixeira

Rosângela Campos Maciel

Sary Remy Köche Alves – Coordenador

## **Realização**

Celos – Fundação Celesc de

Seguridade Social

## **Pesquisa documental, entrevistas e redação**

Luiz Cézare Vieira

Paulo Sá Brito

## **Fotografia e pesquisa iconográfica**

Sônia Vill

## **Pesquisa documental e transcrições**

Alessandra Mathyas

## **Produção editorial**

Quorum Comunicação

## **Coordenação**

Gastão Cassel

## **Direção de arte e projeto gráfico**

Audrey Schmitz Schweitzer

## **Edição de imagens**

Sônia Vill

## **Ilustrações**

Frank Maia

## **Tratamento de imagens**

Audrey Schmitz Schweitzer

Cainã Margarida Nunes

## **Gestão financeira**

Olga Fernanda Bastos Silva

## **Revisão**

Giovanni Secco

## **Impressão**

2.000 exemplares

Gráfica Floriprint

V658e Vieira, Luiz Cézare

Entre o passado e o futuro : história dos 35 anos da Celos / Luiz Cézare Vieira e Paulo Sá Brito. – Florianópolis : Quorum Comunicação, 2009. 224p. : il.

Inclui bibliografia e apêndice

ISBN: 978-85-63190-00-0

1. Fundação Celesc de Seguridade Social – História. 2. Memórias Catarinenses. 3. Energia elétrica – Santa Catarina – História. 4. Crônicas catarinenses. I. Brito, Paulo Sá. II. Título.

CDU: 621.31(816.4)(091)

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071



*... há de me pôr a coberto na sua tenda  
no dia da adversidade.*

Salmos 27.5



# Apresentação

Na vida literária, há certas palavras que parecem voar dos textos em que estão inseridas, tamanha a sua expressão. Tivemos essa sensação na leitura cuidadosa e atraente da narrativa histórica intitulada “Entre o passado e o futuro”, muito bem fundamentada, em que os escritores Luiz Cézare Vieira e Paulo Sá Brito contaram a vida dos 35 anos da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos.

A previdência complementar no Brasil é relativamente nova. É claro que precisa de um certo tempo para se consolidar, daí ser natural que as entidades a ela pertencentes vivam momentos de dificuldades. Mas a competência e a dedicação dos dirigentes promovem as devidas correções de rumo. O êxito desta Fundação tem dependido sempre de uma bem-sucedida interação dos diversos atores sociais envolvidos, como a patrocinadora Celesc, os sindicatos dos eletricitários, a associação de aposentados e os empregados da Celos. A resultante de todos esses vetores para o sistema, felizmente, é altamente positiva.

Este livro substancial pode ser enquadrado na categoria de memórias. A ênfase foi dada às pessoas envolvidas, o que humaniza a sua existência, com pormenores que não se limitam a Santa Catarina, origem de tudo, mas podem alcançar outras plagas, até mesmo o exterior. A tradição vem de longe, como está expresso num dos seus bem elaborados capítulos.

Essa experiência marcante, que visa a um mundo para todas as idades, não poderia deixar de focalizar a saga dos idosos, cada vez mais numerosos no Brasil, cuja expectativa de vida cresce a olhos vistos. O que entusiasma no trabalho da Celos é a assumida obrigação de manter a dignidade e a autoconfiança dos mais velhos, que confiaram na seriedade e nos bons resultados da Fundação. De resto, pode-se verificar na obra que temos a honra de apresentar, com a vivência dos anos de criação e de comando do Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS), que a previdência complementar em nosso país caracteriza-se por uma impressionante curva ascendente, que não fica nada a dever a países desenvolvidos que mantêm sistemas similares. O Brasil, hoje, como está claro nesta obra, passou a ser uma referência internacional em matéria de previdência complementar. O que realizou a Celos nos seus primeiros 35 anos de vida só nos pode encher de orgulho, servindo de exemplo e estímulo. O futuro, certamente, reservará muitas alegrias aos seus milhares de participantes.

**Arnaldo Niskier**

*Fundador e ex-presidente do Instituto  
Cultural de Seguridade Social, ICSS  
Membro da Academia Brasileira de Letras*



# *Nota dos autores*

Convidados para narrar a história dos 35 anos da Celos, optamos por um conteúdo mais informal, textos em sua maioria curtos, para facilitar a leitura. Nada disso, no entanto, comprometeu o rigor nas pesquisas e apurações. Mergulhamos nos documentos fundadores e nas atas do Conselho de Curadores e do Conselho Deliberativo. Consultamos jornais e boletins da Fundação, dos sindicatos e da associação dos aposentados. Apoiamo-nos em livros e na internet para melhor contextualizar a Celos em seu macroambiente político, econômico, histórico e regulatório.

Desse percurso e com o apoio e a dedicação de Rosângela Campos Maciel, gerente da Assessoria de Controle e Gestão da Fundação, resultaram robustas informações, que nos permitiram elaborar uma linha do tempo. Concentramo-nos, então, nos fatos mais relevantes da trajetória da previdência privada dos celesquianos e partimos para a etapa mais importante do trabalho, mais viva, mais pulsante: as entrevistas. Foram mais de 70 depoimentos, horas e horas de gravações com muitos daqueles que contribuíram no fazer coletivo da Celos.

O fato de termos sido empregados da Celesc e, agora, aposentados facilitou e tornou prazeroso este trabalho. Para nós, uma oportunidade para rever e conversar com velhos colegas e amigos, conhecer histórias, relembrar outras.

Desde 1973 a Celos vem sendo construída por meio de múltiplas interações: seus empregados, a patrocinadora Celesc, os sindicatos e a associação dos aposentados. Isso nos levou a descrever a gênese e as principais mudanças dessas entidades e, principalmente, a forma como atuaram e influenciaram na dinâmica da Fundação.

Gostaríamos de agradecer a todos os que tornaram possível esta narrativa, elaborada a várias mãos, e fazer uma homenagem especial àqueles entrevistados que nos deixaram enquanto escrevíamos este livro: José Nascimento, Roberto Mündell de Lacerda e Sebastião Berlinck Brito.





# Sumário

## *Apresentação*

## *Nota dos autores*

<b>Águas de novembro</b>	15
<b>O voo do Electra</b>	17
Vai um mate, tchê?	17
Ideia fixa	17
IAPI, IAPB, IAPFESP...	18
Diálogo nas alturas	18
Um pequeno passo	18
A dica de Zadrozny	19
Mais um passo	19
O Século das Luzes	20
<b>A liderança do "Velho"</b>	22
O espírito do tempo	22
Tiro quase certo	22
O começo numa pequena cláusula	23
150 mil cruzeiros	24
Gênese de uma categoria	26
<b>As lembranças de um sindicalista puro</b>	27
Barba, cabelo e bigode	28
Assistencialismo em anos de chumbo	29
<b>O PY5-ZK</b>	30
Braço armado	31
Relatório nos trinques	32
Arrume a trouxa e venha	32
Provocação	33
<b>Mania de ter fé na vida</b>	33
Todos os dias levavam a 19 de setembro	34
A camisa de cores exuberantes	36
<b>E o sonho se fez realidade</b>	38
Passagem para a história	39
Comissão de frente	40
Vocação solidária	40

Bocaiuva, 134	43
Que vantagem?	45
<b>Um contador que sabia voar</b>	46
Virando a página	46
Sai Peñaranda, entra Montello	47
Tem gelo?	48
A taxa que deu o que falar	49
<b>Dignidade e humildade</b>	49
Pantufas e <i>Robe de Chambre</i>	51
Rumo à Hercílio Luz	53
<i>Pole position</i>	54
<b>Meu nome é Celos</b>	57
Proposta irrecusável	57
Acomodando as melancias	58
<b>Chegou pelo trem</b>	59
Peitando o mico	60
Rei de Uganda na Mauro Ramos	61
Na era da informática	62
Uma mentira para o bem	64
<b>Honra ao mérito</b>	65
O Plano Amhor	66
<b>Cutucando a caixa preta</b>	68
Lideranças para um novo tempo	69
Último suspiro	70
Vamos catar coquinho	71
Surpresa	72
Divisor de águas	73
Ouvidos moucos	73
Decisão conveniente	74
Cutucando a "caixa preta"	74
Na porta do Conselho	76
Uma tradição que vem de longe	77
<b>Aposentados entram em cena</b>	78
A história em marcha	79
O sonho da aposentadoria	80
Chegaram para ficar	81
Sonhava com rosas	82
Entre tapas e beijos	83
<b>As andanças de Isidro</b>	83
Solidariedade de gerações	84
Primeiras eleições	85
<b>Debates inflamados</b>	86
Certificados exorcizados	87

Recomendações do oráculo	88
O retorno dos demitidos	88
Debate inflamado	89
<b>Um homem simples</b>	90
O fantasma da privatização	91
A cautela do atuário	92
Estamos de olho	92
Projeto habitacional	93
O <i>impeachment</i> de Brasília	94
O <i>impeachment</i> do Alpha Centauri	94
<b>A casa da Celesc</b>	96
O sonho da casa própria	97
Em busca de terra firme	98
Terreno à vista	99
A casa das três mulheres	99
Mão na massa	101
Dois sustos	102
Tempos de mudanças	102
Locatário insatisfeito	104
Vende-se	104
O fim de uma saga	105
<b>O sol é para todos</b>	107
Revolvendo os estatutos	107
Dois hereges no Conselho	107
Demandas de uma década	110
No escuro da caixa	110
Cantinho por cantinho	111
<b>O dom de lidar com os números</b>	111
Conquista das mulheres	112
Em defesa dos mandatos	113
Comitês: um passo à frente	115
Justiça seja feita	116
Questão de gênero	116
Cuidar de quem se Amha	118
O piso da vida	119
Mulheres pedem passagem	119
Quem não se comunica...	121
Mano a mano	122
Aposentados na ativa	123
Numerologia é o meu forte	124
<b>O espectro que rondou a previdência</b>	127
Orquestração neoliberal	127
A saga dos curadores	128
Estopim aceso	129

Decreto indesejável	129
Lá vem o expresso 2222	130
Reconstituição dos fatos	131
Batalha judicial	131
<b><i>O último autodidata</i></b>	131
Final infeliz	132
No calor da luta	132
Final feliz	133
<b><i>Mudança de plano</i></b>	134
Pequenas reformas	135
Esperanças renovadas	136
Na bacia das almas	137
<b><i>O homem e o mar</i></b>	137
O perigo mora ao lado	138
Os enfeites e o recheio	138
240 dias para um debate	139
Enfim a decisão	140
A democracia chegou mais cedo	140
<b><i>Uma caminhada e tanto</i></b>	141
Por imensa maioria	142
Números finais	142
<b><i>Os bastidores de uma dívida</i></b>	144
Os números não mentem	145
Negociações intermináveis	146
Entre idas e vindas	147
Dívida atroz	148
Hora da conciliação	150
Grande avanço	150
Salvos pelo gongo	151
<b><i>O monstro que assusta</i></b>	153
Difícil de entender e de explicar	153
O eterno retorno	154
Prioridade zero	154
<b><i>Prazer de trabalhar</i></b>	155
Boas novas	156
Trocando as tábuas	157
<b><i>A prata da casa</i></b>	158
Vestindo a camisa	159
Até o último dia	160
Uma grande pequena	161
Mulher de ação	162
Duas histórias de dedicação	163
Ensinando a pescar	164

O amigo	165
A hora do <i>tête à tête</i>	166
Clube do Batom	167
Na saúde e na doença	169
Em boas mãos	170
Salto alto no Salto	170
A líder comunitária	171
Vontade de ajudar	172
Histórias de vida	172
Uma tarefa para prepostos	174
Mundo sem cáries	174
Sonho realizado	175
<b><i>Leis para uma nova era</i></b>	177
À procura de uma legislação	177
<b><i>Viajar é preciso</i></b>	178
Opção estratégica	178
Dançando conforme a música	179
De contador de lajotas a Conselheiro	180
Gosto de estrada	181
No Dia da Bandeira	182
Dois dias para um novo modelo	183
A conquista da independência	183
Balanço de gestão	186
Reeleição	186
Uma experiência marcante	187
<b><i>Sem pompa e sem solenidade</i></b>	187
Dois planos e uma missão	189
Foco no cliente	189
Governança corporativa	190
<b><i>A marcha dos 800</i></b>	192
Um tema para Kafka	195
Poder, força e razão	196
<b><i>Um mundo para todas as idades</i></b>	199
Fenômeno mundial	199
Envelhecimento ativo	201
A invenção da terceira idade	201
Os quase velhos	202
<b><i>Em algum lugar do futuro</i></b>	205
<b><i>Referências</i></b>	206
<b><i>A seguridade social</i></b>	210
<b><i>Nominata de Diretores e Conselheiros</i></b>	219



# Águas de novembro

No domingo, 23 de novembro de 2008, Florianópolis amanheceu com um céu de chumbo, anunciando chuva breve. Desde o final do outono chovia copiosamente. Aguaceiro caudaloso, rios amazônicos despencando do céu de Santa Catarina.

Naquela manhã soturna grande parte da população catarinense acordou com o açoite do pé-d'água sobre a janela. Quem ligou o aparelho de TV assustou-se: o noticiário prenunciava a tragédia. Embora o flagelo das águas de novembro estivesse apenas começando, as primeiras imagens já assombravam: rios transbordando, quedas de barreiras em estradas, deslizamentos de terra. Muitos municípios atingidos.

A Diretoria da Celos agiu rápido. Milton de Queiroz Garcia, Sary Reny Köche Alves e Remi Goulart conversaram por telefone sobre a gravidade das chuvas e decidiram suspender a comemoração do aniversário de 35 anos da Celos.

No dia 26 de novembro às 15 horas, o saguão da Administração Central da Celesc seria palco de um grande encontro de autoridades e eletricitários. A Orquestra Sinfônica de Santa Catarina executaria um concerto para uma plateia decerto emocionada. Os discursos pontuariam as três dimensões do tempo. Voltariam ao passado para lembrar os pioneiros, com homenagem especial aos que já se foram. Num sobrevoo rápido contariam a história da Fundação até o presente. Os oradores deteriam-se no presente para destacar as conquistas: o capital acumulado, o equilíbrio atuarial, o papel social e econômico dos planos assistenciais e previdenciários para Santa Catarina. Em seguida se adiantariam no tempo para mostrar que, no mundo do descartável, a Celos se projeta no futuro.

Após os discursos, a confraternização. Entre um salgadinho e um suco, aposentados e empregados da Celos e da Celesc lembrariam passagens hilárias, comentariam a crise mundial e suas repercussões na Fundação, e sairiam contentes por rever colegas de longas datas.

Mas nada disso aconteceu. As chuvas dos meses de outubro e novembro adiaram as homenagens, nublaram o momento da comemoração. O dia 26 de novembro de 2008 entraria nos registros da história por outro motivo, a solidariedade catarinense e brasileira aos atingidos pela catástrofe. Numa coincidência surpreendente, há 34 anos os empregados da Fundação socorriam as vítimas de outra grande calamidade, a enchente de Tubarão.

Muitos aniversários ainda serão comemorados. O tempo está aberto para a Celos, uma instituição de largos horizontes, capaz de abrigar gerações.





# O voo do Electra

## Vai um mate, tchê?

Quando o Electra decolou do aeroporto Salgado Filho naquela manhã de abril de 1969, o sol de outono atravessou a pequena janela e iluminou uns papéis que Júlio Horst Zadrozny, Presidente da Celesc, segurava ao colo. O brilho refletido atingiu em cheio o rosto de Remi Goulart, que, não por acaso, estava ao lado. Remi escolhera aquele assento porque pretendia aproveitar a viagem de retorno de Porto Alegre a Florianópolis para convencer Zadrozny a apoiar a criação de um fundo de pensão para os empregados da Celesc.

Sentados mais atrás na aeronave, Karl Rischbieter, Milan Milasch, Moacir Ricardo Brandalise e Roberto Mündell de Lacerda completavam a comitiva de diretores que viajara para conhecer o centro de treinamento da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em Viamão, e uma fábrica de transformadores em Canoas. Eles haviam chegado dois dias antes e foram recebidos por um diretor da concessionária – um gaúcho de Bagé, guapo, elegante, atencioso, vestido de botas e bombacha, que foi logo oferecendo a cuia de chimarrão e os convidando para jantar no Jockey Club.

Remi Goulart, como bom lageano, não só partilhou o chimarrão como também aproveitou para charlar sobre campo e lavoura, criação e plantação. Valeu-se da identificação com o diretor gaúcho para investigar sobre fundos de pensão. A CEEE ainda não havia estruturado o seu, mas o diretor da Empresa indicou a Varig, que já instituía um fundo de assistência para os empregados.

## Ideia fixa

Na manhã seguinte Remi e os demais diretores foram à Varig. Conversaram sobre fundos de pensão, e Remi Goulart aproveitou para tirar dúvidas sobre a implantação e o funcionamento dessas entidades. Saiu carregado de prospectos e informações, e também lotado de preocupações. Concluíra da conversa que criar um fundo de pensão não exigia apenas muito trabalho, mas também muito dinheiro.

Depois do almoço foram a Viamão conhecer o centro de treinamento que serviria de inspiração para construir o Centro de Formação e Aperfeiçoamento (Cefa) da Celesc. À época, a Eletrobrás obtivera um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e repassava recursos às distribuidoras para instalarem centros de capacitação de empregados. Embora entusiasmado com o propósito do centro de formação, Remi passou o resto do dia com uma ideia martelando a cabeça: imaginava que seria difícil convencer o Presidente Júlio Zadrozny, principalmente pelos altos custos para criar a fundação.

Mas nada seria capaz de desanimá-lo, afinal estava envolvido com o assunto desde quando fora diretor da Força e Luz de Lages.

## IAPI, IAPB, IAPFESP...

As empresas de energia em Santa Catarina, no final da década de 60, por mais esdrúxulo que possa parecer, eram vinculadas ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários do Estado de São Paulo (IAPFESP), cuja regional mais próxima ficava em Curitiba, e o atendimento era péssimo. Remi fora a Curitiba certa vez para conhecer o tal IAPFESP. Ficou tão impressionado com a anarquia que decidiu ali mesmo desfiliar a Força e Luz de Lages do instituto:

- A nossa empresa não quer mais ficar vinculada a vocês. O que nós precisamos fazer?
- Mandem uma correspondência informando que não querem. A gente acerta as contas do mês e acabou...

Se soubesse antes que seria assim tão fácil, já teria transferido a empresa para o IAPI, o instituto dos industriários, que funcionava muito bem, ou para o IAPB, dos bancários, também com excelente atendimento. E ambos com filiais em Lages.

## Diálogo nas alturas

Lá pelas décadas de 50 e 60, as empresas gerenciavam as necessidades de saúde, ou as carências financeiras dos empregados, com base no relacionamento pessoal. Não havia regras, ajudavam a quem precisava, mas sempre como um favor. Prestavam um serviço ao empregado, que, por sua vez, ficava devedor de uma retribuição à empresa. Remi já havia conversado com Moacir Brandalise, Diretor Executivo da Celesc, sobre a necessidade de regulamentação para os serviços de assistência social.

Em Viamão, enquanto visitavam o centro de treinamento da CEEE, Remi conversou com Brandalise sobre o fundo de pensão, sem obter resposta objetiva. Restou tentar convencer o Presidente Zadrozny a implantar na Celesc algo semelhante ao que conhecera na Varig. Com tal intenção, sentou-se ao seu lado no voo de retorno. Ao comentar algumas ideias sobre o assunto, ouviu de Zadrozny:

- Eu, lá na Artex, tenho um plano de assistência. Mas já vou te avisando que isso é muito caro, custa muito dinheiro. E pelo que estou entendendo, você ainda quer mais.
- Doutor Júlio, nós precisamos garantir uma condição melhor para quando deixarmos a Celesc, ganhar mais do que pagar o governo.
- Acho justo, embora saiba que é caro. Pesquise para saber que outras empresas, além da Varig, têm algo semelhante. Faça um estudo para vermos em quanto importa.

## Um pequeno passo

Remi Goulart buscou a ajuda de Arno Lippel, o seu assessor na Diretoria Comercial da Celesc. Arno era muito expansivo, comunicativo, amigo de todos. Responsável pelo cálculo das tarifas, ia com frequência ao Rio de Janeiro, ao Ministério de Minas e Energia, onde conhecia todo mundo pelo nome e muitos até pelo apelido. Marcaram viagem ao

Rio para buscar informações sobre fundos de pensão. Tiveram sorte. O pessoal do Ministério informou que a Petrobras estava criando um fundo. Em abril de 1969 a Assembleia de Acionistas da Petrobras aprovou o projeto para criação da Petros. E foi lá, com os



petroleiros, que Arno e Remi conseguiram os subsídios para os estudos que apresentariam a Júlio Zadrozny.

Depois de muito se prepararem, no final do mês de julho de 1969, poucos dias depois de Neil Armstrong ter sido o primeiro homem a pisar na Lua, Arno e Remi levaram ao presidente uma proposta para a criação de uma fundação na Celesc. Entraram na sala de Zadrozny embalados pela frase que Neil Armstrong cunhou ao pisar em solo lunar: *"Este é um pequeno passo para um homem, mas um salto gigantesco para a humanidade"*. Guardadas as proporções, pensavam o mesmo em relação à fundação.

Para decepção dos dois, Zadrozny foi seco e direto:

- Nós não vamos poder fazer. Vai custar muito dinheiro e estamos em final de governo. Ano que vem termina o mandato do Governador Ivo Silveira e, portanto, o nosso. Não podemos deixar a Empresa com um compromisso desses. Os próximos diretores poderão tratar desse assunto.

- Mas Doutor Júlio, não precisamos deixar a fundação pronta. Entretanto, seria interessante legarmos ao próximo governo algo que os auxilie a dar continuidade, sem que necessitem, novamente, partir da estaca zero – insistiu Remi.

## **A dica de Zadrozny**

Quando imaginavam tê-lo aborrecido com a persistência, surpreenderam-se com a proposta:

- Vou dar uma dica para vocês: conversem com o Roberto Lacerda e com o sindicato e tentem colocar no acordo coletivo.

E acrescentou, dirigindo-se ao Remi:

- Nós vamos te designar para fazer parte da comissão de redação do acordo, justamente por causa dessa cláusula.

Remi saiu faceiro da sala do Presidente e ainda no corredor acertou com Arno para chamar Onildo Gern a Florianópolis. Gern era dirigente do Sindicato de Blumenau e amigo de Arno Lippel. Dois dias depois, Onildo estava na sede da Celesc, na Rua Frei Caneca, reunido com Arno e Remi para redigirem juntos uma proposta de cláusula. Depois, Miguel Hermínio Daux, Roberto Mündell de Lacerda e Sebastião Berlinck Brito encarregaram-se da redação final do acordo coletivo de trabalho e também da cláusula que fez parte do contrato assinado no dia 7 de novembro de 1969. A cláusula continha o essencial, prevendo que a Celesc criaria uma fundação de assistência aos seus empregados.

Era o primeiro registro documentado da Fundação. Estava dado o primeiro passo. Falavam muitos passos, e o seguinte era a aprovação na Assembleia de Acionistas. Foi o que aconteceu em 9 de dezembro de 1969, justamente no dia em que a Celesc comemorava o seu 14º aniversário.

## **Mais um passo**

A ata da Assembleia de Acionistas de 9 de dezembro de 1969, que também foi redigida pelo grupo formado por Daux, Lacerda, Sebastião, Remi e Lippel, registra o seguinte: *"O senhor Presidente leu a Exposição de Motivos da Diretoria relativa à constituição de uma Fundação de Assistência aos Empregados da Celesc, a qual é do seguinte teor: Proposta da*

*Diretoria – Senhores Acionistas: Tem sido uma reivindicação dos empregados desta Celsc a complementação de salários em caso de doença e dos proventos da aposentadoria. Nesse sentido os Sindicatos representativos de nossos empregados têm manifestado, em todas as oportunidades, o interesse de seus associados na solução dessa justa reivindicação. Até agora não via a Diretoria da Celsc forma de atender a esse apelo já que o mesmo teria profundas implicações na vida futura da Empresa. No entanto outras grandes empresas, inclusive concessionárias de energia elétrica, encontraram solução para o problema promovendo a constituição de fundações com o objetivo de prestar assistência aos seus empregados. É o que pretende a Diretoria da Celsc e o que vem propor à Assembléia dos Acionistas – autorização para proceder aos estudos necessários e, caso os mesmos sejam positivos, promover a constituição de uma Fundação para prestar assistência aos empregados da Celsc. A Autorização da Celsc para que a Diretoria efetive a iniciativa ora proposta proporcionará aos nossos empregados segurança e realização de uma de suas mais antigas e legítimas aspirações. Terminada a leitura foi o assunto discutido longamente, oportunidade na qual foi ressaltada pelos representantes do Governo do Estado de Santa Catarina a importância da Fundação para a solução de grande número de problemas dos empregados da Celsc. Posto em votação, foi o mesmo aprovado, ficando a Diretoria autorizada a tomar todas as medidas necessárias à estruturação de uma Fundação com os objetivos citados, inclusive destinar fundos e assinar os atos constitutivos da mesma Fundação”.*

Esse segundo passo praticamente criava a Fundação. Remi acreditava que ela logo sairia do papel. Não poderia imaginar que ainda transcorreriam alguns anos até isso acontecer.

## O Século das Luzes

O século XVIII na Europa ficou conhecido como o Século das Luzes. A ciência e a autonomia da razão levavam a esperança de um mundo novo, relegando à história os tempos

Ata da Assembléia  
 lizada em 9 de  
 Aos 9 dias do mi  
 às 11,00 horas, na  
 n.º 158, em primeira  
 apresentavam mais  
 ocial, com direito  
 presentes Titulares  
 cinto de voto,  
 as assinaturas no  
 , com as declara  
 e da Celsc, Dr.  
 da Assembléia  
 avendo número  
 um um Secretário  
 acionista Alcino  
 a mesa o Preside  
 nblia qual Extra  
 gulamente com  
 Diário Oficial  
 de 27 de novembro  
 9, e no Jornal  
 2 de novembro e

Qual Extraordinária  
de dezembro de 1969

s de dezembro de 1969

lide Social, a sua

convocação, aci

de dois terços

de voto, estando

de ações preferen

como tudo se

o Livro de Pres

ações exigidas na

filio Horst Zadroz

er determinação

legal, convidou os a

is, tendo a excolh

millen da Situa

nte declarou inst

ordinária a qua

cada por editais

do Estado de Sa

de 1969 e 1 e 2 e

o Estado de Flo

7 de dezembro d

das sombras, das paixões obscuras, da miséria e da ignorância.

No Brasil, em meados do século XX, a palavra de ordem também era "luzes", mas despidas de seu sentido metafórico e restritas ao fenômeno resultante da passagem de elétrons nos circuitos industriais e domésticos. O país sofria de uma carência básica que limitava as forças do desenvolvimento: a eletricidade. Cabia aos governantes buscar soluções para o impasse estrutural, e todas estas passavam por um único caminho: a estatização.

As décadas de 50 e 60 foram berços de muitas histórias em Santa Catarina. No dia 9 de dezembro de 1955 o governador Irineu Bornhausen assinou o Decreto nº 22, criando a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., a Celesc. Com a mesma tinta da caneta, instituiu a estatal Empresa de Luz e Força de Florianópolis (Elffa). A etapa abstrata da Celesc, da intenção ao decreto, estava concluída.

A etapa seguinte, a da burocracia dos trâmites legais e políticos, terminou na Assembleia Geral no dia 4 de agosto de 1956, que instalou a Empresa com um capital modesto, proveniente das ações da Elffa e da Sul Brasileira de Eletricidade S.A., Empresul, de Joinville, empresa alemã expropriada pela União no pós-guerra e depois transferida ao Estado de Santa Catarina a pedido do Governador Aderbal Ramos da Silva. Modesta também a primeira sede da Celesc, uma sala no segundo andar de um prédio na Rua Saldanha Marinho, grande o suficiente para abrigar seis funcionários. O veículo nº 1 da futura frota da estatal, um Jeep sem capota, quase novo, ano 1954, transportava os precursores da eletricidade.

Para tranquilizar os moradores de Florianópolis e de Joinville, ressentidos com a precariedade dos serviços, a primeira providência do Presidente Júlio Coelho de Souza foi comprar sete geradores na Alemanha. Os contratos para a construção de usinas hidrelétricas e de uma usina termelétrica próximo a Tubarão, que viria a ser a Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca), também estavam na pauta das ações emergenciais.

## A liderança do “Velho”

*No dia 19 de março de 1984 Onildo Gern se aposentou, deixando para trás 43 anos, contados desde o dia que o menino pobre de Itajaí chegou a Blumenau e, pelas mãos amigas de Alfredo Campos, entrou na ForçaLuz. Ninguém poderia imaginar aquele rapaz humilde, que servia cafezinho, transformando-se na maior liderança sindical nas primeiras três décadas da Celesc.*

*Autodidata, esforçado e curioso, o auxiliar de serviços não perdeu tempo. Estudou com afinco os livros técnicos e os manuais, para entender as leis e as normas da contabilidade e do controle de contas. O esforço foi compensado e, em poucos anos, assumiu a gerência responsável pelas agências da ForçaLuz. Mais tarde, quando a Celesc incorporou a empresa de energia elétrica de Blumenau, ocupou por muitos anos a gerência administrativa.*

*Onildo Gern fez parte do pequeno grupo de pioneiros da Celesc, que abriu picadas para a Empresa seguir um longo caminho e se consolidar, décadas mais tarde, como uma das melhores distribuidoras do país.*

*Não demorou a se manifestar no jovem uma característica latente de sua personalidade: a vocação >*



## O espírito do tempo

Em 1960 o candidato a governador Celso Ramos, sintonizado no “espírito do tempo” desenvolvimentista da época, percorreu as precárias estradas catarinenses em campanha eleitoral fazendo promessas em quilowatts. Celso Ramos fora presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e sua equipe promoveu seminários socioeconômicos em todo o Estado, de onde saiu a base da campanha. O programa de governo, que ficou famoso, foi batizado de Plano de Metas do Governo (Plameg), elaborado com as conclusões dos seminários, e estabelecia como uma das prioridades a expansão do sistema elétrico. Celso Ramos ganhou as eleições decidido a pagar a dívida de campanha.

Um dos empresários da Fiesc que mais cobravam a necessidade de investimentos em infraestrutura energética era Júlio Horst Zadrozny. Por isso Celso Ramos o colocou na presidência da Celesc. E, a partir de 1961, a Empresa marchou célere no cumprimento de seu desígnio. Criada como *holding*, a estatal assumiu o controle acionário e incorporou as empresas privadas existentes. A centralização administrativa e a cobertura tarifária para despesas e investimentos contribuíram para a autossuficiência da Celesc, que aos poucos adquiriu as características de uma grande empresa, exigindo racionalização, padronização de processos, qualificação e treinamento do corpo funcional. No início da década de 70, com quase 3 mil empregados, atendia a 80% do território catarinense.

## Tiro quase certo

Ao competir com o capitão Waldir Schmidt, em 1968, nas eleições para a presidência da Associação Esportiva da Celesc, Evêncio Elyas Filho já tinha em mente a ideia de aproveitar a associação para criar um plano de assistência médica e odontológica para os empregados da Empresa. Evêncio possui duas características que se destacam: uma curiosidade felina incapaz de conhecer limites e um alheamento total a qualquer esporte. Por isso, tão logo

eleito para uma associação esportiva, numa vitória apertadíssima, cuja diferença foi de um único voto, iniciou um processo de mudanças estatutárias que não só alteraria o nome da entidade para Associação Beneficente dos Empregados da Celesc (Abecelesc) como também preveria, em especial, a possibilidade de criar um plano assistencial.

A capacidade de inovação, aliada à ousadia, permitiu que Evêncio não se acanhasse em enviar, em 1969, um ofício da Abecelesc ao Departamento Nacional de Águas e Energia, do Ministério de Minas e Energia, no qual solicitava autorização para que a Celesc pudesse remunerar na tarifa os custos decorrentes da prestação de serviços de assistência médica e odontológica aos empregados. O Ministério, para surpresa de todos na Associação, aprovou o pedido.

A preocupação com o atendimento assistencial aos empregados e com a criação de um fundo para aposentadoria era assunto com origem em diversas frentes. Os sindicatos, que até então proporcionavam alguma assistência de saúde aos sindicalizados, estavam convencidos da necessidade da Fundação, da mesma forma que a Direção da Celesc, que convenceu o Governo do Estado, como acionista majoritário, a aprovar sua criação em Assembleia Geral da Empresa. Apesar disso, o processo de criação da Fundação seguia lento, com as dificuldades de quem caminha num pântano de águas lodosas.

## O começo numa pequena cláusula

Em 1967, a intersindical dos eletricitários, formada pelos sindicatos de Blumenau, Florianópolis e Joinville, reuniu-se na capital para unificar a pauta do acordo coletivo. Onildo Gern, Presidente do Sindicato de Blumenau e líder da intersindical, levantou o problema: “Nós temos que começar a discutir o futuro dos empregados”. A grande preocupação, segundo José Nascimento, em depoimento ao livro da Intercel “A Trajetória de 40 anos do Contrato Coletivo de Trabalho na

*humanitária para a luta comum, a solidariedade, a preocupação com o outro. Esse momento chegou no final dos anos 50 e início dos 60, quando a onda política João Goulart, herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas, espalhou-se pelo país, incluindo os sindicatos no incipiente pacto social, fadado a desaparecer em 1964.*

*Em 1957, os jovens César Francisco Mueller, Frederico Augusto Luiz Thieme Junior e Onildo Gern criaram a Associação de Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica de Blumenau e, logo em seguida, com ajuda de José Nascimento, o sindicato. A liderança de Gern surgiu de forma natural. Homem do povo, gostava de uma cancha de bocha, futebol, beber uns tragos e participar de churrascos com os colegas. Apesar de não abandonar o trabalho profissional na Empresa, encontrou no sindicato sua realização.*

*O empreendedorismo social de Onildo Gern não tem precedentes na história da Celesc. Fundou a Abecelesc em Blumenau e o grupo recreativo de aposentados “Energia Positiva”. Ajudou a formar a intersindical, assumindo a liderança dos sindicatos. Chegou à Vice-Presidência da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas e só não assumiu a presidência da entidade porque exigia mudança para o Rio de Janeiro. Peça-chave na criação e consolidação da Celos, fez parte do primeiro Conselho de Curadores. Foi também um dos pioneiros da associação dos aposentados.*

*Gern, chamado de “Velho” pelos amigos, foi uma liderança de seu tempo. Conviveu a maior parte da militância sob os tacões da ditadura militar, com limites severos à ação sindical. Apesar de comedido, muitas vezes foi “convidado” a visitar as instalações do Exército para interrogatório. Numa eleição para a diretoria do sindicato con-*

Celosc”, era com a queda salarial no afastamento por doença. A complementação salarial chegou bem mais tarde, em 1976.

A ideia ainda vaga de uma fundação foi para a pauta do acordo em 1968, mas não obteve respaldo na Empresa. Os sindicatos entraram na história da Fundação pelos dedos da primeira geração de sindicalistas da Celosc, no dia 7 de novembro de 1969, na sede do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), no Rio de Janeiro. Os dirigentes sindicais Onildo Gern, de Blumenau, Alozio Fernando Henrique, de Florianópolis e Luiz Renato Zimmermann, de Joinville, estavam entre os signatários do Acordo Coletivo.

Ao contrário das tumultuadas negociações coletivas na sede da Celosc, de meados da década de 80 em diante, as reuniões no Rio de Janeiro revestiam-se de tons burocráticos, protocolares, um ritual administrativo e silencioso. O silêncio dos fuzis da ditadura militar.

No momento em que assinava o documento, Onildo Gern trazia na mente as reuniões de “oração” na casa dos colegas sindicalistas em Blumenau. Para discutir as inofensivas pautas corporativas, os eletricitários levavam a Bíblia debaixo do braço e, quando o Exército fazia batidas à caça de sindicalistas considerados subversivos, deparava-se com falsos crentes apascentados, lendo em conjunto o mesmo versículo das Sagradas Escrituras.

O acordo daquele ano trazia uma novidade. A cláusula sexta, lacônica, numa só frase: *“A Celosc promoverá a criação de uma Fundação com o objetivo de proporcionar assistência aos seus empregados e dependentes”*.

Poucas palavras para exprimir grandes sonhos, um começo, uma ideia, o alvorecer de uma instituição, um legado ao futuro.



## 150 mil cruzeiros

No dia 18 de março de 1970, exatos 100 dias depois da Assembleia Geral de Acionistas da Celosc que aprovava a criação de uma fundação, o Presidente Júlio Zadrozny assinou a Resolução nº 1 do ano de 1970, constituindo uma comissão formada por Carlos Zenisch Ramos, Hélio Mündell de Lacerda, Miguel Hermínio Daux e Sebastião Berlinck Brito, e coordenada por Roberto Mündell de Lacerda, para *“proceder aos estudos necessários, estruturar e promover a constituição de uma Fundação para prestar assistência aos empregados da Celosc”*.

*correu à presidência o comunista Manoel de Souza que, denunciado, permaneceu foragido algum tempo. Num ato de coragem e solidariedade, Gern o abrigou em sua casa por uns dias.*

*Pela liderança e tato nas relações humanas, o “Velho” é lembrado por todos com respeito e admiração. Isaltino Pedron, que ganhou as eleições do candidato apoiado por Gern, conta que no*



Onildo Gern recebendo comenda do Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho





Luiz Renato Zimmermann, Luiz Gomes e Victor Fernando Sasse

Essa comissão trabalhou durante o ano de 1970 embalada por dois sonhos que se tornariam realidade. Um, a campanha vitoriosa da seleção canarinho nos gramados do México, que no dia 21 de junho conquistou o inesquecível tricampeonato de futebol e a posse definitiva da Taça Jules Rimet. O outro sonho virou realidade em setembro, quando foi inaugurado o novo edifício-sede da administração central da Celesc, na Rua José da Costa Moellmann. Era o último ano do governo de Ivo Silveira.

No dia 10 de fevereiro de 1971, no Rio de Janeiro, foi assinado o acordo coletivo que teria vigência de outubro de 1970 a setembro de 1971, contendo a cláusula sexta, com a seguinte redação: “A Celesc, no decorrer do exercício de 1971, adotará as providências necessárias à constituição e início do funcionamento da fundação criada na Assembléia Geral Extraordinária do dia 9 de dezembro de 1969”.

*calor da disputa sobraram algumas farpas, mas logo o “Velho” se aproximou, magnânimo, para dar sua contribuição ao sindicato. Isaltino e ele tiveram boa convivência. “Aprendi muito com ele, foi dos meus melhores amigos. Viajamos juntos muitas vezes para Florianópolis”, contou Isaltino. Da mesma forma, Osmar Soares lembra com saudade e respeito quem lhe abriu as portas para entrar na ForçaLuz.*

*As últimas reuniões da intersindical de que Onildo Gern participou foram simbólicas para os eletricitários de Santa Catarina. Nessas reuniões, na sede do Sindicato de Florianópolis, no 6º andar do Edifício Dias Velho, também estava presente Vitor Sérgio Schmidt. Eleito em 1984, ano da aposentadoria do “Velho”, para a segunda secretaria do sindicato da capital, Vitor liderava o embrionário sindicalismo combativo. Encontro fugaz de duas gerações de lideranças. Gern trazia na bagagem anos de construção, experiência, sabedoria e também conquistas para os eletricitários. A nova geração, representada por Vitor, mirava o futuro. Ambos são atores de uma mesma história. ©*

Apesar da ratificação do compromisso no acordo coletivo de trabalho, a Fundação não saía do papel. E já se passavam 14 meses desde sua aprovação.

Em 15 de março de 1971 assumiu o Governo do Estado o primeiro governador eleito por voto indireto, o engenheiro Colombo Machado Salles. Duas semanas depois, em 30 de março, a Assembleia Geral de Acionistas da Celesc elegeu a nova Diretoria da Empresa, composta de Oswaldo Moreira Douat, Diretor Presidente, Luiz Gomes, Diretor Executivo, José Corrêa Hülse, Diretor de Operações, e Carlos Góes Bessa, Diretor Financeiro.

Essa mesma assembleia que elegeu os novos diretores destinou à Fundação uma verba de 150 mil cruzeiros. Registrou em ata que os estudos realizados haviam concluído *“pela instituição e implantação da Fundação Celesc de Seguridade Social nos moldes daquelas constituídas, e em pleno funcionamento, pela Eletrobrás, Petrobras, Chesf, Furnas, Copel e Cesp”*.

No dia 15 de setembro de 1971, apenas sete meses depois do acordo coletivo de trabalho assinado no Rio de Janeiro, os sindicatos e a Empresa pactuavam novo acordo, que teria vigência até setembro de 1972.

Na redação do item sobre a Fundação, escreveram: *“... sobre este assunto foi feita ampla exposição pelo Senhor Diretor Executivo, inclusive com a apresentação de diversos documentos, provindos de outras empresas, a pedido da Celesc, documentos esses que deverão servir de subsídio para a elaboração definitiva dos atos constitutivos da Fundação, ficando dessa forma demonstrado à sociedade o interesse da atual Administração da Celesc em resolver o problema”*.

O teor da redação indicava uma prestação de contas aos acionistas e empregados sobre o que haviam decidido em novembro de 1969, pois o fundo de assistência social e aposentadoria permanecia atolado no brejo das promessas não cumpridas, apesar do empenho de Luiz Gomes, que, como empregado do Banco do Brasil, conhecia a experiência bem-sucedida da Previ, o fundo de pensão dos empregados do banco, e sabia a importância de deixar para os empregados da Celesc uma fundação de seguridade social. O interesse na Fundação crescia também junto aos empregados e passava a ser tema recorrente nas conversas.

## **Gênese de uma categoria**

Seguindo os passos da epopeia da Celesc, outra história começou a ser construída em meados do século XX, a dos eletricitários de Santa Catarina, cujos atos simbólicos foram as assinaturas das atas de criação das Associações de Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica de Blumenau, em 1957, Joinville, em 1960, e Florianópolis, em 1960. Essas associações foram a primeira etapa para a obtenção da carta sindical junto ao Ministério do Trabalho.

Com a queda do Estado Novo, abriu-se uma janela de democracia no país entre 1945 e 1964. O movimento operário ressurgiu com força, ampliando direitos, fazendo greves e participando dos acontecimentos políticos e sociais do país. A estrutura sindical vigente, implantada por Getúlio Vargas na década de 30, era atrelada ao Estado, cabendo aos sindicatos o papel de prestar assistência social.

Os tempos pré-sindicais foram difíceis para os eletricitários: salários baixos, poucos direitos, relações de trabalho autoritárias e nenhuma assistência social. As condições de trabalho eram precárias. Partiam para o serviço lotando carrocerias de caminhões ou pedalando bicicletas, com alicates, chaves de fendas, soquetes, pás e mordentes nas garupas. Executavam tarefas pesadas: cavar buracos, transportar e erguer postes, instalar transformadores, puxar cabos, tudo no “muque”, sem a mediação da tecnologia. Para construir

as redes de distribuição, precisavam, antes, vencer a geografia tortuosa de Santa Catarina, com o auxílio de juntas de bois. Equipamentos de segurança não existiam, tornando mais perigoso o trabalho dos pioneiros. Diferentemente da mitológica Górgona, que matava ao olhar, petrificando suas vítimas, a eletricidade invisível e sibilina mata ao toque, exigindo dos eletricitistas o mesmo cuidado que Ulisses dispensava aos seres da epopeia grega. Mesmo assim, muitos não retornavam nas carrocerias dos caminhões.

As associações pré-sindicais foram criadas de forma espontânea por um punhado de abnegados, gente comum do povo, que desejava melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, sem filiações anarcosindicalistas ou socialistas. Essas associações representavam a porta de entrada dos eletricitários catarinenses no patamar civilizatório conquistado pelos trabalhadores. As associações, e mais tarde os sindicatos, dirigiram a ação para duas frentes de trabalho: a mobilização e a organização da categoria para reivindicar e conquistar direitos; e a assistência social para os filiados.

Com imunidade e a outorga do Ministério do Trabalho para representar os empregados em acordos coletivos, iniciaram a difícil tarefa de mudar a cultura nas relações de trabalho. Realizaram as primeiras assembleias e conversavam nos locais de trabalho com cada colega sobre a importância da união para reivindicar e conquistar direitos básicos.

Chegaram à heresia de deflagrar movimentos grevistas. Foi o que aconteceu na Elffa, em 1960, segundo Dílson Dionysio de Freitas, diretor do Sindicato de Florianópolis entre 1960 e 1963, que recebeu das mãos do Ministro do Trabalho, André Franco Montoro, a carta sindical. Em abril de 1961 ele e o presidente da entidade, Beny Rodrigues Machado, percorreram as bases organizando a greve por melhores salários, mas, quando o radialista Adolfo Ziguelli, com sua voz inconfundível, anunciou na Rádio Diário da Manhã a paralisação iminente na Elffa, foram logo chamados ao Palácio do Governo e quase foram presos.

## As lembranças de um sindicalista puro

*Às dez horas em ponto Warnel Cruz de Sousa entrou na Celos para a entrevista, interrompendo uma rotina de aposentado metódico, que, àquela hora, deveria estar jogando tranca com os amigos na Praça XV, no centro de Florianópolis. “Saio de casa sempre às nove horas, passo no centro espirita, me benzo, depois vou jogar minha tranca ou dominó, até o meio-dia.” À tarde leva o neto para o colégio, depois descansa, ressonando um pouco até a hora de buscar o neto na escola. O clique do gravador ligado foi o sinal para Warnel dar um mergulho no passado e refazer a longa trajetória.*

*Com 32 anos de militância sindical, esse aposentado tem muita história para contar. Mesmo formado em contabilidade, entrou na Elffa como leiturista e, por força de ofício, percorria diariamente as ruas de uma cidade pacata sem grandes intervenções humanas, como os aterros que afugentaram o mar e os edifícios que esconderam o céu. Nas veias do leiturista, que também fazia a cobrança da luz, já fervilhava o sangue do sindicalista, a vocação para ajudar os outros, discutir as relações de trabalho e agir coletivamente.*

*Com os colegas Ari Senna, Beny Rodrigues Machado, Dílson Dionysio de Freitas, Nilton Firmino Cardoso, Osni Castro e Osny Ricardo Scheidt, entre outros, viveu a gênese do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. No início da década de 60, quando davam os primeiros passos numa prática sindical espontânea, sequer imaginavam que logo ali na frente tinha uma ditadura no meio do caminho, que caiu violenta sobre eles em 1964.*

*Justamente em 1964 Warnel entrou para o Sindicato, permanecendo até 1987. Foi secretário três vezes e duas vezes, tesoureiro. Em 1981 elegeu-se presidente, com ree-*



Luiz Gomes e Onildo Gern

## Barba, cabelo e bigode

A legislação trabalhista de Getúlio Vargas transformou os sindicatos em organizações híbridas, ao mesmo tempo de caráter reivindicatório e assistencialista. Para os fundadores das associações, o assistencialismo, mais que um entrave à liberdade sindical, significava uma oportunidade para prover necessidades básicas aos filiados. O desafio era conciliar as atividades, pois a Empresa os liberava apenas duas horas para as atividades sindicais.

*leição em 1984. Durante toda essa trajetória manteve a linha de “sindicalista puro”, como faz questão de se autodenominar: “Nunca gostei de política partidária, sempre fui um sindicalista puro, nato”.*

*Sobre a Fundação, Warnel lembrou que a intersindical lutou por sua criação, desde 1967. Falou das dificuldades iniciais, das conquistas nos acordos coletivos e em negociações, como a de 1982, que instituiu a pensão para as mulheres. Para ele, “tudo o que aconteceu na Fundação teve participação dos sindicatos”.*

*O “sindicalista puro” culminou sua trajetória no Conselho de Curadores da Celos, para o qual foi eleito em 1992. Aposentou-se em 1994, mas continuou participando dos encontros da Intercel no Estado. Não perde reunião ou evento da Apelesc, entidade que o representa na Celos e sua última ligação com o mundo da Celesc.*

*Terminada a entrevista, a fotógrafa Soninha convidou Warnel para posar no local onde ele gosta de passar as manhãs. Não se fez de rogado. Em poucos minutos estava na Praça XV simulando um jogo de tranca e obedecendo aos comandos da fotógrafa. No espaço lúdico à esquerda da Catedral a vida desafia a aceleração contemporânea do tempo e caminha lentamente, ao ritmo de uma canastra, um dominó, um pife. Ali a democracia se faz em ato, no simples encontro, sem a mediação dos discursos e teorias.*

O número de filiações aumentou com a instalação de consultórios médicos e dentários, auxílio-farmácia, material escolar, bolsas de estudo e bibliotecas montadas nas sedes dos sindicatos. E até barbeiro, um serviço adicional oferecido pelo Sindicato de Joinville. Com o tempo, a procura pelos serviços foi aumentando e também a estrutura assistencial. Em Blumenau e em Florianópolis foram instaladas cooperativas de consumo, para venda de produtos a preço de custo.

Osmar Soares, dirigente sindical de Blumenau, foi taxativo: *“O Sindicato de Blumenau foi criado para o assistencialismo”*. Com o término da construção das usinas hidrelétricas, acabaram também os recursos da ForçaLuz de Blumenau. Para compensar os baixos salários, a Empresa resolveu investir em assistência social. Aproveitando a oportunidade, Cezar Francisco Mueller, Frederico Augusto Luiz Thieme Júnior e Onildo Gern não perderam tempo e criaram logo a associação e em seguida o sindicato, para encaminhar as demandas sociais dos empregados.

Inicialmente, foi implantada a cooperativa de consumo, que obteve sucesso por mais de 10 anos. Em seguida, o auxílio-farmácia e a assistência médica e odontológica. *“O assistencialismo só caiu a conta-gotas”*, ponderou Osmar, revelando que foi em sua gestão como presidente, em 1990, que o auxílio-medicamento foi cancelado. *“Fiquei conhecido como o presidente que acabou com o auxílio-farmácia”*, refletiu. Mas o benefício foi mantido para quem já estava aposentado.

Os sindicatos se constituíam em espécie de proto-organizações que administravam serviços assistenciais, atividades que mais tarde foram transferidas para a Fundação.

## Assistencialismo em anos de chumbo

Os dirigentes das recém-criadas associações reagiram de imediato ao movimento da Celesc de incorporação de subsidiárias. Liderados por Onildo Gern, organizaram uma intersindical para discutir em conjunto o acordo coletivo com a Celesc. Os problemas emergentes eram complexos, pois cada empresa incorporada possuía padrões de serviço, cultura e níveis salariais diferenciados.

O acordo coletivo assinado entre a intersindical e a Empresa na sede do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, no dia 9 de janeiro de 1964, foi o primeiro encontro de repre-



*Entre os ruídos da cidade, dois sons se cruzam e disputam os tímpanos de Warnel e dos outros jogadores. Da banca de livros e discos usados chega suave a voz da soprano Leontina Vaduva interpretando uma ópera de Verdi. Do lado dos Correios, o discurso indignado de um sindicalista solitário fazendo o piquete da greve dos carteiros.*

*Aos 72 anos, Warnel construiu seu passado e o guarda na memória. O sorriso para a câmara revela a certeza de ter feito sua parte. ©*

## O PY5-ZK

*Nasceu em Tijucas, pequeno município entre o Vale do Itajaí e a capital. Lá fez os estudos primários e, mais tarde, estudou no Colégio Catarinense, em Florianópolis. Mudou-se para Joinville aos 18 anos, a fim de prestar o serviço militar. Ali se formou em Contabilidade. Assim que deu baixa no Exército, fez concurso para o Banco do Brasil, ingressando em 1953, com 20 anos recém-completados. Estudou Direito em Curitiba e chegou a exercer, por um curto período, advocacia empresarial.*

*Embora tenha ocupado diversos cargos públicos, Luiz Gomes foi bancário até se aposentar pelo fundo de pensão dos empregados do Banco, a Previ, em novembro de 1980.*

*Mas a vocação de Lula, apelido pelo qual apreciava ser chamado e como era conhecido desde a mais tenra infância, foi a política. Em 1976 foi candidato à sucessão de Pedro Ivo Campos na prefeitura de Joinville, em pleito vencido por Luiz Henrique da Silveira. Voltou a concorrer ao mesmo cargo em 1982, perdendo para Wittich Freitag. Finalmente, em 1988, venceu a eleição para prefeito e exerceu o mandato até 1992.*

*A inclinação e o gosto pela política o levaram a disputar outras três eleições: para deputado federal, em 1986; para senador, em 1994; e para deputado estadual, em 1998, mas em nenhuma delas se elegeu.*

*Foi o primeiro presidente da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás), em 2003, e concomitantemente ocupava o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico.*

*Lula foi um dos responsáveis pela criação da Fundação Celesc* >

sentantes de duas organizações em estágio embrionário, destinadas a cumprir um papel relevante no Estado: a Celesc, de distribuir energia elétrica para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina; e os sindicatos, como coadjuvantes autônomos, de garantir condições de trabalho e de vida aos empregados, além de fiscalizar e contribuir para a eficácia da empresa pública.

Na mesa de negociações, os protagonistas Hermelindo Largura, Diretor Comercial da Celesc e seu assessor Arno Lippel; o representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Urbana, Ivan Gonçalves da Costa; e os sindicalistas Cezar Francisco Mueller e Onildo Gern, de Blumenau; Domingos de Lemos e Wolfgang Loetz, de Joinville; Beny Rodrigues Machado e Juvenal Faustino da Silva, de Florianópolis. Intermediados pelo representante do Ministério, definiram as condições iniciais das relações de trabalho na Celesc.

Além das cláusulas econômicas, ficou designada uma comissão para estudar a equiparação e enquadramento salarial. A jornada de trabalho de 40 horas não foi aprovada, em compensação os empregados ganharam a "taxa de luz", ou seja, direito a consumir, gratuitamente, 20 kWh por mês de energia em suas residências.

Um item chama atenção no acordo: os recursos para os serviços assistencialistas prestados pelos sindicatos, papel mais tarde atribuído à Fundação, ficou garantido com o repasse aos sindicatos de 20% do aumento salarial ajustado.

Alguns dias após a assinatura do acordo coletivo, a cidade do Rio de Janeiro seria palco de uma turbulência histórica. No dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, 200 mil pessoas participaram de um comício, exigindo as reformas de base prometidas pelo Presidente João Goulart. Em represália, a elite e a classe média conservadora realizaram a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade. O fatídico 31 de março não tardou, trazendo a mais longa noite do sindicalismo.

## Braço armado

O ano foi 1964, o cenário, a sala da Divisão de Contabilidade da Elffa, na Rua Jerônimo Coelho, no centro de Florianópolis. Numa das mesas Osni Ricardo Scheidt fazia o trabalho rotineiro de débito e crédito. Vez por outra conversava com o colega Beny Rodrigues Machado, operador de motores da Usina Maroim e presidente do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, que também ocupava a sala. Osni recorda quando chegaram dois sujeitos armados e, sem dizer nada, levaram o Beny. "Dois não", retificou Warnel, "foi um batalhão de choque do Exército". O colega foi solto da prisão 15 dias depois, a muito custo, com a intervenção do Governador Celso Ramos.

O episódio marcou os sindicalistas pioneiros. A prisão inusitada de Beny e as visitas involuntárias para interrogatório de Onildo Gern às dependências do Exército foram avisos. A qualquer momento um braço armado poderia surgir do nada e prender alguém. Para os sindicatos restou a via imposta pela ditadura: o assistencialismo puro, com a ação associativa substituindo a ação sindical.

A prática reivindicatória organizada foi proibida, assim como a negociação direta com a Empresa. Os reajustes salariais passaram a ser automáticos, definidos previamente pelo Conselho Nacional de Política Salarial e divulgados em portarias. Os sindicatos foram transformados em organizações cujo trabalho se resumiu à assistência social.

As conquistas obtidas a partir de 1964 foram arranjos e conversas de cúpula, resultando num sindicalismo de dirigentes. O líder Onildo Gern conhecia a lógica da Empresa e usava a sabedoria e a habilidade para negociar e obter resultados para a categoria. Apesar disso, a intersindical se manteve articulada, e teve a adesão dos sindicatos de Tubarão, em 1967, e de Lages, em 1974.

*de Seguridade Social. Como Diretor Executivo da Celesc, de 1971 a 1974, teve o privilégio de conduzir o processo de implantação do fundo de pensão, entusiasmado que era com a ideia, graças ao que conhecia da Previ. Foi o primeiro presidente da Fundação, permanecendo na direção de dezembro de 1973 a março de 1975.*

*Ele ocupou, também, a Diretoria Financeira da Celesc, de março de 1979 a setembro de 1980, e a Presidência da Empresa, de julho de 1985 a fevereiro de 1986.*

*Era um bonachão, amigo de todos, respeitado e admirado mesmo pelos adversários. Seu passatempo favorito era o radioamadorismo, pelo qual podia conversar livremente, sem precisar usar qualquer prerrogativa de cargo ou função. Entre os radioamadores, Luiz Gomes era apenas o prefixo PY5-ZK.*

*Uma de suas grandes paixões foi o América Futebol Clube, de Joinville, onde foi mais que torcedor: chegou a ser jogador. Mas a companheira em sua vida foi Lílian Colin Gomes, com quem esteve casado por 45 anos e que deixou viúva em 23 de agosto de 2003. ©*



## Relatório nos trinques

No começo da tarde do dia 2 de abril de 1971, Remi Goulart retornou a Lages. Havia acabado de deixar o cargo de diretor da Celesc. A mudança de governo indicara nova Diretoria que tomou posse pela manhã. Remi teria nova missão: trabalhar como assessor jurídico e administrativo para todas as Regionais da Celesc situadas desde Lages até São Miguel do Oeste. A função exigia estar a maior parte do tempo na boleia de um fusquinha, enfrentando barro e poeira nas rudes estradas catarinenses.

Mas no início de 1973, quando ainda não havia dois anos desde que deixara Florianópolis, recebeu um chamado para vir à capital falar com a Diretoria da Celesc, sem saber do que se tratava. Conhecia muito superficialmente o Presidente Oswaldo Douat e o Diretor Executivo Luiz Gomes, com quem só havia trocado poucas palavras no dia da transmissão do cargo. Eles foram diretos:

- Desejamos propor-lhe uma tarefa difícil.

- Pois não.

- Você seria capaz de fazer um relatório em que estivessem indicadas as carências de cada uma das Regionais, com as necessidades de investimentos, com custos detalhados? – provocou Douat.

Antes mesmo que pudesse responder, Luiz Gomes completou:

- Queremos que tome cuidado para que a turma não abuse nos pedidos. Precisamos de algo coerente. Temos a intenção de reequipar e modernizar as Regionais e precisamos saber exatamente quais são as carências.

Remi Goulart não titubeou. Aceitou de pronto o desafio. Gastou quase meio ano andando pelo Estado, pelejando em busca de informações para o relatório. Quando considerou que estava com todos os dados, caprichou na apresentação: planilhas e quadros desenhados a nanquim, relatórios datilografados com esmero detalhavam as necessidades de cada Regional da Celesc. Agrupara os temas por áreas de interesse e fizera um resumo de toda a necessidade de investimento para que se pudesse atingir o que os novos diretores pretendiam. Apresentou-se na presidência da Celesc com a papelada debaixo do braço.

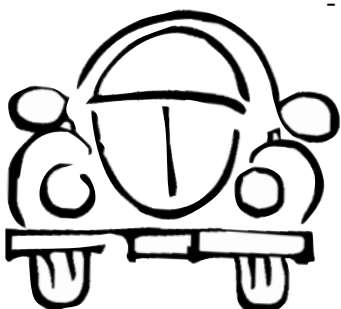
- Mas precisa fazer tudo isto? – foi a primeira frase de Douat, espantado, ao folhear o relatório. Na segunda frase elogiou o resultado: - Se todos fizessem um trabalho como esse, eu não precisaria estar aqui. Poderia ir cuidar de minha fábrica lá em Joinville.

## Arrume a trouxa e venha

Com o trabalho entregue, Remi retornou a Lages, deixando boa impressão nos diretores. Poucos meses se passaram quando o chamaram novamente a Florianópolis. Imaginara nova missão, semelhante à anterior, mas foi surpreendido por uma pergunta inesperada.

- É verdade que foi você quem colocou esta cláusula neste acordo? – inquiriu Douat mostrando o papel com o acordo coletivo de trabalho e apontando para a cláusula sexta, onde Remi leu: *“A Celesc promoverá a criação de uma Fundação com o objetivo de proporcionar assistência aos seus empregados e dependentes”*.

- Não fui eu. Foi a Diretoria junto com os sindicatos. Mas eu ajudei na ideia.





- Então arrume a trouxa e venha para cá ajudar a fazer a Fundação! – disparou Douat, sem meias palavras.

A partir daquela conversa, toda segunda-feira Remi Goulart saía cedinho de Lages e se dirigia a Florianópolis. Na época não havia a BR-282 e o percurso era longo. Carecia passar por Rio do Sul e Blumenau. Viagem cansativa para quem, já na sexta-feira, teria que acionar o fusca e subir a serra para passar o fim de semana com a família.

Quando desafiado, Remi chegou a pensar que estava tudo na estaca zero. Surpreendeu-se ao verificar que os trabalhos estavam em estágio avançado. A proposta de criação da Fundação andava de vento em popa. Carlos César Moritz estruturava os estatutos, com base no que haviam coletado na Chesf, Eletrobrás e Petrobras. Arno Lippel organizava o plano de contas e a estrutura. Nilo Momm, sob a supervisão de Miguel Hermínio Daux, preparava o regulamento e o manual de benefícios. José Nicácio da Silveira lidava com os trâmites burocráticos para os registros cartoriais da nova empresa.

Os trabalhos da Fundação confundiam-se com as rotinas do setor de pessoal da Celesc. Lá estava Remi, como chefe, auxiliado por Teresinha Medeiros da Rosa, que não parava um minuto de fazer soar as teclas da máquina de datilografia, registrando todas as proposições, as sugestões, os estudos, além de organizar uma parafernália de documentos que, embora lotassem sua mesa de trabalho, eram mantidos numa ordem invejável.

## Provocação

Num final de expediente em fevereiro de 1973, os assessores estavam na sala de Luiz Gomes, sentados em torno da mesa do diretor, numa prosa solta que invadia o crepúsculo. Entre eles, seu assessor Vilson Kleinübing. Na presença de outros três ou quatro colegas, Vilson, em tom de brincadeira, provocou o diretor:

- Luiz, vocês não vão fazer a Fundação. Vocês vão entregar o governo e não conseguirão viabilizar a Fundação.

## Mania de ter fé na vida

*Oswaldo Moreira Douat, quando assumiu a presidência da Celesc, contava apenas 31 anos de idade. Embora tão jovem, já se destacava no meio industrial e comercial de Joinville e despontava como futuro líder estadual. Apesar de reconhecer que não estava preparado para assumir a direção da estatal, Douat trazia no sangue mais que o decalque dos empreendedores, possuía também um vínculo com a energia elétrica que vinha de longe, de muito longe, tanto no tempo quanto no espaço.*

*Essa história de convívio com a eletricidade começou lá na região de Bordeaux, na França, onde o trisavô de Oswaldo Douat cultivava uvas e produzia vinhos. Para manter os negócios da família, mandou dois de seus filhos estudarem enologia em Paris, na vetusta Sorbonne. Na segunda metade do século XIX, viajar de Bordeaux a Paris não era algo corriqueiro. Então o pai reservou recursos para visitar os filhos apenas quando eles fossem concluir o curso. Quando chegou a Paris para comemorar a formatura dos novos enólogos, decepcionou-se: um dos filhos estudara engenharia, o outro, fotografia. Nenhum queria voltar a trabalhar com o pai nos vinhedos da família.*

*O que estudara engenharia – Etienne Douat – entusiasmou-se com anúncios do império brasileiro recrutando técnicos para a construção de estradas de ferro. Aventureiro, possuía a “estranha mania de ter fé na vida” e não se intimidou em partir para uma viagem rumo ao sonho. Chegou ao sul do Brasil, onde trabalhou na construção da estrada de ferro Curitiba-Paranguá. Durante a obra, no município de Antonina, sofreu grave acidente. Como as estradas para subir a serra e levá-lo a Curitiba estavam péssimas, a solução foi transportá-lo de canoa, numa viagem insólita, de Antonina a Joinville. Internado* >

A Diretoria que assumira em 1971 recebera a incumbência de criar a Fundação e, passados dois anos, pouco fizera. Luiz Gomes apoiou o queixo sobre a mão direita, mirou o assessor com firmeza e, com o indicador da outra mão apontado para o peito do Wilson, asseverou:

- Eu te garanto, meu amigo, que nós faremos. Você irá se arrepender caso coloque suas fichas na direção contrária, porque perderá a aposta. A Fundação da Celesc vai sair do papel. E te digo mais: ainda neste ano ela será uma realidade. Você vai ver.

Terminada a proclamação quase solene, Luiz Gomes olhou em círculo para a turma sentada em volta de sua mesa e, sem dizer mais qualquer palavra, levantou-se, apanhou o paletó que deixara apoiado sobre o espaldar da cadeira, mas não o vestiu sobre a camisa branca de mangas curtas. Jogou-o sobre as costas e saiu porta afora, caminhando lentamente. A provocação surtira efeito.

## Todos os dias levavam a 19 de setembro

As tratativas para a criação da Fundação andavam aceleradas, inclusive com a contratação do atuário Salvador Lorente Peñaranda, para dar forma ao primeiro plano de benefícios. Luiz Gomes havia destacado Nilo Momm para acompanhar os trabalhos do atuário. Nilo, empregado recém-admitido na Celesc, gostava de matemática, estava se graduando em Administração e, autorizado por Luiz Gomes, aproveitou para aliar os afazeres na Empresa com as lides universitárias: seu trabalho com a estruturação da Fundação serviu como estágio acadêmico para a Escola Superior de Administração e Gerência (Esag), em Florianópolis.

Nilo Momm passou uma temporada no Rio de Janeiro aprendendo com Peñaranda, envolvido com a barafunda dos números, das fórmulas e das intrincadas equações que dão sustentação aos cálculos atuariais. Já ganhara certa intimidade com o mestre quando foi surpreendido por uma proposta da Eletrobrás, que preferia ver Jessé Montello como atuário, pois este era o responsável pelos serviços de atuária em quase todas as fundações ligadas às empresas do setor elétrico. Mas quando Nilo apresentou a Luiz Gomes a sugestão da Eletrobrás, para sua satisfação, a Diretoria da Celesc inicialmente a rejeitou, preferindo manter Peñaranda, mesmo contrariando a Eletrobrás e, por consequência, abrindo mão de algumas facilidades.

Essa decisão agradara Nilo, que desfrutava bom convívio com Peñaranda. Mas seria por pouco tempo: logo após a mudança de governo, no início de 1975, mudou o atuário da

*tanto tempo no hospital, apaixonou-se pela enfermeira. Casou e ficou morando em Joinville.*

*Além de aventureiro, Etienne Douat era empreendedor. Adquiriu terras no Piraí e ali construiu uma usina hidrelétrica. A pequena Usina Piraí, que completou 100 anos de existência em dezembro de 2008 e que pertence à Celesc, foi obra do bisavô de Oswaldo Moreira Douat.*





Solenidade de criação da Fundação

Fundação. A empresa de Salvador Lorente Peñaranda cedeu seu lugar à de Jessé Montello. No período da ditadura militar, para evitar problemas, era melhor acatar as sugestões vindas do poder central, no caso, da Eletrobrás.

As ditaduras militares eram comuns na América Latina na década de 70. Quem ousava desafiar as regras, sabia estar correndo riscos. No Chile, Salvador Allende ousou. Pagou com a própria vida, depois do ataque aéreo de artilharia ao Palácio de La Moneda, em Santiago, no dia 11 de setembro de 1973.

Santa Catarina, contudo, estava distante daqueles acontecimentos trágicos. No dia 14 de setembro, o Conselho Fiscal da Celesc emitiu parecer favorável à Fundação, baseado em decisão da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, ocorrida em 17 de agosto, que manifestou intenção de dar início à Fundação o mais rápido possível. Estava tudo pronto para o momento mais esperado. A reunião para a criação da Fundação foi marcada para o dia 19 de setembro de 1973.

*Esse era o único vínculo que Oswaldo possuía com a energia quando assumiu a presidência da Empresa, no dia 2 de abril de 1971.*

*Douat dirigiu a Celesc por quatro anos, de 1971 a 1975, e sob o seu comando foi criada a Fundação. Empenhou-se pessoalmente no projeto e, graças a suas boas relações na Eletrobrás, conseguiu recursos para aportar os 4 milhões de cruzeiros que eram condição indispensável para constituir as reservas matemáticas iniciais do fundo de pensão.*

*Passados mais de 30 anos desde que deixou a Celesc, Douat recordou com entusiasmo dos tempos em que dirigiu a estatal. Já não era mais o jovem da década de 70, mas preservava a energia, a jovialidade e a disposição que o credenciaram a assumir a Presidência da Celesc. Oswaldo Moreira Douat carrega alguns predicados nas veias, herdados dos antepassados: empreendedorismo, liderança, determinação. Atributos indispensáveis para dirigir as três empresas de sua propriedade. ©*

## A camisa de cores exuberantes

Luiz Gomes havia solicitado a Nilo Momm uma listagem com nomes para integrar o Conselho de Curadores e o Conselho Fiscal da Fundação. Nilo estava cotado para uma Diretoria. Era aquele que mais entendia do assunto, dominando os segredos atuariais com habilidades de mestre.

Nilo sofreu pressões de todo lado. Cada vez que discutia a lista de curadores com Luiz Gomes, algum nome vazava para a “rádio peão” e surgiam comentários a embaralhar o processo. Todavia, o fortuito tem sempre o condão de se intrometer onde menos se espera. Nas vésperas da data fatal, Nilo foi chamado por Douat e recebeu a informação de que Luiz Gomes seria o Presidente da Fundação, e Remi Goulart, anteriormente cotado para a Presidência, seria nomeado Diretor-Financeiro, ficando Rosa Bella Cruz Chaves na Diretoria de Bem-Estar. Nilo Momm estava fora da Diretoria e também do Conselho de Curadores, pois os futuros conselheiros já estavam escolhidos e anunciados por toda a Empresa. Luiz Gomes foi o único diretor da Fundação não empregado da Celesc.

Na foto que imortalizou o evento no auditório da Celesc, numa das extremidades da mesa destacava-se um jovem vestindo uma camisa em que, mesmo sendo foto preto e branco, se percebem cores vivazes, destoando do conjunto de engravatados. Preterido, Nilo Momm resolvera protestar não se vestindo com os rigores da etiqueta. Como detinha informações para esclarecimentos do plenário, garantiu lugar à mesa e, com sua camisa de cores exuberantes, entrou para a história da Fundação nesse episódio singular.



Remi Goulart, Luiz Gomes, Rosa Bella Cruz Chaves, Salvador Lorente Peñaranda, Teresinha Medeiros da Rosa e Nilo Momm



***E o sonho se fez  
realidade***



## Passagem para a história

Ainda restavam mais interrogações que certezas, ainda havia boa quantidade de empregados céticos e ainda não possuía local para funcionar, mas nada tiraria o brilho da solenidade preparada para o dia 19 de setembro de 1973. Afinal, a Celesc concretizava um sonho acalentado durante muito tempo por seus empregados: surgia, finalmente, a Fundação Celesc de Seguridade Social, o primeiro fundo de pensão de Santa Catarina.

Algumas dúvidas persistiam, mas o ânimo era maior que a hesitação; a vontade, superior às incertezas. A empolgação era tão grande que nem se deram conta de que a Fundação fora feita exclusivamente para os empregados. Assinaram o livro de inscrição diretores que possuíam vínculo apenas temporário com a Celesc, como Oswaldo Moreira Douat e Luiz Gomes. Também já aposentados, como Carlos Góes Bessa, assinaram a adesão, numa clara demonstração de que a euforia superou as normas. Mais tarde desfizeram-se os equívocos, anulando algumas inscrições.

O primeiro inscrito foi Roberto Mündell de Lacerda, advogado da Celesc que exercia o cargo de Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Numa deferência a tão ilustre personagem, concederam-lhe o privilégio de assinar o livro de inscrições com o número 1. Quase três anos depois, em maio de 1976, Roberto Lacerda assumiria a presidência da Fundação.

Embora tenham passado a colher assinaturas de inscrição a partir da solenidade do dia 19 de setembro, ficara estabelecido o início da Fundação no dia 1º de fevereiro de 1974, data a partir da qual seriam cobradas as contribuições. Todos os empregados receberiam seus salários já com o desconto para a Fundação. Os que não desejassem aderir teriam de se manifestar, cancelando a inscrição. Essa foi a forma adotada para viabilizar um bom número de adesões.

*Foto: Roberto Mündell de Lacerda assinando inscrição nº1 da Fundação, ao lado de José Corrêa Hülse e Luiz Gomes*



Para garantir inscrições, além do esforço das chefias, foi proposta a concessão de auxílio nupcialidade de 40% do valor do salário. Considerando que a maioria dos empregados era de jovens solteiros, o subsídio financeiro significava um grande atrativo.

Para aprofundar o princípio das atividades, a Celesc destinou 4 milhões de cruzeiros à Fundação, a título de reservas matemáticas. Esse valor foi obtido graças ao empenho de Oswaldo Moreira Douat, Presidente da Celesc, que foi ao Rio de Janeiro pedir socorro à Eletrobrás. Embora a Celesc estivesse devendo três faturas de energia à Sotelca, subsidiária da Eletrobrás, e sem condições de sanar a inadimplência, o recurso para a Fundação resultou de operação financeira que incluiu empréstimo da Eletrobrás à Celesc para pagar as faturas, mais o montante para as reservas matemáticas do fundo de pensão.

## Comissão de frente

A posse da primeira Diretoria ocorreu no dia 7 de dezembro de 1973, dois meses depois da solenidade de criação. Junto com os três primeiros diretores – Luiz Gomes, Remi Goulart e Rosa Bella Cruz Chaves – tomaram posse os doze membros titulares e mais doze suplentes do Conselho de Curadores e três titulares e três suplentes do Conselho Fiscal. A nominata contemplava chefias de quase todas as Regionais e de Departamentos da Administração Central da Celesc.

Os primeiros curadores titulares foram Alberto Augusto Werdini Salomon, Alfredo Campos, Alsione Gomes de Oliveira, Heinz Lippel, Heitor Canuto Indalêncio, Hélio Piazzarolli, José Nascimento, Luize Charlotte Valente, Nilo Dáurio Bunn, Osvaldo Camilli, Roberto Mündell de Lacerda e Udo Deeke. Os suplentes, Carlos Zenisch Ramos, Eddie Campos, Hélio Darcy Breda, Hélio Mündell de Lacerda, Luiz Renato Zimmermann, Marilda Jardim da Silva, Milan Milasch, Onildo Gern, Osny Scheidt, Rolf Laske, Sebastião Berlinck Brito e Túlio Rodrigues Martins. Do primeiro Conselho Fiscal fizeram parte como titulares Lúcio Freitas da Silva, Manuel da Luz Fontes e Victor Fernando Sasse. Os suplentes eram Danilo Silveiro Aurich, Jorge Washington Petry e Waldi Dresch.

Nas Disposições Transitórias do primeiro Estatuto da Fundação constava que, durante os primeiros dois anos de funcionamento, a Celesc proveria os recursos humanos e materiais necessários. Os primeiros empregados eram da Celesc e muitos deles foram, mais tarde, desligados da Empresa e admitidos na Fundação.

Foi o caso de Teresinha Medeiros da Rosa, uma das primeiras a prestar serviços à Fundação. Iniciou datilografando documentos e depois, já como empregada da Fundação, exerceu várias funções: na tesouraria e na área de saúde, onde foi chefe, nas áreas de cadastro, empréstimos, na contabilidade e folha de pagamento, nos benefícios e, também, no atendimento, orientando muitos participantes no momento das aposentadorias. Também trabalharam para a Fundação, sendo empregados da Celesc: Arlete Malina, Arno Lippel, Ciro Jacques Moura, José Nicácio da Silveira, Maria da Graça Carvalho Cardoso, Nilo Momm e Rosenir Appriette Lima.

## Vocação solidária

No dia 22 de março de 1974, uma sexta-feira, quando o Conselho de Curadores reuniu-se para debater a questão dos serviços médicos e odontológicos, nem de longe imaginava que a chuva daquela manhã se transformaria na tragédia que tanto marcou a vida dos catarinenses.





# FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL comunica aos interessados que, a partir do dia 03 de dezembro de 1973, estarão abertas as inscrições para a categoria de mantenedor-beneficiário desta instituição.

O presente EDITAL é a "convocação específica" a que se refere o parágrafo único do item II do Artigo 10 dos Estatutos.

Poderão inscrever-se na referida categoria de mantenedor beneficiário da FUNDAÇÃO CELESC, os empregados da CELESC que estiverem em efetivo exercício na data da apresentação da respectiva proposta.

Aqueles que já detinham essa condição em 19 de setembro de 1973, e que venham promover sua inscrição até 31 de janeiro de 1974, serão considerados no Edital com todas as vantagens previstas no Regulamento.

As inscrições deverão ser feitas através da "PROPOSTA PARA INSCRIÇÃO DE MANTEVEDOR BENEFICIÁRIO", a ser preenchida pelo interessado, em duas vias, e entregue, com recibo, na 2.ª via, ao órgão de pessoal do Setor onde trabalha.



# FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL

## DIRETORIA

- Luiz Gomes - Presidente
- Remi Goulart - Diretor
- Rosa Chaves - Diretor

## CONSELHO DE CURADORES

### EFETIVOS

- Roberto Mundel de Lacerda
- Osvaldo Camilli
- Alberto A. Werdine Salomon
- Hélio Piazzaroli
- Udo Deeke
- Alfredo Campos
- Heinz Lippel
- José Nascimento
- Alsione Gomes de Oliveira
- Heitor Canuto Indalêncio
- Nilo Daurio Bunn
- Luize C. W. Valente

### SUPLENTES

- Sebastião Berlink Brito
- Carlos Zenisch Ramos
- Milan Milasch
- Hélio Darci Breda
- Onildo Gern
- Eddie Campos
- Osni Scheidt
- Marilda Jardim da Silva
- Hélio Mundel Lacerda
- Luiz Renato Zimmermann
- Rolf Laske
- Túlio Rodrigues Martins

## CONSELHO FISCAL

### EFETIVOS

- Manuel A. da Luz Fontes
- Victor Fernando Sasse
- Lucio Freitas da Silva

### SUPLENTES

- Jorge W. Petry
- Danilo Silvio Aurich
- Waldi Dresch

LUIZ GOMES  
PRESIDENTE

Florianópolis, 03 de dezembro de 1973

## DIRETORIA

- Luiz Gomes - Pres
- Remi Goulart - Direto
- Rosa Chaves - Direto

## CONSELHO DE CURADORES

### EFETIVOS

- Roberto Mundel de Lacerda
- Osvaldo Camilli
- Alberto A. Werdine Salomon
- Hélio Piazzaroli
- Udo Deeke
- Alfredo Campos
- Heinz Lippel
- José Nascimento
- Alsione Gomes de Oliveira
- Heitor Canuto Indalêncio
- Nilo Daurio Bunn
- C. W. Valente

- Sebastião Berlink Brito
- Carlos Zenisch Ramos
- Milan Milasch
- Hélio Darci Breda
- Onildo Gern
- Eddie Campos
- Osni Scheidt
- Marilda Jardim da Silva
- Hélio Mundel Lacerda
- Luiz Renato Zimmermann
- Rolf Laske
- Túlio Rodrigues Martins

## CONSELHO FISCAL

### EFETIVOS

- Manuel A. da Luz Fontes
- Victor Fernando Sasse
- Lucio Freitas da Silva

### SUPLENTES

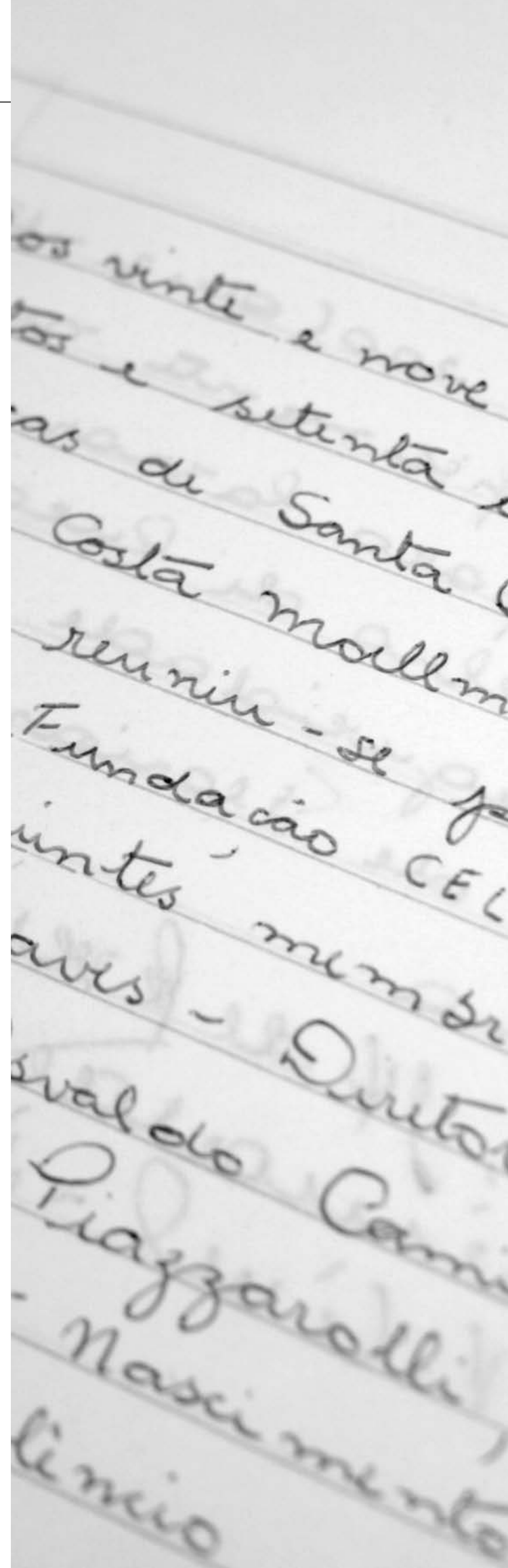
- Jorge W. Petry
- Danilo Silvio Aurich
- Waldi Dresch

A Fundação engatinhava. A primeira reunião do Conselho de Curadores ocorrera em 29 de janeiro, ainda na sede da Celesc, tendo como pauta a análise do Manual de Benefícios e do Manual de Organização. Esses manuais precisavam estar aprovados antes do dia 1º de fevereiro, quando se iniciariam as inscrições. Entre os quatro ausentes na reunião do Conselho, o Diretor Financeiro recém-empossado, Remi Goulart. Adoentado logo após a posse, ausentara-se para tratamento. Mesmo inexperiente em finanças, Rosa Chaves respondeu interinamente pela Direção financeira. Sua vida profissional fora ligada ao Serviço Social da Indústria (Sesi) e viera para a Fundação para estruturar a atividade de assistência social. Sua experiência foi importante na enchente de Tubarão, que mobilizou os primeiros dias do fundo de pensão.

À tarde as chuvas se intensificaram no Sul do Estado e o Rio Tubarão extrapolou o leito. No sábado diversos bairros de Tubarão estavam alagados, com muitos desabrigados. Apesar de a Rádio Tubá orientar a população ribeirinha para abandonar as casas, buscando abrigo no morro da Catedral, muitos permaneceram, o que agravou a calamidade.

No final da tarde de sábado a ponte pênsil foi tragada pelas águas. O bairro Oficinas começava a submergir. Ao anoitecer de domingo, quando os mais otimistas imaginavam que a chuva poderia arrefecer, aumentou o aguaceiro. A enxurrada invadiu as casas, acordando os moradores. A energia elétrica estava cortada, os telefones mudos. No escuro, a tempestade e o sofrimento aumentavam. Na manhã de segunda-feira o quadro era de desespero: difícil trabalho de resgate, ausência de local para acomodação dos flagelados, saques em mercados. A chuva só parou na manhã de quarta-feira, no dia 27 de março, quando o sol brilhou sobre a impressionante camada de lodo, escombros, entulhos, casas demolidas. O pior da calamidade: um saldo de quase 200 mortos.

A Celesc, através da Fundação, foi a primeira empresa a chegar ao local atingido, atendendo seus empregados. As assistentes



sociais, coordenadas por Maria Formentin Dias, montaram uma barraca e deram apoio ao pessoal. Ficaram instaladas junto aos flagelados de 27 de março até 7 de abril, auxiliando as vítimas.

A reunião do Conselho de Curadores de 19 de abril contou com a presença de Salvador Lorente Peñaranda, consultor atuarial, mas o tema central foi a catástrofe de Tubarão. Peñaranda elogiou a iniciativa e o trabalho da Fundação e recomendou buscar recursos em outros órgãos ou fundos assistenciais, pois o caixa da Fundação não teria condições de conceder empréstimos muito elevados. Essa era a necessidade primordial dos atingidos: recursos para reconstruir suas casas.

### **Bocaiuva, 134**

A Fundação tentava desligar-se paulatinamente da Celesc. Um dos primeiros sinais da tentativa de cortar o cordão umbilical foi o aluguel de uma casa na Rua Bocaiuva, 134, a duas quadras do antigo Campo da Liga, ou Pasto do Bode, como era chamado o estádio do Avaí Futebol Clube, onde mais tarde foi erguido o Beiramar Shopping. Mas o aluguel ainda seria pago pela Celesc.

Quando Teresinha Medeiros da Rosa chegou à casa recém-alugada para organizar a mudança, notou um electricista pendurado no poste em frente. Quando tentou acender as lâmpadas, percebeu que o rapaz estava desligando a energia da casa. Correu até o poste:

- Moço, por que você está desligando a luz?
- Falta de pagamento, senhora.
- Não faça isso! Esta casa foi alugada pela Celesc e você vai apenas ter o trabalho de religar.
- Não posso deixar de cortar, senhora. É preciso ir até o atendimento, pagar as contas atrasadas, e só então vou religar.

Foram em vão os esforços de Teresinha ao tentar convencer o zeloso electricista. Ela precisou ir ao atendimento quitar as contas.

Na sede, a Fundação ganhou cara nova. Teresinha estava autorizada a adquirir os obje-

ATO DELIBERATIVO Nº 04/77

A Diretoria da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, no uso de suas atribuições que lhe confere seus estatutos e,

CONSIDERANDO os relevantes motivos que levaram a CELESC a criar a Fundação CELESC de Seguridade Social, órgão previsto para trazer segurança e estabilidade aos empregados,

## D E L I B E R A :

1. - Os novos empregados da CELESC serão obrigatoriamente inscritos na Fundação CELESC de Seguridade Social;
2. - Os atuais empregados só poderão deixar a condição de sócio Mantenedor da Fundação CELESC no instante que tiverem seus contratos de trabalho rescindidos na CELESC;
3. - Cumpra-se.

Florianópolis, 23 de maio de 1977

HERCÍLIO LUZ COLACO

PRESIDENTE

ALDO BELLARMINO DA SILVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

VICTOR FERNANDO SASSE

DIRETOR FINANCEIRO

DAVID DA LUZ FONTES

DIRETOR TÉCNICO

MILAN MILASCHI

DIRETOR DE OPERAÇÕES

tos necessários para a turma se instalar: desde o coador de café até a geladeira, desde a caixinha de clips até a máquina de datilografia. Mas muitos materiais e equipamentos ainda vinham da Celesc, como prova a ata de reunião do Conselho de Curadores de setembro de 1974, quando, no meio da discussão da proposta de se confeccionar um boletim informativo aos participantes, o Presidente Luiz Gomes sugeriu *"que o boletim fosse confeccionado através da Celesc, com utilização de estêncil e que dona Rosa Chaves efetuasse um levantamento nas Agências para angariar papel [...] diminuindo assim o custo para a Fundação"*.

## Que vantagem?

Um dos primeiros problemas da Fundação foi a dificuldade em filiar os empregados. Além da natural reação às novidades, existiam razões suficientes para os eletricitários de salários mais baixos duvidarem das vantagens da adesão: a complementação salarial era baixa ou inexistente, não havia menção à aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho ou à pensão por morte, e o plano de assistência social estava fora da Fundação, sob responsabilidade dos sindicatos e da Empresa. *"A Fundação não oferecia nada no começo, só aos poucos foi melhorando"*, sintetizou Warnel Cruz de Souza, ao comentar as dificuldades iniciais.

Embora alguns sindicalistas tenham ajudado as chefias, defendendo a importância de se associar, as filiações ainda se mantinham rarefeitas. Até mesmo um apelo de Onildo Gern, presidente do Sindicato, obteve poucos resultados. Havia ainda outras queixas: quem deixasse a Empresa por algum motivo, não poderia reaver as contribuições efetuadas. Qual a vantagem de entrar na Fundação?

Para atrair o pessoal foi criado o benefício mínimo de 10% para quem se aposentava. Mais tarde a adesão tornou-se automática. O empregado, ao ser admitido na Celesc, assinava uma profusão de papéis, um deles a inscrição na Celos, outro, a filiação no Sindicato.

Se no início a Fundação não seduzia os empregados com baixos salários, muitos se filiavam por outra razão: os empréstimos. Era prática corrente na época solicitar adiantamento salarial. Com a criação da Fundação, esse procedimento foi regulamentado, pondo fim aos constrangimentos e à dependência da boa vontade dos chefes. Os empregados, quando se associavam, não percebiam a entidade como arrimo do futuro, mas como solução imediata para a falta de dinheiro.

Maria Terezinha Barbosa, copeira, confirma o fato ao se recordar da primeira reunião em que os empregados foram convidados para entrarem na Fundação. *"Ninguém estava muito a fim, até falarem dos empréstimos que seriam oferecidos"*. Ao contrário dos adiantamentos, descontados integralmente do salário do mês subsequente, na Fundação os empréstimos seriam pagos em parcelas.

Além da dificuldade de adesão, ainda havia as desistências. Diversos empregados pediam desligamento, por diferentes motivos: argumentavam que a Fundação só serviria para os salários mais altos, pois os de menor renda não teriam complementação; alegavam que o custo da contribuição era alto; e, também, porque não acreditavam que a Fundação teria sucesso e, assim, optavam por acumular suas próprias poupanças para as futuras aposentadorias.

Numa reunião do Conselho em que o assunto foi tratado, Hélio Piazzarolli sugeriu que fossem divulgados, no recém-criado boletim informativo, os nomes dos empregados que recebiam auxílio-doença, auxílio-nupcialidade e benefício de aposentadoria, como forma de desestímulo aos que solicitavam desligamento.

## Um contador que sabia voar

*No dia 31 de agosto de 1983, pouco mais de um mês depois de completar 60 anos e com 41 anos de trabalho, Osvaldo Camilli aposentou-se na Celesc. Passou 27 anos na Empresa, onde ingressou em maio de 1956. Foi um pioneiro, colaborando com seu conhecimento de contabilidade desde antes da criação da distribuidora. Trazia a experiência de 14 anos de labuta em empresas de construção civil, onde também chegou a exercer a função de contador.*

*Conviveu com os números e as contas desde muito cedo, ajudando na marcenaria do pai. As recordações dessa época não cansava de contar aos filhos. Até as menos agradáveis, como a que o acompanhou pelo resto da vida: a ponta do polegar decepada por uma serra circular. Mas jamais se queixou do acidente. Pelo contrário, gostava de brincar dizendo que foi tirar uma pequena poeira da serra e lá ficou um pedaço do dedo.*

*Cada centavo ganho na marcenaria, Camilli juntava para gastar com uma de suas paixões, as matinês no cine Royal. Cultivou outras ao longo da vida: de remador e de piloto de avião, brevetado pelo Aeroclub de Santa Catarina, cujo campo de pouso estendia-se sobre onde mais tarde foi construída a Avenida Central do Kobra-sol, em São José.*

*Profissional dedicado, depois de formar-se contador, graduou-se em Ciências Econômicas e cursou até o quarto ano de Direito. Meticuloso, organizado, gostava das coisas muito bem arrumadas. Segundo Teresinha Medeiros da Rosa, que trabalhou com ele nos inícios da Fundação, Camilli “era tão cuidadoso que até o rascunho era bem feito”. ☺*

Heinz Lippel manifestou-se alegando que *“existem casos de servidores que não podem contribuir para a Fundação Celesc porque seu salário é pouco diante de seu orçamento familiar, sendo impossível dispensarem qualquer importância”*.

Luiz Gomes sugeriu que fosse criado um fundo social para essas situações. A proposta foi amplamente debatida, mas o atuário entendeu que deveria ser mais bem estudada a criação desse fundo. Decidiram fazer uma campanha de recuperação dos desistentes e de adesão dos que ainda não haviam se inscrito. Deliberaram ainda que os administradores regionais deveriam *“tentar impedir os desligamentos”*.

## Virando a página

Apesar do ótimo desempenho de Peñaranda e de seu bom relacionamento com o assessor técnico Nilo Momm e com o contador José Nicácio da Silveira, a Diretoria da Fundação decidiu seguir a sugestão da Eletróbrás e propôs ao Conselho de Curadores a contratação de Jessé Montello. Este era amigo de Antonio Delfim Neto, Ministro da Fazenda até 1974 e então embaixador do Brasil na França. A proposta foi aprovada no dia 28 de fevereiro de 1975.

Nessa mesma reunião, o presidente Luiz Gomes noticiou que, em função da mudança de governo – Colombo Machado Salles passaria o Governo do Estado a Antonio Carlos Konder Reis –, haveria mudanças na Direção da Celesc e, por consequência, ele deixaria a Presidência da Fundação. O novo presidente, que assumiria no dia 3 de março, já estava indicado: era o chefe do Departamento Financeiro da Celesc, o contador Osvaldo Camilli. Os demais diretores – Remi Goulart e Rosa Bella Cruz Chaves – permaneceriam nos cargos. Luiz Gomes comunicou também a substituição do assessor técnico Nilo Momm por Ademar Rogério Albino.

Antes de despedir-se, Luiz Gomes anunciou, solene, que na Assembleia Geral de Acionistas

da Celesc, ocorrida na mesma data, decidiu-se considerar que “*estava extinta a primeira fase, o período de implantação da Fundação*”. Começava, assim, um novo período, com outro presidente e outro atuário.

## Sai Peñaranda, entra Montello

No dia 3 de março de 1975, Osvaldo Camilli assumiu a presidência da Fundação. Na Celesc, Hercílio da Luz Collaço passou a ser o novo Presidente.

Embora a Fundação almejasse autonomia, isso ainda estava muito distante. A patrocinadora decidia quase tudo. Para se ter uma ideia de como era o funcionamento do fundo de pensão, basta dizer que o Presidente Osvaldo Camilli permanecia na Fundação apenas parte das manhãs, dedicando o resto do tempo a suas atividades na Celesc. A Fundação era considerada um pequeno apêndice da distribuidora.

E a Celesc era mais que patrocinadora de um plano de previdência. Patrocinava tudo, ou quase tudo. Não por acaso, era chamada de “mantenedora”, enquanto os participantes eram tratados por “mantenedores-beneficiários”. Além de fornecer os empregados, municiaava a Fundação com quase todos os recursos materiais necessários e ainda pagava o aluguel e as despesas com as instalações. Sendo a provedora, mandava.

Mas estava chegando a hora de a Fundação formar seu quadro de pessoal, ter seus próprios empregados, ganhar alguma independência. Entretanto a “mantenedora”, ao invés de incentivar o quadro próprio da Fundação, propôs que os empregados fossem admitidos pela Celesc e ficassem à disposição. Não foi isso o que aconteceu.

Em maio de 1975 a Fundação contratou seu primeiro empregado: Ângelo Tadeu Me-deiros. No mês seguinte, outros cinco: Alberto Henrique Gomes, Maria Delorme Machado, Rozana Terezinha Santos, Plínio Takuro Assahi-



*Osvaldo Camilli nasceu em Curitiba e veio para Florianópolis com 3 anos de idade, em 1926, pouco antes da inauguração da Ponte Hercílio Luz. Estampava no semblante a descendência europeia: o pai, Thomaz Camilli, era italiano; a mãe, Helena Ambus, polonesa.*

*A viúva de Camilli, Elide, preparou com esmero uma singela biografia do marido, por quem nutre muito orgulho. Para ilustrá-la, usou uma foto que até hoje guarda carinhosamente em sua carteira.*

*Elide assinalou que Osvaldo “era muito bom pai e bom esposo”. Homem calmo, “sempre bem humorado, vivia cantarolando pela casa”. Depois que se aposentou, seu “passatempo preferido passou a ser as palavras cruzadas”. Camilli “gostava de ajudar as pessoas humildes e dedicava todo seu tempo livre à família”.*

*Osvaldo Camilli foi presidente da Celos de 3 de março de 1975 a 19 de maio de 1976. Tanto na Celesc quanto na Celos, recebeu incontáveis homenagens de gratidão pelos serviços prestados. Faleceu em 9 de abril de 1999, “deixando como principal herança” aos quatro filhos e três netos “um grande exemplo de caráter e dignidade”, declarou Elide. ©*

na e Jandira Alvim dos Reis. Em julho admitiu mais quatro: Sonia Maria Ramos Machado, Eroni Bernadete Farias de Souza, Clara Inês Girardi Bernardes e Edson Silveira. Aos poucos formava seu próprio quadro de pessoal.

Em seguida vieram Paulo Antonio Romanzini, Luiz José Ferreira, Ione Gomes de Souza e Icaroti dos Santos. Em novembro daquele ano acrescentaram dois Zulmares à lista – o Zulmar Pedro Pereira e o Zulmar Vieira de Oliveira –, de modo que no final do ano já havia 16 empregados contratados, que, somados aos que estavam à disposição, formavam mais que duas equipes de futebol completas.

A casa da Rua Bocaiuva estava pequena para abrigar tanta gente. Mas, para demonstrar que a autonomia estava distante, a Celesc decidiu que a Fundação deveria mudar de endereço. Resolveu ceder o segundo pavimento do edifício da Rua Deodoro, 35, no centro de Florianópolis. Não se tratava de imóvel próprio da “mantenedora”, mas alugado. E o aluguel continuaria sendo bancado pela Celesc.

A troca do atuário é emblemática sobre como as decisões eram tomadas fora da Fundação. A Celesc resolveu substituir Peñaranda por Jessé Montello mesmo que o primeiro estivesse atendendo bem o fundo de pensão. Quando a Fundação recebeu a proposta financeira dos serviços que seriam prestados por Montello, não pôde decidir, porque o valor foi considerado elevado: 20 salários mínimos por mês. Apresentou a conta para a Celesc, que concordou em cobrir os honorários.

Embora a Fundação evoluísse em termos de estrutura, os serviços permaneciam precários. Não conseguia nem mesmo definir uma data para o pagamento dos benefícios. Eddie Campos, numa reunião do Conselho de Curadores, propôs o estabelecimento de um dia do mês para o pagamento dos aposentados. A proposta foi aprovada, mas ficou registrado que a Fundação não teria condições, ainda, de cumprir o solicitado, em função das carências de pessoal e de instalações. Em outras palavras, honrava-se o compromisso do pagamento dos benefícios, mas ninguém conseguia saber a data exata em que iria receber.

A vocação de Rosa Chaves era a assistência social, e o fato de manter-se respondendo pelas duas Diretorias, Assistencial e Financeira, era preocupante. Para tentar minorar as dificuldades, e considerando que Remi Goulart não havia se recuperado dos problemas de saúde, em setembro de 1975 Persi Adão Hahn foi indicado para assumir a Diretoria Financeira.

Era um tempo de mudanças. Os Estados Unidos retiraram-se do Vietnã depois de amargarem incontáveis perdas e de sofrerem pressões de todos os cantos do planeta. No Brasil, ainda que o país estivesse submetido a uma ditadura, a sociedade civil começava a se movimentar, clamando por mudanças. Intelectuais e acadêmicos, reunidos na 27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, manifestaram duras críticas ao regime. O movimento sindical viu surgir uma forte liderança, que não imaginava sua própria trajetória futura: no ano de 1975, o torneiro mecânico Luiz Inácio da Silva, o Lula, assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.



## Tem gelo?

Na primeira viagem que o novo atuário, Jessé Montello, fez a Florianópolis para reunir-se com a Fundação, trouxe a esposa e hospedou-se no Hotel Floph, na época o mais requintado da cidade. Homem elegante, refinado, apreciava comer camarões na Lagoa da Conceição e gostava de vestir-se com esmero. Na primeira reunião



em que compareceu na Fundação Celesc, trajava um terno de linho branco. Reunida a Diretoria, alguns conselheiros e assessores, Montello ocupava a cabeceira da mesa quando Eroni Bernadete Farias de Souza, a recepcionista, entrou equilibrando o bule de café e as xícaras sobre uma bandeja de alumínio. O primeiro a ser servido, obviamente, foi o atuariário. Impressionada pela fineza e altivez daquele homem vestido de branco, Eroni desequilibrou-se e derramou café sobre o traje impecável. Todos ficaram pasmos, boquiabertos. Eroni, negra, ficou mais branca que o terno. O único que não se alterou foi o próprio Montello. Mantendo a distinção, apenas perguntou, sem alterar a suavidade da voz:

- Tem gelo?

Ante a mudez de todos, ele foi obrigado a repetir a pergunta insólita:

- Tem gelo?

Eroni saiu correndo. Pouco depois voltou esbaforida, com pedras de gelo dentro de um prato. Montello, sem perder a elegância, tomou uma pedra nas mãos e a esfregou calmamente sobre o café derramado. Seguiu neste rito até o gelo derreter-se e a mancha desaparecer, restando apenas um pouco de umidade no terno de linho, que foi secando devagar. Ao final da reunião já não era possível perceber onde havia sido derramado o café.

## A taxa que deu o que falar

Em 1975 uma questão polêmica ligava a Fundação aos sindicatos: a taxa de luz. Os empregados da Celesc tinham direito a consumir gratuitamente determinada quantidade de energia elétrica mensal. A Celesc pretendia retirar esse benefício, conhecido como "taxa mínima", do acordo coletivo daquele ano, mas as negociações com os sindicatos estavam emperradas, pois boa parte dos empregados não queria ceder. Há quem lembre de brigas sérias ocorridas na sede do Sindicato de Florianópolis, no Edifício Dias Velho, entre os que aceitavam trocar o benefício e os que eram contrários. Ao mesmo tempo, a Funda-

## Dignidade e humildade

*Nascido em Santos, filho de um juiz de direito, Roberto Mündell de Lacerda residiu em Ponta Grossa, Concórdia, Indaial e Lages. Mudou-se para Florianópolis para concluir o curso ginásial e fazer o curso científico interno no Colégio Catarinense.*

*Estudante de Direito, dividiu com os livros o exíguo espaço do sótão de uma pensão na Rua Conselheiro Mafra. Sua voz possante – a despeito de ser franzino – muitas vezes animou comícios do amigo Nereu Ramos. Equilibrando-se sobre caixas de bacalhau, vertia discursos inflamados.*

*Seus interesses, porém, não ficavam restritos à advocacia. Era apaixonado pela matemática. O gosto pela estatística o credenciou a ser Diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Estado. Lá conheceu a esposa, que trabalhava como secretária. Foi também professor de Estatística na Faculdade de Ciências Econômicas, mantendo por toda a vida simpatia por essa ciência. Quando morreu, restou ao lado da cadeira onde apreciava ficar sentado nos últimos dias de vida um livro de estatística recém-comprado. O interesse pelos números transmitiu aos netos: dois deles estudiosos de matemática. ☺*



ção solicitava à Celesc a ampliação de alguns benefícios assistenciais e previdenciários. O Presidente Hercílio da Luz Collaço foi taxativo:

- Enquanto não ocorrer acordo entre sindicatos e Empresa sobre a situação da taxa mínima, não serão concedidos outros benefícios à Fundação.

Na reunião do Conselho de Curadores de 19 de dezembro de 1975 o assunto polarizou as discussões. A Diretora de Bem-Estar, Rosa Chaves, ponderou sobre a impossibilidade de a Fundação conceder qualquer outro benefício sem que houvesse novos cálculos atuariais que o garantissem. Ela esclarecia:

- A contribuição para a Fundação de 3% sobre o valor do salário de cada empregado destina-se tão somente aos benefícios iniciais, que são a suplementação de auxílio-doença, auxílio-nupcialidade e auxílio-reclusão.

As discussões pareciam intermináveis, e o entendimento só chegou no ano seguinte, em setembro de 1976, quando o acordo coletivo trouxe conquistas para os eletricitários ativos e aposentados, marco importante na consolidação da Fundação.

Os sindicatos decidiram homologar a extinção da "taxa de luz", mas perceberam que o momento era oportuno para negociar cláusulas importantes, definidas em assembleias gerais na base dos sindicatos de Florianópolis, Blumenau, Joinville e Lages, este último participando pela primeira vez nas negociações coletivas. A pauta, unificada, foi encaminhada à Diretoria da Empresa em agosto de 1976.

Entre as reivindicações apresentadas, além das cláusulas econômicas, constava a complementação das aposentadorias pelo salário integral, através da Fundação, inclusive aos que haviam se aposentado a partir de 1972; e a "*representação de dois membros efetivos e dois membros suplentes, no Conselho de Curadores da Fundação Celesc de Seguridade Social, indicados pelos Sindicatos*".

Esta última reivindicação, improvável ante a conjuntura autoritária em que vivia o país, demonstra que a preocupação dos sindicatos com os rumos da Fundação vem de longe. Mesmo numa época em que a liderança sindical pisava em ovos, sem sair dos caminhos tutelados pelos poderes ditatoriais, já nascia o anseio de transparência, democracia e participação, numa entidade voltada para o presente e o futuro dos eletricitários.

Depois de muitas negociações, o acordo coletivo foi assinado, incluindo pela primeira vez cláusulas relativas à Fundação. Na cláusula quinta ficou estipulado que "*os sindicatos [...]*

*Em 1956 Roberto Lacerda mudou-se com a mulher e três filhos para a casa que construiu no alto da Avenida Rio Branco. Outros dois filhos nasceriam nessa casa, onde morou até o último dia de vida. O gosto pela cultura ficava patente na coleção de livros, que foi extrapolando os limites da biblioteca e invadindo os espaços da casa à medida que os filhos casavam. Transmitiu a eles o hábito da leitura. Reunia-os todos os domingos após o almoço e caminhavam até a banca de jornal, onde cada um dos cinco escolhia uma revista para ler.*

*Um dos primeiros empregados da Celesc, matrícula número 2, por muitos anos foi chefe do Departamento Jurídico. Foi também Diretor Financeiro da Celesc no início dos anos 70 e seu Presidente de março a abril de 1971.*

*Nomeado o segundo reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, de 1972 a 1976, implantou a reforma universitária e contribuiu para a mudança da Universidade para o campus da Trindade. Empreendedor da educação, idealizou o campus avançado de Santarém, ajudou a construir o Hospital Universitário e a Biblioteca Universitária. Cultivava tanto amor pelas obras que realizou na Universidade que um dos programas preferidos nos fins de semana era levar os filhos para passe-*

*homologam a decisão adotada [...] para extinção do benefício que vigorou até abril de 1976, quanto ao consumo de energia elétrica nas respectivas residências”.*

A cláusula sexta assegurava que, em troca da “taxa de luz”, os empregados receberiam *“uma gratificação de férias correspondente a 50% do salário fixo que na ocasião do vencimento das mesmas estiver o empregado percebendo”.*

Na cláusula sétima, a Celesc assumiu o pagamento do auxílio-enfermidade, ou seja, arcaria com a diferença entre o auxílio-doença, pago pela previdência social, e a remuneração percebida pelo empregado. Na mesma cláusula foi aprovada a aposentadoria por invalidez: *“A Celesc, a partir da assinatura do acordo, passa a assumir o ônus pelo pagamento do auxílio-enfermidade, atualmente de responsabilidade da Fundação, e esta Entidade, sem novo ônus para os empregados, instituirá, também a contar da assinatura deste acordo, a suplementação da aposentadoria por invalidez, dentre os benefícios que defere aos seus associados a ser definido em regulamento atuarial”.*

A aposentadoria especial como antecipação da aposentadoria por tempo de serviço e velhice ficou estabelecida na cláusula oitava do acordo: *“A Celesc, através da Fundação, concederá aos servidores associados àquela Entidade, nas condições definidas em lei, e a partir da data da homologação do presente acordo, a suplementação da chamada aposentadoria especial como antecipação da aposentadoria por tempo de serviço e velhice, a ser definida em regulamento atuarial”.*

O número de cláusulas, que eram de apenas seis nos acordos anteriores, passou para quinze, a maioria econômicas, para compensar a extinção da “taxa de luz”.

A reivindicação de representação sindical no Conselho de Curadores não foi aceita, só voltando à pauta de negociações dez anos depois, na redemocratização do país, em 1986.

## **Pantufas e Robe de Chambre**

A 21 de janeiro de 1976 pousava no Rio de Janeiro o Concorde, um jato supersônico francês que, naquele dia, inaugurava voos comerciais em dois trajetos: Londres-Bahrein e Paris-Rio de Janeiro. A chegada do Concorde causou tumulto. Todos queriam ver de perto a aeronave que se deslocava mais rápido que o som. Ademar Rogério Albino e Icaroti dos Santos tiveram o privilégio de assistir, poucos meses depois do lançamento do jato, a uma

*ar na UFSC, numa época em que se deslocar da Avenida Rio Branco à Trindade requeria um tempo considerável. Anos depois, como reconhecimento pelos serviços prestados à Universidade, receberia o título de professor emérito.*

*A criação da Fundação, em 1974, coincidiu com o período em que ele esteve na Reitoria. Em consideração ao eminente professor e advogado, foi-lhe concedida a inscrição número 1. Roberto Lacerda presidiu a Fundação de maio de 1976 a agosto de 1980. Durante seu mandato foi adotado o nome Celos e criada a logomarca.*

*A inteligência privilegiada permitiu que se ocupasse dos conhecimentos mais variados. No amplo leque cultural, que ia do Direito à Matemática Pura, incluía-se também o saber de História e um refinado gosto pela pintura. Um de seus hobbies preferidos, ao lado do prazer da leitura, era pintar quadros. Há dezenas deles espalhados pela casa. Só parou de pintar quando, em consequência da doença, o cheiro da tinta passou a incomodá-lo.*

*Apesar de todos os cargos que ocupou, era avesso a badalações, odiava homenagens, títulos, referências. No lugar dos prêmios, lauréis e tributos preferia o doce convívio com os netos. ©*

decolagem daquele gigante dos ares. Eles estavam no Rio de Janeiro para um estágio com o atuário Jessé Montello.

Ademar tomara posse em junho de 1976 na Diretoria de Bem-Estar da Fundação, substituindo Rosa Chaves, que voltara à Celesc para assumir a coordenação da área de assistência social. Icaroti era contador na Celesc e fora convidado por Ademar para ser responsável pela área de contabilidade da Fundação. Foram ao Rio por indicação de Roberto Mündell de Lacerda, que desde 19 de maio de 1976 presidia a Fundação.

Roberto Lacerda, advogado de carreira da Celesc, deixava o cargo de Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina para assumir o fundo de pensão dos empregados da Celesc, com o propósito de imprimir-lhe um novo ritmo. Era preciso andar mais rápido, tirar os pés do chão, decolar, mesmo sem a velocidade de um supersônico.

Ademar Albino e Icaroti chegaram ao Rio de Janeiro e instalaram-se num pequeno hotel no centro da cidade. Na manhã do dia seguinte foram procurar o endereço do escritório de Jessé Montello, em Ipanema. Surpreenderam-se ao darem de cara com um edifício residencial. Estariam enganados? Na dúvida entraram no saguão luxuoso, subiram até o andar especificado no endereço e procuraram o número da sala. Ainda ressabiados, apertaram a campainha e, para espanto de ambos, maior até que a visão da decolagem do Concorde, foram recebidos na imensa sala do belo apartamento do atuário, situado de frente para o mar, por um Jessé Montello trajando *robe de chambre*, com um lenço de seda envolto no pescoço, vindo até eles deslizando sobre excêntricas pantufas pelo piso reluzente.

Os dois interioranos, um de São Joaquim, outro de Matão, depois dessa situação inesperada, sentiram-se preparados para tudo. Passaram duas semanas no Rio. Pela manhã iam ao apartamento de Montello e à tarde, enquanto o atuário trabalhava, os dois ficavam no hotel, estudando o que haviam aprendido. Icaroti aprofundava-se nos conhecimentos de contabilidade para os fundos de



# Conheça melhor Je é seu



pensão, enquanto Ademar preparava a nova redação dos planos de benefícios, conforme orientação de Montello.

## Rumo à Hercílio Luz

Os dois assuntos que mais mobilizavam a Fundação não estavam no Rio, mas bem próximos à Diretoria, em Florianópolis. O primeiro, a necessidade de um plano salarial para os empregados, uma vez que não houve regra única para estabelecer os salários dos contratados para a Fundação. Em 13 de agosto de 1976 o Conselho de Curadores aprovou a confecção de um plano de cargos e salários para o fundo de pensão. Essa decisão, que se transformou na Deliberação 01/76, foi o primeiro ato deliberativo do Conselho que ficou registrado em Ata da Fundação.

O outro assunto dizia respeito às instalações. Em março de 1976, depois de analisar propostas de três empresas, decidiu-se pela aquisição de dois andares do edifício Alpha Centauri, ainda em construção na Rua Hercílio Luz, no centro de Florianópolis. Roberto Lacerda incumbiu Maria Delorme Machado de acompanhar o andamento das obras do prédio. Todo santo dia, fizesse sol ou chuva, ela caminhava da Rua Deodoro até a Hercílio Luz, verificava pessoalmente o avanço de cada centímetro da construção e relatava ao Presidente. Quando fizeram a mudança para as novas instalações, sequer imaginavam que permaneceriam ali século XXI adentro.

Mesmo a alegria por ocuparem as novas instalações não conseguia fazer esquecer um problema que atormentava gestores e participantes da Fundação: não havia um fundo financeiro que garantisse o tempo anterior aos fundadores. Segundo o atuário, a importância de 4 milhões de cruzeiros constante da escritura inicial destinou-se apenas a garantir riscos iminentes.

Esclarecia Jessé Montello que o fundo poderia ser assegurado de duas maneiras: *“pelo pagamento mínimo mensal pela Celesc de uma taxa correspondente a 2,85% da folha de paga-*

*mento, perpetuamente, ou numa taxa de 4,33% por 20 anos; ou pela transferência mensal para a Fundação, dos quantitativos necessárias à cobertura das aposentadorias concedidas, referente ao tempo anterior na Celesc”.*

Em consequência, não foi possível a implantação imediata da complementação da aposentadoria. Mas o Presidente Hercílio da Luz Collaço fora taxativo quando discutira o assunto com os dirigentes sindicais:

- Esta questão deverá constar de pauta para estudo quando do acordo salarial de 1977.

Embora no acordo de 1977 a cláusula oitava basicamente repetisse o que havia sido acordado em 1976, esse assunto só seria resolvido em 1979.

Outra preocupação rondava os gestores: a falta de rentabilidade do empréstimo social tornava-se um fator de descapitalização da Fundação. A Diretoria pensou extinguir esse auxílio, mas acabou acatando sugestão do Conselho de Curadores de restringir ao máximo a concessão de novos empréstimos, pois as taxas cobradas estavam abaixo dos preços praticados pelo mercado.

No final de 1976, a Diretoria da Fundação iniciou estudos para implantar um plano habitacional que atendesse os participantes com renda mensal de até cinco salários mínimos que desejassem construir casa própria. Contatos com a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab-SC) indicavam que o plano seria viável. A Diretoria também planejava criar um seguro de vida em grupo que permitisse aos familiares dos empregados da Celesc receber um pecúlio em caso de falecimento.

## ***Pole position***

A Fundação reforçava sua estrutura, preparando-se, sem que ainda soubesse, para uma alteração significativa na vida dos fundos de pensão que viria a ser estabelecida a 15 de julho de 1977, por meio da Lei nº 6.435. Com essa lei, as entidades fechadas de previdência privada passaram a ter uma regulamentação específica, o que provocou algumas alterações nas fundações e o início de um processo de transparência na administração dos recursos.

A Lei nº 6.435 definiu o que eram entidades de previdência privada, tanto abertas quanto fechadas, e estabeleceu que sua constituição e funcionamento dependiam de autorização prévia do governo federal. Segundo a lei, o poder público agiria no sentido de proteger os interesses dos participantes e de determinar padrões mínimos de segurança financeira para preservar a solvência dos planos, além de disciplinar e coordenar as entidades visando à integração e ao desenvolvimento econômico e social do país.

No dia 20 de janeiro de 1978, o governo sancionou o Decreto nº 81.240, que regulamentou a Lei nº 6.435 e estabeleceu um prazo de 120 dias para que as fundações requeressem as autorizações de funcionamento exigidas e apresentassem planos de adaptação ao que estava disposto na lei.



Roberto Lacerda, notabilizado por praticar uma gestão austera e eficiente, quis que a Fundação fosse uma das primeiras a se adequar às exigências da lei, alterando regulamentos e estatutos. Os empregados se engajaram na tarefa e conquistaram o objetivo: a Fundação Celesc de Seguridade Social foi a primeira do Brasil a cumprir os requisitos da nova disposição legal.

As novas regras, complementadas pela Resolução 460 do Conselho Monetário Nacional, de 22 de fevereiro de

1978, trouxeram dificuldades no trato com os recursos, uma vez que as exigências e os controles das aplicações tornavam-se maiores e mais complexos. A pedido da Diretoria da Fundação, o Conselho de Curadores aprovou, em 2 de agosto de 1978, a contratação dos serviços de um banco de investimento ou de uma corretora, pois a Fundação não contava com infraestrutura capacitada para tal. Após pesquisa de mercado, e seguindo orientação do Governo do Estado de Santa Catarina, foram contratados os serviços da Bescam, Corretora de Títulos, Valores e Câmbio S.A., ligada ao Besc.

Nesse mesmo ano foram criadas duas organizações importantes para o sistema de previdência privada no Brasil: em março de 1978 a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), com o objetivo de representar os fundos de pensão junto ao governo e promover a integração, profissionalização e modernização deles; e em julho do mesmo ano a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ligada ao Ministério da Previdência, responsável pelo controle e fiscalização das entidades fechadas.

CELOS

EXIT



# Meu nome é Celos

Antes de ser criada, a Fundação Celesc de Seguridade Social era chamada de “Fundação”, como todos os demais fundos de pensão. Faltava um nome próprio, um nome que a diferenciase. Aproveitando o embalo das mudanças ocorridas com a Lei nº 6.435, a Diretoria contratou uma empresa de publicidade para criar uma logomarca e definir um nome de fantasia.

O nome e a marca foram escolhidos no final de 1978, mas foi apenas a 4 de janeiro de 1979 que, pela primeira vez, o nome CELOS apareceu registrado em Ata. Na reunião do Conselho de Curadores que aprovou por unanimidade o novo texto dos Estatutos e do Regulamento do Plano de Benefícios, que adequavam a Fundação às novas exigências legais, a entidade passou a chamar-se Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos.

## Proposta irrecusável

No dia 30 de janeiro de 1979, uma notícia alvissareira. Atendendo a uma reivindicação da Celos para integralizar as reservas matemáticas que permitiriam a cobertura do tempo de serviço anterior dos participantes fundadores, a Celesc apresentou uma proposta: transferir o edifício-sede da Empresa, situado na Rua José da Costa Moelmann, ao patrimônio da Fundação.

O edifício foi avaliado em CR\$ 87.447.377,00. Como o valor do compromisso da Celesc para constituir as reservas, segundo cálculo do atuário, era de CR\$ 86.705.632,00, o valor do prédio atendia perfeitamente ao propósito. A diferença foi creditada na Celos para amortizar um débito resultante de um contrato de empréstimo que a Celesc possuía com a Fundação.

Na correspondência que a Diretoria da Celesc enviou ao Governo do Estado pedindo autorização para a transação está destacado *“o vulto da importância e a responsabilidade do compromisso [...] eis que 142 empregados já estão aposentados e 2.918 oportunamente terão esse benefício na qualidade de fundadores”*. A carta ainda alude que esse tipo de procedimento já fora *“adotado por outras empresas estatais, do que é exemplo frisante o prédio da Eletrosul”*.

E completa: *“esclareça-se que, desde que concretizada a operação, a Celesc continuaria a ocupar o prédio na condição de locatária. Cabe referir que tal condição é vantajosa para a Celesc, uma vez que a estrutura tarifária brasileira para as empresas de eletricidade inclui no seu custo de serviço parcela destinada à cobertura de aluguéis. [...] Acreditamos ser a definição acima a que melhor atende aos interesses da Celesc e, inclusive, assegura a solução para um problema que está preocupando profundamente os empregados e comprometendo a situação financeira da Empresa. Na certeza da elevada compreensão de V. Excia, solicitamos a concordância do Governo do Estado de Santa Catarina para a alienação do imóvel, conforme proposta da Diretoria da Celesc a ser apreciada pela Assembléia Geral dos Acionistas”*.

No documento enviado pela Diretoria da Celesc ao Governo do Estado constam dois despachos favoráveis à solicitação: do Vice-Governador do Estado, Marcos Henrique Bue-

chele, e do Governador, Antônio Carlos Konder Reis. A Assembleia de Acionistas aprovou a transação em reunião no dia 26 de janeiro de 1979.

O Conselho de Curadores, obviamente, aprovou a proposta. Na mesma reunião, decidiu que a partir daquele dia a Celesc pagaria aluguel à Celos de 8% ao ano sobre o valor do imóvel, corrigido anualmente, e pagável mensalmente. Resolvia-se uma primeira grande pendência, que persistia desde a constituição do fundo de pensão.

O ano de 1979 encerrava-se com uma resolução essencial para os participantes: a Celos decidiu, em setembro, providenciar uma publicação contendo a legislação vigente sobre os fundos de pensão e encaminhar um exemplar a todos, para divulgar e dar mais transparência à Fundação. Mais importante ainda, decidiu iniciar a publicação de um periódico, que seria encaminhado a cada um dos participantes em mala direta. A decisão, entretanto, só viria a se concretizar em novembro do ano seguinte.

## Acomodando as melancias

O ano de 1979 ficou marcado por uma situação grave na economia brasileira: o auge da segunda crise do petróleo, com o aumento dos gastos com importação do óleo crescendo 270% em quatro anos. Em dezembro daquele ano ocorreria outro vendaval, com mais uma surpresa desagradável: a maxidesvalorização do cruzeiro em 30% diante do dólar. A dívida externa andava na casa dos 50 bilhões de dólares e, com a medida, crescia, num só dia, o equivalente a 500 bilhões de cruzeiros. Era uma tentativa de conter a demanda e, junto com ela, o governo eliminou subsídios e incentivos fiscais e aumentou preços públicos. Buscava a todo custo controlar a inflação, mas as providências foram inócuas: no final de 1980 a inflação atingiu 110% ao ano.



Cerimônia de posse de Hélio Darcy Breda

Um dos assuntos que polarizavam as discussões no Conselho de Curadores, quando Hélio Breda assumiu a Presidência da Celos, no dia 6 de agosto de 1980, era a forma como se dariam os reajustes dos benefícios. A regra em vigor: conhecido o valor que receberia da previdência oficial, este era descontado do cálculo da média das 12 últimas contribuições à Celos. Assim, caso houvesse uma revisão no valor do benefício da previdência oficial, a complementação da Celos era reduzida. Isso causava enorme polêmica, pois os aposentados não aceitavam esse procedimento e propunham que o valor do benefício estivesse desvinculado da previdência oficial. Diversas fórmulas foram propostas pelo Conselho e Diretoria, sem chegar a um consenso.

Chamado a Florianópolis para ajudar a esclarecer o assunto, o atuário propôs aplicar duas regras diferentes: uma para quem havia se aposentado até dezembro de 1977 e outra para os que se aposentaram ou viessem a se aposentar depois daquela data. O tema gerou muitas discussões e não houve acordo. Era agosto de 1981 e havia apenas 238 aposentados recebendo benefícios da Celos.

Durante o mandato de Hélio Breda, o Diretor de Bem-Estar foi Ademar Rogério Albino. Entretanto, Breda conviveu com três diretores financeiros. Quando assumiu, era Persi Adão Hahn, que em abril de 1981 foi substituído por Eddie Campos. Este, por sua vez, em abril de 1983 cedeu o posto para Hélio Mündell de Lacerda.

Apesar das dificuldades conjunturais, uma série de benefícios foi conquistada: a inclusão dos valores percebidos a título de horas-extras no cálculo do benefício de aposentadoria; a contribuição sobre a perda parcial de remuneração dos empregados que deixavam cargos de chefia e tinham a remuneração reduzida; a complementação de aposentadoria proporcional, por tempo de serviço superior a 30 anos, aos participantes do sexo masculino.

O grande destaque foi o estabelecimento da pensão por morte, garantindo às esposas uma renda vitalícia no caso da falta dos maridos. A pensão por morte, todavia, impicou a

## Chegou pelo trem

*Com apenas 7 anos, Hélio Darcy Breda foi estudar num seminário. Mas faltou vocação e, dois anos depois, voltava para casa, em Capinzal, para completar o curso primário. Fez o ginásio no Colégio São José, em Porto União, cidade onde viveu os melhores anos de sua vida.*

*A viagem de Capinzal a Porto União era feita de trem, numa linha da RVPSC, Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Diversos rapazes e moças faziam esse trajeto no início e no final dos semestres letivos, e também nos feriados prolongados. Embora a distância entre as duas cidades não fosse mais que 250 km, o trem gastava um dia inteiro para percorrer o trecho.*

*Era um comboio que fazia o transporte de passageiros e de carga. Partia às sete horas da manhã de Capinzal e ia parando pelo caminho, apanhando e largando viajantes, encomendas, produtos. A moçada reservava um vagão inteiro só para eles. Contados os rapazes do Ginásio São José e as mocinhas do Colégio Santos Anjos, ambos em Porto União, eram quase 50 alunos viajando. Conversavam e brincavam o tempo todo, entretendo-se para suportar o lento arrastar da viagem. ☺*



aceitação de contribuição específica pelos aposentados para a instituição e manutenção do benefício. A decisão foi tão significativa que, embora a Celesc a tenha oficializado em dezembro de 1981, ela foi instituída com efeito retroativo a 9 de dezembro de 1980, justamente a data em que a Celesc comemorava os 25 anos de existência.

Além dos benefícios que foram ampliados, desde 1981 a Celos discutia com a Celesc a possibilidade de se instituir um serviço de assistência médica e odontológica, o reembolso de despesas com medicamentos, com exames médicos e com internações hospitalares. Tencionava também a Celos que fosse concedido auxílio-funeral aos participantes.

Em novembro de 1980 os participantes ativos e aposentados receberam pela primeira vez um Boletim Informativo da Celos, caracterizando não só a necessidade de comunicação, mas a preocupação dos gestores com a transparência das ações da entidade. Os boletins foram enviados a todos os rincões do Estado, apesar das dificuldades, caracterizando-se como uma verdadeira revolução na comunicação da Fundação.

## Peitando o mico

A preocupação com a parte administrativa da Fundação ganhava corpo a cada dia. E para definir melhor as responsabilidades a Diretoria de Bem-Estar tornou-se Diretoria de Seguridade e Administração.

No final de 1982 aconteceram as primeiras eleições diretas para governador, após quase vinte anos de eleições indiretas. Em Santa Catarina foi eleito Esperidião Amin. No final de 1983 Hélio Breda reuniu o Conselho de Curadores para discutir dois assuntos importantes. Primeiro, o Decreto nº 2.065 do governo federal, que sujeitava as entidades de previdência privada, antes detentoras de imunidade tributária, ao pagamento de imposto de renda sobre os ganhos de capital. Isto implicava refazer completamente o orçamento para 1984. Mas a Celos pretendia, junto com outras fundações de todo o país, questionar judicialmente a medida.

O outro assunto foi a resolução do Conselho de Política Financeira (CPF) do Estado de Santa Catarina, que exigia que as fundações de empresas estatais aplicassem seus recursos nos bancos oficiais do Estado. Isto implicaria prejuízos para a Celos, pois o Besc remunerava



*Além de diversas paradas breves, o trem fazia duas mais demoradas: em Videira, onde almoçavam, depois de cinco horas percorrendo os 100 km desde Capinzal; e em Matos Costa, a não mais que 90 km de Videira, onde paravam para jantar. Só lá pelas nove da noite chegavam ao destino.*

*O longo convívio no trem solidificou amizades. Breda ainda se recorda de alguns que partilhavam as viagens: seu irmão Vilson Lauro, Alfeu Spada, Enio Bonissoni, Enio Spada, Lírio Zortéa, Lourenço Brancher, Wilmar Dallanhol e Vilson Kleinübing.*

*Hélio Breda era o líder da moçada, considerado o protetor da turma do Rio do Peixe desde que, numa briga em Porto União, quando um grupo de arruaceiros quis bater num companheiro de trem, desferiu sopapos nos três agressores. “Eu era um rapaz alto”, desconversa Hélio Breda, modesto: “tinha aos 14 anos quase a altura de hoje, então eles me respeitaram”.*

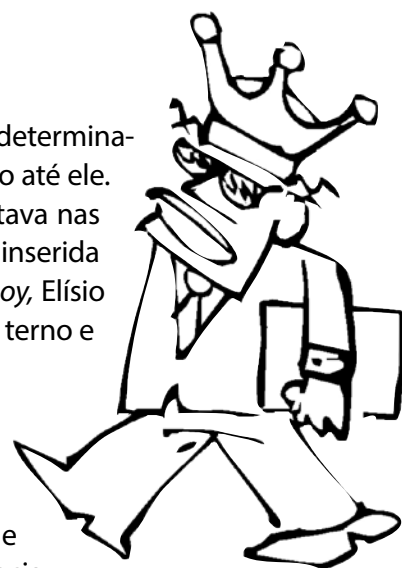
apenas 80% do que pagavam os outros bancos nas aplicações de *overnight* e *openmarket*. O Conselho de Curadores não teve dúvidas: decidiu peitar o CPF com base no argumento de que a Celos obedeceria à legislação federal sobre os fundos de pensão.

As dificuldades do país causavam apreensão na Celos. Embora a usina de Itaipu fosse festejada como um grande feito do governo federal, também foi responsável por boa fatia do aumento da dívida externa brasileira, que, no final de 1982, chegava a 66 bilhões de dólares. O Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e, nos anos seguintes, ainda por mais sete vezes pediu socorro à entidade. Em fevereiro de 1983 outra maxidesvalorização do cruzeiro em 30% assustava o mercado e expunha a fragilidade da economia brasileira. Em novembro de 1983 a inflação era de 149%; a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar atingia 140% e o produto interno bruto (PIB) caíra 3%. Mais uma vez o governo tentou desindexar salários para controlar preços.

## Rei de Uganda na Mauro Ramos

Breda participava de um congresso quando notou que não portava determinado documento. Telefonou para a Celos e pediu que o papel fosse levado até ele. O carro da Celos, um fusca cedido por empréstimo pela Celesc, ostentava nas portas o logotipo antigo da patrocinadora: uma torre de transmissão inserida num triângulo. O motorista da Celos era Marivaldo Marcon. O *office-boy*, Elísio José Farias, trajava naquele dia, já nem se lembra por quê, um elegante terno e gravata. Estava composto o elenco. O cenário foi a Rua Mauro Ramos.

Elísio combinou com Marivaldo que, ao chegarem ao local do edifício, o motorista deveria parar o carro, descer e abrir a porta do passageiro. Elísio desceria com toda a pompa e circunstância, carregando o documento pedido dentro de uma enorme pasta preta que conseguiu na própria Celos. O carro deveria ficar parado, de preferência de portas abertas, mesmo que atrapalhasse o trânsito, para dar mais credibilidade à cena. Marivaldo cumpriu o *script* como combinado. Ao verem saltar do carro e entrar no prédio aquele negro imponente, de terno novo, óculos escuros e uma reluzente pasta preta sob o



*Ao terminar o ginásio, mudou-se para Florianópolis para cursar Contabilidade e, graduado, retornou a Capinzal. Em 1960 casou-se com a namorada que havia ficado em Florianópolis. Dispensou a lua de mel para seguir, dois dias após o casamento, para Maringá, norte do Paraná, onde arrumara emprego.*

*Por lá ficou até ser chamado pelo velho companheiro das viagens de trem, Wilmar Dallanhol, que acabara de assumir um cargo de direção na Celesc e o convidou para trabalhar na Empresa. Aceitou sem pestanejar. Na capital, além de estar perto dos familiares, graduou-se em Direito, em 1970.*

*Hélio Darcy Breda foi Presidente da Celos de agosto de 1980 a abril de 1984. Quando deixou a Presidência, assumiu imediatamente a Diretoria Administrativa da Celesc, até março de 1987. Aposentou-se em 1991, mas continua ativo, ajudando os amigos e curtindo o que mais aprecia: pescarias. Citando um provérbio chinês, confidenciou que a pesca é um bom hobby porque “os deuses não contam o tempo que você passa pescando”.*

*Mais que as pescarias, Hélio Darcy Breda tem uma paixão que também vem dos tempos de Porto União. Certa feita, depois das provas de junho, terminado o jantar, alguns rapazes do Ginásio São José foram a uma lanchonete tomar um frappé. Estavam à beira da calçada curtindo os últimos dias de outono e de aulas, quando de uma janela ele ouviu a música que o encantou, o deixou fascinado. Era a Grande Marcha, de Aída, a famosa ópera de Giuseppe Verdi. A partir daquele dia foi arrebatado pela música clássica. ©*

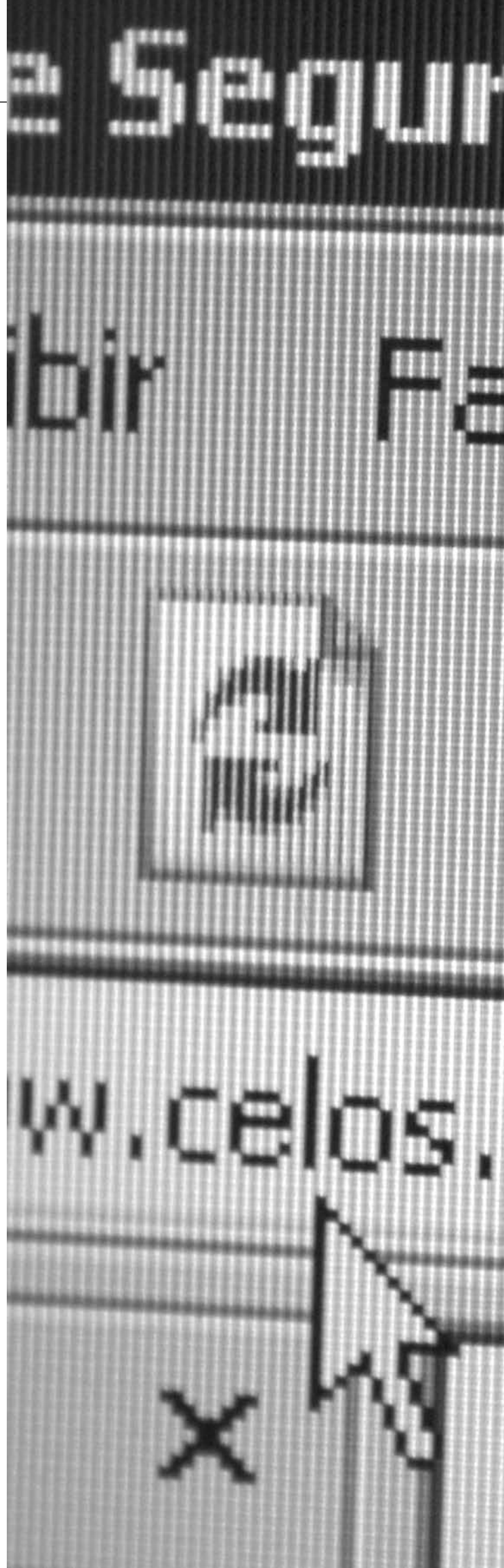
braço, as recepcionistas trataram de reverenciá-lo à altura da importância que o visitante, mesmo desconhecido, inspirava. Abriam portas e conduziram ao elevador, solícitas, reverenciais, aquele guerreiro africano que era a cópia de Idi Amin Dada, o ditador de Uganda deposto anos antes.

A moça que acompanhou Elísio parou diante da porta do evento e, num amplo e cerimonioso gesto circular com o braço, indicou-lhe a entrada, curvando-se em seguida, respeitosamente. Em passos firmes, batendo os calcanhares no chão, Elísio foi até onde estava Breda e sacou da pasta o documento. Entregou-o, fez meia-volta e, sem dizer palavra, retornou por onde havia entrado, deixando perplexa a plateia. Mais perplexas, as recepcionistas acompanharam o ilustre farsante até a saída do edifício, onde puderam ouvir o soar das buzinas, reclamando do carro mal estacionado. E o rei de Uganda, imperturbável, passos marciais, seguiu para o fusquinha, ao lado do qual Marivaldo curvava-se, respeitoso, para abrir a porta.

## Na era da informática

No dia 25 de abril de 1984 foi votada na Câmara Federal, em Brasília, a emenda constitucional do deputado pelo Mato Grosso Dante de Oliveira que propunha a volta das eleições diretas para Presidente da República. Naquele dia muitos ficaram colados nas emissoras de rádio e televisão que transmitiam informações sobre o andamento da votação. Mas para frustração da maioria dos brasileiros, que viveram um dia de grande expectativa, a emenda foi rejeitada. Embora tenha obtido 298 votos a favor e apenas 65 contra, não foi aprovada porque, devido à manobra de alguns políticos contra a redemocratização do país, 112 deputados não compareceram ao plenário.

A votação da emenda era o auge de um conjunto de manifestações que arrastou o país às praças públicas, para ouvir os comícios que ficaram conhecidos como movimento Diretas Já. A caravana das Diretas Já singrou o país de norte a sul. Em Florianópolis, no dia



29 de março, o comício reuniu mais de 20 mil pessoas em frente à Catedral Metropolitana. No Rio de Janeiro, no dia 10 de abril, um milhão de manifestantes aglomerou-se na frente da Igreja da Candelária, no maior ato público da história do Brasil até então. Mas esse recorde não duraria uma semana. No dia 16 de abril um milhão e quinhentas mil pessoas andaram da Praça da Sé até o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, para o maior comício pelas eleições diretas.

Hélio Mündell de Lacerda não teve tempo para acompanhar a votação na Câmara Federal no dia 25 de abril, pois na mesma data tomava posse como Presidente da Celos, no edifício Alpha Centauri. Junto assumiram Hércules Abdala, na Diretoria Financeira, e Ademar Rogério Albino, que permaneceu na Diretoria de Segurança e Administração.

Dois assuntos logo tomaram conta das preocupações dos novos diretores. O primeiro, o Decreto-Lei nº 2.065, que tirara a imunidade tributária das fundações e havia sido questionado na Justiça. A Celos obtivera inicialmente uma liminar ao mandado de segurança impetrado para não recolher o imposto, mas uma decisão superior, em Brasília, derrubava a liminar e recolocava a questão do pagamento dos impostos como um problema grave a ser administrado.

Outro tema, menos problemático, mas tão ou mais complexo, era o processamento de dados. No segundo semestre de 1982 a Celos começou a implantar os serviços de processamento de dados, que antes eram executados pela Celesc. Um dos primeiros trabalhos de vulto do computador foi a atualização do cadastro dos participantes. Depois os serviços de processamento de dados chegaram às áreas de contabilidade, benefícios e empréstimos, que eram realizados manualmente. Zulmar Pedro Pereira lembra a quantidade de cheques que eram datilografados diariamente, com cópia carbonada, para pagar benefícios ou despesas diversas. Os lançamentos contábeis eram realizados em máquinas que, além de conhecimentos técnicos, exigiam destreza na operação da parafernália de bo-



Funcionários da Fundação

tões e papéis. Para um único lançamento a máquina demorava alguns minutos e ensurdecia quem trabalhava por perto.

Os computadores serviram também para auxiliar no controle da inadimplência nos empréstimos a participantes. Havia um problema recorrente: os empregados deixavam a Celesc sem quitar as dívidas com a Celos, que ficava com enormes dificuldades para cobrar dos caloteiros.

A larga experiência da Celesc no trato com computadores, cujos técnicos contribuíram para estruturar o próprio Prodasc, Centro de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina, sinalizava que a Celos deveria recorrer aos conhecimentos da patrocinadora. Foi com o apoio de Ilton Dalmarco, profissional da Celesc, que a Celos entrou definitivamente na era da informática. Ilton coordenou a implantação dos serviços de processamento de dados na Fundação.

## Uma mentira para o bem

O ano de 1985 foi calmo e tranquilo para a Celos. É certo que necessitou conviver com uma inflação que atingiu ao final do ano 235%, mas o país já estava acostumado a esses índices assustadores, pois em 1984 a inflação atingira 223%. O assunto que mais mobilizou a Celos durante 1985 foram as negociações para a aquisição de terreno para a construção do edifício-sede da Celesc e, em seguida, os procedimentos para a seleção do projeto arquitetônico.

Em 1986 as mudanças no país começaram cedo. No dia 28 de fevereiro o governo anunciou um plano econômico que ficaria conhecido como Plano Cruzado. Esse plano mudou o padrão monetário nacional de cruzeiro para cruzado, cortou três zeros no valor do dinheiro, restabeleceu o centavo que havia sido extinto em 1984, instituiu o fim da indexação de preços e definiu que os salários seriam reajustados sempre que a inflação atingisse determinado patamar, o que passou a ser chamado de gatilho salarial.



Os primeiros meses do pacote econômico foram animadores: os salários subiram, os preços caíram, a inflação, que nos anos anteriores havia chegado à estratosfera, cedeu vertiginosamente. Mas o pacote de medidas anunciado em fevereiro passou a dar sinais de fragilidade quando as prateleiras dos supermercados começaram a esvaziar-se, tanto pelo aumento do consumo provocado pelo maior poder aquisitivo dos salários como pelo desabastecimento provocado por produtores que pressionavam por melhores preços. A falta de oferta, aliada ao crescimento do consumo, resultou em ágio. Só eram encontrados determinados produtos no mercado negro com preços exorbitantes.

O Plano Cruzado soçobrou lentamente, resistindo até as eleições de outubro de 1986, quando ajudou a eleger diversos governadores e senadores do PMDB. Mas em seguida vieram reajustes de tarifas públicas e aumento de impostos. A inflação, que estava controlada, retornou com força em 1987.

Entretanto, o fato de maior relevância no ano de 1986 para os participantes da Celos não estava ligado à economia ou à política, mas à saúde. Foi o ano da criação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar, conhecido como "Plano Amhor", em convênio com a Unimed. A Diretoria e os empregados da Celos estiveram mobilizados na divulgação do Plano, percorrendo todo o Estado, fazendo exposições e transmitindo a necessidade de adesão. Para viabilizar o convênio era necessário um número relativamente alto: 5 mil pessoas entre participantes e dependentes. A Celos estabeleceu uma data como meta e saiu a campo. Para incentivar a adesão, os participantes que se inscrevessem imediatamente estariam livres da carência de 60 dias.

Apesar de todo o esforço, não conseguiram o número mínimo de adesões. Hélio resolveu esconder esse fato dos participantes, mesmo correndo o risco de, mais tarde, romper o contrato com a Unimed. Anunciou que a meta havia sido alcançada, confiante de que aos poucos conseguiria a adesão dos indecisos. Hélio Lacerda contou que foi obrigado a mentir. "Uma mentira

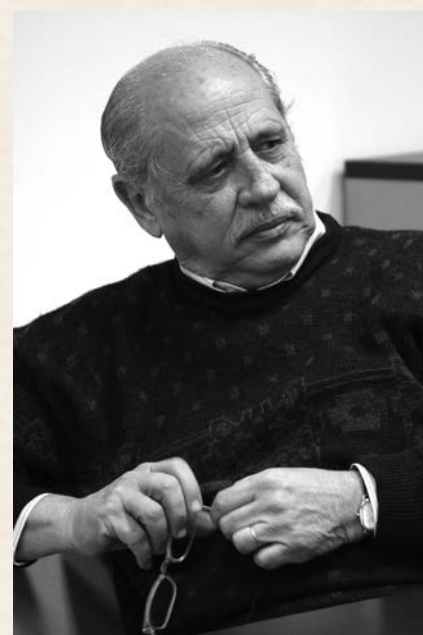
## Honra ao mérito

*Hélio Mündell de Lacerda era um bebê quando deixou São Joaquim, na serra catarinense, onde nasceu. A cidade natal só conheceu após os 40 anos. Era então Presidente da Celos e percorria o Estado em busca de adesões ao Plano Amhor.*

*Filho de juiz de direito, morou em Araranguá e depois em Indaial, onde iniciou a escola primária, debutando no universo das letras e dos números pelas mãos das dedicadas professoras do Grupo Escolar Raulino Horn. Em Florianópolis Hélio Lacerda concluiu o primário no Grupo Escolar Silveira de Souza e no Colégio Estadual Leonor de Barros. O ginásio e o científico fez no Colégio Catarinense, destacando-se não apenas nos estudos, mas também no futebol como titular no time da ADE, a Associação Desportiva Externato.*

*Começou a trabalhar muito cedo, aos 16 anos, como bolsista do Senai. E nunca mais parou. Mesmo aposentado da Celesc desde 1992, continuou na ativa. Exerce a função de consultor jurídico da Secretaria Estadual de Saúde.*

*Os primeiros salários como bolsista, guardava para poder visi- ➤*



*tar a namorada, em Lages, numa época de viagens caras, demoradas e cansativas. Ao graduar-se em Direito, em Florianópolis, já estava casado e tinha um filho. Pensou em fazer carreira na magistratura, mas, espelhando-se no pai, receou que lhe acontecesse o mesmo: rodar de cidade em cidade por todo o interior do Estado e, quando enfim retornasse à capital, lhe restasse pouco tempo para usufruir a vida.*

*Embora seu prazer esteja, ainda hoje, no trabalho, confessou que muitas vezes, ao cruzar com pessoas de sua idade, se interroga: “Final, quem está errado? Eu, que nunca parei de trabalhar ou aquele que está passeando calmamente com o cachorro?” Seu descanso também não deixa de ser trabalhando: “Eu não posso ver nada estragado. Se eu vir uma porta rangendo, eu já coloco óleo. Se eu vir uma mesa um pouco arranhada, fosca, eu já passo um verniz”. E completa, filosófico: “Gosto de consertar o que está errado”.*

*Hélio Lacerda mantém a elegância, a aparência bem cuidada, a postura ereta, o olhar altivo. Destaca-se nele a boa educação, a cortesia e a polidez de um gentleman. Transparece estar de bem com a vida. Apenas deixou no ar um arrependimento: “Tive vontade de seguir a carreira militar, na Marinha, e sinto não o ter feito”. Mas essa lacuna ele supre participando da Sociedade Amigos da Marinha, onde, pelos serviços prestados, recebeu a Medalha Mérito Tamandaré. ©*

*para o bem”, explicou ele. E continuou em campanha junto aos participantes.*

Sem esconder certa emoção, ele confessou que *“uma das coisas de que mais me orgulho, até hoje, é ter feito esse plano de saúde”,* certo de que a pequena mentira anunciada era para o bem da coletividade dos empregados e aposentados da Celesc e da Celos.

## O Plano Amhor

Embora o plano seja de suma importância para os empregados da Celesc e da Celos, no início alguns participantes foram renitentes em assinar a adesão. Entendiam que o plano de saúde deveria ser ofertado pela Celesc, sem ônus aos empregados. Não concordavam em partilhar financeiramente os custos do Plano Amhor, apesar de os próprios sindicatos aprovarem a iniciativa.

As discussões sobre o plano de saúde deram mais transparência à Celos. O assunto mobilizou tanto os empregados que, no final do ano, quando da discussão do Acordo Coletivo de Trabalho, os sindicatos defenderam, mais uma vez, a participação na gestão da Celos.

Um dos responsáveis pela criação do plano foi Gerson Wanderley Leal, que ocupava a Diretoria Econômico-Financeira da Celesc e que, sabedor da importância de um plano de saúde para os empregados, se empenhou para que a Empresa assumisse os custos decorrentes de um plano de tal envergadura.

Houve um momento em que os empregados de menor salário passaram a ter dificuldades em honrar financeiramente as mensalidades. Foi quando se decidiu introduzir uma socialização no pagamento do plano. Um estudo elaborado por Evêncio Elyas Filho e José Murillo da Serra Costa Filho, que assessoravam Gerson Wanderley Leal, estabeleceu, mediante a fórmula de uma progressão aritmética, que ninguém pagaria menos do que 50% nem mais do que 150% do custo do plano. Isso reduzia o valor da contribuição dos salários mais baixos ao mesmo tempo em que elevava a dos maiores salários.



Assinatura Plano AMHOR: João Nilson Zunino e Hélio Mündell de Lacerda



Ex-Presidentes da Celos na festa de 10 anos da Fundação: Luiz Gomes, Hélio Mündell de Lacerda, Osvaldo Camilli, Hélio Darcy Breda e Roberto Mündell de Lacerda

# *Cutucando a caixa preta*



## Lideranças para um novo tempo

No final da década de 70 a conjuntura social e política deu sinais de mudança. Em 1978 as energias sociais reprimidas na ditadura extravasaram na região do ABC paulista. E logo tomaram o país. Os eletricitários catarinenses, imersos na prática assistencialista, deram os primeiros passos em direção à liberdade sindical.

Em 1981 Warnel Cruz de Souza foi eleito presidente do Sindicato de Florianópolis. A liberação de dois dirigentes, Warnel e Walter Ouriques, e a negociação direta com a Diretoria da Celesc, sem a tutela do Ministério do Trabalho, anunciavam novos tempos para a ação sindical.

Com o auxílio de Édio Valentim da Silva, foi elaborado um boletim que, além dos serviços prestados pelo Sindicato aos filiados, publicava notas sobre a Fundação. Através desses boletins os empregados da Celesc ficaram sabendo que a reivindicação de assistência médico-odontológica, nos mesmos moldes da Eletrosul, fora negada.

No ano de 1982 a onda democrática cresceu com as eleições diretas para governador, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com uma ânsia por participar de uma cidadania sufocada no período militar. Em Joinville alguns trabalhadores, influenciados pelo novo sindicalismo que nascia em São Paulo, perceberam o momento de mudar o rumo do Sindicato. A chapa de oposição presidida por Ilson Pereira, tendo Aramis Luiz de Novaes como 1º Secretário, venceu as eleições de 1984.

Em Florianópolis, um grupo de engenheiros da Celesc e da Eletrosul, decididos a construir uma nova história para os sindicatos, passou a atuar no Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina. Um deles, Vitor Sérgio Schmidt, deixou a oposição sindical dos engenheiros e aceitou o convite para ser 2º secretário numa

*Foto:* Conselheiros e diretores da Celos. *Em pé:* Norberto Dadalt, Aramis Luiz de Novaes, João Carlos Espíndula da Silva, Maurílio Pereira dos Santos, Dijalma Martins, Décio Moritz, Pedro César Krieger, Sindal Pereira Rodrigues Pinto, Ademar Rogério Albino, Evêncio Elyas Filho, Isaltino Pedron. *Sentados:* Nicomedes Pedro Martins, Pedro Poroski, Maria Marlene Faraco, Helenice Oliveira Zattar



chapa do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, com Warnel Cruz de Souza como Presidente; João Vieira, Vice-Presidente; Walter Ouriques, 1º Secretário; e Edalício Cruz dos Anjos, 1º Tesoureiro. Na gestão seguinte, em 1987, Vitor assumiu a Presidência do Sindicato.

Foi um período importante na história dos eletricitários de Florianópolis, com o encontro de duas culturas sindicais: o assistencialismo, que dava os últimos suspiros, e o novo sindicalismo, que chegava com energia para fazer história.

Nas atas de reunião da Diretoria do Sindicato percebe-se como a cultura assistencialista persistia. Na primeira reunião da Diretoria eleita, em março de 1984, Warnel solicitou a Walter Ouriques *"uma explanação completa do funcionamento do gabinete dentário, do consultório médico e das próteses aos aposentados"*, com o objetivo de informar aos novos diretores os serviços de assistência social prestados pelo Sindicato. Alguns diretores pediram a palavra para sugerir a divulgação desses serviços, para atrair mais filiados. Em outra reunião, o principal ponto de pauta foram as reclamações de espera nos gabinetes dentários, em função das pontes fixas, que estariam tomando muito tempo dos dentistas.

## Último suspiro

Para Vitor Schmidt, *"a gestão dos serviços sociais consumia 90% dos recursos da entidade e 100% das energias"* dos sindicalistas, não havendo possibilidade de conciliar o assistencialismo com uma prática sindical combativa. Os diretores mais antigos, porém, defendiam o *status quo* com receio de revolta e perda da base, constituída na época por trabalhadores com baixos salários, que dependiam dos dentistas, médicos, material escolar, bolsas de estudo, enfim das "obras sociais" do Sindicato.

A solução para o impasse já estava sendo construída, na medida em que a Celos assumia e aprimorava a assistência social. Um episódio, segundo Vitor, foi decisivo para a superação de 20 anos de cultura assistencialista. As campanhas salariais restringiam-se à base do



Sindicato, predominantemente na Agência Regional de Florianópolis. Em 1985 o Sindicato de Florianópolis realizou a primeira campanha na Eletrosul, com ampla mobilização e grandes conquistas, tendo como resultado a filiação massiva. Antes, porém, surgiu um impasse: a mensalidade de 1% do salário, que financiava a assistência social, era considerada alta demais pelos empregados da Eletrosul. A solução encontrada foi reduzi-la para 0,5%, sem direito aos serviços assistenciais, ficando comprovado que o Sindicato poderia sobreviver sem o assistencialismo.

## Vamos catar coquinho

No ano de 1986 dois acontecimentos definiram os novos tempos dos eletricitários em Santa Catarina. O primeiro em Blumenau, no verão escaldante do mês de janeiro, numa assembleia lotada de empregados de toda a região. Os oradores se revezavam e o debate esquentou, discutindo-se o que fazer para convencer a Empresa a cumprir o Plano de Carreira. Alguns oradores sugeriram aguardar o posicionamento dos demais sindicatos; outros, cruzar os braços nos locais de trabalho.

A assembleia caminhava para o impasse quando Isaltino Pedron, líder emergente da categoria e candidato a Presidente do Sindicato de Blumenau em chapa de oposição, pediu a palavra e propôs que todos saíssem da Empresa. *"Vamos catar coquinho na rua"*, brincou Isaltino. A proposta foi aprovada e os eletricitários de Blumenau, sob os protestos de Onildo Gern, que não estava acostumado com tal prática sindical, fizeram a primeira greve da categoria em Santa Catarina.

O segundo acontecimento foi o Acordo Coletivo de 1986, um divisor de águas da prática sindical. O número de cláusulas do acordo, que no período assistencialista não passava de dez, chegou a 35, incluindo conquistas importantes para fortalecer o novo sindicalismo, como garantia de emprego e liberação de dirigentes sindicais. Nesse acordo, pela primeira vez a Intersindical dos Eletricitários da Celos (Intercel) agiu em conjunto, selando a solidariedade entre os eletricitários no Estado.

...e, certamente, um dos principais fatos do ano para os eletricitários. Superando o antigo *INFORMATIVO*, o jornal *LINHA VIVA* já se incorporou ao cotidiano da categoria, um elemento fundamental na organização das lutas.

Um jornal sindical não é apenas uma fonte alternativa de informações, é também um organizador, pois ele marca a presença do Sindicato semanalmente e encaminha para a categoria as principais discussões sobre a luta dos eletricitários e de outras categorias, além de análises sobre questões importantes para a classe.

...a criação para empresas "maquinas" das empresas. LINHA VIVA, a ampliação de uma assessoria jurídica e a criação de uma sub-seção do DIEESE, além da ampliação dos espaços físicos da sede foram alguns marcos do avanço organizativo.

Rompendo com o assistencialismo a categoria revelou uma concepção de estrutura sindical, afirmando uma velha máxima: **sindicato é pra lutar!**

...e 90% da receita do sindicato (destinada a tais serviços) ficaria impossibilitado de exercer sua função original de organizar os eletricitários na luta por melhores serviços e condições de trabalho. Três dos dentistas...

**Sub-seção do DIEESE, um instrumento de luta**

Em Florianópolis a mobilização do acordo coletivo culminou na primeira greve, com uma grande passeata no centro da cidade, liderada por Vitor Schmidt. Um tanto acanhados, os empregados da Empresa caminharam em direção à Catedral Metropolitana, mostrando os holerites para os transeuntes, que apoiavam os grevistas. Era o mês de outubro, e a disposição dos empregados era prenúncio de muitas lutas nos anos seguintes.

## Surpresa

O acordo de 1986 reeditou a cláusula “Eleições na Fundação Celos”, que apareceu pela primeira vez no acordo de 1976. O que teria motivado os sindicalistas, num período de antagonismos com a Diretoria da Empresa, a reivindicar a participação no Conselho de Curadores da Celos? Segundo Vitor Schmidt, a Fundação entrou na pauta dos sindicalistas devido às demandas dos aposentados. Havia no plano previdenciário uma inconsistência básica que vinha à tona no momento da aposentadoria. Apesar de anos de contribuição à previdência privada, os empregados com salários inferiores ao benefício da previdência social recebiam uma complementação muito pequena da Celos. Dessa polêmica surgiu a reivindicação de um piso mínimo aos aposentados.

O Termo Aditivo do Acordo Coletivo, assinado a 22 de outubro de 1986, registrou na cláusula sétima, embora com uma redação pouco objetiva, que *“os sindicatos profissionais colaborarão com a Direção da Celesc e enviarão esforços em conjunto para que a próxima Direção e respectivo Conselho de Curadores da Fundação Celos seja escolhida através de eleição direta, por voto secreto, entre os associados desta Fundação, sendo que os Sindicatos apoiarão todas as medidas que a Direção da Empresa tomar para o cumprimento deste objetivo”*.

Era a primeira manifestação formal sobre a participação de empregados eleitos na gestão da Fundação. E ia muito além do que esperavam os próprios sindicatos. O assunto fez parte de discussões no Conselho de Curadores, que, de certa forma, foi pego de surpresa pela decisão. João Paulo de Souza propôs que o prazo para as mudanças fosse mais dilatado. Luiz Renato Zimmermann manifestou-se concordando que fossem eleitos conselheiros, *“mas não encontro argumentos para eleição da Diretoria Executiva”*, afirmou. José Nascimento sugeriu que se conversasse com a Direção da Celesc para tratar do assunto, pois, segundo seu entendimento, havia uma ideia, inclusive, de se criar uma diretoria na Celos específica para a área assistencial, em função do novo plano de saúde.

O Conselho decidiu, finalmente, formar uma comissão, com dois conselheiros e três representantes da Celesc, para estudar as reformas estatutárias na Celos decorrentes da decisão e estabelecer as normas do eventual processo eleitoral. Os representantes, escolhidos por voto secreto do Conselho, foram João Paulo de Souza e Mauro César da Silva Goulart.



Isaltino Pedron



## Divisor de águas

O ano de 1987 começou sob o signo da mudança. O partido de oposição vencera as eleições em vários estados. As organizações sociais saíram às ruas em todo o país para fazer a parte que lhes cabia na democracia: conquistar espaços no debate da Constituição de 1988. A tarefa dos sindicatos não era pequena. Do estádio de Vila Euclides, no ABC Paulista, os metalúrgicos abriram as primeiras picadas no caminho da redemocratização, resgatando direitos básicos como o de greve e liberdade para se organizar e reivindicar. Nos anos 80, sindicalistas de empresas privadas e estatais de todo o Brasil substituíam o assistencialismo por uma prática sindical combativa.

Os focos da mudança entre os eletricitários catarinenses surgiram em 1984 e ganharam corpo em 1987, com novas diretorias nos sindicatos. Em Florianópolis Vitor Sérgio Schmidt assumiu a Presidência, com Mauro Passos na Vice-Presidência, numa chapa de consenso, composta de empregados da Celesc e da Eletrosul.

Em Joinville Aramis Luiz de Novaes, que entrara no Sindicato em 1984 como 1º Secretário em chapa de oposição, foi eleito Presidente em 1987. Em Blumenau, a chapa de oposição com Isaltino Pedron na Presidência ganhou as eleições, derrotando o candidato apoiado por Onildo Gern, a maior liderança sindical do período assistencialista.

Esses sindicatos, com trajetórias diferentes, iniciaram uma história comum em 1987, adotando ações políticas e organizacionais que possibilitaram a transição para o sindicalismo combativo. Entre elas, o desmonte do aparato assistencialista; uma nova intersindical voltada para a mobilização e solidariedade dos eletricitários catarinenses; a criação do jornal Linha Viva, que a partir de 1989 passou a ser o veículo de comunicação oficial da Intercel; e a contratação de uma subseção do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese), que contribuiu para a qualificação do debate.

## Ouvidos moucos

A relação conflituosa com a Diretoria da Celesc, presidida por Nogert Wiest, acirrou os ânimos dos sindicatos. Analisando esse período, Osmar Soares considera que *"a vinda de Nogert para a Celesc foi um divisor de águas. Ele chegou para administrar a Empresa como quem administra uma fábrica"*. Osmar completou: *"A minha vida mudou radicalmente. Eu era chefe da área de pessoal, um cidadão pacato, que trabalhava minhas horas e de noite ia jogar um futebol, uma carta, ia para a Abecelesc, tranquilo"*. Quando houve a mudança, uma turma *"trocou os pés pelas mãos, chegava perto de ti e dizia que agora a regra é esta, cumpra-se e está acabado, um trauma"*.

O grande mal de Nogert, segundo Osmar, *"foi o enfrentamento com os sindicatos, e olha que ele foi avisado"*. Em viagem para Blumenau, Nogert Wiest falou ao chefe da Agência Regional, Victor Sasse, que gostaria de conhecer Onildo Gern, por ouvir falar de sua liderança no movimento sindical. Foram os dois até a casa do velho sindicalista, que cultivava a paz da aposentadoria plantando hortaliças no quintal. Na varanda mesmo, sentaram e conversaram. Nogert queria saber como se relacionar com os sindicatos. As palavras de Gern foram claras: *"não bater de frente porque eles são bem organizados, unidos, articulados"*. A autoconfiança exagerada de Nogert fez ouvidos moucos para os conselhos do "Velho". O resultado: uma guerra sem precedentes entre o Presidente da Celesc e os sindicatos.

## Decisão conveniente

No dia 15 de dezembro de 1987, alguns empregados da Celesc saíram da assembleia do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termoelétrica de Florianópolis e Região, o Sinergia, com uma tarefa difícil: compor com a Diretoria uma comissão para extinguir a estrutura assistencialista do Sindicato. A decisão fora tomada após debate pelos 39 trabalhadores presentes na assembleia.

A assembleia foi um marco para os eletricitários de Florianópolis e a data de 15 de dezembro de 1987 seria lembrada com destaque um ano depois. Em 22 de dezembro de 1988 o jornal Linha Viva nº 34 publicou uma retrospectiva do ano, registrando: *“Na última quinzena de 1987 os eletricitários deram uma inquestionável prova de consciência. Romperam com uma das chagas que o autoritarismo deixou na estrutura sindical: o assistencialismo. O fim do assistencialismo permitiu que 1988 fosse um ano em que o sindicato reforçou sua estrutura para enfrentar as ‘máquinas’ das empresas”*.

A quebra do assistencialismo nos sindicatos foi possível porque esses serviços foram aos poucos transferidos para a Celos, a entidade do sistema Celesc que concentrou e profissionalizou os serviços de assistência social.

Essa mesma conclusão consta no livro sobre a história do sindicato, *“(Re)inventando a cidadania”*, coordenado por Joana Maria Pedro: *“O desmonte do aparato assistencialista deve ter sido facilitado pela existência e fortalecimento de fundações de previdência fechada como a Celos na Celesc, e o auxílio médico-odontológico fornecido pela Eletrosul, que prestavam, na época, serviços assistencialistas. É possível que a existência de tais entidades tenha amenizado a resistência que pudesse se configurar com a quebra dos serviços assistenciais por parte do Sindicato”*.

## Cutucando a “caixa preta”

Foram os aposentados que colocaram a Fundação na pauta de discussão dos sindicatos. A proposta de estabelecer um piso

“É preciso abrir as caixas pretas”



... preciso abrir as caixas pretas". Foi o que afirmou o deputado federal pefelista Gervásio Silva que presidiu a Audiência Pública sobre a cisão da Eletrosul, realizada dia 08 de maio passado, na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal. E, referindo-se à privatização da Eletrosul, o deputado catarinense repetiu que "várias caixas pretas precisam ser abertas para mostrar a realidade ao povo brasileiro", completando: "além de perder a geração de energia elétrica, a Eletrosul ficou impedida de construir linhas de transmissão".

Dos convidados para discutir e esclarecer o assunto o único que não compareceu foi

mínimo aos empregados cujos salários da ativa eram menores que o benefício da previdência pública entrou na pauta dos acordos coletivos. Os problemas aumentavam à medida que crescia o número de aposentados e pré-aposentados.

Como os empregados da ativa não se mobilizavam com as questões da Celos, a solução para o problema emergente apontava para duas ações: ajudar a criar a associação dos aposentados e lutar pela transparência e democratização da Fundação, com a eleição de representantes dos empregados no Conselho de Curadores.

Apesar do bom relacionamento da Intercel com a Celos, no período de 1987 a 1991 o clima de confronto com a Diretoria da Celesc acabou por influenciar o relacionamento com a Fundação. Não existia um canal permanente de comunicação entre Intercel e Celos. O Conselho de Curadores cumpria papel homologatório das decisões da Diretoria. O clima de desconfiança aumentava, e questões que poderiam ser resolvidas pelo diálogo, ou administrativamente, transformavam-se em denúncias, que ganhavam publicidade em toda a Empresa, por meio do jornal Linha Viva. Um exemplo aconteceu em dezembro de 1988, quando foi criado um fundo para pagamento do 13º salário aos aposentados com descontos dos empregados da ativa.

O assunto gerou polêmica, e a Intercel se reuniu em Joinville, no dia 5 de janeiro de 1989, exclusivamente para debatê-lo, fazendo críticas ao desconto realizado sem autorização e pedindo democratização e transparência de informações. Na semana seguinte os sindicalistas distribuíram um boletim para todos os empregados com informações detalhadas sobre o desconto e instruções sobre como agir.

Outro caso de conflito aconteceu em agosto de 1989, quando a Intercel criticou o novo Plano de Benefício e Custeio, alegando que seriam penalizados os salários menores em favor dos mais altos. Após reunião sem acordo com técnicos e diretores da Celos, os sindicatos recomendaram que os empregados encaminhassem carta à Celesc "dizendo não à

*proposta da Celos*", o que de fato aconteceu, e o Plano apresentado foi rejeitado. Diante do impasse, a Diretoria da Celesc convocou os sindicatos para uma reunião. O consenso, conforme publicado em matéria de capa do jornal Linha Viva de 23 de agosto, foi estabelecido com a constituição de uma comissão formada por representantes da Intercel, da Celos e da Celesc, com o objetivo de propor um plano sem penalizar os baixos salários.

Em março de 1990 as Diretorias da Celos e da Apelesc e os dirigentes da Intercel reuniram-se com o atuário José Roberto Montello para uma nova rodada da revisão do plano. José Roberto é filho de Jessé Montello e foi quem o substituiu nos trabalhos como atuário em inúmeros fundos de pensão no Brasil. Os integrantes da Intercel solicitaram a ele um estudo detalhado, levando em consideração quatro pontos: ampliar de 3 para 5 as faixas de contribuição dos participantes à Fundação; aumentar de 50% para 85% o valor do resgate das contribuições no caso de o participante sair da Celesc; decidir retirar os recursos depositados no Plano e estipular piso mínimo de 60 vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) para os que já estavam aposentados e para os que viessem a se aposentar; e criar novas formas de contribuição para o 13º salário, passando a ser feita em doze duodécimos ao longo do ano.

Apenas o último item solicitado foi concedido, mas esses casos ilustram a atitude dos sindicatos em relação à Fundação, que deixava de ser assunto exclusivo dos aposentados para se tornar, cada vez mais, foco de atenção de todos. O fortalecimento da parceria entre Intercel e Apelesc foi consequência desse entrelaçamento de interesses.

Em meados de 1992 um congresso de eletricitários, realizado em Florianópolis, reuniu dirigentes sindicais do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, tendo como uma de suas mais importantes resoluções a orientação para que os sindicatos buscassem participar das direções dos fundos de pensão.

## Na porta do Conselho

O maior envolvimento da Intercel nos assuntos da Celos, como a revisão do Plano de Benefícios e Custeio, motivou os sindicatos a dar ênfase na cláusula sobre eleições diretas para o Conselho de Curadores. A redação da cláusula vigente desde 1986 não era objetiva e os sindicalistas estavam cada vez mais convencidos da importância de eleger representantes. O jornal Linha Viva justificou a reivindicação: *"A participação nas eleições se deve, segundo a intersindical, ao fato de que a Celos é mantida pelos empregados e pela Empresa, cabendo ao movimento sindical ter participação ativa na definição dos rumos da instituição"*.

Ao invés da cláusula genérica do acordo de 1986, a aprovada em 1989 foi determinativa: *"A Celesc assegurará a realização de eleição para o Conselho de Curadores da Celos"*, estabelecendo que um terço do Conselho seria composto de membros eleitos, à medida que vencessem os mandatos.

Mesmo sem respaldo nos acordos coletivos, o presidente da Celesc, Nogert Wiest, por liberalidade e convicção, promoveu a primeira eleição direta para a escolha de um representante no Conselho de Curadores da Celos, no dia 19 de abril de 1989. Afinal, Nogert tinha o compromisso, junto ao Governador Pedro Ivo Campos, de implantar a gestão participativa e a cogestão, consideradas instrumentos modernos de relações de trabalho, adotadas em países da Europa, principalmente na Alemanha.

Participaram da primeira eleição treze candidatos, entre eles Antônio dos Santos, que ganhou as eleições, e Édio Valentim da Silva, diretor do Sindicato de Florianópolis, que

ficou na suplência. Ambos defenderam maior transparência na Celos. Em entrevista ao jornal Linha Viva, em 12 de abril de 1989, Édio afirmou que pretendia divulgar nos boletins do Sindicato e da Associação dos Aposentados *“tudo o que for falado no Conselho de Curadores, para discussão e tomada de posição”*.

No acordo coletivo assinado no dia 1º de outubro de 1990, resultado de uma grande conquista dos sindicatos e da Apelesc, ficou estabelecido que a Celesc garantiria as modificações estatutárias na Celos. O Conselho de Curadores, excetuando-se os diretores que eram membros natos, seria constituído paritariamente por representantes indicados pela Empresa e por representantes eleitos pelo voto secreto dos empregados e aposentados. Essa alteração ocorreu à medida que foram vencendo os mandatos dos conselheiros indicados pela patrocinadora.

Cada vez mais os participantes, por intermédio de suas entidades, buscavam ampliar a representação na Celos. O fundo de pensão deixava de ser algo distante, alheio à vida dos empregados e aposentados, passando a ser preocupação cotidiana. A alienação em relação ao assunto diminuía e todos passavam a entender um pouco mais sobre seu fundo de previdência.

A inserção dos sindicatos nos assuntos da Celos não se restringia à Fundação, como exemplifica uma correspondência que a Intercel encaminhou ao Ministro da Previdência, Antonio Brito, em 1993, solicitando que os trabalhadores participassem das discussões da reforma da previdência.

## Uma tradição que vem de longe

Desde 1976 os sindicatos vinham buscando espaço no Conselho da Fundação. Antônio dos Santos foi o primeiro eleito para o Conselho de Curadores, em 1989, mas a tradição de participação dos empregados em órgãos de gestão da Celesc vem desde junho de 1981, quando Lício Mauro da Silveira, chefe da Agência Regional de Florianópolis, foi eleito para representar os empregados no Conselho de Administração da Celesc.

Em 1986 o presidente Nogert Wiest ampliou o Conselho de Administração da Celesc com a inclusão de representantes da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (Facisc) e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e promoveu ampla participação dos empregados em comissões de gestão. Em pesquisa realizada em 1990 ficou constatado que 74% dos empregados, mesmo contrários aos métodos adotados, aprovavam a forma de gestão participativa.

Em setembro de 1992 a Intercel reivindicou, nas negociações da data-base, que fossem realizadas eleições em todos os níveis para a Celos. A proposição não foi aprovada, mas a cláusula quinta do Acordo Coletivo estabeleceu que *“a Celesc garantirá que o Conselho de Curadores da Celos será assim constituído: três Diretores indicados pela Celesc; um Conselheiro eleito pelos aposentados; cinco Conselheiros eleitos pelos participantes ativos; seis Conselheiros indicados pela Celesc”*.

Os dois primeiros eleitos após esse acordo foram Benhour de Castro Romariz Filho e Warnel Cruz de Souza, mas o estatuto da Celos ainda não havia sido alterado, e a Celesc, respeitando o resultado do pleito, os indicou para fazer parte do Conselho de Curadores nas vagas destinadas aos indicados pela patrocinadora.

# *Aposentados entram em cena*



## A história em marcha

Nos últimos anos da década de 80 o mundo, dividido pela Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, presenciava dois fatos inusitados. De um lado, a recessão americana, com a Bolsa de Nova Iorque desabando 23% no dia 19 de outubro de 1987, expondo a economia americana a um risco apenas conhecido na crise de 1929. De outro, o dirigente soviético Mikhail Gorbachev liderando uma reforma que ensinou ao mundo duas palavras em russo, *glasnost* e *perestroika*, que significam transparência e reestruturação, o estopim das grandes mudanças nos países do leste europeu a partir de 1989.

No Brasil o ano de 1987 trouxe boas e más notícias. Na economia as notícias eram ruins, com moratória da dívida externa decretada no dia 20 de fevereiro, causando arrepios nos mercados financeiros. O Plano Cruzado do Ministro Dílson Funaro perdeu a luta contra a inflação. O Ministro da Fazenda que o substituiu, Luiz Carlos Bresser Pereira, armou-se com o Plano Bresser, mas foi nocauteado no primeiro *round* por uma inflação que atingiu 366% em dezembro de 1987. As boas notícias ficavam por conta das luzes da redemocratização, que abriam clareiras, horizontes e esperanças.

O Vice-Presidente José Sarney, que assumira com a morte do Presidente Tancredo Neves, carecia de legitimidade. Vinha de uma eleição indireta quando o país inteiro havia se mobilizado pelas Diretas Já. Embora eleito indiretamente, Tancredo possuía carisma emblemático e capacidade de aglutinação política, e sua morte causou comoção nacional.

Novos atores e movimentos sociais surgiram e passaram a interagir na esfera pública para influenciar a mão coletiva que escrevia a Constituição Cidadã, promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Um dos movimentos mais fortes e organizados foi o dos aposentados, que, juntamente com outras categorias de trabalhadores, fizeram constar na Constituição o art. 10, que assegura "*a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados*



*dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetos de discussão e deliberação*". Essa base constitucional legitimou as aspirações dos eletricitários por maior transparência, tanto na Celesc quanto na Celos.

Após 23 anos de ditadura militar, Pedro Ivo Campos, do PMDB, venceu as eleições para o Governo de Santa Catarina. Na Celesc, em março de 1987, assumiu a presidência Nogert Wiest, cujas primeiras medidas anunciavam anos de conflito com os sindicatos: demissão de empregados e implantação com mãos de ferro de um modelo de gestão participativo.

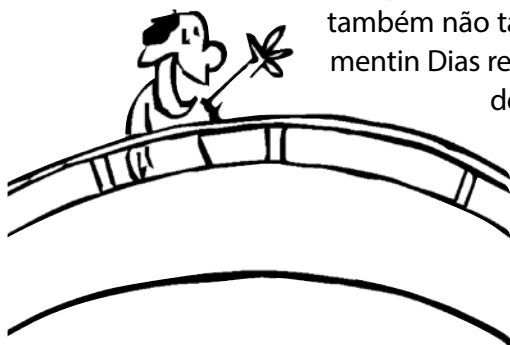
Apesar do mau desempenho da Bolsa de Valores, dos efeitos do Plano Cruzado e de o Governo do Estado não ter quitado o pagamento do edifício-sede, a Celos vivia um bom momento no início de 1987, conseguindo rentabilidade superior a 6% ao ano. Nessa conjuntura Dijalma Martins tomou posse como Presidente da Fundação no dia 28 de julho de 1987. Junto com ele, Carlos César Moritz assumiu a Diretoria de Segurança e Administração, e Hércules Abdalla manteve-se à frente da Diretoria Financeira.

## O sonho da aposentadoria

No início da década de 70 um novo universo começou a se formar em torno da Celesc, o universo dos aposentados. Após décadas de labutas pesadas numa época de pouca tecnologia e muito músculo, eletricitários sonhavam com a aposentadoria. Um sonho postergado no momento em que comparavam o salário da ativa com os diminutos benefícios da previdência oficial. Alguns não resistiram e se aposentaram antes da criação da Fundação. A maioria, no entanto, não arriscou. Era comum encontrar na Empresa trabalhadores avançados na idade, contando os dias para que a "tal fundação" saísse logo do papel e se tornasse ponte segura, ligando a Celesc ao doce mundo da aposentadoria.

No dia 1º de fevereiro de 1974 o eletricitista de Blumenau Julio Koch Junior, com 65 anos, saiu na frente ao se aposentar pela Celos e inaugurar a ponte recém-construída. O caminho estava pronto, e até a década de 80 já haviam passado por ele algumas centenas de celesquianos de todo o Estado. Com o universo dos aposentados em plena expansão, os problemas apareceram. E não era por falta de aviso. Os funcionários da Celos pediam cautela aos mais afoitos, alertando sobre os riscos da aposentadoria proporcional e da inflação galopante que destruía os benefícios em pouco tempo. Terezinha Medeiros da Rosa lembra bem os conselhos que dava a cada um, antes de tomarem a decisão. Em muitos casos as sugestões não foram ouvidas e os arrependimentos logo chegaram.

As reclamações individuais pipocaram na Celos e nos sindicatos, segundo relatos de Dijalma Martins, Presidente da Celos, e de Vitor Schmidt, Presidente do Sinergia. Isaltino Pedron conta que ganhou as eleições do Sindicato de Blumenau em 1986 com o apoio de aposentados descontentes com a situação. Além das complementações irrisórias, reclamavam da ausência do 13º salário.



Os problemas de ordem social e comportamental com a aposentadoria também não tardaram. Arlete Malina, Maria Aparecida Duarte e Maria Formentin Dias recebiam muitas reclamações de aposentados e suas esposas, decorrentes da mudança radical no cotidiano das famílias. Não eram raros os casos de depressão. A maioria não se adaptava à nova vida, e o doce sonho logo virava amargo pesadelo. Arlete conta que fazia o papel de terapeuta, ouvindo e aconselhando casais em temas mezinhas. As assistentes sociais se preocupavam com a situação emergente e iniciaram os cursos de preparação para a aposentadoria.



As bases para a criação da Apcelesc estavam dadas. Do ponto de vista da Celos, uma associação facilitaria o diálogo, e os problemas seriam tratados coletivamente. Os sindicatos viviam tempos turbulentos e não possuíam estrutura e pessoal suficiente para encaminhar as demandas dos aposentados. Para as assistentes sociais, uma associação, além de promover os interesses junto à Celos e à Celesc, cumpriria o importante papel de agregá-los em espaços de convívio social e de solidariedade. De um congresso realizado em Petrópolis, Maria Formentin Dias trouxe ideias e um documento focado no espírito associativista, amplamente debatido entre sindicalistas e eletricitários.

Em 1986 Arlete Malina e Maria Formentin Dias, representando a Celos e a Celesc, promoveram um “chamamento” de aposentados de todo o Estado para um seminário. O evento, que ocorreu na sede da Abecelesc, em Florianópolis, visava ao debate coletivo sobre a situação dos aposentados, com foco na criação de uma associação.

## **Chegaram para ficar**

Isidro e Édio Valentim escreveram uma proposta de estatuto e fizeram contatos com representantes de regionais: Heitor Canuto Indalêncio, em Joinville, Onildo Gern, em Blumenau, José Osni Goulart, em Lages, e Manoel Maes, em Itajaí. Na sede do clube Rancho Alegre, em Capoeiras, o sindicalista Vitor Schmidt fez o discurso de abertura da Assembleia Geral para uma plenária atenta de mais de 100 eletricitários aposentados de Florianópolis, Joinville, Lages, Itajaí e Blumenau. Em seguida passou a palavra a Édio, que coordenou a reunião.

A primeira Diretoria da Apcelesc foi eleita por aclamação, para um período de seis meses: Presidente, Isidro Domiêncio Pinheiro; Vice-Presidente, Dílson Dionysio de Freitas; 1º Secretário, Egydio Meurer; 2º Secretário, Moacir José Bonifácio; 1º Tesoureiro, Patrocínio Silva; e 2º Tesoureiro, Ernesto Eichenberger. O Conselho Deliberativo foi formado por Onildo Gern, Armin Bachtold, Manoel Deodoro Faria, José Cardoso, Heitor Canuto Indalêncio e José Osni Goulart. O Conselho Fiscal: Ariel Botaro, Osmar Gonçalves, Pedro Manoel Pedro, Nelson Moreira, Juvenal Faustino da Silva e Rubens Gomes de Almeida.

Naquele momento os aposentados deixavam a invisibilidade de uma categoria marginal, circunscrita ao domínio das relações privadas, para se fazerem ouvir como sujeito coletivo que ocupa um lugar no espaço público e passa a interagir com Celos, Intercel e Celesc. A segunda edição do jornal Linha Viva, de 9 de março de 1988, repercutiu o evento com a manchete *“Aposentados fundam a Apcelesc”*, destacando na matéria que a entidade recém-criada utilizaria a estrutura do Sindicato dos Eletricitários e que *“o Estatuto aprovado prevê a participação na entidade dos pré-aposentados, que têm interesse direto nas lutas dos inativos”*.

Quando pegou o microfone para os agradecimentos, Isidro confessou que um frio lhe subiu a barriga: *“Ai, meu Deus! Um matuto desse pegar uma associação tão importante, mas eu tenho que fazer alguma coisa”*.

De fato, um grande desafio, muito maior que ser presidente do decaído Clube Bandeirantes. Naquele ano de 1988 existiam apenas 600 aposentados da Celesc em todo o Estado. A Apcelesc nascia do zero, tudo por fazer, e a demanda de aposentados insatisfeitos exigia ação imediata.

A Associação se consolidou como espaço de organização dos aposentados da Celesc. Nos 20 anos de existência, cumpre basicamente quatro papéis relevantes para os aposentados e para a Celos. O primeiro, a comunicação direta e permanente com a Fundação para tratar das demandas dos assistidos. A vizinhança das sedes, no edifício Alpha Centauri, facilita os contatos quase diários. Através das 29 representações que possui no Estado, a Apcelesc repassa e recebe informações dos aposentados, contribuindo com a capilaridade e

transparência da Celos. O segundo papel é prestar assistência social, especialmente a mais de mil aposentados que recebem o piso mínimo: *"A Apcelesc também têm plano de assistência social"*, contou Jairo Costa, Presidente da Associação. A maior parte dos recursos da Associação destina-se ao fornecimento de medicamentos, óculos e serviços dentários. O terceiro papel da Apcelesc é promover o convívio e o espírito associativista entre aposentados e pensionistas. Muitos grupos organizados reúnem-se mensalmente para conversar, tomar café, jogar baralho e dominó, dançar, viajar, enfim, atividades de lazer. Para Fritz Mailer, representante da associação em Blumenau, *"o que mais interessa ao aposentado são os passeios"*, motivo pelo qual a Apcelesc reserva parte de seu orçamento para pagar ônibus de excursão. O quarto papel é o de mobilizar os aposentados na defesa de seus direitos.

## Sonhava com rosas

Mesmo sem ser dirigente sindical, Édio Valentim da Silva percorria as salas da Empresa com Walter e Warnel e os ajudava na confecção de boletins. Em 1981 foi convidado para concorrer na chapa do Sindicato de Florianópolis. Não aceitou em função de uma pós-graduação. Sempre ligado ao movimento sindical, fez parte das diretorias de 1987 e 1990, como membro do Conselho Fiscal.

Édio foi candidato na primeira eleição direta para o Conselho de Curadores, em abril de 1989. Sua proposta era democratizar e dar transparência ao Conselho, por meio dos jornais e boletins do Sindicato. Acabou ficando na suplência de Antônio dos Santos. *"Em fevereiro de 1988 eu arregacei as mangas e mandei bala com o Isidro e a turma dos aposentados"*. Essas palavras são do próprio Édio, em entrevista para Maria Margarida Barbosa Sampaio, em 2001, para o livro *"Da Privatização ao Apagão"*.



Édio Valentim da Silva

De fato, Édio foi um dos incentivadores, ao lado de Vitor Schmidt, da organização dos aposentados. As demandas dessa categoria já eram grandes, e os sindicatos não possuíam estrutura e pessoal suficiente para encaminhá-las. Em parceria com Isidro, Édio Valentim da Silva elaborou o estatuto e articulou as tarefas necessárias para a assembleia de 1º de março de 1988, que criou a Apcelesc. Em 1989, por ocasião da data-base, ele foi protagonista da primeira luta conjunta entre aposentados e trabalhadores da ativa.

As conquistas da Apcelesc para os aposentados de menor renda foram incluídas no acordo coletivo daquele ano. As negociações não avançavam e a greve se tornou inevitável. Édio arquitetou um plano para fortalecer o movimento: colocar, no Estado inteiro, aposentados na porta de cada local onde haviam exercido sua profissão, para convencer os colegas a fazer greve. O

plano estava sendo colocado em prática até que, antes de a greve acontecer, algum dedo-duro o denunciou e Édio foi suspenso por 15 dias sob alegação de incitar aposentados a participarem da greve. Por pouco não foi demitido.

Excêntrico e polêmico, Édio Valentim da Silva não passou incólume por onde andou. Faleceu precocemente, sem realizar o sonho de se aposentar e cultivar rosas “príncipe negro” em seu pequeno sítio.

## Entre tapas e beijos

O Sindicato tomou a iniciativa de criar a Associação num momento em que os aposentados, dispersos, careciam de organização, e os acolheu em sua sede no Edifício Dias Velho. Um mês e meio depois, Isidro agradeceu ao Presidente do Sinergia, Vitor Schmidt, e saiu em direção ao novo endereço, levando debaixo do braço todo o patrimônio da Associação: um livro de atas, um livro-caixa e um alicate. No 6º andar do edifício Alpha Centauri foi bem recebido por Dijalma Martins, Presidente da Fundação, que lhe indicou o local da nova sede da Associação: a metade de uma sala separada por divisória de caixas de papelão. Sem jamais negar as origens no Sindicato, a Apelesc se aproximava da Celos para defender o interesse dos aposentados.

Para sair do mundo do papel e das atas, a recém-criada associação deveria mostrar, na prática, a capacidade de aglutinar os aposentados. Esse o desafio da Diretoria com Isidro à frente. As demandas dos aposentados pre-existentes e de outros cujos benefícios eram irrisórios exigiam ação imediata.

A estratégia estava definida. No conflito entre o Presidente da Celesc e os sindicatos, a Diretoria da Apelesc enxergou um flanco de oportunidades: criar um espaço de harmonia, para beneficiar os aposentados mais carentes.

Nogert Wiest, ao passo que sustentava uma disputa ferrenha com os sindicatos, acolheu os aposentados, concedendo-lhes conquistas. Com dois meses na direção da Empresa, Nogert viu-se diante de uma greve de quinze dias. Desafiando as lideranças sindicais e a co-

## As andanças de Isidro

*O electricista Isidro Domiêncio Pinheiro tem história na Celesc. Homem do povo, emocional, “coração do tamanho de um boi” como ele mesmo se define, mas também firme e obstinado em suas empreitadas. Memória prodigiosa, guarda o passado na ponta da língua: “Hoje eu sou uma pessoa de 75 anos, posso esquecer alguma coisa, mas não é fácil”. Começou a trabalhar no início da década de 50 na Elffa, empresa precursora da Celesc em Florianópolis. Manezinho do Ribeirão da Ilha, foi naquela freguesia típica da colonização açoriana que prestou seus serviços, instalando eletricidade em casarões antigos até então iluminados pela Lua, velas e pombocas. Isidro foi um “electricista da comunidade”, um desses desbravadores que lá atrás, nos inícios da Celesc, realizaram, com as mãos e um alicate, o milagre da luz. Fazia de tudo: ligava novos consumidores, consertava as instalações do lado de fora e de dentro das casas, cobrava a conta e cortava a luz de quem não pagava. Como meio de transporte no serviço usava as pernas que Deus lhe deu, uma bicicleta e, quando era para carregar postes, pedia emprestada uma junta de boi carreiro. Só mais tarde é que o Aparício lhe cedia o Anastácio, apelido de um caminhão Chevrolet 1942. Tempos duros, mas felizes, lembra Isidro.*

*- Eu agora vou contar para vocês a história do clube Bandeirantes.*

*E dirigiu as reminiscências para 1971, quando o elegeram para a triste presidência do velho clube, falido, 40 sócios, todos inadimplentes, caindo aos pedaços e com dívida de cinco mil cruzeiros no armazém da dona Marcelina. O que ele fez? Chamou os amigos Zeca do Candonga da venda da esquina e mais o compadre José Eleodoro, funcionário da Base Aérea, para compor a diretoria. Saíam os três, >*

esão do movimento, que reivindicava reposição salarial, o Presidente da Celesc não cedeu. Para a Apelesc concedia quase todas as reivindicações. O diálogo amistoso com Isidro Piniheiro era uma forma de Nogert compensar a relação conflituosa com os sindicatos e empregados da ativa. Ele temia mobilizações conjuntas entre empregados e aposentados.

## Solidariedade de gerações

Na Assembleia Geral do dia 18 de maio de 1988, dois meses após sua criação, a Associação já apresentava conquistas aos 64 presentes: piso mínimo para aposentados e pensionistas; melhorias nas complementações dos salários mais baixos; pagamento do 13º salário a aposentados e pensionistas; e atendimento dentário. Na Assembleia Geral do dia 31 de janeiro de 1989, que reelegeu a Diretoria da Apelesc, Isidro anunciou a extensão do Plano Amhor aos aposentados e pensionistas, nos mesmos moldes dos empregados da ativa.

Além das negociações com a Celos e a Celesc, os representantes da Associação participavam com a Intercel nos acordos coletivos. A solidariedade intergeracional começou a funcionar. A Apelesc se transformou em representante legítima dos aposentados. Conquistas foram contabilizadas: os benefícios da Celos passaram a ser calculados com base na média das 12 últimas contribuições; piso mínimo de benefício no valor de 40 OTN.

Esses novos benefícios oneravam a contribuição da Celesc à Celos, elevando-a de 4,82% para 5,62% da folha de pagamentos. Ainda assim era um percentual abaixo da média das empresas do setor elétrico, que contribuíam com cerca de 7% da folha para os fundos de pensão. Os Conselheiros da Celos elogiaram, em reunião, as decisões e solicitaram ampla divulgação das melhorias concedidas.

A Celesc contava com 6 mil empregados e estudava a possibilidade de um plano de incentivo à aposentadoria, motivando a Divisão Assistencial da Celos a programar atividades que auxiliassem os futuros aposentados a encarar a nova vida após o período laboral. Com a Elos e a Fusc, fundos de pensão dos empregados da Eletrosul e do Besc, a Celos organizou um curso de preparação para a aposentadoria com pré-aposentados e aposentados das três empresas. O curso foi realizado no Sesi, nos dias 27 e 28 de junho de 1988.

*de casa em casa, aos domingos, angariando novos sócios, uma empreitada que só obteve sucesso porque Isidro era o homem “que nas horas difíceis nos atende a luz”. O electricista agora promovia bailes duas vezes por mês. E não era qualquer baile. Para animar o povo da freguesia e levantar o clube, contratava o famoso Valdir Gaiteiro. Tocava que era uma maravilha. A lotação ficava por conta do caminhão do seu Esperanto, sargento da Base Aérea, que percorria as estradas do sul e estacionava no Bandeirantes carregado de moças e rapazes com uma alegria de dar gosto. E a vida seguia assim, pacata e dançante, nos ritmos lentos do mar e das tardes largas do Ribeirão da Ilha. Isidro deixou a presidência do clube Bandeirantes com 2.800 sócios, todos enlevados nos acordes faceiros da gaita do Valdir. Um feito e tanto desse electricista empreendedor de causas coletivas, que tem o “coração do tamanho de um boi”. Em 1982, após sofrer um acidente, se aposentou da Celesc.*

*- E o que o senhor fez depois que se aposentou, seu Isidro?*

*O electricista continuou atendendo de graça às casas da freguesia em carência de luz, até que em fevereiro de 1988 ficou sabendo por um colega aposentado que lá no Sindicato estavam falando de uma associação. Naquele instante uma centelha começou a brilhar na mente de Isidro e não lhe deu mais sossego. Que o colega aposentado avisasse quando seria a próxima reunião do Sindicato que ele queria participar. E assim o fez a despeito da turma do contra, que achava tudo perda de tempo, que a tal associação não ia mesmo dar em nada, não ia chegar a lugar algum. Na sede no Edifício Dias Velho teve a primeira conversa com o presi-*

Em agosto, atendendo a reivindicação da Apcelesc, a Diretoria da Celesc concedeu aumento no piso mínimo de benefícios aos aposentados para 50 BTN, ficando as pensões em 80% do valor concedido aos aposentados. No final de 1988 a Diretoria da Celesc deliberou sobre um tema importante para a Apcelesc: a eleição de dois membros para o Conselho de Curadores, um representando os ativos e outro, os aposentados.

## Primeiras eleições

As primeiras eleições para representantes dos empregados e aposentados no Conselho de Curadores ocorreram em abril de 1989. Os representantes dos aposentados foram escolhidos por aclamação em reunião dos delegados regionais da Apcelesc: Dílson Dionysio de Freitas, titular, e Isidro Domiêncio Pinheiro, suplente. Para representante dos ativos, a disputa foi acirrada, com 13 candidatos. Antônio dos Santos, que trabalhava em Lages, venceu com 944 votos. O segundo, com 888 votos, Édio Valentim da Silva, ficou como suplente.

Para Antônio dos Santos, a principal tarefa do representante eleito era conhecer a Fundação por dentro e desvendar a “caixa preta” aos empregados, uma metáfora muito utilizada entre os sindicalistas. Alegava que o fundo de pensão era fechado e desconhecido pelos participantes. Antônio, que percorreu parte do Estado numa campanha franciscana, distribuindo aos eleitores seu único e simples material de propaganda, uma caixinha de fósforos com o nome do candidato, lembrou um fato marcante das eleições de 1989, a expressiva votação que obteve em Lages: *“Dos 352 empregados da Agência Regional, 349 votaram no meu nome, e os três que não o fizeram explicaram o motivo e pediram desculpas”*.

Logo em suas primeiras reuniões Antônio dos Santos encaminhou propostas ao Conselho em busca de melhorias. Em uma de suas primeiras intervenções propôs que os pais dos empregados solteiros fossem considerados como dependentes do Plano Amhor, e não apenas progenitores. Defendeu também que os maridos fossem considerados dependentes das esposas.

Um empregado e um aposentado eleitos significaram o início da mudança do Conselho de Curadores. Antes formal e homologatório, passou a ser cada vez mais um órgão fundamental na governança corporativa da Fundação.



*dente do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, Vitor Schmidt.*

*- Seu Vitor, uma associação dos aposentados para nós é bom, pode deixar alguma coisa boa, e o ativo de hoje, seu Vitor, será o aposentado de amanhã. Mas quem sou eu, com apenas a quarta série primária, para ser presidente de uma associação estadual?*

*Vitor o convenceu e marcou data e local da assembleia para criar a associação, com Isidro na Presidência: dia 1º de março de 1988, no Rancho Alegre, em Capoeiras. Isidro deixou o Rancho Alegre com uma missão do tamanho de uma manada. ©*

# Debates inflamados



## Certificados exorcizados

O ano de 1990 começava com mudanças. No Estado, o primeiro governador eleito pelo PMDB, Pedro Ivo Campos, morreu no dia 27 de fevereiro. Assumiu em seu lugar o vice, Casildo Maldaner. Na presidência da Celos, saiu Nogert Wiest e entrou Marcos Wehmuth. No governo federal, Collor de Mello assumiu no dia 15 de março com um ambicioso plano, conhecido como Plano Collor, que visava estabilizar a economia a partir de medidas drásticas: além de congelar preços e salários, confiscou recursos das cadernetas de poupança, das contas-correntes e das aplicações financeiras. Houve também elevação de preços públicos, liberação do câmbio, criação de imposto extraordinário sobre operações financeiras e um programa de privatizações de empresas estatais. Para completar, mudou a moeda: de cruzado novo para cruzeiro.

José Roberto Montello foi chamado à Celos para auxiliar o Conselho e a Diretoria na análise das consequências do Plano Collor para os fundos de pensão. O Conselho discutia a viabilidade de conceder um reajuste nos benefícios de aposentadoria. Entretanto, o Plano Collor criava uma dificuldade para a decisão e, mesmo com a presença do atuário, não houve consenso.

Um assunto que atormentou os fundos de pensão no início do Governo Collor foi a decisão do Banco Central de obrigar as entidades de previdência fechada a comprarem certificados de privatização. Esses certificados eram títulos emitidos pelo Tesouro Nacional que conferiam a seus detentores o direito de utilizá-los como pagamento de ações de empresas do setor público que viessem a ser privatizadas. Os certificados não ofereciam rentabilidade, apenas o direito de permutar por ações de empresas que fossem desestatizadas. A Celos decidiu enfrentar o governo e não acatar a imposição, alegando que isso poderia representar prejuízos patrimoniais.



## Recomendações do oráculo

Apesar do Plano Collor, a inflação no mês de dezembro de 1990 passou dos 19% e o acumulado no ano atingiu a cifra de 1.198%. O governo decretou novo pacote de medidas econômicas, conhecido como Plano Collor II. Pretendia controlar a ciranda financeira e, para isso, extinguiu as operações de *overnight*. Mais uma vez tentou congelar preços e salários.

Montello voltou à Celos para uma exposição sobre os reflexos da nova política econômica. O Plano Collor resultou em prejuízos para o fundo de pensão. Ao invés de remunerar o patrimônio em 6%, a Celos teve déficit de 40% no ano. A Fundação encerrou o ano de 1990 com um déficit superior a 15 milhões de cruzeiros.

José Roberto Montello, em sua exposição, tocou num problema que considerava crucial para o plano de benefícios: as horas extras. Segundo o atuário, a não limitação de horas extras na Celesc tornava-se um grave problema. O fato era que nos últimos 12 meses antes da concessão do benefício o número de horas extras dos empregados aumentava significativamente, para melhorar a renda da aposentadoria, sem que houvessem contribuído para isso durante todo o período de trabalho. Montello sugeriu desconsiderar as horas extras no cálculo do benefício, pois, *"além de causar distorções, é um foco de injustiça e aproveitamento de alguns participantes, em detrimento dos demais"*.

Para corrigir o déficit, o atuário propôs ampliar de 16 anos e 3 meses para 34 anos o adicional de contribuição da patrocinadora de 0,87 vez a contribuição dos ativos. Recomendou também criar uma taxa de contribuição adicional de 3,5%, além dos 8,5%, para a parcela de salário que excedesse a 3 vezes o teto do salário de benefício da previdência.

Os curadores debateram profundamente o assunto, assustados com as medidas aconselhadas. Hernani José Pamplona, Iegle Gehlen Canali, Luiz Renato Zimmermann, Mário Vieira Filho e Saulo José de Souza foram os mais enfáticos nas argumentações, convencendo o Conselho a adotar as medidas, desde que a patrocinadora também aprovasse o aumento de sua contribuição, como proposto pelo atuário.

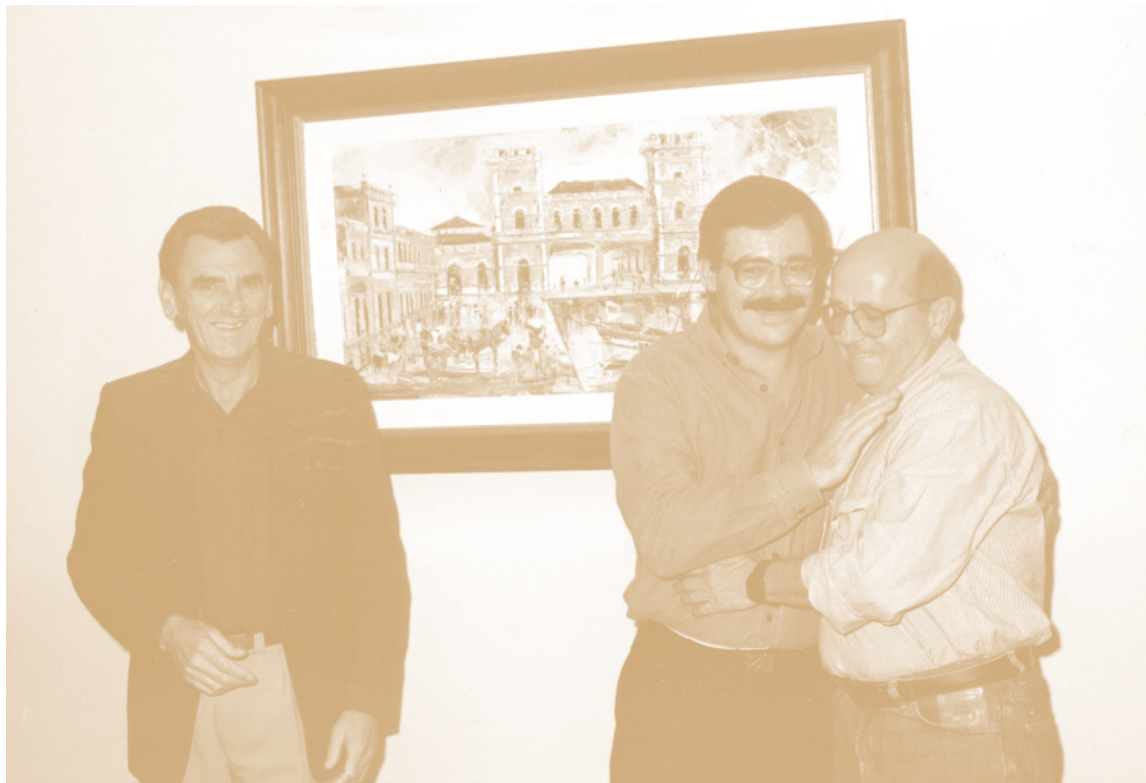
## O retorno dos demitidos

No final de 1990, um ex-empregado da Celesc ganhou as eleições para Governador do Estado: Vilson Pedro Kleinübing. As consequências imediatas foram mudanças nas Diretorias da Celesc e da Celos. Na Empresa assumiu um engenheiro de carreira, Luiz Fernando Verdini Salomon, e na Celos o indicado para a Presidência foi Paulo Roberto de Miranda Gomes. Por um desses caprichos do destino, Paulo havia sido um dos empregados demitidos por Nogert Wiest no início do governo anterior. Retornava como Presidente da Celos.

As mudanças na Celos não se restringiram ao Presidente. Gerson Wanderley Leal, que também fora demitido na gestão anterior, assumiu a Diretoria Administrativo-Financeira, e Dionísio Albino Badin, a Diretoria de Segurança. Era a volta dos demitidos, episódio que marcou profundamente as relações na Celesc e que impôs uma separação entre os aficcionados de determinados partidos políticos. Quando uns estavam no poder, os outros estavam alijados da possibilidade de ocupar qualquer cargo ou função de importância. Quando o poder trocava de mãos, a situação se alternava, num rodízio que prejudicava a Empresa, com talentos desprezados por diferenças de credo partidário.

Os empregados que, nos primeiros meses de 1991, ganharam na Justiça trabalhista o direito de readmissão, solicitaram à Celos que, para efeito de aposentadoria, fosse consi-





Dionísio Badin, Paulo Roberto de Miranda Gomes e Gerson Wanderley Leal

derado como se nunca houvessem se desligado. O Conselho de Curadores, entretanto, decidiu que o retorno se daria na condição de participante novo, exceto se a decisão judicial especificasse o contrário. Neste caso, para que a Celos não sofresse prejuízos, deveria ser indenizada pela Celesc com o valor da reserva equivalente ao benefício a conceder, e pelo participante, com o pagamento dos valores que haviam sido restituídos, mais as contribuições que, eventualmente, deixaram de ser pagas no período.

## Debate inflamado

Contudo, o assunto mais candente nas discussões do Conselho de Curadores em 1991 foi o reajuste dos benefícios a aposentados e pensionistas. Com a extinção do BTN, os reajustes passaram a ser indexados pela TR. Uma comissão formada por conselheiros da Celos e dirigentes da Apelesc acompanhou os estudos atuariais sobre os novos indexadores de reajuste e sua periodicidade.

Em meados de 1991, quando o Plano Collor II já estava à deriva, a Diretoria da Celos propôs ao Conselho que, em função do descongelamento de preços, os benefícios passassem a ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os conselheiros debateram exaustivamente a proposta, especialmente Onildo Gern, Mário Vieira Filho, Hernani José Pamplona e Lúcio Roberto Lopes da Costa.

Depois de muito discutirem, decidiram por consenso que seria mantido o reajuste mensal e que em julho o índice a ser utilizado seria o INPC e, a partir de agosto, o IPC como reposição anual, caso a rentabilidade da Celos fosse maior que a exigida atuarialmente. Submetido o assunto ao atuário, José Roberto Montello encaminhou correspondência manifestando-se contrário à decisão do Conselho. Essa posição era corroborada por Tulnê Sebastião Velho Vieira. A posição contrária do atuário foi o estopim de um debate acirrado.

## Um homem simples

*Nasceu em Florianópolis e com apenas 5 dias de vida Paulo Roberto de Miranda Gomes mudou-se para a Colônia Santa Tereza, no município de São Pedro de Alcântara, onde o pai exercia a medicina, cuidando de leprosos. Cedo aprendeu a admirar a profissão de médico, embora escutasse histórias que o assombavam, como naquela manhã em que o pai fora recebido a tiros quando buscava um leproso para internar no sanatório. Era uma época em que os doentes eram “caçados” e trazidos à força para dentro das colônias de internação.*

*Aos 5 anos mudou-se para a Ponta de Baixo, em São José, “num tempo em que aquilo era o paraíso”, rememorou nostálgico. Na casa com enorme terreno, Paulo apreciava criar pombos. Chegou a tratar de mais de uma centena deles, que, na falta de um pombal, faziam os ninhos pelo chão, entre o pomar e o galinheiro, nos fundos do quintal. Dedicava mais tempo aos pombos que à escola, isolada, onde na mesma sala misturavam-se alunos das quatro séries do primário e a professora necessitava ser* ☺



Mário Vieira Filho alegou que a decisão do Conselho de conceder reajuste mensal não deveria ser objeto de análise do atuário, pois o que se submeteu a sua apreciação teria sido apenas o indexador. Ficou tão exaltado com o que considerou intromissão indevida do atuário que propôs sua substituição, incluindo uma imediata reavaliação atuarial. Tulnê argumentou que, como não havia aumento mensal de contribuições, não era possível haver aumento mensal de benefícios, o que poderia inviabilizar a Celos. Mário Vieira questionou essa afirmação e pediu para conhecer as bases do cálculo atuarial que permitiam chegar a tal conclusão.

Onildo Gern defendeu o reajuste mensal sempre que ocorresse o mesmo com os salários do pessoal da ativa, lembrando que os reajustes haviam sido mensais desde 1989. Lúcio Roberto Lopes da Costa também defendeu o reajuste mensal. Luiz Renato Zimmermann questionou o porquê de o atuário apresentar um parecer contrário à decisão do Conselho, mas não mostrar claramente as consequências disso para a Celos. Concluiu que sem essas informações não seria possível deliberar.

O Presidente Paulo de Miranda Gomes propôs adiar a decisão e convidou Montello para participar da reunião seguinte. Informou que seria mantido o reajuste mensal pelo INPC até a decisão final.

Vinte dias depois Montello compareceu à reunião do Conselho e fez longa exposição sobre a formação de reservas matemáticas para um plano de aposentadoria. Ao final solicitou que os conselheiros fossem ponderados na decisão. Defendeu o INPC como indexador, pois era o índice usado pela Previdência Social, mas sugeriu periodicidade anual do reajuste. Montello enfatizou a necessidade de sustentação do plano, explicando que o benefício não estaria sendo reduzido. “Vive-se um momento diferente, mudou a economia, mudaram também as regras de reajuste da previdência oficial”, ponderou Montello. Ao final da explanação a matéria foi à votação e aprovada a proposição do atuário, com voto contrário de Mário Vieira Filho.

O indexador seria novamente alterado em janeiro de 1997, quando passou a ser o IGP-M, com base no argumento de que os benefícios deveriam ser reajustados nas mesmas bases que as metas atuariais. Assim, os benefícios acompanhariam os índices aplicados às reservas garantidoras. Outro argumento favorável ao IGP-M era que o índice de reajuste dos aposentados se afastasse do que era concedido aos empregados da Celesc, que, historicamente, eram reajustados pelo INPC.

Não era só na Celos que as discussões andavam quentes. Em setembro de 1991 aconteceram três greves nacionais de ampla repercussão: dos petroleiros, dos bancários e dos portuários. Em início de outubro o Ministro da Previdência, Antonio Magri, negou que as aposentadorias fossem reajustadas pela correção plena da inflação, que atingia a marca de 147%. Os trabalhadores reagiram com uma onda de protestos que se alastrou pelo país com a rapidez de um rastilho de pólvora.

## O fantasma da privatização

Ainda em outubro, o Programa Nacional de Desestatização privatizou a primeira empresa no Brasil, a Usiminas. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, local do leilão, virou um campo de batalha, com 70 manifestantes feridos e 13 presos. O processo de privatizações no Brasil estava em pleno vapor. Até o final de 1993, mais de 25 estatais foram privatizadas, especialmente nos setores petroquímico, siderúrgico, de telecomunicações e elétrico.

Na Celesc os empregados rejeitavam a privatização e temiam suas consequências sobre o fundo de pensão. Os sindicatos estavam unidos na defesa da Celesc e da Celos. O projeto de empresa pública possuía adeptos nas Diretorias da Celesc e da Celos e no próprio Governo do Estado, mas a bandeira contra a privatização foi levantada de fato pelos empregados e sindicatos.

Em Santa Catarina o movimento contra a venda das estatais culminou na criação do

*artista para atender a demandas tão desiguais daquela meninada e conseguir que todos aprendessem. O antigo ginásio ele fez no Colégio Francisco Tolentino, a 3 km de casa, trecho que percorria diariamente a pé, sob sol ou chuva, carregando no caminho não só livros e cadernos, mas também a vontade de tornar-se médico.*

*Determinado, conseguiu seu intento: graduou-se em Medicina em 1970, em Florianópolis, e fez residência no Rio de Janeiro. Cirurgião, foi chefe de emergência do Hospital de Caridade. Convidado pelo prefeito, mudou-se para Orleans, onde, além da medicina, iniciou-se na política: foi vice-prefeito de 1977 a 1983.*

*Em 1982 candidatou-se a deputado estadual, mas não se elegeu. Em 1986, novamente candidato a deputado, ficou como segundo suplente e assumiu em 1989, “quando já havia até esquecido que estava em primeiro lugar na fila dos suplentes”. Em abril de 1991 assumiu a Presidência da Celos e permaneceu nela até janeiro de 1995.*

*Mas o que lhe dá prazer mesmo é a cirurgia: “Eu fico contente é com um bisturi na mão”, confessa com um riso largo sob os bigodes já grisalhos.*

*Gosta também de carros antigos, “mas eu não sou um colecionador, não tenho dinheiro para tanto, apenas possuo um Fissori 1966 e um Maverick 1973”.*

*Perguntado sobre como ele se definiria, respondeu sem pestanejar: “Sou um homem simples”. Os que o conhecem confirmam o veredito. ©*

Movimento Unificado Contra as Privatizações (Mucap), que reunia dezenas de sindicatos de diversas categorias profissionais. Esse movimento foi decisivo para manter públicas as estatais catarinenses.

## A cautela do atuário

No final de 1991 o déficit técnico da Celos era de 2,1 bilhões de cruzeiros. Cifra preocupante, porém bem inferior aos 18,4 bilhões apurados no ano anterior, levando o atuário José Roberto Montello a destacar o desempenho positivo da Fundação. Com base nessa boa recuperação, o Conselho decidiu inserir melhoras para os participantes. Foi alterada de 50% para 100% a devolução de valores pagos aos que rescindissem o contrato com a Celesc e quisessem se desligar da Celos.

Outra proposição, entretanto, esbarrou nas ponderações de Montello. Era a que sugeria estabelecer no regulamento que, após a aposentadoria, seria mantida a renda do participante como se na ativa estivesse. Montello alegou que era extremamente arriscado esse tipo de decisão pelas diferentes interpretações que poderia resultar e, no futuro, significar danos irreparáveis à Celos. Os Conselheiros acataram as ponderações de Montello.

## Estamos de olho

No final de 1991 as prerrogativas estatutárias foram acordadas pelos curadores após longos anos de hibernação, para uma vida dinâmica, repleta de fatos. O Conselho de Curadores pediu passagem e conquistou autonomia. Um exemplo da nova postura foi o caso do Beiramar Shopping, em Florianópolis. A Diretoria propôs participação financeira no empreendimento. Com exceção dos três Diretores, Paulo de Miranda Gomes, Gerson Leal e Dionísio Badin, os doze Conselheiros manifestaram-se contra, fazendo questão, um a um, de usar a palavra para marcar posição. Pela ordem, pronunciaram-se João Paulo de Souza, Aramis Luiz de Novaes, Ademir Luiz Alves, Asteróide Santos da Silva, Wilson José Marcinko, Evêncio Elyas Filho, Vilson Grifante, Antônio dos Santos, Ilegle Gehlen Canali, Teresa Ramos, Dietran Budag e Onildo Gern.

Em muitos assuntos submetidos ao Conselho, as votações eram polarizadas: de um lado a Diretoria, quase sempre apoiada por Onildo Gern, do outro, os 11 Conselheiros. A situação persistiu quando assumiram os Conselheiros eleitos Benhour de Castro Romariz Filho e Warnel Cruz de Souza.

Um novo investimento foi proposto: a compra de área na Avenida Mauro Ramos, em Florianópolis, conhecida como "Tiro Alemão". A Celos pretendia construir no local, em parceria com os fundos de pensão do Besc e da Fiesc, um centro integrado de saúde. Em votação, o conselho rejeitou o investimento por 9 a 6. Votaram contra Ademir, Aramis, Asteróide, Benhour, Édio, João Paulo, Marcinko, Sérgio Córdova e Warnel. Os 6 votos favoráveis foram de Aguinaldo Chilomer, Gern e Teresa Ramos, além dos membros da Diretoria.

Nem sempre o resultado era previsível. Um exemplo aconteceu na contratação de 13 empregados em regime de experiência. Os Diretores da Celos alegavam que eles haviam adquirido direito ao emprego e seria melhor contratá-los sob risco de passivo trabalhista, pois já trabalhavam há muito tempo como terceirizados. O Conselho de Curadores foi contra, sugerindo teste seletivo para novos empregados, com os contratados disputando com a vantagem de alguns pontos. A proposta foi aceita, e o próprio Conselho conduziu a seleção, sugerindo, ao final, a admissão de 5 empregados e a demissão dos 8 restantes. A

Diretoria defendia posição distinta: admissão de 11 e demissão de 2 empregados. Após debates acalorados, a votação terminou empatada em 7 a 7. O voto de minerva do Presidente decidiu em favor dos Diretores.

Mesmo com algumas surpresas nas votações, os Conselheiros conquistaram certo consenso na defesa de proposições, afinal todos desejavam o melhor para a Fundação. Chegaram a estabelecer uma política de Recursos Humanos, definindo critérios de contratação de empregados, regras de carreira e salários, quadro de lotação, formas de recomposição salarial, de benefícios e de produtividade. Para reduzir a estrutura administrativa, propuseram o corte de cargos e de níveis gerenciais.

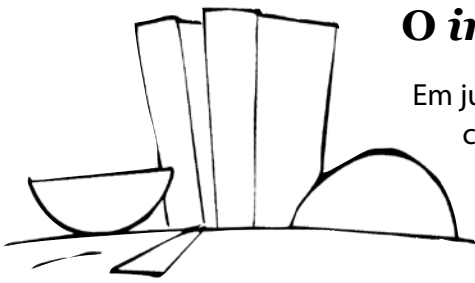
## Projeto habitacional

Um exemplo de consenso foi quando o Presidente da Celos, Paulo Roberto de Miranda Gomes, pediu discricção sobre o assunto que iria expor, temendo que um anúncio antecipado pudesse prejudicar as negociações. Tratava-se dos estudos que estava desenvolvendo junto à Cohab para um projeto habitacional de 500 moradias, cada uma com cerca de 60 m<sup>2</sup>, para atender à necessidade de participantes de menor renda. A Celos apenas intermediaria a operação, sem colocar recursos, que seriam todos financiados pela Cohab.

A ideia de construir casas financiadas aos empregados e aposentados rondava a cabeça de Paulo há algum tempo. Muito antes de assumir a Presidência do fundo de pensão ele se penalizava com as histórias que ouvia dos pacientes e sempre imaginou que os recursos da Fundação também deveriam servir para amenizar algumas agruras dos participantes com menores condições financeiras. A casa própria seria uma maneira de contribuir para minorar essas circunstâncias adversas. O programa teve sucesso. Não chegaram a ser construídas as 500 casas planejadas, mas foram mais de 100.



Casa entregue pelo Projeto Habitacional



## O *impeachment* de Brasília

Em julho de 1992 um fato político mobilizou a sociedade brasileira: cerca de 5 mil manifestantes, em Brasília, pediram o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, depois que o irmão, Pedro Collor, o acusou de envolvimento num grande esquema de corrupção.

No mesmo mês o Congresso da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) apoiou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias contra Collor. O ato seguinte foi a criação do Movimento pela Ética na Política, por diversas entidades da sociedade civil reunidas na vetusta Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.

O movimento ganhou adesão popular. Em 11 de agosto de 1992, numa manifestação que reuniu mais de 15 mil participantes em São Paulo pedindo o *impeachment* de Collor, surgiram jovens protestando com rostos pintados de verde e amarelo, os "caras-pintadas". Essa forma de identificação se propagou e, a cada manifestação, surgiam mais caras-pintadas. No final de agosto milhares de jovens em centenas de atos públicos exigiam o *impeachment* do Presidente. O slogan "Fora Collor" tomou conta do país.

O desfecho para a crise aconteceu no dia 29 de setembro de 1992, quando a Câmara Federal, com 441 votos a favor e apenas 38 contra, aprovou o afastamento do Presidente da República. Triste fim do primeiro governo civil eleito após 20 anos de ditadura militar.

Assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco, que, em junho de 1993, diante de uma inflação de 2.500% ao ano, editou um plano econômico conhecido como Plano Real, implantado por etapas. Primeiro um conjunto de medidas com corte de gastos públicos, privatizações, mudança da moeda de cruzeiro para cruzeiro real, com o corte de três zeros. Mais tarde foi criada a Unidade Real de Valor (URV), que serviu como parâmetro de valor até a implantação da nova moeda, o real, em julho de 1994.

Essas medidas, tomadas pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o credenciaram a se candidatar à Presidência da República e a vencer com relativa facilidade. A estabilidade da moeda, problema crônico no Brasil, começava a ser resolvida com o Plano Real. O aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda e o aumento do salário real foram consequências da queda da inflação.

Todas as mudanças na economia brasileira nas décadas finais do século XX refletiam diretamente no desempenho da Celos, obrigada, a cada plano econômico, a adaptar-se às novas regras.

## O *impeachment* do Alpha Centauri

Motivados pelos acontecimentos nacionais, os Conselheiros da Celos decidiram, em setembro de 1993, declarar o *impeachment* do Presidente Paulo Roberto de Miranda Gomes e do Diretor de Seguridade Dionísio Albino Badin. Motivo: a Celesc deixara de pagar o salário de ambos, contrariando os Estatutos da Celos.

A patrocinadora decidiu que o pagamento dos diretores da Celos, não empregados da Celesc, deveria ser responsabilidade da Fundação. A deliberação da Diretoria da Celesc não permitia dúvidas: "*independentemente do que dispuserem seus documentos organizadores internos*". Estava criado o impasse, pois do outro lado do balcão a Secretaria de Previdência Complementar avisava: se a Celos remunerasse seus Diretores, perderia a imunidade tributária.

A inédita decisão pelo impedimento tomada em 23 de setembro afastava os dois até o final do mês, na tentativa de sensibilizar a Celesc para rever a posição, de acordo com o Estatuto. A Celesc foi comunicada oficialmente sobre a deliberação, e nova reunião do Conselho foi marcada para o dia 1º de outubro. O Diretor Administrativo-Financeiro, Gerson Leal, responderia pelas três Diretorias durante o impedimento.

Ao conhecer a decisão do Conselho de Curadores, a Diretoria da Celesc solicitou que os impedimentos fossem prorrogados até 13 de outubro para melhor estudar o assunto. Os Conselheiros atenderam ao pedido e, no dia 14 de outubro, a Celesc informou que assumiria os pagamentos dos salários dos dois Diretores até que os Estatutos da Celos fossem alterados. Designou uma comissão para propor alterações estatutárias: empregados da Celesc à disposição da Fundação deveriam ser remunerados pela Celesc; aposentados e empregados da Fundação, pela Celos.

No dia 4 de novembro o Conselho voltou a se reunir e, como não havia resposta do pagamento dos Diretores, resolveu confirmar a destituição do Presidente e do Diretor de Seguridade. A confusão estava armada. A reunião foi prorrogada para uma semana mais tarde. Apenas no dia 11 de novembro a normalidade foi restabelecida. A Celesc comunicou que assumiria o pagamento dos Diretores até a alteração estatutária submetida à Secretaria de Previdência Complementar ser sancionada pelo Ministério da Previdência Social.

João Paulo de Souza fez um duro pronunciamento no Conselho, lamentando a pouca importância que, segundo ele, a Diretoria da Celesc conferia à Celos, afirmando que a controvérsia poderia ser resolvida com rapidez, evitando 50 dias de balbúrdia que tumultuaram o fundo de pensão. Enfatizou que a Direção da Celesc apelava sempre para a alteração dos Estatutos da Celos para satisfazer suas necessidades, abstenendo-se do debate. Concluiu afirmando que faria uma representação ao Ministério Público e ao Ministério da Previdência Social.

# *A casa da Celesc*





## O sonho da casa própria

As histórias da convivência da Celos com a “casa da Celesc” começaram no início de 1979, quando a patrocinadora, para integralizar reservas matemáticas dos fundadores, decidiu transferir para a Fundação o edifício-sede da Empresa, na Rua José da Costa Moellmann, em Florianópolis. Para viabilizar a transação foi preciso mais que o desejo da Diretoria da Celesc; necessárias também a aprovação do Conselho de Administração da Empresa e a anuência do Governador do Estado. A negociação passou à Celos a propriedade do edifício, e a Celesc pagava aluguel pelo uso do prédio.

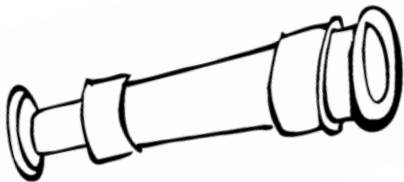
Logo no início do mandato, o Governador Esperidião Amin manifestou a intenção de mudar a sede do Governo do Estado, desocupando o prédio histórico ao lado da Praça XV de Novembro e transferindo-se para o edifício da Celesc, na Rua José da Costa Moellmann. Na troca a Celesc ficou com o Edifício Berenhauer e com o antigo prédio da Fiesc, na Rua Felipe Schmidt. Mas eram pequenos para abrigar todo seu quadro de pessoal. A Celesc, na prática, estava sem “casa”.

A patrocinadora espalhava seus empregados por diversos prédios na cidade de Florianópolis. Uma simples reunião, às vezes entre duas Divisões de um mesmo Departamento, necessitava o deslocamento de profissionais pelo centro da cidade, carregando nos braços, fizesse sol ou chuva, agendas, documentos, livros, projetos. Duas dezenas de endereços diferentes numa mesma cidade significavam um caos administrativo e de comunicação. Assim como havia prédios inteiros ocupados unicamente por setores da Celesc, existia também quem estivesse isolado numa única sala de um edifício.

Reunir novamente toda a Administração Central numa única “casa” era o sonho. A Celos era um bom caminho para solucionar o problema: dispunha de recursos, teria mais agilidade na contratação da obra e, depois, alugaria o edifício à Celesc, auferindo renda. Entretanto, justamente nesse ponto residia



um dos principais obstáculos. Em setembro de 1983 o atuário José Roberto Montello fez uma exposição ao Conselho de Curadores quando ressaltou o risco de investimentos em imóveis, pois na hora de vender *"pode não se conseguir o retorno desejado"*. Alertou também para o fato de que um imóvel feito sob medida para a Celesc, que servisse exclusivamente a ela, implicaria, mais tarde, dificuldade para conseguir outros inquilinos ou mesmo para vender. *"É um ativo cuja única liquidez é o aluguel e, no futuro, não poderemos pagar aposentadorias com imóveis, teremos que pagar com dinheiro"*, destacava Montello.



## Em busca de terra firme

A Diretoria da Celos havia se reunido com o titular da Secretaria de Previdência Complementar, em Brasília, acompanhada por Montello, para apreciarem o investimento imobiliário pretendido. Foi contratado o Instituto Catarinense de Avaliações e Perícias (Icape) para avaliar a área onde havia o Abrigo de Menores e também o edifício-sede da Celesc. As avaliações não satisfizeram o Conselho e a Diretoria da Celos. A permuta pelo Abrigo de Menores traria prejuízos à Fundação.

Por sugestão de João Paulo de Souza, o Conselho de Curadores nomeou uma comissão para decidir com a Diretoria e manter sigilo sobre o assunto. João Paulo ressaltou a importância de seguir as recomendações do atuário, sendo apoiado por Cláudio Arruda Ramos, Hélio Piazzaroli e Luiz Fernando Beltrão. O conselheiro Onildo Gern questionou o fato de que, se houvesse permuta, a Celos perderia a renda do aluguel e ainda teria o ônus da construção. Hélio Breda, Presidente da Celos, esclareceu que a legislação permitia atualizar valores investidos via correção monetária, mais juros sobre as obras.

A proposta de se criar uma comissão não foi aprovada, então Cláudio Arruda Ramos e João Paulo de Souza propuseram que a Diretoria da Celos se mantivesse responsável pelas negociações e que uma comissão do Conselho, independente da Diretoria, fizesse uma avaliação sobre a oportunidade do negócio. Essa comissão, aprovada por unanimidade, foi composta de Carlos César Moritz, Cláudio Arruda Ramos, Hélio Piazzaroli, João Paulo de Souza e Mauro César da Silva Goulart.

Menos de dois meses depois da reunião que sugeriu a comissão, Breda informou sobre um encontro com a Fucabem para tratar da venda do Abrigo de Menores. O Conselho de Curadores sugeriu prosseguir as negociações e também pesquisar outras áreas, pertencentes ao Governo do Estado que atendessem ao interesse da patrocinadora.

Em janeiro de 1984 Breda informou que a empresa Kobrasol Empreendimentos Imobiliários Ltda. apresentou proposta de venda de área de 15 mil m<sup>2</sup> de propriedade do Avaí Futebol Clube. Também havia proposta da empresa Santa Helena Construções e Empreendimentos Ltda. de terreno no bairro do Itacorubi. O Conselho, entretanto, manteve o foco no Abrigo de Menores e propôs oficial à Fucabem sobre o interesse da Celos em terreno de, no máximo, 50 mil m<sup>2</sup>, no valor de cerca de 3 bilhões de cruzeiros, sendo que o edifício-sede valia pouco mais de 2 bilhões e 750 milhões. A diferença de 250 milhões seria paga no ato de assinatura da escritura. Todavia, a Fucabem não queria vender apenas 50 mil m<sup>2</sup>, mas todos os 83.598 m<sup>2</sup>, o que aumentava o preço do negócio. Os Conselheiros Cláudio Arruda Ramos e José Nascimento afirmaram que só aceitariam se a Celesc pagasse diretamente o restante da área.

Em fevereiro a Fucabem formalizou proposta de permuta, mas pediu que a Celos retornasse 450 milhões de cruzeiros. Montello estava presente à reunião e voltou a alertar para o grau de imobilização da Celos, afirmando que *"o ideal seria não desembolsar nenhum*

*tostão*”, mas como a Celos havia proposto retornar os 250 milhões, não deveria aumentar nem mais um centavo na proposta. Montello destacou também a disparidade entre o valor contábil e o valor que seria transacionado, de pouco mais de 733 milhões de cruzeiros, que, segundo o atuário, deveria ser assumida pela Celesc.

José Roberto Montello ainda enfatizou que os demais agentes e interessados no negócio deveriam também arcar com eventuais prejuízos. Repetiu o que já havia dito sobre o mercado imobiliário não render como o mercado financeiro, além de não ter liquidez. Um fundo de pensão, afirmou Montello, *“precisa dispor de recursos líquidos para pagar benefícios, uma vez que esses não se liquidam com tijolos, mas tão só e unicamente com dinheiro”*.

## Terreno à vista

O assunto da construção da “casa da Celesc” ficou quase um ano em banho-maria. Retornou apenas em fevereiro de 1985, quando o Presidente da Celos era Hélio Mündell de Lacerda, que comunicou ao Conselho ter sido oferecido, em troca do edifício-sede, o Velódromo de Florianópolis, situado próximo à Avenida Beira Mar Norte. O Conselho aprovou por unanimidade a possibilidade de trocar a área do Velódromo, com mais de 33 mil m<sup>2</sup>, mas em abril a Celos foi informada da inviabilidade de construção no terreno do Velódromo.

Montello veio a Florianópolis e participou, assessorando a Diretoria da Celos, de reunião com o Vice-Governador Victor Fontana. O atuário havia preparado um documento intitulado “As condições gerais de negociação do edifício-sede”, com amplo arrazoado sobre a matéria. Com esse documento convenceu o Governo do Estado a pagar a diferença entre a avaliação do edifício-sede e o valor contábil.

Novas alternativas foram submetidas ao Conselho: o antigo campo do Avaí, no chamado Pasto do Bode, que o clube já havia trocado por terreno na Ressacada; a Penitenciária de Florianópolis, no bairro da Trindade; e terreno de propriedade da Fusc, no bairro do Itacorubi.

Em maio de 1985 o Conselho decidiu adquirir o terreno da Fusc, no Itacorubi, com área de 40 mil m<sup>2</sup> e mais uma área contígua de 12 mil m<sup>2</sup>, ao preço de 773 milhões de cruzeiros. Entretanto, a Fusc não tinha interesse em fracionar o terreno e só venderia a área toda, com pouco mais de 70 mil m<sup>2</sup>. O Conselho aceitou a proposta.

No dia 28 de maio de 1985 a Celos vendeu ao Governo do Estado o edifício-sede da Celesc, na Rua José da Costa Moellmann. No final de junho foi formalizada a proposta de venda pela Fusc dos 70.283 m<sup>2</sup> de terreno, ao preço de 2 bilhões e 962 milhões de cruzeiros. A proposta foi aprovada. Era preciso lançar mãos à obra, pois a Celesc necessitava construir logo a sua “casa”.

## A casa das três mulheres

Hélio Lacerda procurou na Celesc engenheiros que pudessem ajudar na obra. Encontrou três mulheres: a arquiteta Lílian Cristina Neis Makoviecky e as engenheiras civis Norma Beatriz Camisão Schwinden e Olga Maria Carneiro Centeno. As três assumiram a tarefa com a mesma garra que dedicariam para construir suas próprias casas.

Estavam graduadas há menos de cinco anos, mas a pouca experiência não foi empecilho. Saíram a campo para conhecer edifícios semelhantes ao que se imaginava construir. Entrevistaram todas as Diretorias e Departamentos da Administração Central da Celesc para conhecer as necessidades de espaço físico. Ouviram desejos e queixas antes de conceberem

a ideia do projeto que abrigaria os mais de 1.400 empregados lotados na sede. Enfrentaram resistência de boa parte do pessoal que não queria sair do centro da cidade e mudar-se para um bairro distante das facilidades de transporte, da proximidade do comércio e de suas próprias moradias. Alguns relutavam também diante dos conceitos previstos para o novo prédio, com escritórios abertos, panorâmicos, onde raras seriam as salas fechadas.

Miguel Hermínio Daux foi decisivo na preparação do edital, transferindo para a linguagem jurídica o que previam as concepções técnicas. E Jandira Alvim dos Reis, sempre disposta, foi quem datilografou, com velocidade espantosa, dezenas de vezes, as mais de cem páginas do edital, até que as engenheiras o considerassem completo para ser divulgado.

Em agosto de 1985 foi publicado o edital para o projeto de uma edificação com área de 20 mil metros quadrados. Os critérios de escolha da melhor proposta foram: originalidade, funcionalidade, economicidade, simplicidade e harmonia com a paisagem local. Caberia à Celos coordenar a construção, prevista para um prazo de 12 meses.

Embora 18 empresas tenham retirado o edital, apenas cinco apresentaram proposta. Lílian e Olga expuseram ao Conselho os projetos propostos. Por maioria, foi escolhido o do Consórcio Liz Monteiro Arquitetos Associados e Zeta Engenharia e Planejamento Ltda.

Em fevereiro de 1986 iniciaram-se os serviços de terraplenagem do terreno, a cargo da Pedrita, Pedreira Rio Tavares Ltda. Apenas em setembro de 1987 o Conselho de Curadores da Celos decidiu licitar a contratação de empresa para construir a obra, planejando o início dos trabalhos para fevereiro de 1988 e o término para dezembro de 1989.

Foi indicada uma comissão com seis membros para analisar a documentação das empresas interessadas em participar da execução do edifício: Carlos Calliari, Icaroti dos Santos, Mário Vieira Filho, Lílian, Norma e Olga. Publicado o edital, 25 empresas se habilitaram. Destas, 20 retiraram as instruções e apenas 15 apresentaram proposta. A vencedora foi a empresa Emecon S.A. Engenharia, que cotou o valor de 429.945.640,00 de cruzados.



Lilian Cristina Neis Makoviecky, Olga Maria Carneiro Centeno, Norma Beatriz Camisão Schwinden



Construção do Edifício sede da Celesc – Itacorubi

## Mão na massa

Para desespero do chefe José Fernando de Souza Fonseca, o contingente do Departamento de Engenharia seria reduzido a três profissionais. Lílian, Norma e Olga não encerraram sua participação ao final do projeto. Continuaram como as responsáveis por acompanhar a construção do prédio. Novamente, não vacilaram em aceitar o desafio. Rememorando o período de construção do edifício, as três afirmaram, em uníssono, que *“a oportunidade não poderia ser perdida”*. Sem questionarem as dificuldades que enfrentariam, vestiram os capacetes e trataram de assumir a desafiadora tarefa de construir o edifício de 20 mil metros quadrados, com um projeto moderno e ousado.

O prédio previa inovações no sistema de refrigeração, no tratamento de esgoto, na conservação de energia, nos sanitários para deficientes, no tráfego de voz e de dados. Além das três, a obra contou com a importante participação de outros profissionais da Celesc, em especial José Roberto Gandolfi Dutra, Marcondes Mendes da Silva e Mário Consuelo da Silva.

Os trabalhos iniciaram-se durante a Presidência de Hélio Lacerda e continuaram com Dijalma Martins, sem que houvesse mudança de rumos na obra. Apenas uma surpresa: Altair Wagner, que havia sido Presidente da Celesc, foi indicado pela nova Direção da Celos para trabalhar na construção do edifício. Soou estranho aos ouvidos das três terem como subordinado um ex-presidente, mas Altair Wagner engajou-se no empreendimento sem requerer tratamento diferenciado. Pelo contrário, colocava a mão na massa. Certa tarde, Olga trabalhava diante da prancheta no pequeno escritório da obra quando surgiu a sua frente um homem pedindo ajuda, coberto de concreto da cabeça aos pés. Ela apenas conseguiu distinguir dois olhos arregalados de desespero. Olga, com esguichos de água de uma mangueira, aos poucos safou o homem da armadura de concreto, até descobrir que sob o peso do cimento estava o ex-presidente.

Wagner, além de participar ativamente da obra, cultivou no terreno adjacente boa quantidade de pés de maracujá, que mais tarde serviriam de refúgio no horário de descanso após o almoço dos empregados do prédio. Foi dele também a ideia, não colocada em prática por ser muito ousada para a época, de captar água da chuva para irrigar os jardins do edifício.

## Dois sustos

Apenas dois episódios sobressaltaram as três mulheres durante os 22 meses da obra. O primeiro ocorreu quando Nogert Wiest, famoso pela dureza e severidade no trato com os subordinados, visitou o canteiro e, recebido por elas, disparou a pergunta insólita: *“Não tem homem nesta Empresa?”*.

O segundo susto foi muito maior. Elas notaram que as extremidades do prédio, construídas com vigas em balanço, estavam cedendo. Conferiram o projeto com os responsáveis pelo cálculo estrutural. Estava tudo correto, mas entre as duas metades do edifício abria-se um vão, que aumentava a cada dia. Decidiram procurar especialistas. As respostas não as satisfizeram, até irem a São Paulo indagar ao emérito professor Augusto Carlos de Vasconcelos. Ouvindo o relato das engenheiras, o mestre foi enfático: *“Escorem já a obra. Há risco de desabamento”*.

Olga ligou imediatamente para Florianópolis e determinou que se cumprissem as ordens do professor. Elas não dormiram aquela noite. E teriam o sono alterado ainda por muitos dias, guardando o segredo para não causar alarme, até que a solução proposta por Vasconcelos fosse adotada.

## Tempos de mudanças

Em abril de 1989 a Celesc criou um grupo de trabalho denominado Grupo Tarefa Mudança, para coordenar as atividades de mudança para a nova “casa”. Durante o ano de 1989, enquanto era finalizada a obra, os diversos Departamentos da Administração Central da Celesc visitaram a “casa” ainda em construção, de forma organizada e programada, sempre dirigidos pelo Grupo Tarefa Mudança. Aos poucos, os empregados acostumavam-se com a ideia e estavam entusiasmados com a possibilidade de habitar uma instalação nova.

Foi realizado um pequeno filme para informar aos empregados como utilizar os modernos equipamentos do novo prédio: o novo sistema de telefonia, o ar-condicionado central, os equipamentos de som, os auditórios. Nos sanitários, as torneiras e descargas são acionadas com os pés. E, num exagero de detalhe, chegaram a filmar o “artista” utilizando a privada.

Entre fevereiro e abril de 1990 a Administração Central da Celesc mudou-se para o Itacorubi, mas a inauguração oficial só aconteceu em 14 de setembro de 1990, numa festividade que contou com a presença do governador Casildo Maldaner, além de secretários de Estado, diretores e quase todos os empregados lotados no edifício-sede. Na véspera, Lílian, Norma e Olga ajudaram a passar enceradeira no edifício para abri-lhantar a festa. Na ficha funcional das engenheiras consta a menção honrosa pela dedicação à obra. Lílian resume o sentimento das três: *“Eu não seria a mesma se não tivesse passado por essa experiência”*.



Luiz Gomes, Norma Beatriz Camisão Schwinden , Lilian Cristina Neis Makoviecky, Olga Maria Carneiro Centeno, Hélio Mündell de Lacerda, Victor Fontana e Lício Mauro da Silveira



Inauguração do Edifício sede da Celesc – Itacorubi: Polidoro Ernani de São Thiago Filho, Marcos Wehmoth, Dijalma Martins, Álvaro Guilherme Rojas Lezara, Casildo Maldaner



Djalma Martins discursando na inauguração do Edifício sede da Celesc – Itacorubi

## Locatário insatisfeito

A Celesc assinara um contrato de locação por 10 anos, mas decorridos quatro anos, em 23 de fevereiro de 1993, o Presidente Raimundo Colombo compareceu à reunião do Conselho de Curadores para anunciar que, segundo avaliação da Diretoria da Celesc, o valor do aluguel estava muito elevado e precisava ser revisto. Colombo propôs redução no preço. O Conselho designou uma comissão para estudar o assunto e oferecer opções.

Essa comissão sugeriu a possibilidade de redução do aluguel, desde que fossem transferidos à patrocinadora alguns equipamentos em uso no edifício, que eram de propriedade da Celos. Condição também a negociação de redução do valor à quitação dos débitos da Celesc com a Celos. A proposta não agradou à Diretoria da Empresa, que não deu resposta. Embora em diversas ocasiões a Celesc tenha se manifestado informalmente alegando que o aluguel era alto, não voltou a negociar valores até 1999, quando encerrou o prazo de locação de dez anos.

Em agosto do ano 2000 Gerson Wanderley Leal, Presidente da Celos, fez uma retrospectiva ao Conselho, historiando o contrato de locação da “casa da Celesc”, desde o período de construção até a conclusão da obra. Também relatou os acontecimentos depois da conclusão, quando a Empresa assinou contrato que vigorou pelo prazo de dez anos. Em maio de 1999 havia encerrado esse prazo e, observando as regras contratuais, a Celesc manifestou interesse em permanecer no imóvel por mais cinco anos.

## Vende-se

Havia um problema adicional. Em abril de 2000 o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 2.720 que disciplinava a aplicação de recursos de entidades de previdência fechada e impôs limites para investimentos em imóveis que tornaram a Celos desenquadrada ante a Resolução. O Conselho de Curadores manifestou-se favorável à proposta de novas negociações para a venda do imóvel à Celesc.

Em agosto de 2002 o tema voltou a rondar o Conselho. A Celesc, novamente, manifestou intenção de adquirir o prédio. O Conselho autorizou a venda. Em janeiro de 2003, como



a negociação para a venda não evoluía, o Conselho de Curadores cobrou da Diretoria Executiva da Celos a aplicação das condições contratadas, ou seja, o valor do aluguel calculado mensalmente à razão de 1% do valor contábil do imóvel.

Em abril de 2003 a Celesc enviou correspondência à Celos informando que o Governo do Estado pretendia acomodar parte de seus funcionários na “casa da Celesc”. Com base em cláusula contratual, a Celesc não poderia sublocar, ceder ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento da Celos. O Conselho de Curadores decidiu ratificar a decisão de venda do edifício e solicitar posição imediata da Celesc. Caso não houvesse interesse de aquisição, a Diretoria da Celos deveria levar proposta ao mercado imobiliário, estabelecendo, a partir da venda, prazo para a Celesc desocupar o imóvel.

## O fim de uma saga

Em fevereiro de 2004 a Celesc, enfim, decidiu comprar o edifício-sede. As negociações avançaram, mas não havia consenso sobre alguns pontos, como a Celesc não concordar com o fato de a Celos poder sacar da conta bancária da Empresa no caso de atraso de pagamento, pois o contrato já estabelecia garantias de devolução e multa por atraso.

Em 17 de junho de 2004, após conhecer os pareceres da Secretaria de Previdência Complementar e do atuário, o Conselho de Curadores decidiu, finalmente, concordar com a venda do prédio. A venda foi definida pelo valor contábil de R\$ 23.525.273,00, corrigido para a data do contrato, financiado em 10 anos.

Às 11 horas da manhã do dia 16 de dezembro de 2004, no Auditório da Celesc, no Itacorubi, uma solenidade revestia-se de um significado muito especial: era o ato de assinatura do Contrato de Compra e Venda do então denominado Edifício Administrativo Celos. Mais de 25 anos haviam-se passado desde o dia em que a Celesc transferiu para a propriedade da Celos a “casa” da Rua José da Costa Moellmann. Há mais de 20 anos se discutira pela primeira vez no Conselho de Curadores a ideia de a Celos construir um prédio para a patrocinadora. Alguns, mais novos, não conseguiam dimensionar a importância da assinatura daquele contrato. Mas boa parte dos presentes à solenidade havia testemunhado essa verdadeira saga da história da “casa da Celesc”.



Edifício sede da Celesc – Itacorubi



# O sol é para todos

## Revolvendo os estatutos

A situação de descumprimento estatutário e a fragilidade perante a patrocinadora tornaram-se evidentes no episódio do afastamento dos diretores, o que motivou o Conselho de Curadores a criar uma comissão de aposentados, empregados e representantes da Celesc, com o objetivo de mudar o Estatuto Social da entidade. O trabalho da comissão defendia eleição para todos os cargos da Diretoria Executiva, Conselho de Curadores e Conselho Fiscal.

A posição da Intercel sobre a radicalização da democracia na Celos, transcrita no Linha Viva de 12 de fevereiro de 1993, ilustra o entendimento: *"Assim, teríamos uma Fundação administrada com mais democracia, com mais transparência, sem as interferências de praxe da Celesc, por motivos de ordem político-partidária"*.

Essa bandeira dos empregados, de participação e democracia na Celos, não mais saiu da pauta da Intercel. Dois anos depois, em 19 de janeiro de 1995, o Linha Viva publicou nota reivindicando a gestão compartilhada entre patrocinadora, empregados da ativa e aposentados. Com uma recomendação: convencer a Celesc da *"importância da Fundação como instrumento de valorização dos recursos humanos da Empresa"*.

Gerson Wanderley Leal, como Diretor Administrativo-Financeiro da Celos, também foi um dos defensores da ideia de que o Conselho de Curadores fosse formado pela representação dos três segmentos: patrocinadora, participantes ativos e participantes assistidos. Essa posição foi decisiva nas mudanças estatutárias.

## Dois hereges no Conselho

No dia 30 de setembro de 1989 os empregados da Celesc foram às urnas para eleger dois representantes no Conselho de Curadores da Celos, mais de uma década após a primeira tentativa de incluir uma cláusula para esse fim no acordo coletivo. Uma data importante por marcar o início de uma nova fase para a Fundação, com a participação de empregados em sua estrutura de poder que culminaria, doze anos depois, na gestão compartilhada. Pela primeira vez a Intercel apoiou candidatos, trabalhando articuladamente para elegê-los. Evêncio Elyas Filho, profissional com experiência na Celos e conhecedor de sua história, reconheceu que *"a primeira grande conquista da Fundação, em termos de mudanças de conceitos e rumos, foram as eleições para o Conselho de Curadores, resultado da luta sindical"*.

Os candidatos percorriam todo o Estado para apresentar seus respectivos programas de trabalho aos empregados da Celesc. O processo eleitoral contribuiu também para maior divulgação e debate dos programas assistenciais e previdenciários da Celos.

O jornal Linha Viva cumpriu um papel político de mobilização, pedindo voto aos candidatos apoiados pelos sindicatos e informando os bastidores da campanha. Na edição de

22 de agosto de 1991 a Intercel esclareceu que o envolvimento dos sindicatos nas eleições era *"devido ao fato de que a Celos é mantida pelos empregados e pela Empresa, cabendo ao movimento sindical ter participação ativa na definição dos rumos da instituição"*. Três semanas depois, o Linha Viva justificava a participação *"tendo em vista que a entidade é o único patrimônio que o celesquiano terá na sua aposentadoria"*.

Os mais votados foram os três candidatos apoiados pela Intercel. João Paulo de Souza, Diretor do Sinergia, e José Nascimento, ambos de Florianópolis, foram eleitos. Aramis Luiz de Novaes, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado (Sindinorte) ficou na suplência, mas logo assumiu no lugar de José Nascimento, que se aposentou. O Linha Viva de 4 de outubro destacou o resultado eleitoral em matéria de capa, ressaltando que a *"perspectiva dos novos conselheiros é trabalhar no sentido da democratização da estrutura da Celos, assegurando ampla participação dos empregados na gestão"*.

Aramis preparou-se para ser Conselheiro da Celos. Estudou o Estatuto da entidade, o Regulamento do Plano de Benefícios e, principalmente, leu com atenção as atribuições do Conselho de Curadores. Em sua primeira viagem a Florianópolis, para ocupar uma das vagas dos representantes dos empregados, levou na bagagem ideias, sugestões e a animação de quem assume nova responsabilidade. As ilusões se dissiparam logo na primeira reunião, ao constatar que compunha um órgão homologatório das decisões da Diretoria. Para surpresa do sindicalista, ninguém contestava essa prática do Conselho. E logo percebeu que estava destinado a ele o papel de "ovelha negra".

De fato, o comportamento muitas vezes contundente e agressivo, para quem não conhecia seu temperamento, resultou, no início, em inimizades e rejeições, típicas do herege que assoma um mundo estabelecido, disposto a revolucioná-lo. Conta Aramis, lembrando suas passagens na Celos, que os anais das reuniões do Conselho registraram muitas vezes o escore de 13 a 2 nas votações, demonstrando as dificuldades encontradas pelos líderes sindicais em convencer seus pares. Com o tempo, muitas de suas propostas e as de João Paulo foram adotadas. A primeira conquista foi o estabelecimento de um calendário mensal de reuniões.

Aramis foi um daqueles que sempre insistiram num discurso em que se afirmava que a Fundação fora criada apenas para aposentar alguns empregados do alto escalão e, do modo como estava constituída, não serviria aos de menores salários. Essa retórica ele levou ao Conselho de Curadores.

Numa época em que quase ninguém falava em planos de contribuição definida, Aramis já defendia essa ideia. Segundo ele, essa era *"a melhor maneira de democratizar a distribuição de capital da Fundação"*. Não concordava, também, que em caso de déficit no fundo de pensão a responsabilidade fosse apenas da patrocinadora. Entendia que, se as contribuições eram de duas fontes, empregados e Empresa, as responsabilidades também teriam de ter. E defendia que a gestão da Fundação deveria ser repartida entre empregados e Empresa.

Aramis chegou ao Conselho de Curadores justamente numa época em que se discutia a reforma dos Estatutos da Celos, e um novo organograma para a Fundação, que reduziu drasticamente o número de órgãos, enxugando a estrutura. O Conselheiro participou ativamente das discussões, mostrando interesse em todos os assuntos previdenciários, tornando-se, com o tempo, uma referência quando se tratava do tema. Eleito três vezes curador, Aramis conta com orgulho que não faltou a nenhuma reunião do Conselho.

João Paulo de Souza não passou pela frustração do colega ao participar da primeira reunião do Conselho de Curadores pós-eleições. Ex-conselheiro indicado pela Diretoria da Celesc,





João Paulo de Souza



Aramis Luiz de Novaes

conhecia muito bem o terreno onde pisava. Sabia que o Conselho não era órgão independente. O Presidente da Fundação acumulava a Presidência do Conselho, e os outros dois diretores também eram membros do colegiado, que era formado basicamente por gerentes ou administradores regionais da Celesc, indicados pela Empresa.

Segundo opinião de João Paulo, o papel dos representantes eleitos pelos empregados era justamente provocar o debate sobre os rumos da entidade, mostrando suas deficiências e propondo mudanças. Para João Paulo, houve uma evolução: *“A partir de 1990 os sindicatos foram abrindo a caixa preta. Tudo começou com a eleição do Antônio dos Santos e, de forma progressiva, criando aperfeiçoamentos jurídico-administrativos e transparência. Os curadores eleitos levaram o fundo de pensão a outro patamar”*.

Os dois conselheiros prestavam conta de seus mandatos, informando e debatendo os problemas com a intersindical e com os empregados. Uma interlocução produtiva que mantiveram com Evêncio Elyas Filho e Wilson José Marcinko, conselheiros indicados pela Diretoria da Celesc, contribuiu para as mudanças na Fundação.

*“Não temos mandato e, a qualquer momento, alguém pode nos tirar daqui”*. Essa preocupação, que se transformou em profecia, João Paulo compartilhou várias vezes com Aramis. De fato, os acordos coletivos garantiram as eleições para o Conselho, mas não estava clara, no Estatuto da Celos, a garantia do mandato dos conselheiros eleitos. A fragilidade da situação veio à tona no dia 23 de fevereiro de 1993, quando o Conselho de Curadores *“foi convocado às pressas, para receber uma visita inusitada”*, conforme anunciou o jornal Linha Viva de 4 de março. O Presidente da Celesc, Raimundo Colombo, chegou com um propósito bem definido: rever o contrato de aluguel do prédio da Administração Central, que considerava alto demais. *“Na verdade, ele deu ordens para baixar o aluguel”*, relembra João Paulo, ilustrando a falta de autonomia do Conselho, que, após várias reuniões e debates, decidiu não acatar o propósito do Presidente da Celesc, graças à intervenção dos Conselheiros Evêncio e Marcinko, que se aliaram aos eleitos na defesa do contrato. No acordo coletivo do mesmo ano, os sindicatos apoiaram uma cláusula de modificações estatutárias para legalizar o mandato dos Conselheiros.

## Demandas de uma década

Em junho de 1992, os sindicatos reuniram-se com a Diretoria da Celesc para programar eleições de mais três representantes para o Conselho, conforme cronograma definido em acordo. Os Diretores admitiram a eleição, mas apenas para dois Conselheiros. Como essa regra ainda não estava no Estatuto da Celos, a Celesc garantiu a indicação nas vagas dos indicados pela patrocinadora para os dois que viessem a ser eleitos. Depois de muitos questionamentos e críticas ao acordo desfeito, a Intercel apoiou os nomes de Benhour de Castro Romariz Filho, Warnel Cruz de Souza, Osmar Soares e Édio Menegol, os dois últimos impugnados por terem mandato sindical. Os demais candidatos inscritos para essas eleições foram Carlos Henrique Ramos Fonseca, José Murillo da Serra Costa Filho e Paulo Roberto Anderson.

No dia 15 de agosto de 1992, um sábado de efervescência política no país, a cidadania nas ruas bradando “Fora, Collor”, vários ônibus convergiram para a Rua Irmã Bonavita, no bairro de Capoeiras, em Florianópolis, transportando eletricitários de todo o Estado ao local da assembleia estadual dos empregados da Celesc. Na ordem do dia a definição da pauta da campanha salarial 1992/93. O eixo daquele ano fora definido em torno de três grupos de cláusulas: econômicas, sociais e político-sindicais. As cláusulas sociais priorizaram o plano de saúde e as político-sindicais, a democracia empresarial, reivindicando eleições na Celos para todos os cargos.

Nessa assembleia os participantes se defrontaram, pela primeira vez, com um tema que iria consumir as energias dos eletricitários por muitos anos: a privatização das empresas estatais. O plano definido na assembleia visava à “*sensibilização da sociedade*” para os efeitos perversos das políticas neoliberais.

## No escuro da caixa

No dia 19 de outubro Benhour e Warnel foram eleitos em concorridas eleições, passando a integrar o Conselho. Seis anos antes, em 1986, Benhour fora convidado por Vitor Schmidt a compor a chapa do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e a participar de uma fase histórica da entidade.

“*A primeira reunião de que participei no Conselho de Curadores foi assustadora*”, lembrou Benhour referindo-se à complexidade dos temas que eram discutidos. Ele estava dentro da “caixa preta” que em campanha prometeu abrir, e tateava no escuro. Aos poucos, fruto de muito estudo e experiência, as coisas tornaram-se mais claras. Compreendeu que “*ninguém escondia o jogo*” e a intransparência da Fundação era devida à dificuldade de entendimento do emaranhado de fórmulas e cálculos atuariais. Na verdade, “*fora do ambiente Celos ninguém queria discuti-la*”. Nas conversas de corredor as pessoas fugiam do tema como o diabo da cruz. Até nas reuniões da Intercel o assunto ficava por último na pauta, e várias vezes Benhour saía contrariado por não dispor de tempo para os informes do Conselho. De fato, a “cultura previdenciária” passava ao largo de eletricitários ainda jovens e mais preocupados com as demandas imediatas do que com o futuro distante. Benhour se transformou em arauto da abertura de uma “caixa” por cujo conteúdo, naquele momento, poucos se interessavam.

Ainda na primeira reunião, um fato grudou na memória do curador recém-empossado. A Diretoria levou para homologação do Conselho a compra de um terreno na esquina da Avenida Rio Branco com a Padre Roma. Indignação geral dos Conselheiros eleitos, todos fazendo coro com a fala contundente de João Paulo prometendo que era a “*última vez*”

que a Diretoria faz um investimento sem passar pelo Conselho, pois não iremos homologar mais nada". O clima da reunião ficou péssimo, levando o novo curador a acreditar que participava de "um teatro". Tal impressão foi desfeita com o andar da carruagem. A atitude independente de curadores indicados pela Empresa como Marcinko e Evêncio contribuíram para isso. Os conselheiros, apoiados pelos sindicatos, deixaram de ser "estranhos no ninho", e o Conselho conquistou prerrogativas estatutárias. Nas palavras de Benhour: "Antes a Diretoria tocava a Celos, mas aí começou uma fase de transição com os Conselheiros discutindo racionalmente as decisões". No término do mandato sugeriu o colega Sindal para substituí-lo e seguir construindo a trilha coletiva por onde caminha a Fundação. Mesmo sem mandato, Benhour continuou participando dos encontros da Intercel, repassando os conhecimentos para plateias atentas aos rumos da Celos. Na aposentadoria não largou sua "cachaça", a militância sindical no Sindicato dos Administradores de Santa Catarina, assumindo a Diretoria Administrativo-Financeira após a morte de seu titular e amigo, José Nascimento.

## Cantinho por cantinho

O ex-presidente e diretor do Sindicato de Blumenau, Isaltino Pedron, foi eleito para o Conselho de Curadores em maio de 1993, em campanha acirrada, quando concorreu com Norma Beatriz Camisão Schwinden, que ficou na suplência. De seu gabinete de vereador em Blumenau, no dia 29 de agosto de 2008, Isaltino, boa memória, discorreu com facilidade os fatos passados há quinze anos. Lembrou com exatidão os votos do pleito: 1.490 para ele e 1.433 para Norma. "Visitamos cantinho por cantinho, falando da importância da Fundação", recordou, evidenciando o papel das eleições na difusão da Celos para os eletricitários.

Uma das iniciativas mais importantes do Conselho à época, segundo Isaltino, foi estabelecer critérios para a aplicação dos recursos e criar o Comitê de Investimentos, composto de conselheiros, dando transparência a uma área vital para a saúde financeira da Fundação.

## O dom de lidar com os números

*Quando deixou Araranguá, onde nasceu, para servir o Exército em Florianópolis, Dijalma Martins nem de longe imaginaria sua trajetória dali para frente. Sabia apenas de seu gosto pela engenharia, pois a facilidade que demonstrava ao fazer contas o empurrava para uma profissão em que abundassem os cálculos.*

*Já para sustentar os estudos, seu pendor pelos números o auxiliou: foi professor de Física no Instituto Estadual de Educação por quatro anos. Graduou-se na segunda turma de engenheiros eletricitistas da Universidade Federal e ingressou na Celesc. Trabalhou durante duas décadas na área comercial da Empresa.*

*Em 1987 assumiu a Presidência da Celos. Mais uma vez a destreza com a matemática permitiu que rapidamente absorvesse os difíceis e áridos cálculos atuariais. Aliou esse conhecimento a um bom convívio com os aposentados, que, no dia seguinte à posse, bateram a sua porta pedindo apoio para reivindicações que atravessavam anos. Ajudou-os a se organizarem* >



e a conquistarem diversos benefícios. Foi em sua gestão que se estabeleceu o piso mínimo, o décimo terceiro salário de benefício, a liberação do teto de contribuição, entre outros.

Os conhecimentos de engenharia foram importantes na construção da sede da Celesc, no Itacorubi, obra totalmente gerenciada pela Celos, executada durante seu primeiro mandato na Presidência.

Djalma voltou a presidir a Fundação em 1995. Em sua gestão iniciaram-se as discussões para migração de plano de benefício definido para contribuição definida. Por ter sido o único que exerceu a Presidência por duas vezes, sabe que contribuiu muito para a Celos chegar onde está hoje, mas faz questão de afirmar que a Fundação é um projeto coletivo: “Tudo foi construído aos poucos, cada um fez um pedacinho”.

Depois de se aposentar, ao invés de “vestir o pijama”, Djalma resolveu seguir trabalhando. Aproveitando a experiência adquirida na Celos e a perícia com os números, constituiu, junto com outros sócios, uma empresa de consultoria em atuária e previdência, que assessora planos previdenciários para entidades públicas e privadas. É para lá que ele se dirige, a cada manhã, para fazer o que mais gosta: operações matemáticas, cálculos algébricos. ©

Para Isaltino, o movimento sindical cumpriu papel relevante ao longo dos anos na Celos, mas deixou claro que a luta pela participação teve por objetivo fortalecer o fundo de pensão como patrimônio coletivo de seguridade social, e “*não para o celesquiano levar vantagem*”. Por isso mesmo, Isaltino Pedron fez questão de afirmar que os sindicatos sempre tiveram um bom relacionamento com a Fundação.

## Conquista das mulheres

A Celos vivia um bom momento no início de 1994. O déficit técnico do final de 1992 havia sido revertido para um superávit em 1993. O próprio atuário, embalado pelos bons ventos, deu parecer informando ser possível a concessão de aposentadoria proporcional ao grupo de 161 mulheres admitidas até 31 de dezembro de 1977, consideradas fundadoras da Celos, pois implicaria um acréscimo muito pequeno nos custos: 0,05%. A Celesc concordou em pagar as reservas para essas aposentadorias à medida que cada um das mulheres fosse exercendo esse direito.

Com base nesse parecer, o Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 29 de setembro de 1994 estabelecia, em sua cláusula quarta, que “*a CELESC compromete-se [...] a complementar as reservas atuariais da Fundação Celos para permitir, às participantes detentoras da condição de fundadoras, a aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço, conforme previsto na Constituição Federal*”.

Além dessa conquista das mulheres, duas outras decisões relevantes ainda marcaram o ano de 1994. A primeira, a alteração das faixas de contribuição dos participantes, que passou a ser de 3% para os que recebiam até metade do teto de benefícios; 4% para os que recebiam entre a metade e o teto; 8,5% para os que percebiam até três vezes o teto; e 12% para os que percebiam acima de três vezes o teto de benefício. A segunda, mesmo contrariando o atuário, foi a decisão de considerar o tempo de trabalho rural dos participantes, desde que estivesse devidamente averbado e declarado como tempo de atividade rural no cadastro da Celos.





Maurienne Bades Dalforo Alves, Maria Márcia Azevedo, Janete (cantora), Viviani Bleyer Remor, Maria Margarida Barbosa Sampaio

A chegada do ano de 1995 prenunciava mais mudanças. De um lado, profundas reformas na previdência oficial, de outro, a Intercel manifestando intenção de mudar os Estatutos da Fundação para viabilizar a gestão compartilhada entre patrocinadora, empregados e aposentados. Adequar o plano de benefícios “*de modo a beneficiar os que já se aposentaram como também possibilitar uma aposentadoria digna, no futuro, aos empregados da ativa*”, era outro ponto de pauta dos sindicatos para 1995.

## Em defesa dos mandatos

Com a vitória de Paulo Afonso Vieira para o Governo do Estado, em 1994, assumiu a Presidência da Celesc o engenheiro Paulo Meller. Na Celos retornava Dijalma Martins como Presidente, quatro anos após seu primeiro mandato. Ademar Rogério Albino voltava à Diretoria de Segurança, e João Carlos Espíndula da Silva assumia a Diretoria Administrativo-Financeira.

Um dos primeiros atos da nova Direção da Celesc foi destituir e substituir membros do Conselho de Curadores que estavam em pleno curso do mandato: Ademir Carlos Alves, Aguinaldo Chilomer, Dietran Budag, Evêncio Elyas Filho, Teresa Maria Bugmann Ramos e Wilson José Marcinko. Boa parte do Conselho entendia que os mandatos eram invioláveis e só poderia haver substituição se houvesse renúncia dos ocupantes. Resolveram, então, reunir-se com a Direção da Celesc para esclarecer o assunto.

Com a presença de Paulo Meller, Presidente da Celesc, Antônio dos Santos, Diretor de Distribuição, e Edison da Silva Jardim Filho, Diretor Administrativo, os Conselheiros da Celos argumentaram sobre a inviolabilidade dos mandatos. Os Diretores da Celesc alegaram que a mudança de governo gerava, por consequência, mudança nos cargos de confiança da Empresa. No caso, as indicações eram atributos da patrocinadora e, segundo eles, com a prerrogativa de fazer substituições.

João Paulo de Souza contestou argumentando que, se houvesse desconfiança em relação a qualquer dos membros do Conselho indicados pela patrocinadora, que a Diretoria manifestasse abertamente. Como ninguém manifestou qualquer óbice, João Paulo esclareceu que o Conselho de Curadores defenderia os mandatos e, inclusive, pediria intervenção da Secretaria de Previdência Complementar para solucionar a controvérsia.

O Conselho de Curadores, reunido no dia 14 de março de 1995, deliberou que a Celesc não tinha poderes para destituir os Conselheiros no curso do mandato e que deveria defender, por meio de ação judicial, a exoneração de seus membros. Designou Evêncio Elyas Filho e João Paulo de Souza para uma missão inédita: constituir advogado para evitar que a Celesc, a pedido da Diretoria da Celos, destituísse conselheiros indicados pela própria patrocinadora.

De acordo com o Linha Viva de 16 de março, a atitude da Empresa visava *"preencher os cargos de conselheiros com pessoas de 'confiança política' para facilitar a aprovação de suas propostas dentro daquela instância [...] A intersindical tem protestado contra esta atitude e defendido a alteração dos Estatutos Sociais da Celos, justamente para defendê-la deste tipo de desmando que usa uma instituição de vital importância para os eletricitários como mero instrumento político de beneficiamento de grupos"*.

Diante da posição firme e inflexível dos curadores, e após protestos da Intercel, que não descartou pedido de intervenção junto à Secretaria de Previdência Complementar, a Diretoria da Celesc decidiu recuar e comprometeu-se a respeitar os mandatos, garantindo que só substituiria os conselheiros indicados à medida que os mandatos fossem encerrados. O Conselho, a partir desse episódio, ganharia mais credibilidade e respeito.

Esse episódio revela o papel do movimento sindical na consolidação do Conselho de Curadores como órgão de gestão imprescindível ao fortalecimento e à democratização da Fundação. Mais que isso, pesquisa documental e depoimentos de pessoas que





atuaram na Celos naquele período revelam a existência de um coletivo formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Curadores, Intercel e Apcelesc, que se reunia sistematicamente para discutir problemas emergentes e buscar soluções. Estava nascendo, na prática, uma governança corporativa, em que os órgãos de gestão e os atores envolvidos, como os empregados, os aposentados e a patrocinadora, interagiam na perspectiva de fortalecimento da entidade.

## Comitês: um passo à frente

Já existiam os comitês de assessoramento da Diretoria e do Conselho, mas na prática não funcionavam. Quando ocorreram quedas nas Bolsas de Valores, em 1995 e 1996, o Diretor Administrativo-Financeiro João Carlos Espíndula da Silva empenhou-se para que o Comitê Financeiro fosse ativado. Na mesma época foi criado o Comitê Assistencial e o Comitê Previdenciário.

A participação de Conselheiros na gestão iniciou um processo que se tornaria irreversível. Os comitês passaram a ser um instrumento fundamental na democratização das decisões e na agilização do próprio Conselho, pois os assuntos chegavam aos Conselheiros já estudados e analisados, facilitando o posicionamento.

A Celos enfrentava um momento de déficit estrutural, e a condução dos negócios financeiros vinha sendo muito cobrada pelos participantes. O início de transparência na Celos implicava agilizar a comunicação. Espíndula preparou a distribuição a cada empregado de um folheto explicando o funcionamento das Bolsas de Valores e comparando os ganhos com os rendimentos da Celos.

A situação deficitária do Plano Transitório de Benefícios foi o estopim para que se iniciassem estudos para a mudança de plano. A busca de informações sobre a solvência do fundo de pensão passava a ser uma constante. O Jornal da Celos sistematicamente tratava do assunto, além de a Diretoria passar a fazer, com mais frequência, reuniões por todo o Estado.

...ação Celos tomou,  
a 14 de março, posição  
ntrária à atitude da direto-  
da Celesc que destituiu  
mbros do Conselho que  
avam regularmente inves-  
s nas suas funções esta-  
rias. Conforme os conse-  
ros, a empresa Patrocina-  
não pode destit.

## Justiça seja feita

Em abril de 1995 outro tema polêmico foi submetido aos Conselheiros. A Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc (Apcelesc) havia entrado com ação cautelar contra a Celos pleiteando reajuste nos benefícios.

Dijalma Martins propôs um acordo com os aposentados e pensionistas, concedendo reajuste de 20%, desde que fosse retirada a ação judicial. Parte do reajuste, 10%, seria concedida com base no superávit técnico apurado em dezembro de 1994, superior a 6,5 milhões de reais. Os outros 10% seriam a título de adiantamento por conta de reajustes futuros, até encontrar uma fonte de custeio para incorporação definitiva. Havia, inclusive, parecer do atuário concordando com essa forma de pagamento.

Marcinko ponderou que estavam sendo feitos estudos para a revisão do plano de custeio e benefícios e pediu que se aguardassem as conclusões antes de efetuar o reajuste. Propôs a concessão de 11,93%, que representavam o IPC-r acumulado de outubro de 1994 a março de 1995.

O representante eleito pelos aposentados ao Conselho, Dílson Dionysio de Freitas, ressaltou que concordavam com a proposta de antecipação da Diretoria da Celos, exposta por Dijalma Martins. Dílson informou que *"muitos aposentados e pensionistas passavam por dificuldades financeiras e que, se o próprio atuário se manifestara favorável, poderia ser concedido, imediatamente, pelo menos 20% de reajuste"*.

Na argumentação Dílson Freitas lembrou que mais de 900 aposentados percebiam apenas o piso mínimo e que, especialmente estes, estavam com expectativa de ganhar esse pequeno reajuste. Para o Diretor de Seguridade, Ademar Albino, *"a Diretoria da Celos havia se comprometido moralmente com a Apcelesc e deveria manter a palavra"*. Propôs que fossem concedidos 11,93% e mais 10% como adiantamento para posterior acerto. A proposta foi aprovada por maioria de votos. Todavia, esse acordo jamais foi concluído. O reajuste foi concedido na data-base, pelo INPC

## Questão de gênero

Um assunto controverso foi a possibilidade da concessão de pensão por morte para os maridos das empregadas. Teresa Ramos, reiteradamente, manifestava-se nas reuniões cobrando da Diretoria e do Conselho uma definição sobre o tema. A discriminação já não cabia mais: a diferença de tratamento entre homens e mulheres estava sendo extinta em diversas áreas das relações sociais. O pensamento de todas as mulheres era que a Celos deveria avançar nesse sentido. Em agosto de 1995 Tulnê Sebastião Velho Vieira apresentou ao Conselho estudos atuariais para viabilizar a reivindicação, mas apenas em janeiro de 1997 foi concedido esse benefício, com a criação do Plano Misto.

Outra questão problemática ocupou as discussões do Conselho de Curadores em 1995: o excesso de aposentados que estavam se utilizando do recurso da aposentadoria especial. Em consequência de a Celesc atestar que o empregado trabalhava em área de risco, resultava que ele passava a ter direito a converter tempo de serviço normal em especial, onerando o plano de benefícios, pois não estava previsto tão alto índice de empregados nessa situação. Na Celesc já passava de 30% o número de empregados com direito à aposentadoria especial. Essa situação, aliada ao envelhecimento dos participantes, à falta de ingresso de novos empregados e às perdas financeiras decorrentes das baixas no mercado de ações, redundaram num déficit técnico superior a 58 milhões de reais ao final de 1995.



Eliana Silva de Moura, primeira mulher a receber pensão pela Fundação Celos



Encontro das aposentadas na sede da Apecelesc, em Florianópolis



Perícia odontológica: Nancy Pellizzetti

## Cuidar de quem se Amha

Nos primeiros meses de 1991 cogitou-se pela primeira vez a hipótese de um plano de saúde que atendesse aos familiares dos empregados. O plano foi chamado, internamente na Celos, de Plano Amhor II. Para viabilizá-lo seria necessária a adesão de 1.700 pessoas. Fez-se uma campanha de divulgação, mas que não chegou a entusiasmar os empregados a inscreverem os pais, sogros, filhos maiores ou netos. No final de julho de 1991 o plano contava com apenas 189 inscritos, o que o tornava inviável.

Somente em 1995 foi retomada a ideia. Chamado de Plano Amha, esse benefício aos agregados dos empregados finalmente se viabilizou. Esse plano é totalmente mantido pelos empregados, sem qualquer participação da Celesc, mas como é administrado pela Celos permite uma série de facilidades aos participantes. Em 2008 o Plano Amha contava com 4.025 inscritos.

Também em 1995 iniciaram-se os estudos que resultaram na criação do Plano Odontológico. Mas a assistência odontológica da Fundação, apenas com coberturas básicas, existe desde 1974, quando o responsável era o dentista Osly Rogério Boeing. O atendimento começou por Florianópolis, onde havia nove dentista credenciados a atender os empregados da Celesc. No início de 1977 a dentista Nancy Pellizzetti passou a auxiliar Osly. Os primeiros trabalhos foram árduos: percorreram o Estado inteiro numa campanha de aplicação de flúor em todos os filhos de participantes que estivessem entre 7 e 12 anos de idade. Ao final dessa maratona, Nancy foi contratada pela Fundação. Sua atividade concentrou-se na perícia dos serviços prestados pelos dentistas credenciados, auditando os trabalhos executados nos participantes e dependentes.

Os serviços na área odontológica evoluíram muito nessas três décadas. Nos anos 70 e início dos 80, Nancy Pellizzetti necessitava viajar pelo Estado para conferir os trabalhos, procurando os participantes em casa para fazer as perícias. Além de ter de examinar fora

de um gabinete odontológico, em locais inadequados, sem iluminação conveniente, ainda enfrentava o constrangimento da maioria das pessoas ao terem de abrir a boca para que Nancy conferisse os trabalhos executados pelos dentistas.

Mais tarde, até o final dos anos 90, a auditoria odontológica continuava sendo feita por amostragem, mas as condições de trabalho já haviam melhorado. Nancy viajava o Estado e em cada Agência Regional convocava cerca de 20 a 30 pessoas. Num consultório odontológico emprestado por dentista credenciado, ela conferia se o que fora pago pela Celos estava conforme o que estampava a boca dos participantes.

Apenas em 1999, depois da implantação do Plano Odontológico, com ampliação do atendimento e com novas coberturas, os dados passaram a ser informatizados, facilitando substancialmente os trabalhos e o controle. A ênfase passou a ser a orientação aos dentistas credenciados. A informatização permitiu que a Celos possuísse um cadastro da condição dentária dos participantes. E a preocupação de Nancy Pellizzetti concentrava-se em avaliar quais os novos serviços que poderiam ser proporcionados, dependendo das necessidades dos participantes.

## O piso da vida

Fato de grande relevância, em 1995, foi a inclusão de uma cláusula específica no acordo coletivo de trabalho versando sobre o benefício mínimo que, pela primeira vez, estendia o direito às pensionistas. A cláusula ficou assim redigida: *"A Celesc garante um piso mínimo de complementação de benefício aos aposentados e pensionistas, correspondente a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), pago em regime de caixa"*.

O pagamento de um piso mínimo a aposentados e pensionistas foi assunto sempre polêmico na Celos. A cada ano, na hora de renovar o acordo coletivo de trabalho, a Apcelesc e a representação sindical vão à mesa de negociações. A cláusula que estabelece o pagamento de um piso mínimo tem sistematicamente sido objeto de acaloradas discussões. Ela atende a um grupo que, em 2008, somava 806 participantes, cujo benefício na Celos é inferior a 250 reais. Esse contingente de ex-empregados e de pensionistas é formado por trabalhadores que possuíam salários mais baixos na época de aposentadoria ou que contribuíram por um período pequeno para a Celos, resultando num benefício de pouco valor monetário.

Em diversas ocasiões a Intercel e a Apcelesc, apoiadas pela Celos, buscaram soluções para o piso mínimo de benefícios, evitando a renovação anual da cláusula. Uma alternativa seria a Celesc fazer a reserva matemática, calculada atuarialmente com base no grupo de pessoas que recebe o piso mínimo, tornando-o permanente.

Todavia, não houve consenso para solucionar o problema, apesar do reconhecimento dos sindicalistas, dos dirigentes da associação dos aposentados, dos gestores da Celos e da Celesc sobre a necessidade social de manter apoio financeiro para o grande número de aposentados com benefícios irrisórios.

## Mulheres pedem passagem

Em novembro de 1995, dois meses depois de o Governador Paulo Afonso constituir a Invesc, Santa Catarina Participação e Investimento S.A., de triste memória, empenhando 20% do patrimônio em ações que o Governo do Estado possuía da Celesc,



Ademar Rogério Albino, João Paulo de Souza e Wilson Marcinko compuseram a comissão eleitoral para a escolha de duas vagas no Conselho, com os respectivos suplentes. Helenice Oliveira Zattar, com 877 votos, e Sindal Pereira Rodrigues Pinto, com 782, foram eleitos. Os demais candidatos foram Carlos Alberto Leal, com 780 votos; Clênio Braganholo, com 745; Max Bayer Gomes, com 384; Edalício Cruz dos Anjos, com 317; e Paulo Finger, com 116 votos. Sindal, Carlos Alberto e Clênio foram apoiados pela Intercel.

Empregada da Celesc desde 1979, a história de Helenice na Celos começou no início da década de 90, como preposta em Joinville. Embora graduada em Matemática e pós-graduada em Pesquisa Operacional, na área de Engenharia de Produção, foi no papel de preposta que ficou conhecida. *"A Celesc faz parte da minha família"*, sempre repete. Atendia as pessoas, principalmente aposentados, visitando-os em suas casas, nos hospitais e em qualquer lugar onde fosse solicitada. Desse período, lembrou as dificuldades em convencer os empregados novos a ingressar na Fundação, devido aos descontos nos salários, e lamentou que, apesar de a razão principal da Celos ser a previdência, a preocupação maior de todos é com o *"plano de saúde, que acabou se tornando o carro-chefe do dia a dia dos associados e dependentes"*.

Quando surgiram as eleições, a decisão de se candidatar foi imediata, *"uma oportunidade de contribuir com minha experiência"*, disse. Para fazer campanha, pediu liberação na Celesc e percorreu as dezesseis Agências Regionais em onze dias, dirigindo seu próprio Gol bordô, pedindo votos acompanhada da mãe. Pagou as despesas com recursos próprios e fez questão de salientar: *"Guardo até hoje as notas"*. Como mensagem eleitoral defendeu a união de todos em defesa do profissionalismo e da independência da Celos, sem divisões internas de grupos de interesse. Chegava a cada local de trabalho, mostrava a palma da mão aberta e iniciava o discurso, invariavelmente, afirmando: *"Se Deus fez a mão com cinco dedos, todos diferentes entre si, mas cada um com sua função, é porque há lugar para todos"*. E en-





tão pedia o voto, usando a dupla diferença na disputa: ser mulher e não ser apoiada pelos sindicatos. Helenice foi a primeira e a única mulher eleita como Conselheira titular.

Ela atuou de forma independente no Conselho de Curadores, sem se alinhar com a Direção ou com os sindicatos. *"Eu votava conforme mandava minha consciência"*. Seu mandato aconteceu num tempo de mudanças na Celos: a migração do Plano Transitório para o Plano Misto e a paridade contributiva entre patrocinadora e empregados. O trabalho que o Conselho desenvolveu no final da década de 90 foi, segundo Helenice, mais uma etapa que preparou terreno para a gestão compartilhada após 2002. Confia a tranquilidade de seu futuro à entidade que ajudou a construir: *"Quando eu tiver 80 anos, a Celos forte me garantirá, pois eu não estarei mais na ativa para brigar"*.

### **Quem não se comunica...**

Sindal, que tomou posse junto com Helenice em dezembro de 1995, entrou na primeira reunião do Conselho de Curadores cheio de expectativas com relação ao mandato. *"Eu vou ser um fiscal das aplicações da Fundação, para ter a certeza de que este dinheiro não vai se esvair e comprometer a aposentadoria digna que a Celos tem o compromisso de oferecer aos celosquianos"*, falou em entrevista para o Linha Viva do dia 25 de novembro de 1995.

Elegeu como prioridade de trabalho a comunicação com a categoria: *"Quero fazer com que todos discutam a Celos e a sua situação, e para isso vamos tentar colocar muita informação à disposição, inclusive usando o Linha Viva como instrumento de divulgação"*. E cumpriu a promessa de campanha, pois, além do jornal da Intercel, assembleias gerais e visitas às Agências Regionais para debater com os empregados, editou um boletim específico, o Informativo do Conselheiro, para divulgar as notícias do Conselho.

Sindal lembrou os bons anos de conselheiro e do curso de especialização em ges-

tão previdenciária que fez na UFSC, de grande valia para o debate que tomou conta da agenda da Celos em 1998: a mudança de plano de benefício definido para contribuição definida. Na opinião de Sindal, o maior aprendizado coletivo foi o aprofundamento do diálogo no Conselho antes de qualquer votação. Ilustrou o caso com um exemplo: a Diretoria da Celos sondava a contratação de empresa para gerenciar o plano de saúde. Antes de definir o assunto no Conselho de Curadores, propôs uma interlocução entre Diretoria e Intercel. A reunião aconteceu, o debate foi aprofundado, chegando ao consenso da inviabilidade da contratação.

Na primeira reunião do Conselho de Curadores, Helenice e Sindal receberam uma boa notícia: o Diretor Econômico-Financeiro da Celesc acabara de enviar correspondência à Celos, concordando em pagar aos pensionistas o piso mínimo que, até aquela data, pagava aos aposentados. No mesmo dia, o Diretor de Segurança da Celos, Ademar Rogério Albino, distribuiu aos participantes um folder com o título "Como e Quando Requerer", com amplas explicações sobre os benefícios previdenciários da entidade.

## Mano a mano

Em novembro de 1996, no mesmo momento em que os empregados da Eletrosul lutavam contra a cisão da Empresa e a privatização da parte de geração, os celesquianos se mobilizavam para eleger mais dois Conselheiros. A Intercel lançou os nomes de Aramis Luiz de Novaes e João Paulo de Souza para reeleição. O programa de Aramis tinha como foco a mudança do plano de custeio e benefícios e a crítica à interferência político-partidária na Fundação. João Paulo preocupava-se com a privatização da Celesc, cada vez mais próxima, e suas repercussões na Celos. Ficar alerta às constantes mudanças nas regras da previdência complementar, área de grande interesse do capital financeiro, também era uma bandeira do candidato. Concorreu com eles Norberto Dadalt, que, além de ser gerente da área assistencial da Celos e desfrutar de amplos contatos e de muito bom relacionamento com os empregados em todo o Estado, teve apoio das Diretorias da Celos e da Celesc.

A disputa foi acirrada e só foi possível conhecer os eleitos depois de aberta a última urna. Dadalt elegeu-se com 1.225 votos. O segundo colocado foi Aramis, com 1.216. João Paulo ficou como suplente, com 1.198 votos.

Embora Norberto Dadalt declarasse que se candidatou a pedido dos participantes, afirmou que não depositava esperança de se eleger. Foi o mais votado. Sua experiência no Conselho, ele mesmo disse, não foi das melhores. Entrou empolgado, mas logo se desiluiu com as reuniões, pois *"perdia-se muito tempo com discussões ideológicas"*.

Dadalt foi responsável pela administração dos planos assistenciais da Celos desde o final dos anos 80 até se aposentar, em 2003. Embora tenha trabalhado por tanto tempo na Celos, foi sempre empregado cedido pela Celesc, admitido em 1974. A administração dos planos de saúde lhe conferiu a possibilidade de se relacionar com empregados em todo o Estado, o que facilitou a conquista de votos na eleição para o Conselho de Curadores.

Quando Dadalt começou a trabalhar na Celos, a área de saúde estava submersa num verdadeiro mar de papel. A burocracia devorava o tempo e a paciência dos que trabalhavam no setor e dos participantes que precisavam ser atendidos. Aos poucos a atividade foi sendo informatizada e os processos, reestruturados. Embora o número de empregados tenha sido reduzido progressivamente e a demanda tenha sido ampliada substancialmente, porque, com a piora do atendimento da previdência oficial, mais se usavam os planos assistenciais da Fundação, a eficiência na prestação dos serviços aumentou.

## Aposentados na ativa

Os aposentados ampliavam a participação no Conselho. Em junho de 1996 elegeram Nicomedes Pedro Martins, apoiado pela Apelesc, que obteve mais de 50% dos votos num pleito tranquilo, em que João Medeiros Santiago somou a segunda maior votação e ficou como suplente. Pedro Poroski e Icaroti dos Santos foram os outros candidatos.

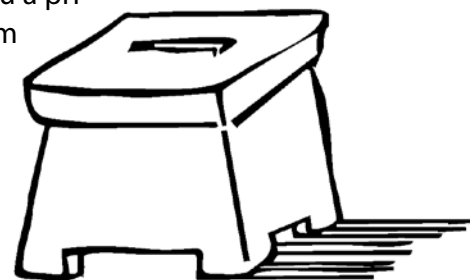
Em dezembro de 1998 a democracia na Celos deu um grande passo. Os aposentados foram pela primeira vez às urnas para escolher o Diretor de Segurança. Estavam inscritos como candidatos Hélio Mündell de Lacerda, João Medeiros de Santiago e José Nascimento. A gestão compartilhada da Fundação, uma velha bandeira dos trabalhadores, começava a virar realidade. Apoiado pela Apelesc, José Nascimento foi o mais votado e seu nome confirmado pela Diretoria da Celesc, em lista tríplice.

Na mesma eleição, aposentados elegeram um representante no Conselho de Curadores. Dois candidatos: José Alexandre Gomes, mais conhecido como Zezinho, apoiado pela Apelesc; e Osmar Soares, apoiado pela Intercel. Zezinho foi eleito, comprovando a liderança da Associação. No ano 2000, Nascimento concorreu à reeleição e Osmar ao Conselho de Curadores, dessa vez também com o apoio da Apelesc. Ambos foram eleitos.

Zezinho participa de atividades associativas desde os primórdios da Celesc. Foi por diversas vezes Presidente da Associação Beneficente dos Empregados da Celesc (Abecelesc). Era famoso pelas festas de final de ano promovidas pela Associação. Os recursos vinham de apólices de seguro. Ele unificou mais de quinze seguros num único *pool*, melhorando a situação para o empregado e angariando fundos para a Associação. Na Abecelesc gerenciou o restaurante dos empregados: primeiro na sede da Rua José da Costa Moelmann, depois na Rua Felipe Schmidt, onde estava a sede da Associação, e finalmente no edifício do Itacorubi, onde chegou a servir mais de mil refeições por dia. José Alexandre Gomes, quando se aposentou, passou a participar da Apelesc e, através da Associação de Aposentados, chegou ao Conselho de Curadores. Para ele *"a Fundação depende muito de um bom Conselho, que não pode ser apático, porque a segurança da Fundação está nas mãos dos Conselheiros"*.

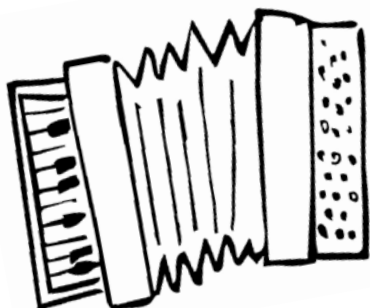
Osmar é uma das lideranças que acompanharam e ajudaram a construir as instituições Celesc e Celos, desde seus primórdios, permanecendo atuante na Associação dos Aposentados e Pensionistas. Entrou na ForçaLuz de Blumenau em 1961, com 15 anos, pelas mãos de Onildo Gern, amigo de seu pai. Chegou a chefe da área de pessoal e Presidente da Abecelesc, mas foi na luta coletiva do Sindicato, como Diretor em várias gestões e Presidente em 1990, que revelou sua vocação e liderança. Aposentou-se em 1996, ficando no Sindicato até 1999, quando, a pedido de Isidro Domiêncio Pinheiro, representou os aposentados na Intercel, acompanhando os sindicatos em todas suas jornadas. Foi também membro do Conselho Fiscal da Apelesc e, em dezembro de 2008, ocupou a vaga de Diretor Administrativo Adjunto na Associação.

De sua experiência no Conselho de Curadores, Osmar lembrou a primeira vez em que participou como suplente, sem direito a voz, um verdadeiro martírio para um sindicalista acostumado a se manifestar em reuniões: *"Sentia uma agonia, uma vontade enorme de dar um palpite, uma sugestão, fazer uma crítica"*. Mas a experiência valeu para o mandato seguinte. Como único representante dos aposentados no Conselho, ocupou todos os espaços possíveis, participando dos comitês de investimento, assistencial



e previdenciário. Atuou no período de grande efervescência política de ataque às fundações, que exigiu dos curadores muito mais que as reuniões dentro das quatro paredes do auditório do 11º andar do edifício Alpha Centauri.

Participou, juntamente com os demais Conselheiros, de seminários, congressos e debates sem fim, sobre os rumos da previdência privada no país. Lembrando-se da história de representantes dos empregados no Conselho, recordou a eleição de João Paulo de Souza e Aramis Luiz de Novaes, o marco inaugural de uma longa trajetória em que a ação sindical incorporou de vez a pauta da Fundação: *"Foi um grande passo para desmistificar a caixa preta"*, concluiu.



## Numerologia é o meu forte

João Medeiros de Santiago entrou na Celesc em 1969, nos tempos em que Júlio Zadrozny presidia a embrionária Empresa da Rua Frei Caneca. Era um dos mais interessados no assunto Fundação, que já rolava nos corredores da antiga sede. Tinha um motivo: começou a trabalhar muito cedo e ingressou tarde na Celesc. Aos 50 anos de idade, contabilizava 34 anos de serviço, pronto

para a aposentadoria, que protelou até 1992, ano em que a Celesc perdeu um engenheiro e a Apelesc ganhou um militante. Por muitos anos foi Conselheiro da Associação, órgão que ajudou a criar. Eleito suplente no Conselho de Curadores, não perdia reunião e de sua experiência emitiu o juízo: *"Muito prato feito"*.

Os assuntos eram discutidos, mas na hora da votação perdiam todas para os representantes da Empresa. Nas eleições para Diretor de Seguridade, em 1998, ficou em segundo lugar e seu nome compôs a lista triplíce, com José Nascimento, o escolhido, e Hélio Lacerda. Na terceira vez que disputou uma eleição na Celos, em 2003, os aposentados o elegeram para o Conselho Deliberativo, onde atuou até 2007. *"Foi uma experiência nova, reuniões mais dinâmicas, gestão compartilhada, maior responsabilidade e mais trabalho para os Conselheiros"*, declarou. Como único representante dos aposentados, participou de todas as comissões: *"Eu vivia lendo, tenho facilidade de aprender pelos olhos"*. Seu tema preferido era o mercado de capitais. Defensor da prudência e diversificação nos investimentos, proferiu uma metáfora musical: *"Não devemos arriscar muito, recuar aqui, colocar lá, nesta sanfona que faz o som da Fundação soar mais alto"*. Santiago impressionava os demais Conselheiros pela velocidade de seus cálculos mentais: *"Numerologia é o meu forte"*, explicou.

Santiago fica mais à vontade quando entra na conversa seu tema preferido: os encontros de quinta-feira do grupo de aposentados "Sol e Mar", que ele coordena visando a um único objetivo: o lazer e o bem-estar de todos. Discorreu sobre as festas e viagens a Aparcida do Norte, Gramado, hotéis-fazenda, tudo com subsídio da Associação. No final, uma frase afirmativa: *"A Fundação foi a melhor coisa que aconteceu para o celesquiano"*.





...PELA...

...TIVIMOS...

REPOSIÇÃO SALARIAL  
Nesta Luta Vamos Até ao Fim

...LUTA...

...LUTA...

...NÃO HÁ...

# O espectro que rondou a previdência

## Orquestração neoliberal

Em novembro de 1989, em Washington, alguns funcionários do governo norte-americano e de organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, todos especializados em assuntos latino-americanos, estiveram reunidos para tratar do ajuste macroeconômico dos países em desenvolvimento, no interesse do capital financeiro. As conclusões dessa reunião se constituíram em dez “recomendações”, entre elas a política fiscal austera, com corte de salários e demissões; a desregulamentação do mercado financeiro e do mercado de trabalho; a abertura comercial e a desvalorização cambial; a redução do Estado; e as privatizações de empresas estatais. Esse conjunto articulado de reformas ficou conhecido como “Consenso de Washington”.

O FMI as adotou como política oficial em 1990, e os países que não aceitassem o “receituário” não receberiam ajuda financeira. Em 15 de março desse mesmo ano, Fernando Collor de Melo assumiu a Presidência da República, defendendo, em seu discurso de posse, *“uma modernização econômica pela privatização”*. Estava começando nova fase na história econômica e social do país, com hegemonia do capital financeiro. Privatizar, flexibilizar, desregulamentar, enfraquecer sindicatos, suprimir direitos eram os mantras preferidos, repetidos indefinidamente na mídia.

A seguridade social, em especial os fundos de pensão das estatais com seus imensos recursos, entrou na agenda neoliberal. A partir de 1995 o governo de Fernando Henrique Cardoso estimulou o mercado de previdência privada e obrigou as fundações de empresas estatais a participar dos leilões de privatização, alguns deles suspeitos de negociatas obscuras e corrupção. Foi um mau momento para os fundos, que ganharam a mídia como vilões.

No dia 23 de setembro de 1993 os empregados da Celesc de todo o Estado leram uma matéria no jornal Linha Viva e ficaram assustados com o “Consenso de Washington” batendo à porta da Celos: *“Os fundos de pensão como a Celos têm sido alvos de acusações e denúncias que os tomam como fonte de privilégios e mordomias de empregados de estatais. A frequência com que o tema aparece na mídia não deixa dúvidas de que se trata de uma campanha bem articulada, para alterar a Constituição no que se refere à Previdência Social (alterando o funcionamento dos Fundos, inclusive com propostas de que estes deixem de ser entidades de assistência e passem para a condição de entidades financeiras). Como acontece em outros temas de interesse nacional, grandes forças econômicas sustentaram estas propostas, com o objetivo de abocanhar os 40 bilhões de dólares que compõem o patrimônio dos fundos de pensão”*. Não apenas a Celos, mas sua patrocinadora, a Celesc, estavam na mira do capital internacional.

## A saga dos curadores

Curador, de acordo com o dicionário Mirador, é o “*indivíduo encarregado judicialmente de administrar ou fiscalizar bens ou interesses de outrem*”. Na década de 90, com os ataques frequentes aos fundos de pensão, o conceito foi ampliado. Não mais bastava aos Curadores da Celos comparecer mensalmente às reuniões no ático do edifício Alpha Centauri e discutir os assuntos de uma pauta administrativa. Tratava-se agora de cuidar da Celos por outros meios, para evitar que uma história coletiva, que começara no final dos anos 60, terminasse de forma trágica.

O palco de atuação dos Conselheiros foi ampliado para a esfera nacional em reuniões de articulação política junto à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação Nacional Democrática dos Urbanitários (Fenadur) e ao próprio Congresso Nacional. Realizaram-se seminários e encontros para discutir, organizar e mobilizar a reação contra as medidas que enfraqueciam e inviabilizavam tanto a previdência social quanto a previdência privada. Essa articulação política nacional, com a presença marcante dos Curadores da Celos, constituiu-se em capítulo à parte nos 35 anos de história da Fundação.

Um dos primeiros alarmes da vulnerabilidade das fundações perante a sanha do capital foi acionado por Isaltino Pedron. O Conselheiro e sindicalista voltou preocupado com o que ouviu no XIV Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1993. Pelo andar da carruagem, “*os eletricitários terão que trabalhar até a morte, subindo escadas de bengala*”, desabafou Isaltino, ao informar que as propostas para a reforma constitucional da previdência dos banqueiros incluíam aumento do tempo de serviço, diminuição do teto de cobertura da previdência social e fim da imunidade tributária dos fundos de pensão. Para se contrapor à investida do capital, os 1.200 congressistas assinaram a Carta do Rio, defendendo a democratização da previdência privada, com a participação do Estado, empresas e empregados como partes solidárias na prestação da assistência previdenciária.

No dia 17 de setembro de 1993, os Curadores Hélio Coimbra, da Elos, e João Paulo de Souza, da Celos, junto com Diretores do Sinergia, escreveram uma carta ao Ministro da Previdência, Antonio Brito, solicitando que os trabalhadores fossem ouvidos sobre o projeto de lei que reformulava os fundos de pensão. A iniciativa partiu de uma comissão formada por representantes das fundações da Celesc, Eletrosul, Banco do Brasil, Comando Nacional dos Eletricitários e Fenadur, para acompanhar e influenciar o andamento do projeto. As propostas do governo: retirar a imunidade tributária dos fundos de pensão; diminuir a participação financeira das patrocinadoras na constituição dos fundos para o limite de 2 para 1, ou seja, a cada 1 real do participante a patrocinadora poderia contribuir, no máximo, com 2 reais; e proibir as empresas de socorrer financeiramente os fundos, passando a contribuir no máximo com 7% da folha de pagamento.

Para agravar a situação, o Ministro Fernando Henrique Cardoso baixou resolução reduzindo o limite de empréstimos aos participantes e obrigando as fundações a aplicarem 35% do patrimônio em Letras do Tesouro Nacional.

Para evitar que a Celos e a Elos cumprissem a resolução, a intersindical entrou com ação judicial, ao mesmo tempo em que a Justiça concedia liminar ao mandado de segurança da Abrapp contra a compra compulsória das Letras, com juros reduzidos e sérios prejuízos às reservas atuariais.



## Estopim aceso

Nesse clima de guerra, restava reagir aos ataques de forma organizada e permanente. Foi criado um fórum para defesa das fundações, composto de representantes dos empregados nos órgãos diretivos das entidades, com a tarefa imediata de garantir as conquistas na legislação e mobilizar os participantes.

Uma forma de mobilização foram os seminários. O 1º Seminário Nacional de Previdência Complementar, organizado pelos sindicatos e pela Abrapp, realizado em fevereiro de 1994, em Florianópolis, debateu os rumos da seguridade social, ameaçada pelas políticas governamentais. Estiveram presentes vários parlamentares, inclusive integrantes da Comissão de Seguridade Social da Câmara Federal.

A partir de 1995, com Fernando Henrique Cardoso na Presidência do país, as privatizações avançaram e, por ironia do destino, os recursos financeiros dos grandes fundos de pensão, manipulados pelo governo, viabilizavam as compras de estatais e as subsequentes demissões em massa.

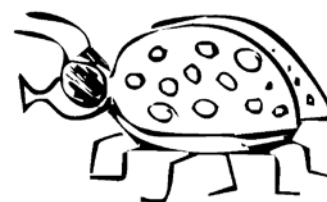
As ameaças constantes aos fundos de pensão levaram os sindicatos dos eletricitários de Santa Catarina a propor, em assembleias gerais realizadas em todo o Estado, no mês de fevereiro de 1995, a criação de um fundo específico para ações em defesa do sistema previdenciário. Os recursos viriam de pequena parcela do auxílio-alimentação recebidos pelos empregados. A proposta foi aprovada em todas as assembleias.

Em novembro de 1995, também em Florianópolis, foi realizado Seminário de Previdência Complementar, promovido pela Abrapp, CUT, FNU, Intercel e Intersul, com a participação de sindicalistas e curadores, para debater a situação dos fundos de pensão e seu papel econômico e social. Esse seminário teve a coordenação técnico-científica do professor Arnaldo Niskier.

## Decreto indesejável

A virada do ano 1999 para o ano 2000 era esperada com muita expectativa pelos programadores de computadores. Talvez na hora em que os fogos de artifício estivessem espocando na Avenida Beira Mar, em Florianópolis, os computadores da Celos estariam entrando em colapso, porque não entenderiam que 00 era maior que, por exemplo, 58. Isso era consequência de uma época em que se precisava economizar memória nos computadores e, por isso, todas as datas, de nascimento, de falecimento, de admissão, eram registradas com apenas dois algarismos para o ano. Temia-se que em 2000 tudo viesse a falhar em consequência dessa economia de dígitos. O planeta vivia o anseio do que ficou conhecido como a possibilidade do *bug* do milênio. A Celos havia se preparado com todo cuidado para enfrentar esse risco de falha, que, no final, mostrou-se inofensivo. O mundo pôde acordar em 2000 com os computadores tão ágeis e capazes como havia dormido na noite anterior.

Na virada para o século XXI o que ameaçou os fundos de pensão foi o famigerado Decreto nº 3.721, assinado no dia 8 de janeiro pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que passava para 55 anos a idade mínima para concessão de aposentadoria por tempo de contribuição para as fundações, além de acabar com as aposentadorias especiais nos planos de benefício definido.



Ainda mais, o limite mínimo de 55 anos seria anualmente acrescido de seis meses em julho de cada ano, estendendo-se até 2010 no caso de plano de contribuição definida e até 2020 nos demais casos.

Os fundos de pensão logo se organizaram para fazer frente ao Decreto. Gerson Wanderley Leal solicitou ao advogado Paulo Brincas que acompanhasse as providências da Abrapp. Todos entendiam que o Decreto feria direitos e que os participantes deveriam recorrer à Justiça.

A Celos aguardou o desenrolar dos acontecimentos, mas ao mesmo tempo resolveu instruir os participantes, emitindo comunicado específico, especialmente para aqueles que tinham direito adquirido de aposentadoria até 30 de junho de 2001.

## **Lá vem o expresso 2222**

Em 29 de maio de 2001 o governo federal sancionou as Leis Complementares nº 108 e 109, que objetivavam regulamentar a relação entre o poder público e as entidades de previdência complementar, além de disciplinar as atividades dessas entidades de previdência, determinando padrões de segurança financeira, assegurando acesso a informações e protegendo os interesses dos participantes. Essas leis viriam a alterar significativamente a estrutura dos fundos de pensão, além de impor mudanças importantes nos planos de benefícios.

A Celos, assim como as demais entidades de previdência privada fechadas, ainda assimilava as mudanças das duas leis complementares e tomava providências para adequar os estatutos e os regulamentos, quando viram, no fim do túnel, não a luz, mas a face assustadora da locomotiva do expresso 2222, que vinha em disparada, atropelando as fundações.

No dia 4 de setembro de 2001 o governo federal publicou a Medida Provisória nº 2.222, que dispunha sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A tributação valeria a partir de janeiro de 2002. A Celos imediatamente contratou o Escritório Reis de Advocacia, especializado em assuntos previdenciários, para um parecer jurídico com o objetivo de subsidiar futuras ações.

Considerando que a Medida Provisória nº 2.222 determinava que a opção pelo Regime Especial de Tributação (RET) deveria ser feita até o último dia útil do mês de dezembro de 2001, os fundos de pensão se organizaram para tomar posição conjunta. A Abrapp promoveu encontro em São Paulo, no dia 10 de dezembro, quando deliberaram ingressar com mandado de segurança coletivo contra o pagamento do imposto. A Abrapp defendia a tese de que a tributação violava o princípio da isonomia, uma vez que estabelecia tratamento diferenciado para entidades fechadas e abertas. Defendia também a continuidade do sistema existente de tributação no recebimento do benefício.

A Medida Provisória previa um regime diferenciado, RET, opcional para o exercício de 2002. Os optantes ganhariam o direito de parcelamento do pagamento dos eventuais débitos com a Receita Federal, mas teriam de desistir, em caráter irrevogável, de todas as ações judiciais que tivessem por objeto tributos administrados pela Receita Federal. Ficavam livres, entretanto, dos juros e correções sobre a dívida dos últimos 5 anos.

A matéria foi colocada em votação no Conselho da Celos, após o advogado Paulo Brincas fazer os esclarecimentos necessários. A decisão, por 9 votos a 4, foi favorável a optar pelo RET. Os conselheiros Aramis Luiz de Novaes, Clênio José Braganholo, José Klafke e Osmar Soares registraram em ata o voto contrário, justificando não concordarem com o reconhecimento da obrigação de recolhimento do imposto e sugerindo que o valor fosse depositado em juízo.

## Reconstituição dos fatos

No dia 28 de janeiro de 2002 Evêncio Elyas Filho, Diretor Administrativo-Financeiro da Celos, fez longa exposição ao Conselho sobre o imposto de renda. A história começou em 1983, com o Decreto-Lei nº 2.065. Na época a Celos impetrou mandado de segurança, e o Tribunal Federal de Recursos reconheceu a imunidade tributária. Em 1997 a Lei nº 9.532 fez incidir imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações de fundos de investimentos. A Abrapp impetrou mandado de segurança coletivo com pedido de liminar, que foi deferida. Finalmente, em setembro de 2001, a Medida Provisória nº 2.222.

Continuando a exposição, Evêncio informou que a Celos fez a opção pelo RET e que a Abrapp impetrou mandado de segurança coletivo em nome de suas associadas. O juiz federal de Florianópolis denegou a liminar quanto à suspensão da exigibilidade do imposto de renda. O contador da Celos, Luiz Carlos Ventura, demonstrou os valores que teriam de ser depositados em função da opção pelo RET. Explicou Ventura que o imposto de renda estava sendo provisionado pela Celos desde 1998, perfazendo valor superior a 33 milhões de reais.

## Batalha judicial

O advogado Paulo Brincas, consultor jurídico da Celos, fez também um relato da situação da ação judicial. Com base nas três exposições o Conselho deliberou, por unanimidade, ingressar com ação requerendo depósito em juízo dos valores e solicitar à Abrapp continuidade na ação judicial, recorrendo da decisão liminar.

As associadas da Abrapp decidiram manter as ações coletivas, entretanto a Abrapp não concordou com a proposta de depósito judicial feita pela Celos, por entender que traria risco de perda da anistia. O Conselho, então, deliberou pela revisão da decisão da reunião anterior.

Em fevereiro de 2002 o Presidente Gerson Leal submeteu novamente à apreciação do

## O último autodidata

*O pai, engenheiro de obras que prestava serviço a prefeituras, seguia de cidade em cidade – Chapecó, Joaçaba, Curitiba, Videira, Lages – e a família ia atrás. Aliando três habilidades – conhecimento técnico, espírito empreendedor e talento político –, o pai constituiu empresas e foi Secretário de Obras em Joaçaba, Curitiba e Videira. Em Chapecó manteve laços de trabalho e de amizade com o coronel Bertaso e participou da edificação da cidade. Foi como emissário de Bertaso que ele levou para a cidade o primeiro padre, o primeiro médico, o primeiro delegado, o primeiro juiz.*

*Evêncio Elyas Filho herdou do pai a disposição e o entusiasmo por construir, por realizar. “Tive vontade de repetir um pouco o que o meu pai fez”, declarou saudoso. Herdou também demasiada autoconfiança, a qual o fez abandonar os estudos quando apenas havia completado o ginásio. Aluno do educandário de freiras Imaculada Conceição, em Videira, comunicou aos pais que deixaria de ir à escola por acreditar que sozinho seria capaz de aprender mais e melhor. ☺*



Conselho a decisão de desistir ou não das ações contra a Receita Federal, inclusive sobre os riscos de perder a anistia. Submetida a votação, o Conselho decidiu manter as ações judiciais. Entendeu o Conselho que, se a Celos desistisse de qualquer ação, estaria abrindo mão do direito de voltar a discutir a tributação. Determinou ainda a continuidade do pagamento parcelado e a provisão dos valores relativos ao RET. O Conselho deliberou também comunicar a decisão à Diretoria da Celesc e divulgar amplamente junto aos participantes.

## Final infeliz

Ao final de março a situação havia mudado. Fora cassada a liminar, e a Celos estava desprotegida. Brincas sugeriu que a partir de então a Celos recolhesse os tributos com base no RET, até que se conseguisse reverter a situação.

Em setembro de 2002 Brincas fez nova exposição ao Conselho. Embora tenham recorrido da revogação da liminar, o Tribunal a manteve. A Celos propôs um mandado de segurança, que também foi negado. Explicou Paulo Brincas que, naquele momento, a desistência das ações era condição *sine qua non* para adesão à anistia proposta pela Medida Provisória nº 2.222. Caso contrário, haveria risco. Recomendou desistirem das ações. O Conselho aprovou por unanimidade a desistência.

Encerrava-se, assim, uma polêmica sobre a questão tributária que perdurou na Celos por quase vinte anos. Era uma derrota. E a Celos teria de saber conviver com o barulho provocado pelo apito desse expresso, que saiu de Brasília em todas as direções do país, rasgando as entranhas das entidades de previdência privada fechada, e derrotando uma tese que há anos vinha sendo sustentada pelos fundos de pensão, que alegavam estar sofrendo dupla tributação. E o expresso 2222 seguiu, incólume, trafegando sobre os trilhos azeitados da arrecadação de tributos federais.

## No calor da luta

Belo Horizonte, 24 de maio de 2001. Cerca de mil delegados representando 110 fundos de pensão do Brasil participaram do 2º Congresso Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão. De Santa Catarina compareceram 45 delegados. No auge dos debates e plê-

*O espírito empreendedor sempre o acompanhou. Participou ativamente em diversas frentes. Ajudou a fundar a Abecelesc e foi seu Presidente. Foi um dos fundadores da CIPA na Celesc e também da Associação de Profissionais da Celesc (APC), e esteve em sua primeira Diretoria. Sócio-fundador da Celos, foi Diretor Administrativo-Financeiro e, por diversas vezes, membro do Conselho de Curadores. Primeiro ocupante do cargo de Gerente de Relações Celos-Celesc. Idealizador e fundador da Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celesc (Credelesc) e seu primeiro Presidente. Fundador do Parque de Coqueiros, bairro onde reside em Florianópolis, está há anos envolvido com a associação do bairro, da qual é Vice-Presidente.*

*Na esfera política Evêncio é um dos criadores da Fundação Nereu Ramos de Estudos Políticos e, em 1976, foi candidato a vereador em Florianópolis. Embora não tenha sido eleito, já naquela época defendeu um plano diretor para a capital.*

*Quando interrogado se a falta de um diploma de nível superior não o teria atrapalhado na carreira, respondeu sem pestanejar: “Nunca senti necessidade de fazer uma faculdade”. E arrematou confiante: “Sou o último dos autodidatas”.*

micas, naturais nesses encontros, um consenso pairou no ar: a ideia de criar a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), para unificar a luta dos ativos e aposentados, de fundos de pensão fechados ou abertos, patrocinados por empresas públicas, privadas ou governos federal, estaduais ou municipais.

Um novo interesse, uma nova categoria estava sendo formada para atuar no espaço público. Uma entidade inédita no Brasil, com dupla missão: somar esforços às centrais sindicais, sindicatos e associações de aposentados na defesa da previdência complementar e se constituir em ator propositivo na regulamentação e funcionamento das entidades de previdência complementar.

Defendendo a democratização dos fundos com eleição direta para as Diretorias executivas, os Conselhos deliberativos e fiscais e a gestão compartilhada com as patrocinadoras, a Anapar conquistou legitimidade institucional, passando a ter representação no Conselho de Gestão da Previdência Complementar, órgão da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

## Final feliz

Na Celos os Conselheiros se reuniram para avaliar os estragos, enquanto a Intercel aguardava com ansiedade o resultado da ação judicial, sustando o efeito do decreto. Em junho de 2001 a Celos garantiu, via liminar, a idade de 55 anos para aposentadoria.

No dia 17 de julho, dirigentes da Anapar entregavam para José Roberto Savóia, da Secretaria de Previdência Complementar, um abaixo-assinado contra o Decreto nº 3.721, contendo 117 mil assinaturas. Entre elas era possível reconhecer a letra de muitos celesquianos.

O que era tão esperado aconteceu: uma liminar, valendo para 120 fundos filiados ao Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Sindapp), entre eles a Celos e a Elos, suspendeu os efeitos do Decreto nº 3.721. O Judiciário assegurou a integridade dos contratos em vigor, impedindo o executivo de violar ato jurídico perfeito.

*“O aumento compulsório da idade mínima poderia abalar a credibilidade das entidades fechadas de previdência, provocando migração em massa de participantes para as entidades abertas, para as quais não há sujeição a limites etários”,* desabafou Paulo Brandão, Presidente do Sindapp. Terminava com final feliz para os participantes dos fundos mais um capítulo de uma história escrita a muitas mãos.

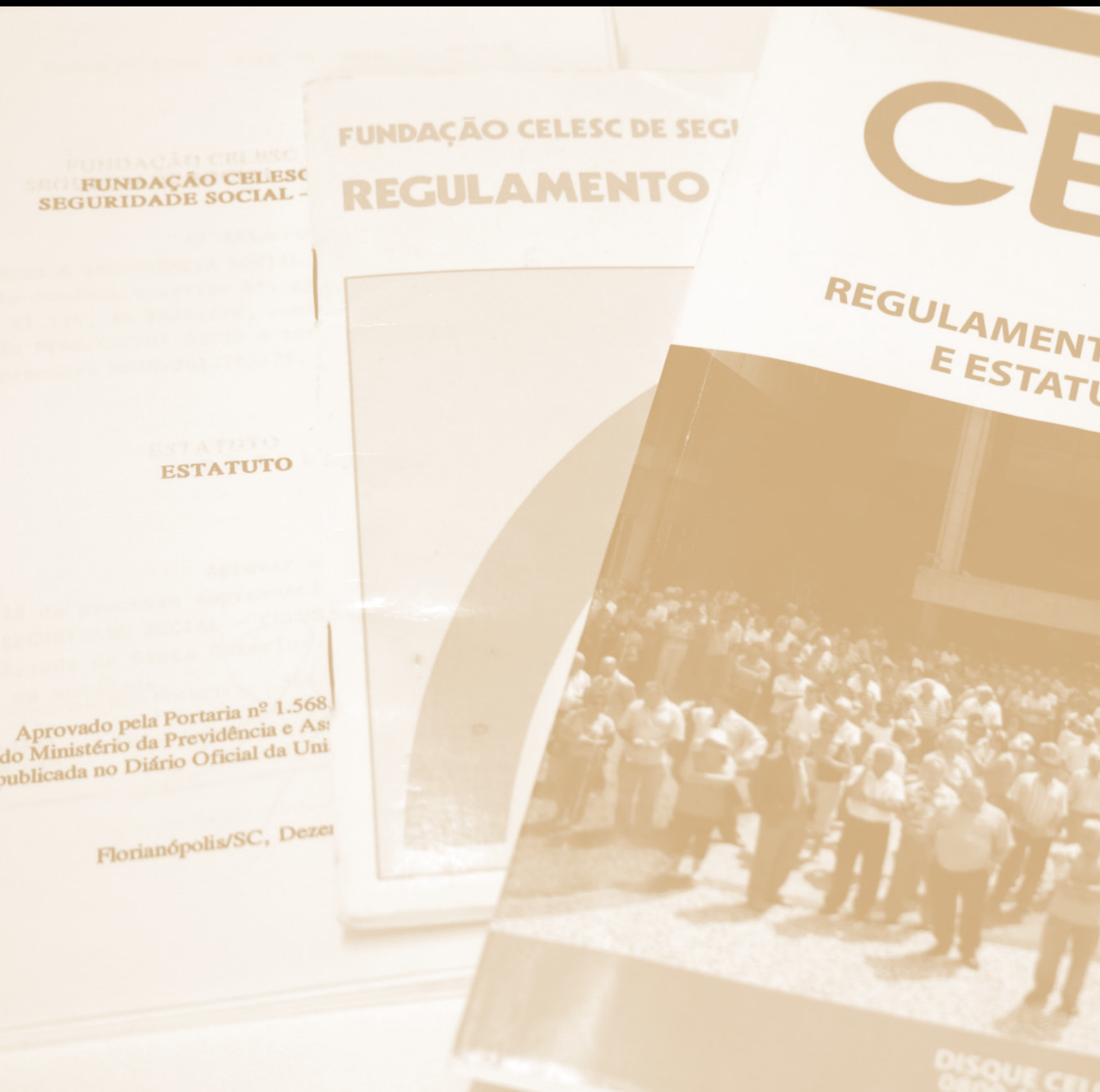
*O conhecimento que antes buscava nos livros, agora Evêncio encontra na internet. “Sou um escravo do computador”, confessou ao declarar que pesquisa profundamente sobre temas que o interessam. Antes de criar a Credelesc, aprofundou-se pela internet: “Pesquisei toda a legislação sobre o assunto, sabia tudo”. Apreciador de história, informa: “Atualmente estou pesquisando sobre os imperadores”.*

*Na única ocasião em que sentiu falta do ensino formal foi quando, ainda jovem, sonhou ser aviador e pretendeu ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena. As lacunas nos conhecimentos de física e química, “mais difíceis de aprender sozinho”, não o classificaram para cursar a escola.*

*Evêncio chegou a Florianópolis em 1964 para trabalhar no gabinete do Secretário do Interior e Justiça. Depois trabalhou na Imprensa Oficial do Estado e, finalmente, pelas mãos de Wilmar Dallagnol, chegou à Celesc, onde começou ganhando salário mínimo. Na Empresa exerceu todos os cargos de gerência e assessoramento, alguns deles mais de uma vez. Só não chegou a ser Diretor.*

*Aposentado, mas longe de parar, manifestou vontade de estudar filosofia. “Sou curioso, quero saber tudo, quero conhecer, quero entender como funciona”. ©*

# *Mudança de plano*



## Pequenas reformas

A Celos encerrou o ano de 1995 com um déficit superior a 58 milhões de reais, sendo mais de 30 milhões decorrentes de perdas no mercado de ações. O enorme valor do déficit, diante de um patrimônio que somava pouco mais de 141 milhões de reais, carecia da contratação de empresas especializadas para administrar os recursos. A Diretoria resolveu buscar administradores no mercado financeiro, especialmente para gerenciar a renda variável. Depois de um longo processo de seleção, os escolhidos para administrar carteiras da Fundação foram Bescam, Citibank, Icatu, Opportunity e Pactual.

Entretanto, o problema do déficit possuía outros componentes. A Celesc programava um plano de incentivo à demissão que, pelas previsões, aumentaria o déficit de 58 para 88 milhões de reais. Era necessário providências drásticas, e algumas teriam de ser urgentes. O Conselheiro Evêncio Elyas Filho e o empregado da Celos Tulnê Sebastião Velho Vieira encarregaram-se de estudar e propor medidas que ajudassem a solucionar o problema. Vislumbraram quatro dispositivos que deveriam ser acionados de imediato: desvincular o teto de contribuição do teto de benefício da previdência social; ampliar para 36 meses a média para cálculo do salário de benefício; ampliar para 60 meses a média para cálculo das parcelas variáveis do salário; e criar uma alíquota para pagamento pelo participante de eventuais ganhos financeiros obtidos com readequações salariais advindas de planos de cargos e salários.

O atuário José Roberto Montello complementou as propostas: fazer reformas estruturais no plano de benefícios; alterar o número de faixas de contribuição, de 4 para 12; instituir contribuição sobre os ganhos no Plano de Cargos e Salários (PCS), proporcional ao tempo faltante à aposentadoria; e criar um plano de contribuição definida para todos os novos que viessem a se associar à Celos, para as parcelas variáveis de salário e para qualquer valor de reajuste acima de 2% das atualizações gerais de salários.



Essas proposições resultaram na ideia de criar um novo plano, que viria a ser o Plano Misto, e fechar o plano existente para novos ingressos, denominando-o Plano Transitório, que se extinguiria com o passar do tempo, pois os novos participantes ingressariam no novo plano, basicamente de contribuição definida.

## Esperanças renovadas

Em outubro de 1996 os estudos para fechar o plano, que se chamaria Transitório, estavam praticamente concluídos, mas foram prorrogados a pedido da Apcelesc, que temia prejuízos aos aposentados. Também nesse mês de outubro, Montello entregou à Celos uma proposta de regulamento de um plano de contribuição definida para ser estudado pela Diretoria e pelo Conselho de Curadores. Em novembro de 1996 Evêncio e Tulnê apresentaram ao Conselho uma proposta, reformulada a partir do plano de Montello, para um plano misto de benefícios.

Nos três últimos meses do ano de 1996 a Celos esteve toda mobilizada na discussão dos planos de benefícios: tanto empregados quanto Conselho e Diretoria analisavam e estudavam as propostas com afinco. Finalmente, em dezembro, o atuário apresentou as propostas ao Conselho. O Conselho aprovou as proposições. Pela sugestão de Montello, novas adesões só poderiam se dar no Plano Misto, enquanto os participantes antigos poderiam optar por um ou outro e, também, migrar do Plano Transitório para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários a qualquer momento que decidissem fazê-lo.

As primeiras medidas foram: criar uma “unidade Celos”, a fim de resolver o problema da flutuação entre os benefícios da Celos e do INSS, devinculando-os; e saldar as parcelas variáveis dos salários, de forma a evitar que promoções ou ganhos adicionais próximos à aposentadoria aumentassem os benefícios sem que houvesse as necessárias reservas matemáticas.

As mudanças provocariam, de imediato, uma redução do déficit técnico de 58 para 11,4 milhões de reais. O ano de 1997 iniciou-se com esperanças renovadas. As discussões sobre os planos levaram os participantes a se envolver com a Celos. Os empregados debatiam o assunto pelos corredores da Celesc. Os Conselheiros eram questionados a todo momento. Foi por isso que Sindal Pereira Rodrigues Pinto, eleito no ano anterior com o apoio da Intercelec, resolveu criar um informativo, editado pelos Conselheiros eleitos e impresso e distribuído com o apoio financeiro dos sindicatos, para divulgar o conteúdo das discussões no Conselho.

Os primeiros boletins tiveram dois tipos de repercussão: no meio dos empregados a resposta foi positiva, com os participantes mais cientes dos assuntos da Celos, especialmente das recentes mudanças sugeridas nos planos de benefícios; na Celos, entre Diretoria e gerentes, houve reação negativa, temendo que os boletins pudessem servir de denúncias.

Sindal tratou de convencer seus pares no Conselho que era seu dever prestar contas de um mandato concedido pelo voto dos empregados, a quem devia informações. Insistiu que os veículos existentes, tanto o Jornal de Celos quanto o Linha Viva, não atendiam na plenitude o desejo dos Conselheiros eleitos de prestar informações. Entendia que era necessário capacitar os empregados a fim de que pudessem contribuir com suas opiniões e conhecimentos para melhorar a Fundação.

O boletim dos Conselheiros nascia quase junto com o projeto intitulado “A Celos vai até você”, criado pela Diretoria para melhorar a comunicação com os participantes. A ideia era utilizar os recursos de informática, cada vez mais difundidos, para os participantes terem acesso *on-line* às informações sobre serviços e benefícios da Celos. A responsável pelo programa, Clara Inês Girardi Bernardes, preocupava-se constantemente com o inadequado processo de comunicação e preparou um projeto que disponibilizava dados e informa-



ções, imaginando diminuir a distância entre a Celos e o participante. Clara Bernardes tinha a certeza de que o projeto seria um novo estágio no relacionamento com os empregados, melhorando a satisfação com a Fundação.

## Na bacia das almas

O ano de 1997, entretanto, não começou bem. As privatizações alimentavam dúvidas sobre o futuro dos fundos de pensão das ex-estatais. Embora houvesse luta incessante dos empregados, temia-se que a Celesc fosse privatizada. Grandes empresas estavam sendo vendidas, e o setor elétrico era um dos mais cobiçados pelos compradores. Uma das primeiras empresas a serem vendidas foi a Escelsa, distribuidora de energia elétrica do Espírito Santo, privatizada em julho de 1995.

Durante o ano de 1997, só no setor elétrico seriam privatizadas a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL); a Enersul, empresa distribuidora do Mato Grosso do Sul; a Cemat, do Mato Grosso; a Energipe, de Sergipe; a Cosern, do Rio Grande do Norte; e a maior parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE). Fora do setor elétrico, a privatização de maior vulto foi a Companhia Vale do Rio Doce, leiloada em maio de 1997.

Na Celos, no início do ano de 1997, além dos debates sobre os planos, uma decisão controversa dividiu o Conselho. Tratava-se da regra que ficou conhecida como "expulsória": a Celesc deixaria de contribuir à Celos para o participante que completasse 35 anos de contribuição, ficando este responsável por arcar com as duas partes do pagamento ao fundo de pensão. O Conselho discutiu exaustivamente o assunto, e a proposta foi aprovada por nove votos a seis. Os seis eram eleitos pelos participantes, Aramis Luiz de Novaes, Dílson Dionysio de Freitas, Helenice Oliveira Zattar, Isaltino Pedron, Nicomedes Pedro Martins e Sindal Pereira Rodrigues Pinto, registraram em ata seus votos contrários. Aprovada a expulsória, Aramis propôs que o empregado, nesse caso, ficasse dispensado do pagamento. O resultado foi, novamente, nove a seis.

## O homem e o mar

*Acorda cedo e logo segue para o trapiche. Imita o som das gaivotas e, num instante, um casal de aves se aproxima, aguardando que ele ofereça algum alimento. Apanha a tarrafa dependurada num galho de árvore, avança até a ponta do trapiche e, com a habilidade dos que nasceram junto ao mar, num rápido movimento, a faz girar no ar e cair suavemente sobre as águas da Lagoa. Os dois gatos da casa se aproximam lentamente, certos de que ganharão peixes. Todas as manhãs o ritual se repete nas margens da Lagoa da Conceição, em Florianópolis, onde mora Gerson Wanderley Leal.*

*Admitido na Celesc em 1966, Gerson trabalhou muitos anos em Itajaí. De 1982 a 1987 foi Diretor Financeiro da Celesc. De 1991 a 1995, Diretor Administrativo-Financeiro da Celos, e de 1999 a 2003, Presidente da Celos. Aposentado em 1995, resolveu passar a maior parte do tempo junto ao mar. Por isso se desfez do escritório no centro da cidade e o transferiu para o sótão da casa, de onde pode apreciar não só a Lagoa, as gaivotas, o céu que se esparrama ilimitado, mas também, nas noites claras, a prata da Lua espalhando um rastro de luz sobre sua escrivania.*

*Embora afastado da Celos, Gerson não está alheio aos assuntos da seguridade social. Participa da Previsão e da Abrapp, onde é conselheiro e membro da Comissão de Comunicação.*

*Só não pode se afastar do mar. Nasceu em Itajaí e, desde cedo, aprendeu com o pai os segredos do oceano, navegou as primeiras milhas. Rapazola, gostava de mergulhar pelas redondezas, em especial nas praias das Galés, Arvoredo, Deserta e Calhau.*

*Tanto tempo lidando com engenharia e finanças não mitigaram seus vínculos com o mar. Certa vez* ☺

## O perigo mora ao lado

Nem a alegria dos catarinenses com a conquista de Gustavo Kuerten no torneio de tênis de Roland Garros, em Paris, esconderia as preocupações com o futuro da Celos. Para aflição dos gestores da Fundação, em 1997 as bolsas de valores em todo o mundo sofreram quedas drásticas. A Bovespa despencou num só dia, em 26 de outubro, 14,9%. O patrimônio da Celos tombou junto. Não bastasse isso, a Medida Provisória nº 1.602, de 14 de novembro de 1997, colocava em risco a imunidade tributária dos fundos de pensão.

Para completar as dificuldades, em dezembro o que se respirava nos bastidores era que uma profunda reforma da previdência estava em curso e medidas duras seriam tomadas pelo governo federal, causando aflição entre os participantes. Muitos queriam acelerar seu processo de aposentadoria, mesmo com perdas financeiras, com medo de serem atingidos por medidas restritivas.

As medidas viriam a ser confirmadas na Emenda Constitucional que estabeleceu as bases da reforma da previdência social: limite de idade nas regras de transição para a aposentadoria integral no setor público; novas exigências para as aposentadorias especiais; mudança na regra de cálculo do benefício, com introdução do fator previdenciário.

## Os enfeites e o recheio

No início do ano de 1998 uma excelente notícia: a Celos saía de um déficit técnico, em 1996, para um superávit, em 1997, superior a 10 milhões de reais. A notícia animou os dirigentes. As medidas tomadas no ano anterior surtiram os efeitos desejados. A alegria com os resultados na Celos contrastava com a tristeza pela perda da Copa do Mundo de futebol para a França.

No final do ano de 1998 a reeleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República manteve a espada de Dâmocles suspensa sobre a cabeça dos fundos de pensão, num risco iminente de privatização das estatais e, por consequência, insegurança das fundações com a possível troca de dono.

*uma cigana leu seu destino nas linhas das mãos. As previsões da sortista esvaíram-se da memória, restando apenas duas advertências que Gerson segue com rigor: tomar muito cuidado com contratos e nunca morar longe do mar.*

*Na ponta do trapiche, jogando a tarrafa, queixou-se do assoreamento da Lagoa, dos peixes cada vez mais raros. Mesmo assim, os gatos ainda se deliciam com os paratis, carapicus, garapevas e pequenas manjuvas que vêm presos nas malhas da tarrafa. ©*



Mas esses dois fatos foram apenas os enfeites, as cerejas do bolo do ano de 1998, porque a essência, o recheio, foram as discussões sobre a migração do Plano Transitório para o Plano Misto de Benefícios.

O país vivia o clima de mudanças na previdência. Em fevereiro de 1998, com o Congresso Nacional cercado pela cavalaria para evitar o ingresso de manifestantes, a Câmara Federal aprovou a reforma da previdência social, jogando incertezas sobre os ombros dos trabalhadores, especialmente do serviço público.



## 240 dias para um debate

No dia 28 de abril de 1998 APC, Apelesc, Intercel e Celos promoveram o seminário “Plano de Benefício e Custeio”, em Florianópolis, para iniciar um debate sem precedentes, que duraria oito meses, até o dia 18 de dezembro, quando o Conselho de Curadores aprovou as regras de migração para o Plano Misto. O Seminário foi organizado para socializar conceitos entre os presentes e encontrar formas de levar o debate para a categoria, tendo em vista a relevância da decisão a ser tomada.

Nos planos de benefício definido o participante sabe previamente o quanto receberá de benefício, sem saber, entretanto, o quanto pagará, pois esse valor poderá variar de acordo com o plano de custeio, podendo diminuir ou aumentar, conforme a condição superavitária ou deficitária.

Nos planos de contribuição definida, por outro lado, o valor do benefício futuro é desconhecido, dependendo do desempenho financeiro do fundo, mas o participante sabe qual o valor da contribuição. Normalmente, são planos de capitalização, cujos riscos recaem sobre os participantes.

Após palestras de atuários convidados, apresentando as vantagens e desvantagens dos planos, um debate demarcou posições antagônicas entre os sindicalistas, prenunciando tempos de grandes discussões na Celos.

Por um lado, Hélio Coimbra, Diretor do Sinergia e especialista em questões previdenciárias, alertou que o debate, além das questões técnicas, deveria contemplar os aspectos políticos, ou seja, a influência das patrocinadoras nos fundos de pensão. O maior problema na mudança de plano, para Hélio, era a transferência de responsabilidades: *“Se no plano de benefício definido quem arca com possíveis prejuízos é a patrocinadora, no plano de contribuição definida, os responsáveis por má gerência são os próprios contribuintes”*. Além do mais, era preciso tomar cuidado com os olhos gordos voltados para os recursos financeiros da previdência privada: *“O que o governo quer é acabar com os fundos de pensão fechados e transferir para os planos de previdência abertos das grandes seguradoras”*, arrematou Hélio Coimbra.

Pelo lado dos defensores do plano de contribuição definida estavam Aramis Luiz de Novaes e Paulo Sá Brito. Aramis referiu-se àquele período como *“a segunda grande batalha na Fundação, uma época que me marcou profundamente”*. De fato, quem acompanhou os acontecimentos há de recordar a ênfase e a paixão de Aramis na defesa do plano de contribuição definida. Os dois curadores viajaram o Estado inteiro esgrimindo seus argumentos, denunciando o que consideravam injustiças e privilégios do plano anterior. Aramis sempre repetia que os salários pequenos subsidiavam os grandes: *“Isto é matemático!”*, vociferava. Invocavam as ciências exatas para comprovar as teses difíceis de serem aceitas, pois mesmo no meio sindical havia restrições ao tema.



Paulo Sá Brito, Dilson Dionysio de Freitas, João Medeiros de Santiago, Aramis Luiz de Novaes, Pedro César Krieger, Isaltino Pedron, Patrícia Motta Fagundes, Ângelo Tadeu Medeiros e Maria Aparecida Duarte

## Enfim a decisão

No final de abril de 1998, o grupo de trabalho do Conselho de Curadores encarregado de estabelecer as regras de transição dos planos, formado por Ademar Rogério Albino, Aramis Luiz de Novaes, Evêncio Elyas Filho, Paulo Sá Brito e Tulnê Velho Vieira, apresentou as propostas para migração do Plano Transitório ao Plano Misto.

Em maio, o governo federal determinou, por meio da Emenda Constitucional nº 20, a paridade contributiva entre patrocinadoras e empregados. Isso significava que a cada 1 real de contribuição dos empregados as patrocinadoras dos fundos de pensão de empresas estatais só poderiam contribuir também com 1 real. Na Celesc, a relação era de 2,4 por 1. Entretanto, devido ao fato de esse múltiplo estar fixado em Acordo Coletivo de Trabalho, a relação permaneceu em vigor até setembro de 1998, data em que expirou o acordo.

Também em setembro foram aprovadas as regras para migração de planos e em dezembro, as mudanças nos regulamentos para se fazer a transição entre os planos de benefícios da Celos. No dia 15 desse mesmo mês uma parte da Eletrosul foi privatizada, constituindo a Gerasul, depois Tractebel. Os sindicatos estavam desgastados pelo que consideravam uma triste derrota.

## A democracia chegou mais cedo

Os sindicatos adotaram posição de cautela para propiciar maior liberdade de opção aos empregados em um tema sem consenso. No Conselho de Curadores discussões intermináveis, a criação de uma comissão específica para aprofundar o assunto e a interlocução direta com a Intercel contribuíram para aparar arestas e formar consenso sobre o caminho a tomar. Entre os Curadores eleitos, além de Aramis, também Benhour e Sindal defendiam a mudança de plano. Da mesma forma, Paulo Sá Brito, eleito em agosto de 1997, comprometeu-se a lutar por um *"projeto de plano de custeio mais equânime e de plano de benefícios mais justo na distribuição de recursos"*. O Curador e ex-Presidente da APC, defensor do plano misto, declarou

em novembro de 1998 que *"a sobrevivência do fundo passa pela mudança do plano"*.

A Intercel realizou um seminário em Blumenau no mês de dezembro de 1998 com a participação dos dirigentes sindicais de todo o Estado para analisar e discutir as regras de mudança de planos de benefícios da Celos. Decidiu que, ao concordar com a transição e ajudar a convencer os empregados a migrarem do Plano Transitório para o Plano Misto, negociaria com a patrocinadora alguns itens que assegurassem a continuidade do fundo de pensão e ampliassem a democratização da gestão da Fundação.

Entrou na negociação a forma de pagamento da dívida de 173 milhões de reais da Celesc com a Celos para complementação de reservas matemáticas. O Presidente da Celesc, Francisco Küster, foi quem aceitou transformar o valor das reservas a amortizar num contrato de pagamento com prazo definido, o que significou maiores garantias para a Celos. A decisão de Küster teve importância capital para o fundo de pensão, porque as reservas a amortizar, embora fossem até declaradas em balanço da Celesc, não dispunham de um contrato que garantisse seu pagamento.

Importante resultado da negociação foi o pacto sobre as eleições diretas para Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Seguridade, a partir de 2002. Ampliava-se assim o processo de democratização da gestão da Fundação.

Na manhã de quinta-feira, 18 de dezembro, os curadores eleitos concluíram a trajetória vertical do edifício Alpha Centauri, saíram do elevador no 11º andar e subiram o último lance de escada até a sala de reuniões do Conselho, levando a convicção de um voto construído em oito meses de intensos debates. As últimas dúvidas haviam sido esclarecidas na reunião no dia anterior, estabelecendo o consenso entre curadores e sindicalistas. Em negociações prévias com a Diretoria da Celesc, a Intercel abriu a avenida para transitar o velho sonho de ampliar a democracia na Celos.

Com a mudança de plano e a contribuição paritária entre patrocinadora e participantes, ficou pactuado o pagamento da dívida atuarial da patrocinadora, velha e relevante reivindica-

## Uma caminhada e tanto

*No início da manhã de 8 de julho de 2008, um café com mistura estava servido na sala de reuniões da Celos, e o aniversariante Remi Goulart aguardava os colegas. Fisionomia consternada, anunciou o falecimento do amigo José Nascimento. Dias antes, convidado a falar sobre a história da Celos, Nascimento respondeu: "Meu irmão, no momento estou ocupado, ligo ainda esta semana para marcarmos a entrevista".*

*José Nascimento nasceu de família humilde na localidade de Beco Araranguá, em Blumenau, em 1942. Na Celesc ninguém como ele construiu currículo tão variado, acumulou tanta experiência nos 43 anos de trabalho: gerente em Concórdia, Chapecó e Florianópolis; dirigente da Associação dos Aposentados; conselheiro da Fundação, tanto indicado pela Celesc quanto eleito pelos trabalhadores da ativa; Diretor de Seguridade da Celos; Diretor do Sindicato dos Administradores; e militante na intersindical dos eletricitários. Uma caminhada e tanto.*

*Começou a trabalhar quando Celso Ramos era Governador e o sistema elétrico engatinhava. Dominou a boa técnica, mas, sobretudo, acumulou sabedoria nas relações pessoais. ☺*



ção. Fruto do esforço coletivo de Conselheiros eleitos e indicados, sindicatos, Apcelesc e Diretores da Celos e da Celesc, a democracia chegou mais cedo na Fundação, antecipando em três anos algumas exigências que viriam com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001.

## Por imensa maioria

Numa eleição indireta, onde os votantes foram os membros do Conselho de Curadores, Evêncio Elyas Filho foi o primeiro Diretor Administrativo-Financeiro eleito. Ele encabeçou, por ser o mais votado pelos Conselheiros, a lista tríplice submetida à escolha da Celesc. Os aposentados já haviam eleito diretamente o primeiro Diretor de Seguridade: José Nascimento, que concorreu com mais dois candidatos. Nascimento obteve 697 votos, João Medeiros de Santiago, 138, e Hélio Mündell de Lacerda, 57.

Em maio de 1999 foram aprovadas as normas de transferência e enquadramento de participantes do Plano Transitório para o Plano Misto. Ficou estabelecido como limite para migração a data de 30 junho. Entretanto, a pedido da Intercel, o prazo foi prorrogado até 31 de agosto de 1999.

Apesar de as mudanças de plano trazerem receios aos participantes, por risco de perdas de direitos e benefícios, no caso da Celos a migração foi um sucesso, porque contou com o apoio dos sindicatos e dos Conselheiros eleitos. Um primeiro balanço indicou que 4.635 participantes haviam mudado de plano, tendo permanecido no Plano Transitório cerca de 200. Com esse grau de adesão, o novo plano estava viabilizado.

Em fevereiro do ano 2000 o Conselho aprovou novas normas para transferência e enquadramento de participantes, com vigência a partir de 1º de março. Serviria para os que não haviam migrado na primeira oportunidade.

## Números finais

Restavam, contudo, alguns problemas. Devido ao pequeno número de participantes que haviam ficado no Plano Transitório, o custo do plano aumentou significativamente. Alguns dos que não haviam migrado se recusavam a pagar os acréscimos propostos. A Celos decidiu devolver à Celesc os valores de contribuição que fossem feitos a menor do que o devido, entendendo que os participantes estariam inadimplentes.

*Em 1965, José Nascimento foi admitido na ForçaLuz de Blumenau. Dois anos depois, levantando o patrimônio da Empresa para sua incorporação à Celesc, Jorge Washington Petry notou como seus memorandos eram datilografados com esmero por um jovem do setor de contabilidade. Petry ficou impressionado com a competência do rapaz, que logo passou a redigir, com igual apuro, seus próprios memorandos. Tornaram-se amigos. Em 1971 Petry recomendou Nascimento ao Presidente da Celesc, Oswaldo Moreira Douat, que o nomeou chefe da Agência Regional de Concórdia.*

*Em 1973 Nascimento foi convidado por Luiz Gomes para duas tarefas importantes: assumir a gerência administrativa da Agência Regional de Florianópolis e integrar o recém-criado Conselho da Celos. Permaneceu na Agência até 1986, e no Conselho, até 1987. Nesse período cursou Administração de Empresas na Esag.*

*De julho de 1986 a março de 1987 administrou a Agência Regional de Chapecó e, na última etapa da carreira gerencial, assumiu o Departamento de Administração da Celesc até a aposentadoria, em 1992.*



Orivaldo Fernandes, Rita de Cássia Daux da Silveira, Lindomar Scheidt e Dilson Dionysio de Freitas

O alto custo para os que permaneceram no Plano Transitório causou dificuldades financeiras para muitos participantes, que solicitaram a revisão dos valores das mensalidades. O Conselho não modificou o que estava estabelecido pelos cálculos atuariais, mas autorizou que a Diretoria negociasse formas de parcelamento ou regras especiais de empréstimo.

Devido às reivindicações dos participantes que haviam permanecido no Plano Transitório, o Conselho de Curadores propôs abrir nova migração em março e abril de 2000, mas por exigência da Secretaria de Previdência Complementar, esse prazo foi adiado até 31 de agosto de 2000. Ao final dessa última prorrogação restavam exatos 50 participantes, que se negaram a migrar. Destes, 28 eram participantes ativos e 22 estavam inscritos no Plano de Demissão Incentivada.

*Recém-aposentado, Nascimento aceitou o convite do Presidente da Apelesc, Isidro Domiêncio Pinheiro, para o cargo de Diretor Administrativo da Associação. Terminado o primeiro mandato, foi Vice-Presidente na chapa de Isidro de 1994 a 1996. Em 1997 foi eleito Diretor Administrativo-Financeiro, com Remi Goulart na Presidência e Isidro na Vice. Em 1998 foi eleito pelos aposentados para a Diretoria de Seguridade da Celos, e reeleito para o mesmo cargo em 2000.*

*A militância sindical de Nascimento começou na década de 60, em Blumenau, por influência de Onildo Gern. Na Apelesc fez a mediação entre a Associação e a Intercel, incluindo nos acordos coletivos as cláusulas referentes às conquistas dos aposentados. João Paulo de Souza e Sary Reny Köche Alves, representantes do Sindicato dos Administradores de Santa Catarina (Saesc) na Intercel, foram seus principais interlocutores nessa tarefa. Nascimento participou das negociações salariais da Celesc e, mais tarde, representou o Saesc na intersindical. Antes de falecer, o sindicalista exercia a Diretoria Financeira no Sindicato dos Administradores. ©*

# *Os bastidores de uma dívida*





## Os números não mentem

Mal havia assumido a nova Diretoria da Celosc e já no mês de fevereiro de 1999 os Diretores da Celos, Dijalma Martins, João Carlos Espíndula da Silva e Ademar Rogério Albino, viram-se obrigados a comparecer diante da patrocinadora para apresentar números que assustaram Francisco Küster, o novo Presidente da Empresa. A dívida com a Celos estava em patamares elevados e causava problemas à Fundação junto aos órgãos de controle federal, sem considerar as controvérsias jurídicas e políticas que a Diretoria da Celos já vislumbrava e que não queria deixar como legado aos Diretores que assumiriam em maio.

Havia uma onda de calotes invadindo o Brasil. Nos primeiros dias do ano o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, decidiu suspender por 90 dias o pagamento das dívidas do Estado. Outros governadores, aproveitando o embalo, denunciaram que as finanças estaduais estavam sufocadas pelo acordo que o governo Fernando Henrique Cardoso fizera com o FMI. Em seguida, sete governadores de oposição lançaram uma carta em que avisaram que pretendiam suspender o pagamento das dívidas estaduais por um ano. A situação econômica do país não era nada cômoda: o real acabava de perder a âncora cambial e o dólar passou a flutuar livremente, subindo de valor com a velocidade de um foguete.

Os Conselheiros da Celos já vinham alertando sobre o valor excessivo de empréstimos à patrocinadora e também sobre o limite legal de atrasos permitidos aos pagamentos desses empréstimos, após o qual é obrigação dos fundos de pensão comunicar à Secretaria de Previdência Complementar os inadimplementos das patrocinadoras. Os pagamentos não estavam tendo regularidade e, em setembro de 1999, a SPC notificou a Celos quanto ao excesso de empréstimos e solicitou que fosse apresentado um plano de enquadramento.



## Negociações intermináveis

Em outubro de 1999 a SPC multou a Celos por ter excedido o limite de empréstimos à patrocinadora. A dívida já estava na casa dos 29 milhões de reais. A paciência dos Diretores e Conselheiros estava no limite. Solicitaram a presença do Diretor Econômico-Financeiro da Celesc, Ênio Andrade Branco, para esclarecer a situação.

Na reunião a Celesc assumiu o compromisso, firmado em carta, de liquidar os débitos até o final do ano, após a realização da operação de recebimento da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), que acumulava um débito enorme com a Celesc devido ao não pagamento de faturas de energia por um longo período.

Mas em janeiro de 2000 a Diretoria da Celos comunicou ao Conselho de Curadores que a patrocinadora não estava cumprindo a carta-compromisso. Segundo o Presidente da Celos, Gerson Wanderley Leal, a tendência era a situação se agravar, em função do vencimento de alguns contratos, da cobrança da reserva a amortizar e das multas aplicadas sobre os valores não pagos. As contas indicavam que no final do mês a dívida já estaria em 32 milhões de reais.

Uma das alternativas avaliadas foi a possibilidade de receber ações da Casan como pagamento da dívida. João Carlos Espíndula da Silva, que há menos de um ano deixara a Diretoria Administrativo-Financeira da Celos, já havia colocado restrições a esse tipo de negociação. Ponderava que deveria haver um deságio no valor das ações e também que, antes de recebê-las em pagamento, já existisse um comprador certo para os papéis, sem necessidade de leilão.

Após muito debater, o Conselho sugeriu algumas providências: dar conhecimento imediato à Secretaria de Previdência Complementar; solicitar recomendações e providências à SPC; exigir da Celesc, ao menos, o repasse dos valores das contribuições dos empregados; indicar membros do Conselho

# Qual é o futuro da Celos?

1997 a diretoria da Celos vem  
ando mudanças no  
mento do Plano de Custeio  
vida discussão com a catego-  
maioria ainda não sabe, por  
que o sistema de benefício  
já está sendo alterado na  
odos os atuais participantes  
ntram num pl...

relatada por Lourival, foi nas altera-  
ções da CPFIL. Por exemplo: adotou-se  
um plano único, onde se destaca que a  
contribuição da patrocinadora é pro-  
porcional ao rendimento dos emprega-  
dos até o salário de R\$ 3.600,00; após  
este limite a contribuição da empresa  
passa a ser social...

que a discussão sobre fundo de pensão  
não pode desvincular a questão técni-  
ca da política. "Se não for assim corre-  
se o risco de não levar em conta a  
história dos fundos de pensão. Não  
podemos só discutir números". Hélio  
lembra ainda...

valor único para todos os empregados. As conquistas obtidas nas mudanças de plano foram fruto da atuação sindical que, no Acordo Coletivo de 97, colocou como prioridade a questão da fundação e conseguiu ganhos significativos.

O seminário sobre a Celos apontou para a necessidade de que as discussões sobre regras de transição ou sobre planos sejam levadas - SEMPRE - à

regras ainda não são conhecidas. Por isso os conselheiros da representantes dos empregados convocaram para dia 28 de seminário Plano de Benefício que não tinha o caráter de encaminhamentos quanto a cumprir seu objetivo: a representação dos e ampliou ao máximo o pessoas com conhecimentos relativos à fase de e planos da Celos. Parti-

previdência privada foi dos funcionários do Banco do Brasil, que vai muito bem porque o controle de gestão é dos empregados e não da empresa, e completa: "Se acontece algum problema na previdência social pública, o avalista é o tesouro nacional. Na questão da fundação com plano de benefício definido, o responsável é a empresa. Em caso de contribuição definida, quem arca com as consequências de uma má gerência são os contribuintes.

Antonio Vituri, conselheiro da Celos

para acompanharem as negociações. Foram indicados Paulo Sá Brito e Evêncio Elyas Filho, que havia assumido como Diretor Administrativo-Financeiro da Celos.

Em abril Gerson Leal informou ao Conselho que a Celesc solicitava uma carência de 180 dias para iniciar os pagamentos dos contratos. Aramis manifestou preocupação quanto ao cumprimento do compromisso, mas o Conselho decidiu dar mais esse crédito à patrocinadora, autorizando a prorrogação.

## Entre idas e vindas

Passado mais de um ano, o assunto da dívida voltou a fazer parte das preocupações da Celos. Novamente a Celesc deixava de fazer os repasses mensais à Fundação. O Conselho de Curadores recomendou o envio de correspondência à Celesc cobrando providências urgentes e estipulando um prazo para o equacionamento da dívida.

Pouco efeito teve a correspondência. O Conselheiro Hermínio Capela Vieira sugeriu que fosse agendada uma reunião entre o Conselho de Curadores e a Diretoria da Celesc para discussão dos débitos e questionamento da ausência dos pagamentos.

No dia 9 de outubro de 2001 todo o Conselho de Curadores foi até a sede da Celesc para se reunir com Ênio Branco na tentativa de buscar um equacionamento da dívida e, principalmente, esclarecer sobre o descumprimento dos prazos e seus reflexos legais perante a SPC.

A Celesc havia se manifestado por escrito em carta à Celos, em que reconhecia *"seus débitos e suas obrigações, mas ressalta as dificuldades financeiras que impossibilitaram a quitação desses compromissos serem temporárias. Estão sendo empreendidas diversas ações para obtenção de recursos"*. A correspondência destacava a negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, para transferir à Celesc um crédito de cerca de 600 milhões que a Empresa possuía junto ao Tesouro do Estado de Santa Catarina. Também citava a operação de venda de ações da Casan, que representaria algo

em torno de 110 milhões de reais, além da tramitação na Assembleia Legislativa de um projeto autorizando a alienação na participação na usina hidrelétrica Dona Francisca, com valor estimado em 40 milhões.

Por outro lado, Ênio Branco enfatizou que estava sendo finalizado um novo modelo de gestão para a Celesc, voltado ao fortalecimento econômico-financeiro e ao reordenamento societário, de forma a torná-la rentável e eficiente no cenário competitivo do setor elétrico, agregando valor com um novo plano de negócios vinculados à geração e telecomunicações. Assim, solicitou paciência ao Conselho de Curadores, pedindo que aguardassem as informações de Brasília, para somente então tomar qualquer providência.

Saíram da Celesc sem obter o que pretendiam. De volta à Celos, os Conselheiros continuaram a reunião, e duas propostas foram submetidas à apreciação. Uma de Aramis Luiz de Novaes, que sugeria ajuizar ação contra a Celesc, fixando 18 de outubro como prazo máximo para protocolar a ação; e outra proposta de Gerson Leal, a qual indicava que o advogado da Celos analisasse outras opções de pagamento, tais como transferências patrimoniais. A proposta de Gerson previa protocolar ação somente depois de concluído esse parecer, previsto para 31 de outubro. Colocadas em votação, a proposta do Presidente foi aprovada por 8 votos a 6.

## Dívida atroz

No último dia de outubro de 2001, respeitando o prazo deliberado, o Conselho estava reunido para ouvir o parecer jurídico. Gerson noticiou a correspondência que recebera da Celesc, em que a Diretoria ratificava a disposição de equacionar os débitos e informa-



Reunião de conselheiros e empregados da Celos

va que a decisão estava marcada para 7 de novembro. Em seguida, o advogado Paulo Brincas expôs seu parecer, sugerindo ação de interpelação judicial, a fim de prevenir direitos e resguardar responsabilidades dos dirigentes e conselheiros. Isso ainda propiciaria um prazo para a Celesc estudar uma forma de pagamento, esclareceu Brincas, antes de ingressar com ação de execução.

As discussões foram prolongadas. Quase todos os Conselheiros fizeram questão de se manifestar. Inicialmente, Hermínio Capela Vieira informou que no dia seguinte o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, analisaria a solicitação da Celesc. A boa novidade é que não discutiam, no Ministério, a legalidade, ou a possibilidade de realizar a operação financeira, mas a forma de atender ao pedido.

Aramis Luiz de Novaes ponderou que a Celos já esperara demais. Por isso, manifestou o entendimento de que não havia alternativa que não fosse a cobrança judicial. Acrescentou que *"ninguém poderá dizer que não tivemos paciência, boa vontade, que não demos tempo para a Celesc. Fizemos muito mais do que a lei faculta"*. Concluiu que gostaria de esclarecer à Celesc que o Conselho não estava simplesmente entregando o problema ao Judiciário e se eximindo da solução, mas a qualquer momento os Conselheiros estariam dispostos a abortar o processo. Apenas tinham a obrigação de cobrar em juízo por serem responsáveis pela gestão do fundo perante mais de 7 mil participantes.

Hermínio, além de curador da Celos, era assessor da Diretoria Econômico-Financeira da Celesc. Esclareceu que a Empresa estava em sérias dificuldades financeiras e não se tratava de descaso com o fundo de pensão dos empregados. Citou que a Celesc também era devedora para diversos fornecedores, inclusive para o governo federal, Eletrosul, Gerasul e Itaipu. Temia que a decisão de uma interpelação judicial significasse a gota d'água num processo de desgaste na relação entre os empregados e a Diretoria da Celesc e, por consequência, essa cobrança fosse usada para exemplificar o argumento de que os próprios empregados queriam liquidar a Empresa.

Osmar Soares defendeu que se promovesse imediatamente a ação. Afirmava que até a Celesc ser citada haveria tempo suficiente para ser encontrada uma solução. Clênio Braganholo manifestou-se pelo ingresso imediato com ação judicial, alegando que a concessão de maior prazo não mudaria a posição da Empresa, pois a Celesc não demonstrava interesse em resolver. Ronaldo Jardim da Silva alertou sobre o cuidado para não repercutirem notícias ruins sobre a Celesc na imprensa, pois isso prejudicaria a negociação com o governo federal.

Evêncio Elyas Filho ponderou que a execução judicial poderia não ser eficaz como resultado e criaria constrangimentos na relação com a Direção da Celesc. Lembrou não haver sido assinado o contrato de reservas a amortizar, e a ação judicial poderia dificultar a assinatura. Apelou para que a decisão oferecesse uma proposta aceitável, que não trouxesse, pelo ímpeto de cobrar, maiores prejuízos à própria Celos, mas enfatizou que assumiria a decisão do Conselho.

Aramis voltou a argumentar, afirmando ser mais fácil para ele, membro eleito para o Conselho, do que para os representantes indicados pela patrocinadora, tomar a decisão de interpelar judicialmente a Celesc. Entretanto, destacava que a Empresa não se mobilizara até o momento para buscar uma forma de pagar a dívida. *"Esse prazo"*, deduziu Aramis, *"é para que a patrocinadora se organize na busca de recursos para pagar à Celos"*. Reconheceu ter a Celos mais a perder do que a ganhar, mas não encontrava alternativa que não fosse a via judicial.

## Hora da conciliação

João Otomar Petry defendeu que a Celesc tinha intenção de resolver a dívida e que a carta era uma manifestação dessa intenção. Expressou sua preocupação com o fato de se dividir o Conselho em dois grupos, de um lado os eleitos, de outro os indicados, mas aceitou que os indicados teriam maior dificuldade em tratar questões como a que se apresentava, porque, como representantes da Celesc, tornava-se complicado apoiar uma proposta para entrar na Justiça contra a Empresa. Apelou Petry para que todos se interrogassem se a ação de cobrança não seria mais prejudicial à Celos que à Celesc. Pediu que não se tomasse a decisão de iniciar imediatamente o processo judicial de cobrança, pois significaria um atropelo dos fatos, que só causaria embaraços e dificuldades.

Hermínio apoiou as declarações de Petry e enfatizou que tomassem cuidados na decisão para que os prejuízos não fossem maiores para a própria Celos. Lembrou também sobre a necessidade de negociarem com a Empresa a assinatura do contrato de reservas a amortizar e que essa ação poderia tornar mais difícil o entendimento.

José Klafke afirmou que estava há 18 meses no Conselho e que, desde que assumira, só ouvira manifestações de intenção de pagamentos, mas nada que encaminhasse para a solução da dívida. Segundo o entendimento de José Alexandre Gomes, o Zezinho, a Celesc não demonstrava boa vontade em relação ao pagamento da dívida, e ele não enxergava outra saída senão a ação judicial.

Hermínio salientou que a Celesc havia assumido colocar no balanço o valor do contrato das reservas a amortizar, reconhecimento maior que a própria assinatura de um contrato. Essa interpelação judicial, argumentou, poderia provocar atrito desnecessário.

## Grande avanço

Depois de um providencial intervalo na reunião, proposto por Gerson Leal, quando os Conselheiros aproveitaram para confabular sobre o tema, retornaram ao debate e, novamente, o primeiro a falar foi Aramis Luiz de Novaes, que manifestou sua admiração com a posição dos representantes da Empresa, os quais tentaram, de todas as maneiras, construir uma saída para a Celesc, ao mesmo tempo em que defenderam também a Celos. E completou Aramis que, *"em reconhecimento à garra desse pessoal, em especial do Hermínio, do Petry e do Ronaldo, concordamos com a interpelação num prazo de 30 dias, se não houver qualquer acordo nesse período, e que, até lá, tentemos a assinatura do contrato da reserva a amortizar, para a qual solicitamos o empenho desses representantes"*. O Conselho aprovou por unanimidade adiar a interpelação por 30 dias e, após esse procedimento, se fosse o caso, entraria com a ação de execução.

Na reunião de 4 de dezembro de 2001 Gerson explanou a respeito das negociações com a Celesc sobre a dívida da reserva a amortizar, informando que foi comunicada a intenção do Conselho de ajuizar ação de interpelação seguida de ação de execução, caso não houvesse acordo. Considerando a indefinição da federalização da dívida do Estado e de não ter sido obtida, ainda, autorização da Assembleia Legislativa para alienação das ações da Casan e da participação na usina Dona Francisca, duas alternativas foram sugeridas para o pagamento da dívida, que já atingia pouco mais de 34 milhões de reais. A primeira seria a transferência de ações preferenciais da Celesc para a Celos, desde que garantisse o direito de recompra no prazo de um ano. A segunda opção seria assinar um termo de acordo e de parcelamento da dívida, num total de 273 milhões de reais, incorporando a reserva a amortizar e o principal das parcelas vencidas dos contratos de empréstimos.



Isidro Domiêncio Pinheiro, César Augusto Bleyer Bresola, Sebastião Berlinck Brito, Francisco Küster, Gerson Wanderley Leal, José Nascimento e Evêncio Eliyas Filho

## Salvos pelo gongo

A Celesc passou o ano de 2002 convivendo com enormes dificuldades financeiras, mas conseguiu não atrasar mais de 90 dias os repasses, embora tenha deixado avolumar os contratos de empréstimos. Apenas no dia 30 de dezembro de 2002, pouco antes de soar o gongo do final do mandato, Evêncio Elyas Filho pôde comunicar ao Conselho, aliviado desse enorme peso que não perdoava nem seus pesadelos noturnos, o recebimento de mais de 78 milhões de reais, referentes ao pagamento de principal e encargos das dívidas. Considerando que a dívida era pouco superior a 73 milhões de reais, o Conselho da Celos deliberou que se procedesse imediatamente à quitação e que o saldo remanescente, de cerca de 5 milhões de reais, fosse utilizado para liquidar valores que estariam vencendo a partir de janeiro de 2003. O Presidente da Celesc, José Fernando Xavier Faraço, conseguiu a federalização da dívida do Estado, recebendo do governo federal cerca de 600 milhões de reais. Quantia suficiente para quitar todas as dívidas da Empresa e ainda restar algum dinheiro em caixa.



Ma  
54,8

29,  
Mi

10:17

▲ 0,26% Dow Jones Futuro 9.75

adorias acima da inflação e

0 4,36% ▼ 3,62 Câmbio



# O monstro que assusta

## Difícil de entender e de explicar

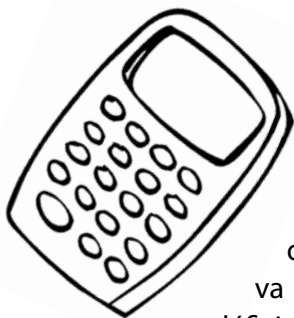
*“Déficit atuarial é coisa difícil de entender e mais difícil ainda é explicar. Poucos sabem: mas, em resumo, significa que se a Celos tivesse que fechar hoje faltaria dinheiro para cobrir todos os seus compromissos e obrigações.”* Foi dessa forma que, na edição do jornal Linha Viva de 18 de abril de 1996, João Paulo de Souza explicou aos eletricitários o que era o déficit da Celos.

No dia 11 de abril de 1996, a Diretoria da Celos, o Conselho de Curadores e a Intercel estavam reunidos para tratar de um problema grave: o déficit atuarial de 58 milhões de reais, apurado no balanço de 1995. Segundo relatório do atuário José Roberto Montello, as causas eram três: 20 milhões de reais de prejuízo nas aplicações em renda variável; 29 milhões de reais devido a fatores não financeiros, ou seja, à política de pessoal da Celesc, como a antecipação de aposentadorias; e 9 milhões de reais devido à correção da complementação das aposentadorias.

Para agravar o quadro, o atuário alertou que em função do Plano de Cargos e Salários (PCS), aprovado na Celesc, *“se nada for feito”*, o déficit iria para 81 milhões de reais em 1996. Temendo que a solução fosse o aumento da contribuição dos participantes, os dirigentes do Sindicato dos Administradores, João Paulo de Souza e Sary Reny Köche Alves, reagiram afirmando que *“nenhum empregado é responsável pelo déficit, uma parte dele gerado pela Diretoria da Celos, outra parte pela Celesc, portanto, cabe à Celesc, como patrocinadora, que indica a Diretoria da Fundação, e a quem esta obedece, pagar os recursos faltantes e honrar seus compromissos e obrigações”*. Sem acordo, foi formada uma comissão composta de Benhour Romariz Filho, Evêncio Elyas Filho e Sindal Pereira Rodrigues Pinto, para buscar alternativas.

Com relação ao déficit de 20 milhões na carteira de ações, a Diretoria Executiva e o Conselho de Curadores decidiram revisar os critérios para contratação dos administradores de fundos de renda variável. Foram convidados os principais agentes do mercado nacional para apresentar propostas.

Uma das ideias apresentadas pela comissão foi a desvinculação do piso da previdência social, tornando os cálculos atuariais mais previsíveis e seguros, com a criação de um novo piso, chamado “unidade Celos”. As aposentadorias seriam deduzidas por essa unidade e a correção acompanharia a correção salarial dos trabalhadores da ativa da Celesc. Em entrevista ao Linha Viva de 30 de maio de 1996, os integrantes da comissão explicaram a proposta: *“Estava muito difícil fazer projeções para 15 ou 20 anos, porque as oscilações do piso do INSS eram muito grandes”*. Medidas para cobrir o déficit seriam apresentadas posteriormente.



## O eterno retorno

A apuração dos resultados do final do ano 2000 não trouxe boas notícias para a Celos. José Roberto Montello compareceu à reunião do Conselho para dar as explicações sobre os déficits dos planos de benefícios. O Plano Transitório, que em 1999 apresentara um superávit de 1,8 milhão de reais, em 2000 estava com déficit de 18,6 milhões. O Plano Misto mostrava números semelhantes: em 1999 superávit de 1 milhão de reais e em 2000 déficit de 18,4 milhões.

Montello alertou sobre o excessivo volume de benefícios de aposentadoria por invalidez nos últimos anos e os planos de aposentadoria incentivada proporcionados pela Cellesc. A cada incentivo de aposentadoria aumentava o déficit da Celos. A situação piorou no ano seguinte. No final de 2001 o déficit do Plano Transitório subiu para 25,6 milhões de reais e o do Plano Misto para 23,7 milhões. O déficit total da Celos se aproximava, perigosamente, dos 50 milhões de reais. A Diretoria deveria apresentar, impreterivelmente até junho de 2002, estudos e simulações que permitissem vislumbrar alternativas na busca do equilíbrio atuarial.

Mas a avalanche de péssimos números não se encerrou por aí. No final de 2002 a situação era ainda mais drástica. O déficit técnico do Plano Transitório subiu mais 3 milhões, e o do Plano Misto deu um salto de 30 milhões. O parecer do atuário recomendou providências imediatas, *"considerando que o déficit técnico do Plano Transitório equivale a 7,18% do valor total das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder [...] valor já significativo para que seja implantado ajuste no plano de custeio para reverter o déficit"*.

Para o Plano Misto, o parecer era mais contundente, pois o déficit equivalia a 11,54% do valor total das provisões de benefícios concedidos e a conceder. Montello escreveu que era *"imperativo que, até 30 de junho de 2003, sejam implantados ajustes no plano de custeio para reverter o déficit técnico"*.

Encarar a solução de problemas tão complexos como os déficits é tarefa não só da Diretoria, mas também dos Conselheiros da Celos. Todos os que vivenciaram tal experiência relataram as aflições de se deparar com resultados que não eram satisfatórios.

*"É uma pena que nem todos os empregados da Celesc possam estar no Conselho"*, disse Pedro Inácio Bornhausen ao recordar seu período de mandato, *"porque é quando se chega ao Conselho que conhecemos verdadeiramente a Celos"*. Essas frases resumem o pensamento de diversos participantes que tiveram oportunidade de participar do Conselho de Curadores e do Conselho Deliberativo. *"Não há prato pronto"*, asseverou Pedro Bornhausen, *"todos têm que se dedicar na busca da solução dos problemas"*.

## Prioridade zero

A Diretoria Executiva da Celos, com Ricardo Moritz na Presidência, Remi Goulart, Diretor de Segurança, e Sary Reny Köche Alves, Diretor Administrativo-Financeiro, assumiu em 2003 com o peso do déficit nas costas. Na verdade, *"um monstro que assustou a Celos em janeiro de 2003"*, desabafou Sary ao lembrar o desequilíbrio financeiro e atuarial, *"decorrente de uma fase ruim do mercado financeiro e de problemas de origem estrutural"*. Na primeira reunião a Diretoria Executiva estabeleceu o saneamento do déficit como prioridade zero.

O desafio, segundo Sary, era elaborar um plano de saneamento sem reduzir o benefício e sem onerar o bolso do participante. A solução, portanto, deveria vir de fora, ou seja, *"do*

*mercado*", buscando alternativas, conversando com fundos de pensão, bancos, seguradoras. Mas a conjuntura não ajudava. A eleição de Lula assustou os investidores, e a Bolsa de Valores parecia fadada a permanecer no limite dos 10 mil pontos.

Não foi o que aconteceu. A partir de 2003, contrariando previsões pessimistas, as bolsas de todo mundo, incluindo a Bovespa, entraram em ascensão, contribuindo para o saneamento da Fundação: "A sorte favoreceu a recuperação da Celos", reconheceu Sary. Em 2008 o ciclo seria interrompido pelo estouro da bolha financeira, causado pela inadimplência dos créditos *sub-prime* que financiaram as casas de milhares de americanos.

Em junho de 2003 ainda não haviam sido implantados os ajustes aconselhados pelo atuário, mas o Diretor Administrativo-Financeiro apresentou algumas medidas que, no longo prazo, poderiam garantir a solvência dos planos: segregar os recursos da Conta Individual de Aposentadoria (CIAP), alocando-os numa carteira de investimentos específica; segregar os recursos dos demais planos, por segmento e por carteira; remunerar a conta CIAP pelo resultado específico dos investimentos a ela alocados; usar a técnica de *Asset and Liability Management* (ALM), que prevê locação ideal dos ativos para curto, médio e longo prazos, buscando o melhor casamento entre os ativos e os passivos atuariais; mudar o indexador de atualização dos benefícios de IGP-M para INPC, por este ser mais estável e refletir melhor o impacto da inflação sobre o custo de vida e, também, por servir de parâmetro para a atualização dos salários dos participantes ativos; e estudar os reflexos de cada ponto percentual da meta atuarial no plano de custeio.

Junto com as medidas, a Diretoria da Celos solicitou à Secretaria de Previdência Complementar a prorrogação do prazo, de 30 de junho para 30 de setembro, previsto para apresentação do plano de saneamento do déficit.

Estavam entre as metas algumas providências específicas: desvincular do INSS a concessão de aposentadoria por invalidez, es-

## Prazer de trabalhar

*Ricardo Moritz sempre viveu em Florianópolis. cursou o primário no Grupo Escolar Lauro Müller, o secundário no Colégio Catarinense, no Coração de Jesus e na Escola Técnica Federal, onde estudou eletrotécnica. Um teste vocacional indicou-lhe a astronáutica, mas ficou na vontade, pois acabara de arrumar emprego na Celesc, como eletrotécnico recém-formado. Acabou estudando Ciências Contábeis. "Eu sabia que precisava de um curso superior para melhorar minha condição na Empresa". Terminado o curso, foi transferido para a Contabilidade, onde se especializou em análise de balanços. "Foi ali que eu conheci a Celesc", sublinhou.*

*"Sempre fui ótimo aluno em matemática, só tirava 10". Por isso nunca teve dificuldades em lidar com números. Aproveitando esse pendor, Moritz resolveu continuar na área. Fez pós-graduação e concluiu mestrado em Engenharia de Produção Econômica. Sua tese tratou de tarifas de energia elétrica.*

*Ricardo Moritz foi Diretor Econômico-Financeiro da Celesc por 10 meses, de março de 1996 a janeiro* ➤



ro de 1997. Quando deixou a Diretoria, dedicou-se a estudar gestão empresarial e ajudou a estruturar uma proposta de um novo modelo de gestão para a Empresa.

Na Celos, Ricardo foi Presidente de janeiro de 2003 a junho de 2007, colocando em prática conhecimentos que deixaram marcas importantes no fundo de pensão. Durante sua gestão como Presidente, Moritz foi membro do Conselho de Administração da Celesc e teve atuação destacada nesse órgão de gestão, contribuindo para melhorias nos rumos da patrocinadora.

“O meu prazer é trabalhar”, afirmou convicto. E mais: “Não preciso ir à praia ou ao sítio para me divertir, porque meu prazer é o trabalho”. Agora que está de volta à Celesc, manifestou que sua vontade é estudar e participar de assuntos ligados à questão socioambiental. ©

tabelecendo critérios específicos de interesse da Celos; rever as tábuas de mortalidade; recorrer, até a última instância, das decisões judiciais de ações movidas contra a Celos; e propor solução sobre as contribuições previdenciárias dos assistidos.

No final de agosto de 2003, portanto há um mês do prazo-limite para apresentar uma solução à SPC, o Diretor Administrativo-Financeiro relatou que em estudos com instituições financeiras e com a própria Secretaria haviam concluído que o ideal para a Celos seria a compra de Letras do Tesouro Nacional, NTN-C, com prazo até 2031.

Os números finais do déficit apurado em 31 de agosto eram de 56,1 milhões de reais para o Plano Misto e de 19,6 milhões de reais para o Plano Transitório. O Conselho Deliberativo, após analisar e discutir todas as alternativas para o equacionamento do déficit, e depois de ouvir a patrocinadora, a Apelesc e a Intercel, além de conhecer o parecer atuarial de José Roberto Montello, decidiu que o saneamento dos planos deveria ser feito utilizando-se as NTN-C, que possuem rentabilidade superior à meta atuarial. Deliberaram também encaminhar, imediatamente, a decisão para a SPC, a fim de atender ao disposto nas regras de funcionamento das entidades de previdência privada fechadas.

A decisão surtira efeito. Na apuração do balanço de 2003 o déficit já apresentava redução. O Plano Transitório decresceu para 3,3 milhões de déficit, enquanto o Plano Misto reduziu para 22,3 milhões de reais. No ano seguinte, mais algum ganho. O Plano Transitório, em dezembro de 2004, passou a ter superávit de quase 4 milhões e o Plano Misto reduziu o déficit para 18,4 milhões de reais.

## Boas novas

Em entrevista ao jornal Linha Viva nº 775, de 22 de dezembro de 2004, Sary, após dois anos de mandato, deu a boa notícia: “O déficit da Fundação, que era de cerca de R\$ 100 milhões, 11% do patrimônio total da entidade, está hoje em R\$ 10 milhões, abaixo de 1% do pa-

*trimônio, ou seja, praticamente nulo". Para solucionar o problema foi executado um plano de saneamento financeiro com participação e transparência. Durante 40 dias, diz o jornal, "a Direção da Celos andou por todo o Estado, discutindo o que fazer com participantes da ativa e aposentados, além de debates e sugestões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Intercel e Apcelesc". O resultado foi a definição da Celos como investidora institucional de perfil conservador, "com drástica redução da exposição de riscos, mais investimentos em renda fixa, com taxas menores, mas seguras".*

Mas a comprovação de que as medidas adotadas estavam de fato corretas foi festejada no início de 2007, quando os números mostravam uma situação invejável: em dezembro de 2006 o superávit da Celos atingiu uma marca histórica, superando a casa dos 100 milhões de reais. Junto com essa recuperação, festejaram o crescimento do patrimônio, que ultrapassou 1,6 bilhão de reais. "Esse fabuloso resultado", afirmou Sary, "se deveu ao sucesso da política de investimentos, que não expôs o patrimônio a riscos desnecessários e garantiu tranquilidade para os participantes".

## **Trocando as tábuas**

Parte desse superávit foi destinado à implantação de mudança da tábua de mortalidade, passando da AT-49 para a AT-83. As tábuas nada mais são que cálculos estatísticos de expectativa de vida. Entre 1991 e 2004, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida no Brasil aumentou cerca de quatro anos. Entre as mulheres, saltou de 70,9 para 75,5 anos, enquanto para os homens aumentou de 63,2 para 67,9 anos. Esse acréscimo de expectativa de vida significa, para as entidades de previdência, que os recursos terão de ser maiores, pois pagarão aposentadorias e pensões por um tempo maior. Assim, a mudança da tábua de sobrevivência era uma necessidade premente na Celos.

No final do primeiro semestre de 2007 o superávit já havia atingido quase 130 milhões de reais. O Diretor Administrativo-Financeiro apresentou ao Conselho a política de investimentos da Celos e afirmou que esta "é conservadora, onde cerca de 80% dos recursos aplicados estão investidos em renda fixa, o que a torna segura e traz tranquilidade em momentos de baixa no mercado financeiro". O patrimônio da Celos estava com exatos 77,7% em renda fixa e apenas 18,2% em renda variável. O restante, 4,1%, estava aplicado em imóveis e empréstimos aos participantes.

No final do ano de 2007, o superávit técnico subira um pouco mais, chegando a 133,7 milhões de reais, confirmando a correção de rumos das políticas de investimento e permitindo cobrir os custos de implantação da mudança da tábua de sobrevivência.

# *A prata da casa*



## Vestindo a camisa

Quando entrou na Celosc em 1972, a jovem Teresinha Medeiros da Rosa não poderia imaginar que as circunstâncias a levariam para outro destino profissional. O ano de 1973 era de efervescência em torno da Fundação: o auge da consolidação burocrática, dos trâmites, da elaboração de documentos, das primeiras iniciativas de ordem prática. E Teresinha foi trabalhar exatamente no olho do furacão, o local em que se encontravam precursores da previdência privada dos celesquianos, como Arno Lippel, Luiz Gomes, Nilo Momm, Oswaldo Douat e Remi Goulart.

A primeira máquina de datilografia elétrica que entrou na Celosc foi parar em sua mesa, uma prova da competência com que dedilhava os teclados. Os documentos, que em dias e noites de serão foram concebidos nas mentes dos precursores, ganharam vida oficial em suas mãos, como o primeiro estatuto, os regulamentos e o organograma que acomodou a incipiente burocracia pré-digital. Acabou se envolvendo tanto que o convite para trabalhar na Fundação não tardou. Antes de mudar-se para a sede da Bocaiuva, trabalhou com Remi Goulart. *"Ele veio para ser chefe de pessoal da Celosc e comandar a Fundação, eu era a secretária e nós dois atendíamos os dois assuntos: Celosc e Fundação. A Fundação começou ali."* Trabalhou também com Arno Lippel e Nilo Momm na área de tarifas: *"Seu Arno foi importantíssimo, foi o que deu estruturação, a base mesmo da Fundação"*, reconheceu Teresinha.

Entre os episódios que marcaram o início, lembrou a viagem para o Rio de Janeiro, em companhia de Rosa Bella Cruz Chaves, com o objetivo de conhecer a Eletros, fundo de previdência dos empregados da Eletrobrás. No avião, Teresinha apresentou a Rosa Chaves o novíssimo estatuto da Fundação. *"Quando voltamos do Rio, começamos a receber as inscrições e a partir de 1º de fevereiro de 1974 a Fundação passou a descontar de todos os empregados"*. Teresinha preservou vários documentos da época: *"Eu adorava escrever a história da Fundação, aí chegou o 5S... Estes aqui eu guardei no cofre"*.



Na sua memória Teresinha encontrou os memorandos de Osvaldo Camilli, o segundo Presidente da Fundação: *"Ele fazia o rascunho para a gente datilografar que dava vontade de mandar o documento dele, de tão perfeito, tão lindo, tão caprichado. Ele era uma pessoa muito especial"*.

Na casa da Bocaiuva uma pequena organização construía no presente seu passado e abria-se para o futuro. Muito trabalho por fazer, muito cadastro a preencher, rotinas a serem criadas e arquivos ainda vazios. *"Para sanar as dúvidas jurídicas, Miguel Hermínio Daux era acionado"*, recorda Teresinha. Ela, assim como os demais integrantes da equipe, esmerou-se. Foi e fez de tudo um pouco. Se os dias eram curtos para tanto trabalho, que viessem as noites. Com tal empenho e dedicação era muito solicitada: *"... aí eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite, até colocar tudo nos eixos"*.

Como exemplo, citou a área da saúde por ela coordenada. Os empregados consultavam com os médicos, pagavam a consulta e eram reembolsados por meio de cheques. Um cheque para cada empregado, dezenas datilografados por dia, com cópia para a contabilidade. Depois foi implantado o sistema de credenciamento, que gerava outro tanto de papel. *"Era tanto papel que a Fundação teve que alugar sala no 5º andar para arquivar tudo."*

Aposentada há 11 anos, Teresinha Medeiros da Rosa resumiu seu papel na Fundação com muita modéstia: *"Acho que fui bem aproveitada na Celos"*.



Rozana Santos, Teresinha Medeiros da Rosa, Maria Delorme Machado e Zulmar Pedro Pereira

## Até o último dia

*"Desde o primeiro dia eu gostei da Fundação. E eu a amei até o último dia de meu trabalho"*. Maria Delorme Machado não declara sua paixão pela Celos com nó na garganta, nem com lágrimas. Apenas sorriu como quem sabe que fez a escolha certa. Pouco tempo depois de admitida na Fundação, passou em concurso para a Caixa Econômica Federal. Maria Delorme resistiu à pressão de familiares e amigos, mas não arredou o pé: ficaria na Fundação, embora talvez o futuro na Caixa fosse financeiramente mais promissor. Mas já estava imantada à Celos. Já não havia como separá-las.

Maria Delorme não é voz solitária. Empregados e ex-empregados batem na mesma tecla, soam o mesmo diapasão. *"Nós tínhamos um verdadeiro*

*amor à Fundação"*, declarou Teresinha Medeiros da Rosa. E completou: *"Ficávamos trabalhando depois do horário, vínhamos no fim de semana, não medíamos esforços"*. Teresinha atuou em quase todas as áreas, *"onde havia um abacaxi para descascar, para lá mandavam a Teresinha"*, afirmou o colega Zulmar Pedro Pereira. E ela não colocou limites na declaração: *"Eu tenho dois filhos, mas a Fundação foi a filha que eu não tive"*.

Num feriado de 7 de Setembro Rozana Santos estava trabalhando para preparar os empréstimos que teriam de ser liberados no dia seguinte. Esqueceu das horas e, quan-



do se lembrou de retornar para casa, encontrou a porta de saída trancada, inclusive a da garagem. Da janela, acenou para quem passava. Nada. Então reconheceu Nilo Momm caminhando na outra calçada. Ela o chamou aos gritos mas ele por pouco não seguiu em frente sem perceber os berros. Só tarde da noite Nilo conseguiu a chave para libertar Rozana.

Todo o grupo que começou na Rua Bocaiuva vestiu a camisa: Ângelo Tadeu Medeiros, Arlete Malina, Arno Lippel, Ciro Jacques Moura, Clara Inês Girardi Bernardes, Eroni Bernadete Farias de Souza, Jandira Alvim dos Reis, José Nicácio da Silveira, Maria da Graça Carvalho Cardoso, Nilo Momm, Rosa Bella Cruz Chaves, Rosenir Appriette Lima e Sonia Maria Ramos Machado são alguns dos pioneiros que ajudaram a criar a cultura de amor e entusiasmo pela Fundação.

## Uma grande pequena

Quem trabalhou na Administração Central da Celesc entre 1986 e 2002 terá boas recordações de Jandira Alvim dos Reis, moça afável que fazia seu trabalho como representante da Celos com extrema dedicação: *"Eu adorava trabalhar com o pessoal da Celesc, foi muito gratificante"*.

No começo, lembrou Jandira, os empregados não conheciam muito bem seus direitos e questionavam muito: *"eu não deixava ninguém sem resposta"*. Coube a ela, como posto avançado da Fundação, informar e conceder benefícios: reembolso de medicamentos, empréstimos, internações e consultas com médicos e dentistas. De tanto encaminhar celesquianos aos profissionais da saúde, doutores que a encontram ficam felizes em conhecer a tal "Jandira", que lhes indicou tantos pacientes.

Lembra com orgulho seu papel na divulgação do Plano Amha na Administração Central. Norberto Dadalt a instruiu e deu a tarefa de apresentar o Plano às secretárias e, em seguida, a todos os empregados. Mas havia um problema: ela tinha pavor de falar em público. Mesmo assim seguiu em frente e dominou tanto o assunto que superou o medo, chegando a fazer palestras no auditório.

Nesses 17 anos aprendeu muito com o convívio humano e até pensou em estudar Psicologia, pois *"a maioria dos problemas são de origem emocional"*, afirmou. Jandira ingressou na Fundação em julho de 1975. Fez um teste de datilografia com José Nicácio da Silveira e começou a trabalhar no mesmo dia. Desse tempo da sede da Rua Bocaiuva guarda as mesmas lembranças que as demais colegas: muita dedicação e companheirismo, muitas noites em claro para dar conta do serviço. Trabalhou na área de empréstimos e contabilidade, depois foi secretária de Hélio Breda.

Lembrou o dia em que os colegas descobriram que ela era baixinha. Foi assim: para descansar os pés, trabalhava sem os tamancões que faziam dela uma mulher mais alta. Mas foi só se distrair um pouquinho que o Luiz Fernando de Souza escondeu os tamanços justo no momento em que o Presidente a chamava. Não houve outro jeito, atendeu à convocação de pés no chão.

- O que é isso?, perguntou Breda, espantado com tanta liberdade.
- É que esconderam meus tamancos, Presidente.

E aí aconteceu a cena fatídica: os dois atravessaram o corredor da Celos, o Breda, enorme em seus quase um metro e noventa, bradando ao lado dela: *"Quero saber quem escondeu o tamanco da dona Jandira"*. Já não havia mais como disfarçar a estatura diante da risadas contidas da plateia que bibilhotava a cena por detrás de portas e cortinas.

Foi como secretária de Dijalma Martins que aconteceu uma guinada na carreira profissional. Largou o conforto do escritório e foi de mala e cuia para o barraco de obras da sede do Itacorubi. E a “casa das três mulheres” – Olga, Lílian e Norma – ganhou mais uma “moradora”. Vestida de capa, bota e capacete, fazia múltiplas tarefas de apoio às colegas da equipe de fiscalização: *“Aprendi muito da minha vida naquela obra, que além do mais foi uma fase bastante divertida”*.

Aposentada, morando no Campeche, Jandira mantém um pé na Celos: participa do Clube do Batom e não perde uma atividade do Grêmio. *“Se pudesse voltar a trabalhar na Celos, voltaria”*. Com essas palavras ela resume tudo.

## Mulher de ação

- Mas por que você quer sair da Ordem dos Advogados do Brasil, que paga mais, para entrar na Fundação?

- Perspectiva de futuro - respondeu Clara, decidida.

O diálogo aconteceu em 1975 na “casinha” da Rua Bocaiuva, primeira sede da Fundação, entre os empregados Arlete Malina, Ciro Jacques Moura, Maria Delorme Machado e a aspirante Clara Inês Girardi Bernardes, por ocasião do primeiro concurso para admitir empregados. Dias mais tarde, contratada, ela entrava na “casinha” para trabalhar no setor de empréstimos. Clara recordou com saudade os primeiros dias de uma história de 23 anos na Celos, até a aposentadoria, em 1998: *“Sentimos muita saudade daquela casa porque éramos uma família que estava começando a se expandir, trabalhávamos até as dez da noite, se necessário, e adorávamos quando chegava segunda-feira para voltar ao trabalho”*. Em 1976, na nova sede na Rua Deodoro, fez concurso interno para a área de contabilidade.

Em 1983 retornou ao setor de empréstimo, mas sonhava com informática. A oportunidade chegou em 1984, quando conquistou a única vaga em concurso interno. Seu treinamento, em regime probatório, foi em Porto Alegre. Quem estruturou a informática na Celos foi Ilton Dalmarco, empregado da Celesc. Em 1989 Dalmarco voltou para a Empresa e, para substituí-lo, o Presidente Dijalma Martins convidou Clara, que aceitou o desafio e montou uma equipe para ajudá-la. Em 1991 essa equipe implantou o sistema de ambiente aberto e a rede de computadores. Cinco anos depois Clara liderou a modernização da área de previdência, sempre em equipe e sempre entusiasmada.

Aposentada, partiu para outro sonho: mestrado. Mas os laços com a Celos nunca foram desfeitos. Entrou para a Diretoria da Apelesc no mesmo ano. Faz parte do Clube do Batom, do Grêmio dos empregados e comparece a todas as festas e eventos: *“Quero estar sempre conectada com a Celos, que amo de paixão”*. Em sua dissertação, premiada pela Abrapp, propôs a criação de um fundo de pensão para os familiares dos participantes que fosse gerenciado pela Celos.

Na Apelesc foi Diretora Administrativa, levando sua experiência da Fundação. É uma ardorosa defensora da Associação dos Aposentados: *“A Apelesc é um tesouro para quem sai da Empresa. Existe alguém que se preocupa com você. Você se aposenta, mas não fica sozinho na estrada, tem alguém a quem se reportar”*. Clara gosta de *“cuidar da família celesquiana”* e faz isso regularmente, visitando os 280 aposentados e pensionistas de São José. É também líder comunitária no bairro Kobrasol. Suplente de vereadora, ingressou na política porque acredita que todo cidadão deve participar da vida pública: *“Somos movidos a política”*.



Maria Aparecida Duarte

## Duas histórias de dedicação

Maria Aparecida Duarte entrou na Celesc em 1973. Durante dois meses trabalhou na recepção. Certa feita ofereceu ajuda à Rosenir Lima, secretária do Presidente Luiz Gomes, que acumulava muito trabalho. Com uma *"maquininha de datilografar amarela, um museusinho que rolava nas mãos de todo mundo"*, Cida, exímia datilógrafa, para espanto de todos, no final do dia "limpou" os processos da mesa da secretária.

Quando Rosenir solicitou licença para viajar, Luiz Gomes concordou, mas condicionou: *"Pode ir, mas deixe esta menina comigo"*. Cida lembrou que o Presidente chamou-a para sentar à mesa a seu lado: *"Eu vou ditar uma carta e você vai bater"*. Quando ela se deparou com uma máqui-

na elétrica que nunca manuseara ficou assustada, mas cumpriu tão bem a tarefa que o chefe decretou: *"Esta menina não vai mais sair daqui"*. E de fato não saiu, até 1978, ano em que foi para a Fundação.

Numa época em que as máquinas de datilografia eram as rainhas da tecnologia, seus operadores ganhavam destaque, principalmente os mais hábeis. Não por acaso Cida foi requisitada pela Fundação. Arlete Malina, que trabalhava na área de benefícios, não dava mais conta da quantidade crescente de trabalho. Sem as facilidades do mundo digital, tudo entrava na fila do gargalo da datilografia. Em 1981 houve uma troca de chefias: Arlete foi para a área de saúde, e Teresinha Medeiros da Rosa, para a de benefícios. Com as mudanças, Cida passou a integrar a área de cálculo de benefícios. Em 1988, dez anos depois de muita dedicação, assumiu a chefia do setor.

Percebendo que muitos se aposentavam com pouca informação, num período em que a inflação corroía os benefícios, sugeriu ao Presidente Dijalma Martins que a Fundação fosse até os participantes para informá-los e orientá-los. Aprovada a ideia, a partir de 1988 as viagens passaram a ser sistemáticas. Naquele ano Maria Aparecida Duarte e Maria Delorme Machado ficaram um mês nas Agências Regionais conversando com os empregados mais próximos da aposentadoria, confirmando o tempo de contribuição à previdência, fazendo os cálculos e aconselhando-os sobre a melhor data para se aposentar.

Arlete Malina foi admitida na Celesc em 1974. A então professora de Geografia do Instituto Estadual de Educação permaneceu ainda dois anos no magistério, acumulando o trabalho na Empresa com as lides da sala de aula. Em 1976 foi transferida da Celesc para a Fundação, onde ficou até a aposentadoria, em 1994.



Sob a gerência de Rosa Cruz Chaves, participou com Maria Fomentin Dias da organização das primeiras inscrições e documentação dos empregados, uma tarefa que iniciou no dia 2 de janeiro de 1974. Viveu, portanto, a gênese da previdência privada dos celesquianos.

Em 1976, quando precisou fazer a opção entre Celesc e Fundação, decidiu pela segunda alternativa e foi trabalhar na divisão de benefícios, sob a chefia de Maria Formentin Dias. Assumiu a chefia quando Maria retornou à Celesc. Arlete recordou o cotidiano de muito trabalho, pois, além do controle de inscrições e de contribuições, auxílios-nupcialidade e doença, era uma das responsáveis pelos empréstimos e pagamentos de benefícios: *"Vivíamos correndo atrás da máquina"*. Como atendiam diretamente as pessoas, além do desgaste físico, restava pouco tempo para outras atividades. Arlete lembra-se de um episódio que até hoje a faz rir: *"Era o final de um dia daqueles, tumultuado, a cabeça estourando, sentei para relaxar respirando profundamente, quando chegou um cidadão, olhou para mim e disse: você está 'devarde'?"*.

Tanto para Maria Aparecida Duarte quanto para Arlete Malina, a instituição da pensão por morte, em 1981, a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho, em 1982, e o Plano Amhor, em 1986, foram as grandes conquistas da Celos. Em 1981 Arlete assumiu a chefia da Divisão de Saúde, e uma de suas tarefas era realizar convênios com médicos, dentistas, laboratórios, óticas e outros estabelecimentos. Mais tarde, responsável pela área de cadastro, ajudou a coordenar um mutirão em todo o Estado para levantar o tempo de serviço de cada empregado para o cálculo da reserva matemática.

Do passado, Arlete recorda-se com emoção: *"Era uma família, festejávamos os aniversários de cada um. Os primeiros cartões de Natal que a Celos remeteu, quem pintou as estrelinhas, as figuras de Papai Noel, fui eu. Dona Rosa me dizia: 'Arlete, temos que economizar', e nós fazíamos economia até de café"*, evocou nostálgica. E logo emendou: *"Embora fosse tudo muito controlado, para mim era uma satisfação imensa trabalhar na Fundação"*.

## Ensinando a pescar

- Você pode esperar uma semana para me admitir?

Essa pergunta foi formulada em janeiro de 1973 pela assistente social Maria Formentin Dias a seu entrevistador, Luiz Gomes. Formada em dezembro de 1972, planejava tirar os meses de janeiro e fevereiro para descansar antes de procurar emprego. Ouviu de Luiz Gomes informações básicas de suas futuras atividades: que a Celesc era dividida em Agências Regionais; que ela deveria viajar e entrevistar empregados; que a maioria dos trabalhadores eram eletricitistas; que faziam serviços em postes. Ao sair dali Maria percebeu com surpresa que a cidade estava cheia de postes, e disso tirou uma lição: *"O mundo da gente é limitado. Se você não vive uma situação, não enxerga o que está ao redor"*.

Seu primeiro contato com a Celesc ocorreu nas Agências Regionais, em viagem para levantamento socioeconômico e funcional. Teve boa impressão: *"O campo estava virgem e nos cabia conhecer a realidade e fazer as propostas"*. Ela foi uma das pioneiras que, em 1974, deixaram a Celesc para iniciar a saga da previdência privada numa organização independente.

A atividade de assistência social da Celesc foi transferida para a Fundação, mediante convênio, tendo como responsáveis Rosa Cruz Chaves como Diretora e Maria Formentin Dias como coordenadora do programa social nas Agências e atendimento de empregados e suas famílias. A primeira missão de Maria foi uma emergência. No início de 1974 Tubarão estava submersa pelas chuvas. *"Fui a primeira a chegar a Tubarão"*, lembra-se com orgulho. Organizaram os trabalhos de assistência nos pátios da Empresa, atendendo às necessidades básicas dos celesquianos atingidos. Fizeram campanha de agasalho e de alimentos, cadastraram e

avaliaram as perdas. A Celos liberou empréstimos sem juros. Nas enchentes de Rio do Sul, em 1983, e de Blumenau, em 1984, a equipe de Maria Fomentin Dias foi novamente acionada.

Desfeito o convênio com a Celesc em 1976, o serviço social voltou para a Empresa, e Maria passou a trabalhar na Administração Central. Em 1988 o Presidente Nogert Wiest decidiu acabar com o serviço social, transferindo as atividades novamente para a Celos. Maria voltou para a Fundação para implantar a associação de aposentados e coordenar o programa de preparação para a aposentadoria, que estava sendo desenvolvido na Celesc, chefiado por Marília Celina Felício Fragoso. O objetivo era fazer um projeto integrado, Celos e Celesc.

Com a associação dos aposentados da Celesc já criada e funcionando, Maria foi convidada para ajudar na criação da Associação dos Aposentados do Estado de Santa Catarina, mais tarde transformada no Conselho Estadual do Idoso. Voltou para a Celesc em 1990 e, até 1998, quando se aposentou, desenvolveu vários projetos na área de assistência social. Maria foi uma das construtoras da previdência privada dos celesquianos, sempre coerente com seus princípios de cidadania: *"A área básica do serviço social é assistência que promove, ensinando a pescar, indicando direitos e deveres"*.



Murilo de Oliveira Júnior

## O amigo

Em novembro de 1977 a Fundação ganhava um novo empregado, era um garoto de 18 anos que ingressou para substituir Ângelo Tadeu Medeiros, que se afastaria por seis meses. Num churrasco de confraternização, exatos seis meses depois, o colega Ivan Wagner de Souza lembrou:

- Hoje o Murilo vai pagar a cerveja, porque é o último dia dele na Fundação.

Mas quem deu a última palavra foi o Diretor Persi Adão Hahn, presente no churrasco:

- O Murilo fica.

E lá se passaram 32 anos. Antes de retroagir o tempo para falar de suas vivências na Fundação, Murilo de Oliveira Júnior avançou dois

anos, o período que faltava para a aposentadoria: *"Dá calafrios quando chega o domingo à noite e penso que logo terei de deixar a Celos, fico enjoadinho"*.

Trabalhou na área administrativa, mas foi na concessão de empréstimos que se tornou conhecido dos empregados da Celesc em todo o Estado. Sua vocação nata é atender pessoas, razão que o credenciou a compor a equipe da área de atendimento. Dedicou o dia a ouvir, informar e orientar empregados da ativa e aposentados. Essa atividade o fez conhecer muitas histórias e dramas pessoais, alguns demasiadamente tristes, como os de solitários e idosos aposentados e pensionistas, para os quais o único esteio de solidariedade e assistência é a Fundação. Murilo, bom coração, sofre junto: *"Eu já chorei por causa da história"*

*de participantes*". E sequer admite a possibilidade de que venha a ser suspensa a garantia do plano de saúde aos aposentados: "*Deus me livre! O plano é tudo para essas pessoas*".

A história dos empregados da Celos pode ser contada através de uma entidade por eles criada em 1977, o Grêmio Esportivo Recreativo e Cultural (GERC), que em 1979 ganhou a formalidade do estatuto e a estabilidade financeira das mensalidades. Criado como espaço de encontro e confraternização, promove reuniões mensais, fora as festividades em datas comemorativas. Nos finais de ano as famílias participam das festas, quando passam um fim de semana em hotéis da região. As atividades frequentes do Grêmio contribuíram para a formação da cultura de amizade entre os empregados. Quando cessam os tempos laborais, permanece o Grêmio, ponto de convergência de empregados, aposentados e até ex-Diretores, que voltam para celebrar a amizade construída em anos de Celos.

Murilo tem muito a ver com essa história. Foi um dos fundadores e principal animador do Grêmio. Sempre esteve nas Diretorias. Um voluntário de uma causa primordial na vida: o bem viver com as pessoas, os colegas de trabalho. Idealizou e administrou a construção da sede do Grêmio, no ático do edifício Alpha Centauri, onde se reúnem com frequência para saborear os pratos preparados por ele. Herdou do pai o dom da gastronomia, a capacidade de preparar pratos deliciosos, de cozinhar para os amigos. "*No Grêmio, sou o motorista do fogão*", diz sorrindo. Um motorista que leva os passageiros a momentos de prazer bíblico dos banquetes.

Nos fins de semana, a convivência alegre entre empregados e aposentados da Celos ganha dois campos avançados: o bar do Cazinho, no Estreito, e a própria casa de Murilo, que já foi construída reservando amplo espaço para a cozinha conjugada com uma área com capacidade para reunir dezenas de convivas.

Murilo é o empregado mais velho da Celos e o primeiro a chegar, de manhãzinha, ao serviço. Em breve sua rotina mudará. Enfrentará o duro teste do ritual de passagem da aposentadoria, após 35 anos de trabalho. Na sala de atendimento, os colegas de trabalho e todos os celesquianos sentirão a falta de sua presença. Mas, como a maioria dos empregados da Celos, a aposentadoria de Murilo será pela metade, pois um pé se manterá no Grêmio. O "motorista de fogão" continuará aglutinando os amigos de uma vida inteira.

## **A hora do tête à tête**

Lidar com os assuntos previdenciários não requer apenas conhecimentos técnicos. É preciso também saber ouvir os participantes. E, muitas vezes, é necessário ter sabedoria e paciência para acalmá-los. "*Muitas vezes eles chegam exaltados, reclamando, e saem tranquilos, compreendendo*", afirmou a responsável pela área previdenciária da Celos, Maria Emília Almeida Gungel, a Mila. Ela ingressou na Celos em 1984 e recorda o tempo em que a tecnologia estava muito distante: "*Era tudo feito manualmente, a folha de pagamento era datilografada, nome por nome dos aposentados*".

O avanço tecnológico foi acompanhado de uma evolução na disponibilidade da informação. "*Nosso trabalho nunca foi uma caixa preta*", declarou Kátia Regina dos Santos de Sousa, que também trabalha na área previdenciária da Celos. "*Mas os empregados tinham essa visão*", admitiu. Explicou que o problema reside no fato de o participante só se preocupar com assuntos previdenciários quando está perto da aposentadoria. "*Não há cultura previdenciária*", argumentaram, em uníssono, Kátia e Mila.

Ambas reconhecem, entretanto, que isso está mudando. "*Hoje há essa preocupação não só na Celos. A própria Celesc tem programas de preparação para a aposentadoria*", enfatizou



Maria Emília Almeida Gungel

Mila. E a situação da Celos não é em nada diferente dos demais fundos de pensão do país. *“Os problemas dos fundos são todos iguais”*, afirmou. Em seminário recente promovido pela Anapar, Mila pôde trocar experiências com outras fundações e constatar as semelhanças.

A gestão transparente da Celos, *“é um diferencial”*, elas reconhecem. *“Em muitas outras fundações não há contato direto com o participante”*, declarou Mila, assombrada com o fato de alguns fundos atenderem apenas por telefone ou *internet*. *“Especialmente os mais antigos, que querem falar pessoalmente”*, disse Kátia. *“Mesmo com as informações mais disponíveis, mesmo com o Portal”*, alguns só aceitam se o atendimento for pessoal. Isso elas constataam cada vez que viajam para as Agências e ouvem os participantes que desejam falar, tirar dúvidas, sem a intermediação de máquinas e aparelhos.

A cada ano, às vezes mais de uma vez por ano, quase sempre depois de a Diretoria da Celos ter percorrido as Agências Regionais prestando contas do mandato, Maria Emília Gungel, acompanhada por Ruth Dutra Seara, da área de saúde, e Patrícia Motta Fagundes, da área de atendimento, visitam as agências, tendo contato com participantes ativos e aposentados, buscando conhecer suas necessidades, procurando saber quais as críticas e sugestões, as dúvidas, o que eles desejam da Fundação.

## Clube do Batom

Os empregados atuais da Celos vêm herdando dos mais antigos uma cultura de amor ao emprego, ao trabalho na Fundação. *“Sempre digo ao meu pai que sou apaixonada pela Celos, que vamos sofrer quando sairmos. Ninguém me diga que não vai sentir, porque vamos deixar um pedaço muito grande de nossas vidas aqui dentro”*, disse Mila. E completou projetando um futuro em que ela não estará mais na Fundação: *“Vamos nos preocupar em saber quem e como vai conduzir isto aqui”*.



Mulheres Integrantes do Clube do Batom

Isabele Lima Pamplona Lisboa, que trabalha junto com Mila e Kátia na área previdenciária, acha que o motivo para esse amor *“é que na Celos a relação de trabalho não é selvagem, há muito companheirismo”*. Por isso, *“basta ligar para qualquer aposentado da Fundação que eles prestam as informações que a gente necessita ou mesmo vêm ajudar no trabalho”*, enfatizou Mila. Um exemplo foi Ivonete Crescêncio Carneiro, que trabalhou longo período depois de aposentada, sem qualquer ônus para a Celos, apenas para colaborar. *“Ela custou para se desligar”*, revela Kátia.

Kátia Sousa é a responsável pelo Clube do Batom. Esse é um “clube da Luluzinha” que reúne empregadas e ex-empregadas da Celos, onde os homens não só não podem se associar como não podem sequer aparecer nos dias em que elas se encontram. Não importa se ingressou na Celos há mais de 30 anos ou no último processo de seleção. O espírito associativo, a vontade de partilhar momentos de descontração junto com as amigas, o desejo de manter vínculos que extrapolem os limites do trabalho fazem com que as mulheres da Celos encontrem-se a cada dois meses apenas para partilhar alegrias.

Marta Quint, que pediu demissão da Celos para trabalhar com previdência na iniciativa privada, também enfatizou que *“a Fundação é uma família”*. Ela ainda mantém os vínculos de amizade e convívio: ainda participa do Clube do Batom.

O Clube do Batom surgiu em 1997, quando um grupo de empregadas se encontrou para festejar o aniversário de Eroni Bernadete Farias. De lá para cá foram dezenas de festas e reuniões. Hoje participam do Clube quase 30 mulheres: Agnes Ubaldó, Ângela Regina Scheidt, Arlete Malina, Clara Inês Girardi Bernardes, Denise Borges Koehntopp, Eroni Bernadete Farias, Elza Maria Vanderlinde, Ivonete Carneiro, Jandira Alvim dos Reis, Kátia Regina Santos Souza, Leia Schnaider, Margarete Vieira, Margareth Savedra da Silva, Maria Aparecida Duarte, Maria Aparecida Mello, Maria Delorme Machado, Maria Emilia Gungel, Marta Quint, Mary Ângela Sabota, Nilce Maria Cruz de Souza, Patrícia Motta Fagundes, Rita de Cássia Silveira, Rosângela Campos Maciel, Rozana Terezinha Santos e Telma Eluiza da Silva.



## Na saúde e na doença

*“A cada dia que saía exaurida do trabalho, eu pensava ‘a Celos tem sorte’ porque o pessoal tem amor ao que faz”. Foi com essa declaração que Ruth Dutra Seara definiu a dedicação dos empregados à Fundação. Ela ingressou na Celos em 1982 e trabalha desde 1988 na área de saúde, que hoje dirige. “As pessoas gostam do que fazem e gostam da Celos”, afirmou. “Mesmo antes, quando as condições tecnológicas eram precárias, todos sempre se esforçavam para melhorar a condição de trabalho. A Celos como uma família vem de muito tempo”, completou Ruth.*

Ela considera que *“o grande divisor de águas aconteceu em 2003, quando a Celos ficou mais próxima do participante”. As determinações da Agência Nacional de Saúde (ANS), a partir do ano 2000, cobraram novas posturas. “O Conselho passou a ser mais exigente, passou a ser também um patrão”, ponderou Ruth. Tudo contribuiu para uma evolução na Celos.*

*“Havia dois negócios independentes, que pouco interagiam na Celos: o assistencial e o previdenciário. Até os cadastros de participantes eram separados. E não coincidem”, explicou Edinei Silva, um dos mais antigos empregados da área de saúde. Desde 2006 existe um cadastro único de participantes, o atendimento tanto de assuntos previdenciários quanto assistenciais passou a ser realizado por um só setor, o que, segundo Edinei, “aperfeiçoou a comunicação interna, trazendo melhoras para os participantes, pois todos têm agora compromissos com os resultados”.*

A área de saúde, pela vivência muito próxima com problemas dos participantes, costuma quebrar preconceitos. *“Tanto empregados quanto aposentados têm o hábito de desabafar com o pessoal da Celos, mesmo quando se trata de assuntos de foro íntimo. O atendimento requer o uso de alguma psicologia, pois estamos lidando com o sofrimento humano”, declarou Ruth.*



Ruth Dutra Seara

O contato direto com os prepostos em todos os cantos do Estado facilita a atenção aos participantes. Apesar de o atendimento por telefone estar disponível, muito preferem o contato direto. *“Às vezes até forçam a situação, driblando o atendimento, para falar diretamente conosco”*, reconheceu Edinei. Ele ressaltou que os prepostos cumprem um papel especial na melhoria da qualidade dos serviços. E salientou que o devotamento dos empregados pela Celos é também o mesmo que se verifica nos prepostos.

## Em boas mãos

O empenho e o entusiasmo com a Celos vêm se perpetuando nesses 35 anos de existência. A dedicação transmitiu-se por contágio e ultrapassou a fronteira dos escritórios em Florianópolis, atingindo aqueles que, nas Agências Regionais, representam a Celos.

Os prepostos, espalhados pelo interior do Estado, manifestaram, através de diversas matérias publicadas no Jornal da Celos, o mesmo amor à Fundação. Eles nutrem pelo fundo de pensão uma consideração e um cuidado que fascina. *“Defendo a Celos com unhas e dentes”*, declarou João Célio Cherobin, preposto de Videira. E completou: *“Se falarem mal, estão falando mal de mim”*. Maria Aparecida Nunes, de Tubarão, disse que *“a Celos é um porto seguro para o futuro”* e que *“temos que fazer tudo para preservar nossa Fundação”*. Janete Caron Lehrer, preposta de Joaçaba, sabe que a Celos precisa ser preservada e trabalha para que isso aconteça, embora *“alguns empregados e aposentados só percebam a importância da Celos no momento da aposentadoria ou quando precisam da área de saúde”*, afirmou.

Exemplos de dedicação como prepostos também não faltam: José Lopes Brum e Maria de Lourdes Brum, em Chapecó; Dirceu João Valduga, em Joaçaba; Ildelfonso Panazzolo, em Videira; Lírio Dalmina, Elisabet Márcia Scherer, em São Miguel do Oeste; Taísa Inês Rorato, Walmor Michelin e Wilson Carlos Casagrande, em Concórdia; Solange Corrêa Wendhausen e Bregite Dagmar Weiss, em Rio do Sul; Carmen Aparecida Antunes, em Lages; Berenice Dugaich, Helenice Oliveira Zattar, Roseli Hoppe e Lenita Bruhmilher, em Joinville; Valmira Marlete Xavier de Sousa, em Florianópolis; Sueli Fendrich Rirzmann, em São Bento do Sul; e Célia Regina Martins, em Jaraguá do Sul.

E mais recentemente: Maristela Silva e Terezinha Godinho de Souza, em Rio do Sul; Evacir Bolan, em Criciúma; Vera Lídia Corrêa, em Jaraguá do Sul; Rosa Kauling Soudzler, em Lages; Suzana Valda Vidal, em Florianópolis; e Maria Simas Andriolli, em Blumenau.

## Salto alto no Salto

Eram 7 horas e 28 minutos de uma manhã de 1982 quando Margareth Bastos cruzou pela primeira vez os portões da Usina do Salto, em Blumenau, para trabalhar num mundo novo, nada parecido com a rotina da Administração Central, em Florianópolis. Pela frieza da recepção notou que sua presença não era desejada. *“Com exceção de Lindomar Reinert e de Djalma Jansen, um pai para mim”*, os demais ignoraram o “bom dia!” dela. Ela portava uma diferença incompatível com a comunidade fechada de homens alemães: era mulher e brasileira, uma estranha naquele ninho.



Margareth, aposentada em 2003, após 30 anos de Empresa divididos entre a vida de secretária na Administração Central e na Usina do Salto e a função de preposta da Celos em Blumenau, rememorou sua experiência na mesma sala em que atuou profissionalmente por 11 anos. Despachada e espontânea, trouxe sua história na cabeça e numa bolsa atopetada de documentos, datas, fatos e nomes. Enquanto contava

com detalhes vivências de mais de 20 anos, cumprimentava e brincava com os ex-colegas aposentados que por ali apareciam: *“Ô seu Mailer, como vai o senhor, estou aqui contando fofocas de vocês”*. E logo para outro que entrava na sala: *“Estás bem, querido, estás bonzinho?”*.

Não foram nada fáceis seus primeiros meses no Salto. Os alemães colocaram literalmente aranhas, cobras e lagartos em seu caminho. Mas os tempos de desconfiança e desprezo foram curtos e logo um clima de amizade e afeto tomou conta do lugar. *“Foi questão de dois ou três meses para ficarmos amigos, logo conquistei suas mulheres e cachorros, e todos disputavam minha presença nos almoços de família”*, contou. *“Quando saí de lá ganhei mais presentes que no meu casamento.”*

A capacidade de relacionamento e comunicação de Margareth despertou a atenção de dois colegas: Isaltino Pedron, que a convidou para compor a chapa de oposição sindical, e Pedro Bornhausen, que viu nela o perfil ideal para substituir Hamilton Luiz Mafra como preposta. A secretária do Salto abraçou as duas causas, mas foi na segunda que identificou a vocação.

Aceitou ser preposta sem conhecer quase nada da Celos, mas de sua primeira salinha iniciou uma *“era de conquistas”*. *“A Celos não era usada como deveria por falta de informação, vinha só o trivial”*, disse. Os relacionamentos em Florianópolis e a *“facilidade para pedir as coisas”* resultaram em equipamentos, verbas para festas de confraternização e uma ampla sala de atendimento no andar térreo do edifício. Seu envolvimento com os participantes extrapolava a sala e os trâmites de escritório. Só ou na companhia da assistente social Karin Bewiahn, visitava semanalmente os aposentados e os acolhia em seus dramas humanos, financeiros, de saúde, alcoolismo e até na morte. Margareth lembrou o dia em que entrou correndo, descalça nos corredores do hospital, exigindo atendimento para um aposentado que agonizava na ambulância, porque não havia convênio da Unimed com cardiologistas. Após o episódio, foi chamada ao hospital e, a partir daquele dia, foram realizados os convênios.

Não foram poucas as vezes em que, a pedido dos familiares, comprou caixões e acomodou defuntos. *“Morria um de madrugada e me chamavam. Eles achavam que a gente era para tudo isso. Hoje não é mais assim”*. O relacionamento que mantinha com as famílias inspirou Margareth a comentar que *“não existe entidade como a Celos em Santa Catarina. Sua assistência vai desde que tu entras até quando tu morres, e continua com a família”*.

As palavras continuavam vertendo com fluência da memória da preposta aposentada, mas o telefone a avisou de um compromisso. *“Tudo bom, seu Lipinsky, estás bem, querido?”*. E Margareth saiu pela porta que testemunhou a veracidade de sua filosofia de trabalho: *“Nunca deixei um velhinho esperando”*.

## A líder comunitária

Quem conhece Janice Meriz de Souza sabe tratar-se de mulher ativa, militante de causas sociais, ativista comunitária. Aposentou-se em 2004, mas mantém fortes vínculos com a Celesc: é Presidente da Federação das Associações de Empregados da Celesc (FAEC), do Grêmio dos Aposentados de Itajaí, além de colaboradora da Apelesc na região. No bairro onde mora, ainda dirige a Igreja. E, com tudo isso, ela ainda sente *“muita falta da convivência com o pessoal”* depois de ter se aposentado. Muitos empregados e aposentados da Agência Regional de Itajaí deixam instruídas suas famílias para que, em caso de acontecer algo, procurem a Janice.

*“Desde ajudar a ir para a maternidade até preparar o defunto para o velório eu fiz”*. Auxiliar os pais na alegria do nascimento de um filho ou amparar os familiares no momento difícil da morte foram tarefas que Janice cansou de fazer nas quase duas décadas em que trabalhou como preposta da Celos. Ela entrou na Celesc em 1975 e trabalhou durante 10 anos na área comercial. Em 1985 tornou-se preposta da Celos e ali ficou até se aposentar. Sua

convivência com os empregados tinha tal intimidade que, na época da busca de adesão ao Plano Amhor, Janice percorria a Agência brincando com um jogo de palavras: *“Quem quer fazer Amhor comigo?”*. Se os empregados tinham dúvidas em aderir, ela insistia: *“Vai lá na minha sala que eu explico como se faz Amhor”*.

Comentando sobre o fato de fazerem o papel de assistentes sociais junto aos empregados, dos quais ouviam inclusive confissões íntimas, Janice refletiu: *“Eu não sei dizer se era melhor ou não, mas embora o Portal da Celos na internet seja muito bom, nada como o atendimento pessoal”*. E acrescentou: *“Os mais antigos não sabem usar computador, dependem dos filhos, e nem sempre estes têm tempo e paciência”*.

Janice reconheceu que *“a Celos modernizou-se, evoluiu muito, está bem estruturada, é muito sólida e bem administrada”*. Mas ponderou que o atendimento através do Portal tornou-se impessoal. *“Antes, eu tinha até dificuldade de fazer o meu trabalho pela quantidade de aposentados que vinham conversar”*.

## Vontade de ajudar

*“Quando eu vim para a função, não sabia nada de Celos, porque a gente só se interessa pela Fundação quando está perto da aposentadoria”*, contou Maria Simas Andriolli, com a voz sempre suave. Meri, como é conhecida em Blumenau, descobriu que na função de preposta poderia cumprir um sonho de ajuda comunitária, que planejava fazer na igreja que frequenta. *“É muito bom trabalhar aqui. A gente tem chance de ajudar as pessoas.”*

A vontade de ajudar é um atributo que está presente em quase todos os prepostos, como declararam alguns no Jornal da Celos. Evacir Bolan, de Criciúma, afirmou gostar *“de atender a todos, principalmente aqueles que já se aposentaram”*. Rosa Kauling Soudzler, de Lages, viu a oportunidade de usar uma vocação no trabalho de preposta: *“Pedi para ser preposta, pois gosto de atender e ajudar as pessoas”*. João Célio Cherobin, preposto em Videira desde 1998, foi ainda mais longe: *“Essa função é uma benção porque a gente pode ajudar os outros. Em certos momentos requer paciência, mas a boa vontade é capaz de resolver situações aparentemente complexas”*.

Mesmo que as condições tenham mudado e a ação dos prepostos seja diferente, como declarou Meri - *“Não faço visitas nos hospitais, nas casas, como faziam antigamente”* -, o trabalho muitas vezes confunde-se com a assistência social. Solange Corrêa Wendhausen, assistente social em Rio do Sul, que exerceu durante um período a função de preposta, observou que *“o preposto tem orgulho de trabalhar para a Celos”*. Todavia, Solange destacou que o assistente social é quem tem a obrigação de *“atender a família, fazer algo a mais pelo empregado ou pelo aposentado”*.

Solange Wendhausen entende que o preposto deve *“alertar o assistente social quando percebe situações que podem se tornar um problema”*. Citou, como exemplo, a questão dos empréstimos ou do resgate da conta Conta Individual de Aposentadoria (CIAP). *“O preposto deve procurar o assistente social para que oriente o empregado”*, evitando que este tome uma atitude precipitada que poderá ser prejudicial no futuro. Especificamente sobre o resgate da CIAP, Solange foi incisiva: *“A autonomia física nós podemos perder por circunstâncias, mas a autonomia financeira não devemos perder”*.

## Histórias de vida

O trabalho de preposto, muitas vezes, confunde-se com o do psicólogo ou do religioso. Segundo João Célio Cherobin, *“A grande maioria dos aposentados tem o preposto como uma pessoa de confiança para todos os assuntos, mesmo os não relativos à Celos”*. Num riso



Reunião de assistentes sociais e prepostos da Celos

contido, Maria Simas Andriolli revelou: *"Isso é um confessionário, eles nos contam tudo, suas angústias, suas dificuldades, mesmo histórias familiares íntimas"*. E acrescentou: *"Muitas vezes a conversa entre nós se transforma numa verdadeira sessão de nostalgia, recordando os tempos idos na Celesc, contando façanhas e vantagens"*.

Mesmo sabendo que esse bate-papo atrapalha um pouco o trabalho, os prepostos gostam de ouvir. Terezinha Godinho de Souza, da Agência Regional de Rio do Sul, disse que adora ouvir histórias antigas sobre a Celesc. *"Fico imaginando como nós estaremos daqui a alguns anos"*, refletiu. Lenita Bruhmilher, de Joinville, e Sueli Fendrich Rirzmann, de São Bento do Sul, são prepostas desde 1998. *"É bom ouvir as histórias, aprendemos muito com elas"*, garantem.

Para Taísa Inês Rorato, da Agência Regional de Concórdia, a única referência do aposentado é a Celos e que, bem por isso, necessitam ser atendidos com carinho. Taísa revelou um fato interessante: *"Cada um dos aposentados tem uma história de vida e algumas, de tanto escutarmos, já sabemos de cor, mas eles fazem questão de contar novamente"*.

Os laços de Maria Berenice Maia de Oliveira Dugaich com a Celesc confundem-se com a vida delas. Afinal, aos 6 anos de idade passou a morar dentro dos escritórios da Empresa, em São Bento do Sul, no segundo piso do imóvel onde, no térreo, ficava a Agência Regional. O convívio com a Celesc era tão intenso que ela aprendeu bastante sobre eletricidade. Até a iluminação pública da cidade muitas vezes era ela que acendia, numa época em que São Bento tinha poucas ruas iluminadas, acionadas por uma chave instalada dentro da própria Agência. O pai, Alsiome Gomes de Oliveira, foi gerente em São Bento do Sul e, mais tarde, administrador regional da Agência de Joinville. Em 1974 Berenice foi a primeira preposta em Joinville, numa época em que tudo era feito manualmente. O escritório da Fundação era bem movimentado, *"chegava a formar fila, porque tudo tinha que ser preparado pelo preposto"*, recordou Berenice.

## Uma tarefa para prepostos

Os recursos de informática, cada vez mais disponíveis, facilitaram a vida da maioria das pessoas. O acesso às informações tornou-se mais rápido. O computador, em menos de três décadas, deixou de ser equipamento usado apenas por profissionais especializados para se popularizar e invadir os lares. Entretanto, os mais idosos, os que deixaram de trabalhar antes que a era da informática chegasse aos escritórios, têm dificuldades para lidar com essas máquinas. Embora o Portal da Celos tenha ajudado muito no atendimento, alguns não conseguem acessá-lo por falta de conhecimento.

Essa é uma realidade cotidiana para os prepostos. *“Os aposentados mais idosos têm mais dificuldade para vir até aqui e, ainda por cima, são os que mais necessitam de informações, porque não sabem acessar o Portal”*, contou Meri, de Blumenau. Embora reconheça que *“o Portal ajudou muito, melhorando o atendimento”*, disse que o uso do computador ainda é uma dificuldade. *“Eles não conseguem manusear o caixa automático do banco e precisam de meu auxílio até para digitar a senha”*.

Solange Corrêa Wendhausen defende que os prepostos poderiam servir como “professores” dos aposentados, ensinando-os a utilizar a internet e o Portal da Celos. *“Os prepostos poderiam ajudar a tirar o medo da internet que ainda está presente em muitos aposentados e alguns participantes ativos”*. Ela destacou, entretanto, que a importância dada ao atendimento significou uma grande evolução na Celos. *“O trabalho realizado pela consultoria, que identificou perfis e colocou as pessoas no lugar certo, serviu para melhorar o atendimento telefônico.”*

Embora o incentivo ao atendimento telefônico tenha facilitado o trabalho dos prepostos, alguns ainda preferem o contato pessoal. Também nesse caso o uso da tecnologia não é de fácil compreensão para todos. Em Blumenau, como em outras cidades de colonização alemã, há ainda situações mais inusitadas. *“Há pensionista que só fala alemão e vem acompanhada da filha para poder explicar o que está necessitando da Celos”*, contou Meri.

## Mundo sem cáries

Nancy Pellizzetti é entusiasta da odontologia. Trabalhou na Fundação por quase 30 anos e, mesmo depois de aposentada, retornou. Continua prestando serviços na área de perícia. Uma das maiores alegrias é *“quando vejo um jovem com quase 30 anos sem cárie alguma”*. E completa: *“Isso só é possível porque o plano odontológico da Celos ajudou essa geração que nasceu depois dos anos 80”*.

Nancy só abandona seu jeito calmo quando fala dos que tentam burlar as regras dos planos de saúde e odontológico. *“Os planos dependem de um tripé: Empresa, credenciados e usuários”*. Ou seja: se todos não fizerem corretamente sua parte, os planos não funcionam.

Ela mantém contato frequente com os prepostos. Administra o Estado inteiro graças a uma boa rede de parcerias que montou ao longo do tempo. Conhece profissionais da odontologia em todas as regiões e conta com eles para ajudá-la a controlar o plano. *“É um retorno dos anos de trabalho”*, reflete. Embora reconheça que os planos são muito bons, Nancy gostaria que fossem ainda melhores. *“Eu queria que os planos de saúde da Celos fossem bons como um Giorgio Armani na costura”*, compara.

## Sonho realizado

*“Quem olhar pelo retrovisor vai notar o quanto a Celos evoluiu e se desenvolveu”,* concluiu Patrícia Motta Fagundes quando avaliou os serviços da Fundação. Patrícia ingressou na Celos em 1989, mas já estava em contato com os empregados da Celesc antes disso. Fora contratada para assessorar o Grupo de Trabalho que organizou a mudança da Celesc para o prédio do Itacorubi e ajudou no convencimento dos empregados, que resistiam ao novo endereço. Patrícia levava numa Kombi grupos de empregados para visitar o edifício e os ciceroneava pelas instalações ainda inacabadas. Mas as dificuldades com a mudança mostraram-se pequenas para ela em comparação ao processo de mudança gerencial da Celos, que veio mais tarde.

Ela credita à *“gestão compartilhada e ao exercício da governança corporativa”* as transformações ocorridas na Fundação. *“A Celos, hoje, não tem ilhas fechadas, trabalhamos em grupo”,* acrescentou Patrícia, para quem os laços internos de amizade e companheirismo entre os empregados se fortaleceram em 1999, com a migração para o Plano Misto. *“É que fizemos um mutirão para buscar a adesão dos participantes. Boa parte do pessoal da Celos viajou por duas semanas, esquadrinhando o Estado, falando com cada empregado da Celesc. Foram contatados quase cinco mil participantes. E grande parcela do sucesso da migração se deveu a esse esforço.”*

A boa relação entre os empregados e prepostos aprofundou-se naquele momento da migração. E mantém-se graças aos encontros anuais dos prepostos, do qual participam todos os diretores e gerentes, além de alguns empregados da Celos e assistentes sociais das agências regionais. *“Os prepostos, especialmente quando estão lotados dentro das áreas de recursos humanos das agências, são fundamentais para o bom desempenho da Celos”,* destacou Patrícia.

Mas o maior fascínio de Patrícia Motta Fagundes é com a nova área de atendimento. *“A Celos era muito preocupada com os assuntos internos e não com os clientes”,* reconheceu. *“Em 1997 foi tentada uma estrutura de atendimento, mas sem sucesso”.* Patrícia atribuiu o malogro à *“mudança de gestores, sem continuidade nas políticas e planos”.* Entusiasmada, garantiu: *“Estou vivendo o que sempre sonhei, vendo a área de atendimento muito bem estruturada”.*



Patrícia Motta Fagundes





# *Leis para uma nova era*

## **À procura de uma legislação**

No dia 29 de maio de 2001 o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Previdência Roberto Brant sancionaram as Leis Complementares nº 108 e 109, revogando a Lei nº 6.435, que desde 1977 estabelecia o regime jurídico da previdência complementar. A sanção das leis, no entanto, não representou um ponto de chegada, mas o encontro de duas fases de uma mesma história. Uma que iniciou em 1995 e terminou em 29 de maio de 2001 com a publicação das leis, outra que, partindo da mesma data, seguiu adentro pelo período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no longo caminho da regulamentação.

Como toda construção social, uma lei, principalmente de grande alcance na vida do país, envolve muitos atores interagindo na esfera pública. Não existe caminho fácil na democracia. Obstáculos, conflitos, debates, avanços e recuos, paixão, emoção e razão, ação e mobilização, interesses próprios ou coletivos, todos esses ingredientes estão presentes em maior ou menor grau na esfera política, e os atores envolvidos devem participar articulados, sob pena de serem preteridos.

Por envolver 17% do Produto Interno Bruto nacional e, portanto, se constituir em instrumento fundamental para qualquer projeto estratégico para o país, e por influenciar diretamente a vida de milhões de pessoas, a previdência complementar, em plena expansão, virou foco de atenção para parlamentares no Congresso Nacional, partidos políticos, Ministério da Previdência, SPC, centrais sindicais, sindicatos, Sindapp, Abrapp, dirigentes dos fundos, participantes e seus representantes eleitos nos conselhos e, a partir de maio de 2001, a Anapar.

Desde 1995 partidos políticos vêm promovendo debates sobre a questão previdenciária. Naquele ano foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir os fundos de pensão e a previdência complementar. Desse processo, sempre rico em trânsito de ideias, surgiram muitas sugestões que foram incorporadas nas Leis Complementares nº 108 e 109.

Além dos debates acirrados no plenário e nas comissões do Congresso Nacional, os integrantes do sistema da previdência complementar foram para Brasília interagir com os deputados. A SPC convidou representantes da Abrapp e da Anapar para integrar o Conselho de Gestão da Previdência Complementar, criando condições para a discussão. Após três anos de tramitação, 28 dos 30 deputados que integravam a comissão da Lei nº 109 votaram favoráveis à matéria. Na comissão da Lei nº 108, houve consenso.

Cumprida a primeira etapa no dia 29 de maio de 2001, iniciou-se a fase da regulamentação, quando os princípios gerais da Lei seriam traduzidos em regras práticas e objetivas que determinariam um rumo, entre os vários possíveis, para a previdência complementar no Brasil.

Após a sanção, a Lei Complementar nº 109 foi submetida a audiência pública até o dia 31 de julho de 2001, no *site* da SPC, permitindo a alteração do texto, dependendo da intervenção das entidades de classe. Dirigentes da Anapar em audiência com o Ministro Roberto Brant, no

## Viajar é preciso

*Quando recebeu de Oswaldo Moreira Douat a tarefa de ajudar na criação da Fundação, Remi Goulart sabia que enfrentaria, todas as semanas, trajetos longos, estradas inconclusas, quilômetros entre Lages e Florianópolis, para onde iria a cada segunda-feira e de onde retornaria toda sexta-feira para passar o fim de semana com a família. Mas isso não o preocupava. Afinal, o maior prazer na vida dele sempre foi viajar. Esse lageano que, pelas dificuldades da época, foi registrado como nascido em Ituporanga adora pegar o carro e seguir por estradas do interior do Brasil, parando vez ou outra “para bater papo com a turma da terra”.*

*Remi nasceu numa enorme fazenda, onde o pai era capataz. Tão grande era a fazenda que se estendia por dois municípios: Bom Retiro e Lages. Fez o curso primário em Ituporanga e começou o ginásio em Lages, mas foi concluí-lo no Rio de Janeiro, para onde se mudou ainda muito jovem: “Fui tentar a vida, trabalhar e estudar”.*

*Morou quatro anos no Rio antes de retornar às origens. De volta a Lages, estudou contabilidade. Trabalhou como fiscal da fazenda e como contador da prefeitura de Lages. Depois foi para a Companhia Catarinense de Força e Luz, mais conhecida como Força e Luz de Lages. Ali ele teve oportunidade de continuar os estudos: graduou-se em Direito, estudando em Passo Fundo. Na Força e Luz de Lages Remi Goulart iniciou a longa e brilhante carreira como eletricitário. Foi contador da Companhia Serrana de Eletricidade, de Joaçaba; da Companhia Peri de Eletricidade, de Curitiba; da Companhia Oeste de Eletricidade, de Concórdia. Foi o primeiro procurador da Celesc, para representá-la na instituição de empresas de energia elétrica que pretendiam construir pequenas usinas no Estado: Usina Peri, >*

dia 11 de julho, entregaram documento com críticas e sugestões para ambas as leis. As principais: a exclusão da idade mínima, o respeito ao ato jurídico e às regras pactuadas e a democratização dos fundos. No dia 19 de julho, em Brasília, representantes eleitos de 40 entidades, entre elas a Celos, discutiram em seminário sugestões para a regulamentação das leis.

No início do ano de 2002 cerca de 300 dirigentes eleitos de fundos de pensão de todo o país estavam reunidos na cidade goiana de Luziânia, para o III Congresso Nacional dos Fundos de Pensão. Na pauta, mais que um consenso, uma bandeira: democracia nos fundos de pensão.

## Opção estratégica

Em novembro de 2002 a Anapar promoveu uma Conferência Nacional em São Paulo para elaborar e aprovar um documento a ser entregue à equipe de transição do Presidente eleito, reivindicando alterações na legislação, continuidade no processo incompleto da regulamentação das Leis nº 108 e 109 e mudança de postura dos órgãos responsáveis pela regulação e fiscalização da previdência complementar.

A ênfase maior foi para a democratização do modelo de gestão, com paridade entre participantes e patrocinadoras nos conselhos deliberativo e fiscal e nas diretorias executivas, através de eleições diretas em todos os órgãos. Defendiam também a revisão da regulamentação das leis complementares, revisão de diretrizes de investimento e ampliação do caráter de seguridade dos fundos para incluir a administração de planos de saúde, pecúlios e outras atividades de assistência social, resguardando a independência patrimonial, contábil e financeira em relação aos planos de previdência. Assinaram o documento 150 dirigentes eleitos de 40 entidades que compareceram ao evento.

O governo Lula incorporou os fundos de pensão em sua agenda, como ferramenta estratégica de inclusão social, capaz de alavancar o desenvolvimento sustentável, o investimento produtivo e em infraestrutura, gerando emprego e renda.

O editorial da revista da Abrapp nº 284, de maio de 2003, reconheceu a novidade histórica de um governo que deu relevo aos fundos de pensão: *"Pela primeira vez, desde Geisel, que instituiu a Lei 6.435/77, um Presidente da República reconhece publicamente, e com grande ênfase, a transcendência desse sistema e assume o compromisso de fazê-lo avançar. Mais que isso, convoca lideranças sindicais para engajar-se no processo da disseminação dos Fundos de Pensão, por serem eles o caminho, o único que os países avançados encontraram até aqui, para tornar a aposentadoria do trabalhador um benefício real"*.

Os sindicatos, que já haviam incorporado em sua agenda a luta pela democratização e participação nos órgãos de gestão das fundações, apoiaram as propostas do governo e se prepararam para assumir novas responsabilidades. Na tese de doutorado de Maria Chaves Jardim, esses sindicatos, fundamentados no discurso de ética e responsabilidade social, *"defendem que os fundos de pensão constituem instrumento na luta contra a financeirização da economia; que são legítimos representantes da poupança dos trabalhadores; que esta poupança deve ser usada em prol deste grupo, em atividades produtivas e éticas; que investindo os recursos dos trabalhadores em atividades produtivas, os fundos de pensão colaboram para frear a política especulativa e a financeirização; que a meta dos fundos deve ser a rentabilidade, porém, como resultado de atividade produtiva e socialmente responsável"*.

## Dançando conforme a música

As Leis Complementares nº 108 e 109 exigiam uma série de adequações no Estatuto Social da Celos. O Conselho de Curadores, além de passar a se chamar Conselho Deliberativo, teria uma composição de 6 membros, e a Diretoria Executiva deixaria de integrar o Conselho. Em dezembro de 2001, Gerson Leal solicitou uma posição dos Conselheiros diante de três alternativas que vislumbrava para adaptar a composição do Conselho às leis. A primeira, prorrogar o mandato de três membros, de dezembro de 2001 até maio de 2002.

*Usina Ivo Silveira e Usina Esperinha, mais tarde denominada Usina Governador Celso Ramos.*

*Mais que eletricitário, Remi foi um visionário. Um dos principais motivadores da criação da Fundação, nela colocou todo seu empenho e talento. A ligação com a Celos é tão grande que já ocupou todos os cargos de direção: Conselheiro, Diretor Financeiro, Diretor de Segurança e Presidente. Também na Celesc assinalou carreira destacada: foi Diretor, além de ter ocupado, em diversas oportunidades, cargos de chefia de departamentos e de assessoria de diretores.*

*Os títulos, todavia, não o embevecem. Tem a sabedoria, a espontaneidade e a franqueza do homem simples, modesto, que veio do campo. É lá que acalenta seu prazer. Não é dono de terras, mas com frequência volta às origens, em São José do Cerrito, na fazenda de um dos irmãos. Mesmo que Remi não quisesse, a esposa não o deixaria longe do campo. Ela, que também é nascida em Lages, não fica duas semanas sem subir à serra. Nem que seja apenas para almoçar num domingo em Rancho Queimado. Então lá está Remi, de novo, fazendo o que mais gosta: viajar pelo interior.*

*Com seu jeito calmo, jovial e o inconfundível sotaque serrano que* ☞



A segunda, cumprir o Estatuto, baseado no princípio da inviolabilidade dos mandatos, mantendo o Conselho com 9 membros até dezembro de 2002. A terceira, um período de transição, de janeiro a maio de 2002, com 9 membros, mas em maio 3 membros com mandato até dezembro de 2002 teriam de renunciar para se adequar à lei.

O Conselho decidiu pela inviolabilidade dos mandatos, adequando-se às leis apenas em janeiro de 2003, composto de 6 membros, 3 eleitos pelos participantes e 3 indicados pela patrocinadora. Consultada a SPC, esta concordou com a decisão. Também o Conselho Fiscal alterou sua composição, ficando 2 indicados pela patrocinadora e 2 eleitos pelos participantes.

Em maio de 2002, no prazo-limite para adaptação às leis, o Conselho Deliberativo aprovou as mudanças estatutárias. As alterações já haviam sido amplamente discutidas com a comissão da Celos responsável por apresentar uma proposta e com os diversos segmentos representativos: Intercel, Apcelesc e patrocinadora, além do parecer do consultor jurídico Paulo Brincas.

## De contador de lajotas a Conselheiro

A primeira experiência de Clênio José Branganholo no Conselho de Curadores foi meteórica. Nas eleições de 1995 foi suplente de Helenice e Sindal. Um suplente de peso, com 745 votos, que não perdia reunião numa época em que era permitida aos suplentes a livre manifestação. *"Como todas as outras fundações, a Celos era uma caixa preta e para isto havia necessidade de conhecer seu funcionamento"*, declarou. Diretor do sindicato de Florianópolis, Clênio sentiu que *"os representantes do sindicato eram vistos como inimigos"*, principalmente ele que chegou criticando a gestão, o número excessivo de funcionários, a pequena frequência de reuniões e problemas com informações.

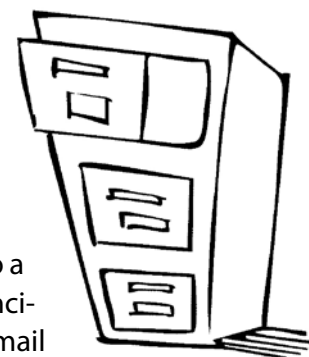
Entrou nas lides sindicais como representante de base em 1984, e em 1987 compunha a Diretoria do Sinergia. Ficou 6 anos liberado a serviço do sindicato e quando retornou à Celesc deram-lhe de presente *"o serviço mais importante da Empresa: o arquivo morto. Fiquei 3 anos arquivando papel e contando lajota"*, contou com seu jeito brincalhão, dando risadas.

Clênio lembrou uma *"reunião fatídica"*, que marcou sua trajetória na Fundação. Discutia-se no Conselho a venda de imóveis e a compra de Letras do Governo do Estado. Na reunião decisiva, seus argumentos contrários ajudaram a cancelar a transação, mas as represálias não tardaram. Na reunião seguinte o Conselho aprovou proposta da Diretoria proibindo

*não perdeu mesmo residindo há anos em Florianópolis, Remi contou dois casos de viagens. Um foi quando acompanhou o irmão, o Juca, José Acúrcio Goulart, que também trabalhou muitos anos na Celesc. Foram ao Mato Grosso, onde Juca comprara uma fazenda leiloada pelo Banco do Brasil. No retorno passaram em Campo Verde, município próximo a Cuiabá, onde estavam instaladas as indústrias Sadia e Ceval e onde os impressionou a quantidade de pequenos aviões, teco-tecos, estacionados nos quintais das casas. Voltaram do Mato Grosso até Lages num tiro só, numa viagem que durou 27 horas, revezando-se os dois ao volante, devorando pacotes de bolacha, sem parar para refeições. Paravam apenas para comprar sorvete e água gelada, a fim de suportar o calor que fazia ferver a cabine do veículo.*

*O outro caso foi numa viagem a Passo Fundo, no auge do inverno, quando ia à faculdade. O ônibus partia de Lages às 5 da manhã e chegava a Vacaria às 7. Depois tomava outro ônibus, que saía de Vacaria às 9 e chegaria a Passo Fundo às 5 da tarde. Naquela manhã o frio era tanto que, durante*

a manifestação dos suplentes. Seu nome não constou na ata e deixaram de lhe informar as datas das reuniões. Como consolo restou ao suplente o solitário ofício de contar lajotas. Não por muito tempo. Eleito como titular em 1999, deparou-se com um novo Conselho: *"diálogo maior com a Diretoria, discussões mais abertas, aprofundamento dos temas e Conselheiros bem informados"*.



Quando foi reduzido o número de Conselheiros, Clênio viu-se tangido a participar de todos os comitês: de investimentos, assistencial e previdenciário. A cada reunião elaborava um boletim informativo e passava por e-mail a todos os empregados. Iniciou uma *"discussão no sistema, não mais restrito à Celos"*. Como entendiam que a Abrapp defendia as patrocinadoras, os Conselheiros eleitos das empresas estatais articularam-se para defender as fundações dos ataques do governo e criaram a Anapar. Clênio participou ativamente desse processo. A "caixa preta" tornava-se transparente à medida que os conselheiros mergulhavam no complexo mundo atuarial. Clênio, Diretor da Anapar nacional, participou dos debates das Leis nº 108 e 109 e mais tarde, junto com Gerson Wanderley Leal e João Otomar Petry, contribuiu para a difícil tarefa de adequar o estatuto da Celos à nova legislação.

Com as mudanças, o Conselho assumiu de fato a condição de órgão máximo, *"tornando-se independente da Diretoria, que participa das reuniões apenas quando é convidada. Estamos um passo à frente das demais fundações, pois, além de dois Diretores, a Celos é a única que possui mais cargos eleitos que indicados"*. Para o Conselheiro, reeleito em 2006, o objetivo dos gestores é preservar a Celos, cumprindo as regras contratadas: *"Não temos domínio nas questões conjunturais, mas as questões estruturais são de responsabilidade da administração"*.

## Gosto de estrada

A vida de José Klafke deu uma guinada no início da década de 80. Após dez anos interno num seminário católico no Rio Grande do Sul, voltou à terra natal, São Miguel D'Oeste, e prestou concurso para a Celesc. Trabalhou como fiscal de obras até 1997, quando entrou para a Diretoria do sindicato de Lages. O envolvimento com a Celos começou com os debates sindicais no período da migração para o Plano Misto: *"A Fundação, para a gente, sempre foi um mistério. Faziam algumas palestras, mas sempre com termos muito técnicos e ninguém entendia nada. A situação em São Miguel D'Oeste mudou quando a Elisabet Márcia Scherer se tornou preposta e, com uma nova visão, promoveu discussões sobre a Celos"*.

*o trajeto até Vacaria, o para-brisas teimava em congelar e o motorista necessitava parar o ônibus e, na ausência de álcool, derramar cachaça para quebrar o gelo. Quando Remi desceu em Vacaria e dirigiu-se para comprar a passagem a Passo Fundo, deparou-se com um rapaz trajando apenas gabardine sobre camisa social, tremendo de frio, batendo os dentes como se fossem castanholas. Remi puxou conversa. O moço vinha de Blumenau e seguiria para Cruz Alta, estava com pouco dinheiro. Remi seguiu com ele até a praça central de Vacaria, entrou num bar e pediu que preparassem para o rapaz um copo de leite fervendo com conhaque e mel. Depois caminhou com ele, dando voltas na praça, até abrir a primeira loja, onde Remi comprou para o moço umas roupas adequadas para aquela friagem desmedida: ceroulão, camiseta de manga longa e blusa de lã. O rapaz, agradecido, só soube repetir incontáveis vezes até chegarem a Passo Fundo que Remi salvara sua vida, porque ele morreria congelado antes de chegar a Cruz Alta. ©*

Na dúvida entre migrar ou não, Klafke assumiu posição favorável desde o princípio, tendo em vista a *“realidade do nosso povo. Nas Agências Regionais, a maioria caía no piso mínimo de benefício e era difícil ser contra a migração. Fizemos seis caravanas para ensinar o bê-á-bá da Celos para todos os empregados”*.

Em 1999 foi eleito para o Conselho de Curadores, com reeleição em 2003 e 2005. Não guarda boas recordações da primeira reunião, pois, além de conhecer pouco, ficou impressionado com o calor das discussões numa mesa com 15 curadores. No início, lembrou, *“o debate pouco avançava, o domínio era da Diretoria, que formava maioria com os representantes indicados, mas, mesmo assim, a gente construiu bastante”*. Em reuniões prévias com os curadores Aramis Luiz de Novaes, Clênio Braganholo, José Alexandre Gomes, Osmar Soares e Paulo Sá Brito, aprofundavam os assuntos polêmicos.

Para ele uma das tarefas mais importantes do Conselho foi a adequação das Leis nº 108 e 109 aos planos de benefícios e ao Estatuto da Celos, com o cuidado de manter as conquistas obtidas na migração. *“Foram 18 meses de muito trabalho. Fiquei três meses vindo toda semana a Florianópolis”*. Com a redução de membros no Conselho e o voto de minerva sendo da patrocinadora, entende que *“a democracia ficou inacabada”*. Segundo Klafke, que também é dirigente da Anapar, a *“luta pela democracia nos fundos de pensão ainda não terminou”*. Na maioria dos conselhos das fundações brasileiras, grande parte das decisões passa pelo voto de minerva. Não é o caso da Celos, em que o critério de desempate foi *“utilizado apenas duas vezes”*. As leis não previram a eleição dos Diretores, *“que, segundo o que queriam os legisladores, deveriam vir do mercado”*.

*“Tivemos um grande avanço com os diretores eleitos, a porta da Celos se abriu. As dificuldades de acesso às informações caíram por terra. Hoje, reúne-se todo mundo, fazemos reuniões ampliadas do Conselho, com participação dos sindicatos e associação dos aposentados. A governança corporativa que se instalou aqui trouxe essas vantagens, os Conselheiros ficam mais esclarecidos para tomar as decisões. A diferença, neste momento, é que a interferência da patrocinadora é praticamente zero e aí também aumenta a responsabilidade do Conselho”*, enfatizou José Klafke. Outro mérito da gestão compartilhada, segundo ele, são as viagens sistemáticas de prestação de contas com a presença dos Diretores, Conselheiros e sindicatos.

Com indisfarçado orgulho, o ex-seminarista destaca o fato de, em 9 anos e 2 meses como Conselheiro, ter comparecido religiosamente a todas as reuniões, apesar das 9 horas que separam São Miguel D'Oeste do Edifício Alpha Centauri. *“Gosto de estrada”*.

## No Dia da Bandeira

Os nomes apoiados pela Intercel para as eleições na Celos no dia 19 de novembro de 2002 foram anunciados na assembleia estadual dos sindicatos. Paulo Carlesso e Elton Piniheiro formariam a chapa para o Conselho Fiscal e Sary Reny Köche Alves e Aramis Luiz de Novaes disputariam as Diretorias Administrativo-Financeira e de Seguridade respectivamente. Pela primeira vez os participantes elegeriam um Diretor, no mesmo dia em que os assistidos escolheriam pela terceira vez o Diretor de Seguridade. Um fato a comemorar. A gestão compartilhada, uma bandeira sindical de muitos anos, concretizava-se nas urnas exatamente no Dia da Bandeira. O candidato Sary, Presidente do Sindicato dos Administradores de Santa Catarina e integrante da Intercel, agradeceu a confiança dos eletricitários presentes na assembleia e chamou a si a responsabilidade, *“Afinal, trata-se de escolher o guardião de um cofre de 800 milhões de reais, dinheiro que irá garantir a complementação de nossas aposentadorias”*.

Sary estava cômico do tamanho do desafio. Ao elaborar em seu panfleto de campanha uma síntese das conquistas democráticas na Celos, o candidato apontou para o futuro: *“Caberá a nós continuarmos a escrever esta história”*.

Para o Conselho Fiscal, representando os participantes ativos, venceu a chapa apoiada pela Intercel, com 1.693 votos. José Braulino Stahelin e Jorge Abouhatem obtiveram 787 votos. Para representar os participantes assistidos no Conselho Fiscal, a chapa única, formada por Nazareno Batista da Silva Santos e Cláudio Romanzini, recebeu 1.297 votos, com apoio da Apcelesc.

As maiores disputas foram reservadas aos cargos de Direção. Para Diretor de Seguridade venceu Remi Goulart, apoiado pela Apcelesc, com 1.175 votos. Aramis Luiz de Novaes obteve 572 votos.

Para Diretor Administrativo-Financeiro a lista inicial de inscritos ao cargo era grande, mas muitos desistiram antes do registro. Mesmo assim, houve cinco candidatos. O resultado apontou a vitória de Sary Reny Köche Alves, com 1.729 votos. Os demais candidatos foram José Luiz Baltazar, 520 votos; Max Bayer Gomes, 359; Ricardo Moritz, 58; e Paulo Finger, 31.

No dia 7 de janeiro de 2003 os dois Diretores eleitos tomaram posse com o Presidente Ricardo Moritz, indicado pela patrocinadora. O antigo sonho, mediado pela ação coletiva ao longo dos anos, tornou-se real a partir daquele dia. Para os sindicatos, a gestão compartilhada entre participantes, aposentados e patrocinadora representava o início de um imenso desafio.

## Dois dias para um novo modelo

O jornal da Celos nº 86, de março de 2003, estampou uma foto simbólica da nova Diretoria junto aos empregados da Fundação, com a manchete *“Modelo de Gestão da Celos”* e a legenda *“Diretoria reuniu empregados para apresentar resolução que norteará os rumos da entidade”*. Começavam ali as ações para a implantação de um novo modelo de gestão. *“Muito mais que uma revisão na sua estratégia”*, diz a matéria do jornal, traduzindo o pensamento da nova Diretoria, o momento *“requer um repensar do seu negócio”*. Diretores, gerentes e funcionários elaborariam uma proposta de novo modelo para ser discutida entre as partes interessadas. Programaram um evento em que *“a Celos irá parar durante dois dias para que, em conjunto com o Conselho Deliberativo, seja possível apresentar uma proposta definitiva do modelo”*.

O mesmo jornal traz matéria de página inteira da Apcelesc destacando a posse da nova Diretoria no dia 11 de março, com Isidro Domiêncio Pinheiro na Presidência e Jairo Costa como Vice. Dias antes, em 1º de março, a Associação comemorara 15 anos de existência, com grandes conquistas e 3.240 associados. No meio do jornal as demonstrações contábeis de 2001 e 2002 revelavam com a força determinista dos números o grande desafio, o calo no pé coletivo da Celos. O parecer dos auditores independentes não deixava margem para dúvidas: *“Deve ser implantado ajuste no plano de custeio vigente para reverter o déficit técnico, para que haja condições de manter a viabilidade atuarial dos planos previdenciários mantidos pela Fundação”*.

## A conquista da independência

Luiz Inácio Lula da Silva, concorrendo pela quarta vez consecutiva, finalmente venceu a eleição para Presidente da República. Em Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira derrotava Esperidião Amin, que tentava a reeleição para o Governo do Estado. As mudanças no governo estadual implicavam mudanças na Celos: Ricardo Moritz foi indicado para a Presidência da Fundação.

Na Celesc vivia-se o auge de uma proposta de implantação de um novo modelo de gestão. Ideia que vinha sendo burilada pelas lideranças dos empregados desde 1996. O plano era construir na Celesc um modelo de governança corporativa que contemplasse os interesses de acionistas, empregados, consumidores e governo. Todos engajados no propósito de se ter em Santa Catarina uma excelente empresa distribuidora de energia elétrica, que proporcionasse boas condições de trabalho aos empregados, bons resultados financeiros aos acionistas, serviço público de qualidade para a sociedade, dentro de princípios de profissionalismo, transparência e ética nos negócios. Enfim, uma empresa pública, na mais ampla acepção do termo.

Esse projeto de empresa pública foi fundamental para a Celesc conseguir apoio do governo federal para a federalização da dívida do Estado, recebendo cerca de 600 milhões de reais, saneando as finanças da Empresa em 2002. Uma das consequências desse projeto foi a assinatura de um acordo de acionistas que garantia regras de gestão pactuadas. A Celos foi signatária desse acordo e, como tal, tinha direito a um assento no Conselho de Administração da Celesc. Ricardo Moritz, o Presidente recém-empossado da Celos, foi o indicado para representar a Fundação no Conselho da Celesc e nas Assembleias de Acionistas da Empresa.

Atendendo às novas disposições estatutárias da Celos, modificadas em função das Leis Complementares nº 108 e 109, foi eleito, por unanimidade, para ser o primeiro Presidente do Conselho Deliberativo João Otomar Petry. Foi a primeira vez que o Presidente do Conselho não era o próprio Presidente da Celos. Todos precisavam aprender a conviver com essa nova realidade, em que o Conselho adquirira total autonomia da Diretoria Executiva.

Petry já trazia experiência em assuntos da Celos. Havia sido Gerente de Relações Celos-Celesc e também havia sido suplente do Conselho de Curadores entre 1991 e 1992. No final da gestão anterior, João Petry, junto com Gerson Leal e Clênio Braganholo, trabalhara exaustivamente na redação do novo Estatuto da Celos, moldando-o às Leis nº 108 e 109. Mais que redigir artigos, o trabalho consistiu em negociar as adaptações de forma a atender



Reunião do Conselho: José Klafke, João Medeiros de Santiago, João Otomar Petry, Clênio José Braganholo, Milton de Queiroz Garcia e Adriano Lima Medeiros



não só à legislação, mas também aos interesses da patrocinadora, das entidades sindicais e da associação de aposentados. Focado em estabelecer boas regras de governança para a Celos, Petry esforçou-se para que todos os envolvidos tivessem suas demandas atendidas.

Na primeira reunião como Presidente do Conselho, Petry solicitou à Diretoria Executiva a atenção para alguns assuntos pendentes: proposta para saldamento do Plano Transitório de Benefícios; contratação de advogado de renome nacional para atuar junto aos Tribunais Superiores em defesa de ações que os participantes movem contra a Celos; política de Recursos Humanos; definição de critério para a cobrança do custo administrativo dos participantes assistidos; formalização de nomeações para os cargos em que a Celos possui representação legal; cumprimento de prazos para a apresentação de balanços financeiros; e demonstração de resultados atuariais.

Um trabalho de planejamento estratégico, que os novos Diretores levaram a efeito logo no início da gestão, havia definido as prioridades. Pela ordem, estes seriam os principais pontos sobre os quais deveriam agir: equacionar o déficit financeiro e estrutural; revisar o regulamento do Plano Misto; melhorar a tecnologia de informação; reestruturar a central de atendimento; melhorar a comunicação com os clientes; definir uma política de Recursos Humanos; e definir uma política em relação aos prepostos.

Um dos problemas que atormentava as Diretorias da Celos desde 1997 eram as ações judiciais. No início de 2003 a Celos respondia a 85 processos cíveis e 110 processos trabalhistas. Paulo Brincas alertava sobre o volume significativo de ações judiciais contra a Celos, principalmente pelos participantes assistidos, em especial questionando as alterações regulamentares relativas à forma de cálculo dos benefícios de aposentadoria, que passara a ser pela média das 36 últimas contribuições, no lugar das 12 últimas. A Justiça estava julgando procedentes as ações, embora ainda não houvesse decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Era preciso defender a Celos, mostrando aos juízes que a previdência privada não integra o contrato de trabalho. Por isso o Conselho autorizou a contratação de advogado especializado, na tentativa de estancar o crescente número de ações trabalhistas.

Os novos Diretores estavam dispostos a encarar os mais difíceis obstáculos que enfrentavam na Celos. Estavam decididos a empreender uma nova dinâmica na Fundação. O trabalho, com base em planejamento estratégico, assegurava correção nos rumos. Somado a isso, um modelo de gestão baseado numa filosofia empresarial em que, para atingir os resultados desejados, era necessário pessoal habilitado. A gestão dos empregados baseou-se nas competências e na utilização dos conhecimentos. Aos poucos foram adaptando as pessoas às áreas e aos processos, de acordo com os ajustes da nova estrutura organizacional.

No final de 2003 houve eleição para o Conselho Deliberativo, para escolher dois representantes dos ativos e um dos assistidos. No novo formato das eleições concorriam chapas com titulares e suplentes. Foram eleitas as chapas de Clênio José Braganholo e Gerson da Silva Bittencourt, que receberam 1.825 votos; e de José Klafke e Sandro Luís Vieira, com 1.427 votos, ambas apoiadas pela Intercel. Não foi eleita a chapa formada por Tulnê Sebastião Velho Vieira e José Lopes Brum, que recebeu 879 votos. Para representantes dos assistidos, houve chapa única formada por João Medeiros de Santiago e Mário Edmundo Jardim Lobo, que tiveram 734 votos.

Uma das medidas mais importantes dos novos Diretores foi disponibilizar aos participantes um novo Portal da Celos, com o objetivo de aproximar a Fundação de seus clientes. O novo Portal proporcionou um atendimento mais rápido, mais eficiente e mais seguro. Melhorou a troca de informações e permitiu que a Celos dispusesse de um canal direto de comunicação, em tempo real. Depois de três anos, a forma de trabalho dos novos gestores já estava impregnada na Celos.

## Balanco de gestão

No Balanço de Gestão de 2005 a Diretoria da Celos divulgou o resultado de três anos de atuação, destacando o superávit, que atingiu 42,4 milhões no final daquele ano; as políticas de investimento e de recursos humanos; o equilíbrio atuarial dos planos; as melhorias no atendimento; a redução de custos; e o relacionamento entre Celos, Celesc, Intercel, Apcelesc e a equipe de empregados da Fundação. O documento destacou também a participação da Celos no Conselho de Administração da patrocinadora, defendendo o novo modelo de gestão na estatal, com maior profissionalismo e governança corporativa.

Para analisar os resultados alcançados, os três Diretores e os membros do Conselho Deliberativo João Otomar Petry e Clênio José Braganholo foram entrevistados na parte final do documento. Para Petry, o modelo de governança adotado, com a participação de todos os segmentos na gestão, *"é um dos pioneiros no Brasil"*. O fato de a Celos estar mais perto do participante, estabelecendo canal permanente de comunicação, levou o Presidente do Conselho Deliberativo a afirmar que isso *"acaba com a ideia de que ela é uma 'caixa preta'"*. Clênio salientou a importância do planejamento como instrumento *"balizador do trabalho da Diretoria e dos Conselhos"*. Questionado sobre o superávit, o Diretor de Seguridade Remi Goulart afirmou que o aposentado *"está atento para o dia de amanhã"*. Para ele o superávit foi resultado de uma gestão de sucesso, mas lamentou a insegurança de um país onde as leis mudam quase todos os dias. O Presidente da Fundação, Ricardo Moritz, falou das metas do planejamento estratégico e do aprimoramento nos processos. Comentou o perfil de investidor institucional adotado, *"que não pode decidir conforme os ventos do mercado"*. O caminho é ter uma *"política consistente"*, mantendo um percentual estabelecido para a renda variável. Por fim, o Diretor Administrativo-Financeiro, Sary Reny Köche Alves, afirmou que o superávit alcançado em 2005 foi *"resultado de um trabalho coletivo"* e de um modelo em que *"os que planejam foram os mesmos que realizaram"*.

João Otomar Petry manifestou a preocupação com alguns problemas que ainda não haviam sido sanados, tais como a segregação dos ativos dos dois planos de benefícios e as dificuldades para que os participantes pudessem simular valores de aposentadoria, embora o desenvolvimento tecnológico para tal já existisse. Segundo Petry, a redução do número de membros do Conselho, imposta pela legislação, acarretou *"perda da qualidade, perda da massa crítica"*. E completou: *"Muitas vezes eu fiz o papel de criticar, de questionar, que era o que os sindicatos faziam antes de assumirem a Direção"*.

## Reeleição

No início de 2006 venceu o mandato de João Petry como Presidente do Conselho Deliberativo da Celos e, por unanimidade, foi eleito para substituí-lo Milton de Queiroz Garcia. No final de 2006 repetiu-se o processo eleitoral que havia estreado em 2002, com a eleição direta para dois Diretores, o Administrativo-Financeiro e o de Seguridade, e para duas vagas no Conselho Fiscal.

Sary Reny Köche Alves foi candidato único para Diretor Administrativo-Financeiro, reeleito com 2.382 votos. Para Diretor de Seguridade concorreram dois candidatos, Remi Goulart, que buscava a reeleição, e Maria Marlene Faraco. Remi venceu com 925 votos, Marlene obteve 341.

Para representante dos ativos no Conselho Fiscal venceu a chapa única formada por Jair Maurino Fonseca e Francisco Barreto da Silva, com 2.283 votos. Para representante dos assistidos também houve chapa única, formada por Hernani José Pamplona e Jair Fernandes da Silva, que receberam 949 votos.

## Uma experiência marcante

Quando entrou na Erusc em 1980, Sary não poderia imaginar que a Empresa seria encampada pela Celesc seis anos depois, muito menos que seria o primeiro empregado eleito a assumir o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação. Sua história na Celos começou quando recebeu um aviso de última hora: *“Se você entrar hoje, 1º de janeiro de 1990, não pagará joia”*. Entrou. Presidente por três vezes do Sindicato dos Administradores de Santa Catarina, que compõe a Intercel, assumiu de vez a vocação sindicalista no meio eletricitário. A partir de 1993, através dos acordos coletivos de trabalho, foi se familiarizando com os assuntos da instituição: *“Não tem como participar de acordo sem falar em Celos”*. Lembrou o acordo de 1996, que discutiu os impactos do plano de cargos e salários na Fundação. Para resolver o problema foi negociada com os participantes uma contribuição extraordinária e *“aquilo nos colocou dentro da Celos”*. Depois, continuou Sary, houve o processo de migração, viabilizado com o apoio dos sindicatos, que *“mudou a história da Celos”*. A contrapartida do apoio foi o reconhecimento da dívida da patrocinadora de 173 milhões de reais com as reservas a amortizar. Com a paridade na contribuição, não fazia mais sentido a Celesc ser hegemônica na gestão. A governança corporativa começava a ser implantada.

Sary relatou sua experiência de seis anos de dedicação integral aos assuntos da Celos. Quando assumiu, não partiu do zero; ao contrário, levou na bagagem vivências que o auxiliaram na nova missão. Do sindicato, o planejamento participativo; de duas pós-graduações na Esag e na UFSC, conhecimentos em gestão estratégica e controle de gestão; dos debates sobre o novo modelo de gestão da Celesc, levou lições sobre mudança organizacional. Completando esse cabedal, faz questão de salientar a orientação que recebeu de Hermínio Capela Vieira, João Otomar Petry, Pedro Inácio Bornhausen, Clênio José Braganholo e José Klafke, todos integrantes do Conselho Deliberativo.

## Sem pompa e sem solenidade

*“Eu sou advogado”. Assim, firme e lacônico na expressão de apenas três palavras, é que se define Milton de Queiroz Garcia. “É a profissão que eu sempre quis, desde muito pequeno. E que abracei para sempre”, completou.*

*Esse joinvillense tem nos antepassados ligações com a Celesc: o pai, Adhemar Garcia Filho, foi Diretor e Presidente da Empresa, e o avô materno, general Milton Carvalho de Queiroz, por muitos anos responsável pela segurança patrimonial. Milton Garcia começou a trabalhar cedo, com 17 anos, recém-chegado a Florianópolis para o curso pré-vestibular, foi estagiário no Cartório Silva Jardim. Ingressou na Celesc com 19 anos, ainda estudante de Direito na Universidade Federal, em Florianópolis.*

*Destacado advogado do Departamento Jurídico, Milton muitas vezes ocupou cargos de assessoria a diretores. Jamais permitiu, entretanto, que qualquer posição alterasse seu jeito alegre e informal: “A formalidade, a pompa e a solenidade são a antítese do mundo moderno”. ☺*





Reunião dos gerentes da Celos

Embalado em suas reminiscências, Sary mostrou que, além dos temas profissionais, alimenta uma reflexão mais profunda sobre o papel da Celos. *"Nossos participantes",* disse com a fala pausada, *"não se dão conta de que criaram um fundo de dois bilhões de reais, que daria para comprar a Celesc, que é maior que o patrimônio do Besc e que, se fosse um banco, estaria bem localizado no ranking dos bancos brasileiros. Os empregados ativos",* continuou Sary, *"se inscrevem e se esquecem da Fundação, e a mais ou menos cinco anos da aposentadoria, começam a manifestar mais interesse. Quando se aposentam, ao contrário do INSS, passam a ter governabilidade na instituição provedora de sua fonte de renda principal. E essa relação com a Celos vai além do horizonte de sua própria existência, pois, quando morrem, deixam pensão. Hoje pessoas no Estado inteiro se beneficiam com mais de 800 pensões pagas pela Celos".*

*Essa facilidade em quebrar protocolos deixou aturdida a Diretoria da Empresa quando, em 27 de junho de 2002, no ato formal de certificação da Celesc no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, Milton chegou em cima da hora para a solenidade. Passara o dia anterior no Rio de Janeiro discutindo com a Eletrobrás a assinatura do Acordo de Acionistas, numa negociação que entrou pela madrugada. Embora exausto, programou o despertador para acordá-lo bem cedo para, antes de embarcar para São Paulo, assistir ao jogo entre Brasil e Turquia pelas semifinais da Copa do Mundo de futebol, que acontecia no Japão. Ao final do jogo, dirigiu-se rápido ao Aeroporto Santos Dumont para apanhar a ponte aérea. Deparou-se com o saguão lotado e filas intermináveis nos guichês.*

*Na Bovespa, ele era mais aguardado que o próprio Presidente da Bolsa, Raymundo Magliano Filho, mais ainda que o Governador Esperidião Amin, que participava do ato. Milton assustou-se quando chegou ao hall de entrada do prédio da Bovespa e todos correram para encaminhá-lo a um elevador que estava reservado, aguardando apenas sua chegada. É que ele estava de posse de todos os docu-*

## Dois planos e uma missão

Sary foi didático quando falou dos planos que a Celos administra: *“A Celesc criou uma organização com vida própria, sem visar lucro, para administrar um plano previdenciário com característica financeira e atuarial que exige tecnologia, profissionalismo e inteligência. Um contrato de longuíssimo prazo, onde a pessoa coloca dinheiro para capitalizar visando uma renda vitalícia. Depois veio o segundo plano, o Amhor, de benefício assistencial. Na verdade, um pacote de benefícios, negociados em acordo coletivo, para a Celesc atrair e manter seus empregados, fornecendo conforto e qualidade de vida extensiva às famílias. Para a Empresa, este plano é conveniente por terceirizar os serviços e facilitar o pagamento dos benefícios numa única rubrica – despesa de pessoal. Para a Celos, exige mais estrutura, pessoal qualificado, demanda de gestão. Agora são duas atividades paralelas, a previdenciária e a assistencial com os planos Amhor, Amha e odontológico. Atividades concorrenciais”,* brinca Sary, *“pois o plano previdenciário, através da tábua de mortalidade, coloca um limite para o participante morrer, enquanto o plano de saúde, ao contrário, faz tudo para evitar que o participante morra”.*

Além dos dois planos, a Celesc terceiriza com a Celos a folha de pagamento dos planos de incentivo à demissão, que gera mais trabalho, compensado pela garantia de adimplemento.

Sobre o papel da Celos na dinâmica econômica e social do Estado, Sary se empolga: *“Quando sai uma folha de pagamento para três mil aposentados da Celos, há grande repercussão no Estado. No Plano de Saúde são oito mil usuários diretos distribuídos em duas mil famílias, em todas as regiões de Santa Catarina, gerando renda para milhares de profissionais da saúde”.*

## Foco no cliente

Um dos focos da gestão da Celos é o atendimento aos participantes e assistidos, setor valorizado que passou a chamar-se assessoria de relações com o participante. As informações são disponibilizadas no Portal, por telefone, de forma presencial ou por *e-mail*, e o objetivo é dar resposta ao participante na primeira consulta. As reclamações, queixas e sugestões são repassadas à Diretoria e, explica Sary, *“fazemos questão de prestar contas. Aquele negócio de ‘caixa preta’ acabou”.* O Portal foi reformulado com informações que satisfazem as dúvidas e evitam maior número de ligações telefônicas. De acordo com Sary, o perfil dos participantes está *“mais receptivo à tecnologia”.* Os *e-mails* que a gerência da

*mentos para a certificação, sem os quais não haveria o ingresso da Celesc no Nível 2 de governança corporativa da Bolsa de Valores.*

*Milton relembra essa passagem com a mesma tranquilidade com que fala do momento da posse na Presidência da Celos, após a renúncia de Ricardo Moritz. “Quando assumi a presidência encontrei um processo muito bem estruturado, muito bem definido e encaminhado”, declarou. “O meu papel é garantir, pelo menos, a manutenção do que já existe na Celos”.*

*Sua enorme gama de relacionamentos, que vem desde Joinville e se fortaleceu na capital, onde esteve na Direção da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e chegou a ser indicado para Conselheiro do Tribunal Regional Eleitoral, o ajuda na Presidência da Fundação. “Minhas relações pessoais e profissionais certamente facilitam minha missão, que é a de contribuir para proteger a Celos”.*

*Concluiu afirmando que pretende “fazer o dever de casa, para passar ao sucessor um fundo de pensão em situação tão boa quanto recebeu”. ©*

área de atendimento recebe caem também no computador do Diretor, *“que pode acompanhar as demandas a toda hora, sete dias por semana”*.

O Diretor Administrativo-Financeiro destacou outras mudanças na gestão, além da governança corporativa, como o foco no cliente, a reformulação do cadastro, o mapeamento dos processos com o auxílio de assessoria em tecnologia e informação, para verificar as necessidades de softwares e hardwares. *“Não se faz nada sem tecnologia”*, sentenciou Sary, citando o exemplo da *“compra de um provedor específico para o atuário, que destravou a Celos, sobrando máquina para rodar qualquer outro sistema”*.

## Governança corporativa

No final de 2006 a Diretoria da Celos foi reconduzida, em sua totalidade, para mais um mandato. Iniciaram o ano de 2007 dando continuidade às ações que já vinham implementando desde 2003. No final de 2007 duas alterações no Conselho Deliberativo e uma na Diretoria Executiva. No Conselho houve eleições para representantes dos ativos e dos assistidos. Entre os ativos foi chapa única, formada por Clênio José Braganholo e Amilca Colombo, que receberam 2.045 votos. Para a vaga dos assistidos, duas chapas concorreram numa disputa apertadíssima, em que os eleitos venceram por pouco mais de 100 votos de diferença: João Paulo de Souza e Edite Valle receberam 756 votos, enquanto Maria Marlene Waterkemper Faraco e Flávio Paulo Zanon tiveram 648.

A mudança na Diretoria Executiva decorreu da renúncia de Ricardo Moritz, que já estava afastado desde julho de 2007, quando solicitou licença temporária, por motivos de ordem pessoal. A Presidência vinha sendo exercida interinamente por Remi Goulart, mas em dezembro a patrocinadora indicou Milton de Queiroz Garcia para exercer o cargo. Em janeiro



Remi Goulart, Milton de Queiroz Garcia, Sary Reny Köche Alves, Jair Maurício Fonseca e Marilise Krüger da Silva

de 2008 mudou também o Presidente do Conselho Deliberativo. Por maioria dos votos do Conselho, foi eleito Adriano Lima Medeiros para um mandato de dois anos.

Adriano trazia experiência de ter sido Gerente de Relações Celos-Celesc e assistente do Diretor Econômico-Financeiro da Celesc. Coordenaria um Conselho que era a base da gestão tripartite, entre patrocinadora, participantes ativos e participantes assistidos. O bom funcionamento dos comitês de assessoramento do Conselho foi de grande auxílio para Adriano: *“Embora os comitês nem sempre tenham a melhor agilidade, ele são fundamentais para o Conselho, porque os assuntos chegam para decisão já bem analisados”*.

*“A margem de erro está diminuída”*, ressaltou Adriano, *“porque o Conselho tem buscado a unanimidade antes de votar”*. Ele enfatizou que o sucesso da Celos está depositado na gestão participativa e nas decisões colegiadas, quase sempre por consenso.

Do primeiro planejamento estratégico realizado em 2003 a maioria das metas já haviam sido concluídas no início de 2008, outras estavam em andamento. Mas o cenário mudara nesses cinco anos. Era necessário reavaliá-lo, com base em nova análise dos ambientes externo e interno, discutir novos desafios para as gerências. Com a consultoria do professor Cristiano Cunha foi realizado um segundo planejamento estratégico envolvendo Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, empregados da Celos, representantes da Apelesc e da Intercel, quando foram definidas as diretrizes, as estratégias e um plano de ação para o período de 2008 a 2013. Também em 2008 foi preparado um plano de implantação do sistema de gestão da qualidade na Celos, com base na norma ISO 9001.

Segundo o Presidente do Conselho, Adriano Lima Medeiros, ainda há tarefas urgentes que precisam ser encaradas. E ele destacou *“a segregação de ativos entre os dois planos, a mudança de indexador de reajustes e maior informatização de processos dentro da Celos”*.

# *A marcha dos 800*





A lembrança estava bem clara na memória de Jairo Costa, Presidente da Apcelesc, e de Jair Maurino Fonseca, Diretor do Sindicato de Joinville, que relataram os acontecimentos com riqueza de detalhes.

Quando os 22 ônibus atravessaram a ponte Pedro Ivo Campos na manhã do dia 10 de março de 2005, a idade média na Ilha de Santa Catarina sofreu ligeiro acréscimo. Naquela quarta-feira de verão, 800 aposentados da Celesc de todo o Estado chegavam a Florianópolis, não para passear ou fazer turismo, como convém àqueles que já deixaram de trabalhar, mas para se unirem aos trabalhadores da capital na luta por direitos seriamente ameaçados.

Dias antes, os Diretores da Celos convocaram a Intercel e a Apcelesc para um comunicado urgente: desde novembro de 2004, seguindo orientação do Tribunal de Contas do Estado, a Celesc não repassava recursos para atender a cláusulas importantes do Acordo Coletivo, como plano de saúde, plano odontológico e piso mínimo de aposentadoria.

O estopim estava aceso e era preciso apagá-lo com os ventos coletivos da mobilização. Os representantes dos trabalhadores da ativa e dos aposentados não perderam tempo. Enquanto sindicalistas percorriam a Empresa fazendo reuniões por local de trabalho, os Diretores da Apcelesc, liderados pelo Presidente Jairo Costa, acionavam sua rede de representantes em todo o Estado, conclamando aposentados, não para os costumeiros e apazíveis encontros de cafés da tarde ou os habituais e alentados almoços das reuniões mensais, mas para uma inesperada jornada de luta.

A reação foi imediata. A iminência da perda dos planos de saúde e odontológico tocou os brios e levou à indignação aquela gente apaziguada pela sabedoria e experiência de vida. A notícia foi mais avassaladora para os 1.100 aposentados e pensionistas, que, além da perda dos planos assistenciais, ficariam sem o piso mínimo da Celos, condenados a sobreviver com os minguados e decrescentes benefícios da previdência social. Uma situação injusta e inadmissível para quem dedicou o vigor da juventude erguendo postes,



puxando fios, conectando redes, num duelo diário com a ardilosa e traiçoeira eletricidade, que em muitos casos acabou vencendo. Tarefas duras e perigosas, porém necessárias ao imperativo maior da expansão da energia elétrica em Santa Catarina. Mas não era hora para reminiscências ou lamentações. O espírito guerreiro dos velhos eletricitários estava acordado e exigia ação.

Em pouco tempo 22 ônibus lotados nos diferentes rincões de Santa Catarina rumavam para Florianópolis. Na capital seguiram para os altos da Avenida Rio Branco, na sede do Ministério Público do Trabalho. Enquanto uma pequena multidão permanecia na calçada, ao pé do prédio, no auditório o procurador Acir Hack mediava as negociações entre representantes da Celesc, Celos, Intercel e Apcelesc. Os deputados estaduais Francisco Küster, Lício Mauro da Silveira e Vânio dos Santos e o deputado federal Mauro Passos estavam presentes na audiência, apoiando a causa dos aposentados.

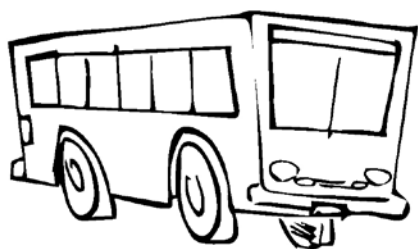
O argumento dos sindicalistas e do procurador era forte: por fazer parte do Acordo Coletivo de Trabalho, os repasses da Celesc à Celos eram direito dos trabalhadores. Mas não houve conciliação. Informados do resultado da reunião, os integrantes da marcha sentiram que a jornada seria longa.

Ao meio-dia os porteiros da Celesc ficaram espantados com a quantidade de ônibus que entravam na Empresa. No pátio da sede administrativa, os 800 cidadãos de cabelos de prata encontraram-se com outros 600 colegas, entre aposentados e trabalhadores da ativa de Florianópolis, para uma concentração histórica. Agora eram 1.400 eletricitários a protestar contra a ameaça da perda dos planos assistenciais e piso mínimo de aposentadoria. Estava desfeita a linha que separa ativos e aposentados.

Momento de encontros, abraços, solidariedade, bom humor, mas também de indignação. Antes de posar para a foto ao lado dos colegas de Blumenau, Fritz Mailer, 75 anos, sintetizou o espírito do grupo ao repórter do jornal Linha Viva: *"Uma maldade para quem construiu a Celesc"*. A pensionista Valdice Duarte, 68, desabafou: *"Meu marido morreu trabalhando na Celesc"*.

Enquanto a maioria permaneceu no pátio conversando e ouvindo discursos dos líderes sindicais, alguns entraram no saguão da Empresa para contemplar a galeria de prêmios nacionais e internacionais conquistados pela distribuidora. Cada um daqueles objetos simbólicos, pensavam, contava a história de suas próprias vidas. Anos de dedicação profissional a uma empresa pública reconhecida pela população. Sentimento de orgulho. A divagação foi interrompida por chamados de colegas anunciando a hora do almoço no Clube Paula Ramos. No início da tarde os 22 ônibus venceram com lentidão o tráfego congestionado das Avenidas Beira Mar Norte e Mauro Ramos, tentando alcançar o próximo destino: Tribunal de Contas do Estado.

Quando a comitiva chegou à Praça dos Três Poderes, ocorreu um fato inédito. Pela primeira vez em décadas de manifestações políticas naquele local aposentados se insurgiam contra uma decisão do TCE. Mais perplexos ficaram os técnicos do Tribunal ao ver tanta gente de cabelo branco invadindo e tumultuando um local de serena apatia burocrática.



O Presidente do TCE, Luiz Suzin Marini, e seus Conselheiros recepcionaram os representantes para esclarecimentos, sem solução definitiva para a grave crise. A tarde ia longe e o calor, o cansaço e a frustração contaminavam o ânimo dos aposentados. Já passava das quatro da tarde quando a comitiva, escoltada pela Polícia Rodoviária, arrastou-se pela SC-401 para a última mobilização: Palácio do Governo.

Quando o primeiro ônibus chegou ao local, o tenente responsável pela segurança foi logo avisando, *“Distribuirei 12 crachás para vocês escolherem os representantes que participarão da audiência com o Governador”*. Não chegou a entregar os crachás, tão impressionado ficou com a quantidade de ônibus entrando no pátio do Palácio. Sem saber o que fazer com a multidão que avançava, o tenente ficou aliviado quando o próprio Vice-Governador, Eduardo Pinho Moreira, que estava no exercício do cargo de Governador, apareceu e deu a ordem: *“Encaminhe todos para o auditório”*.

Completamente lotado, o auditório quase veio abaixo ao ouvir de Pinho Moreira a frase esperada: *“A partir de amanhã os recursos da Celesc estarão disponíveis para o repasse à Celos”*. Explosão de alegria e o doce sabor da vitória coletiva. O espectro que pousava no ombro de cada eletricitário foi finalmente afugentado.

No final da tarde, os ônibus atravessavam a ponte Colombo Salles, deixando para trás as águas serenas da baía norte, amareladas pelo sol poente. Os integrantes da “marcha dos 800” voltavam para casa cansados, mas incapazes de esconder um esgar de sorriso em cada rosto. A vida tranquila, após anos de trabalho, esteve ameaçada. Haveriam de lembrar a marcha do dia 10 de março de 2005 como um símbolo de solidariedade. E também como advertência.

## Um tema para Kafka

Franz Kafka foi um escritor tcheco, nascido em Praga em 1883, cujos textos, contendo boa dose de ironia, descreveram com maestria a opressão burocrática das instituições e a fragilidade do homem diante de uma realidade avassaladora. Um de seus livros mais famosos, intitulado *O Processo*, conta a história de um bancário que, apesar de funcionário exemplar, foi processado sem saber o motivo. Na tentativa de tentar descobrir do que estava sendo acusado, ninguém lhe dava ouvidos e ele se desespera diante de ilógicos acusadores e testemunhas. O processo desencadeado pelo Tribunal de Contas do Estado tem semelhanças com os personagens de Kafka.

No início do mês de março de 2004 a Celesc comunicou à Celos a suspensão do pagamento da remuneração dos Diretores da Fundação, empregados da Celesc. A decisão devia-se a determinação do Tribunal de Contas do Estado, em razão de tomada de contas especial realizada na Celesc. O Conselho Deliberativo constituiu uma comissão, formada por Alaécio Amorim, Clênio José Braganholo e João Medeiros de Santiago, para estudar uma alternativa.

Segundo informaram técnicos e advogados do TCE, ainda não havia julgamento final, e o encaminhamento à Celesc o foi na condição preventiva, mas entendiam que fora salutar a suspensão do pagamento dos salários, caso contrário a Empresa poderia ser multada. Segundo parecer do consultor jurídico Paulo Brincas, a Celos poderia ressarcir a remuneração dos Diretores.

Aguardavam uma decisão final do TCE quando, em novembro de 2004, a Celos recebeu correspondência da Celesc comunicando que, em atendimento ao Acórdão nº 1.820/2004 do TCE, estava cessando também os repasses financeiros à Fundação.

O Acórdão determinava *“ao Sr. Carlos Rodolfo Schneider, Diretor Presidente da Celesc, as seguintes providências, sob pena de responsabilidade pelas despesas irregulares arcadas pela entidade”*. Uma das determinações era a *“cessação de quaisquer repasses de recursos financeiros à Fundação, por ausência de autorização legislativa e por afrontarem o interesse público, sendo ilegítimos, e por contrariarem os princípios da legalidade, da finalidade e da impessoalidade”*. Outra determinação dizia respeito à *“exigência de ressarcimento aos cofres da Celesc”*.

*de despesas com remuneração e encargos sociais dos servidores doravante cedidos à Celos, inclusive os colocados à disposição daquela Fundação para ocuparem cargo de Diretor”.*

Finalmente, determinava o Acórdão nº 1.820/2004 a “*adequação da ‘Contribuição Mantenedora’ da Celesc para com a Celos aos ditames do artigo 202, parágrafo 3º, da Constituição Federal, que dispõe que, em hipótese alguma, aludida contribuição poderá exceder à do segurado”.*

Flávio Rodrigues Martins, consultor jurídico da Celos, acompanhado de membros do Conselho Deliberativo, da Intercel e da Apcelesc, reuniram-se com diretores, técnicos e assessores do TCE, esclarecendo sobre os trâmites que nortearam os convênios previdenciários e assistenciais firmados entre Celos e Celesc, visando à suspensão das consequências do Acórdão.

Nada estava surtindo efeito. Em fevereiro de 2005 uma correspondência da Celesc à Celos solicitava o retorno imediato à Celesc de Ricardo Moritz, Diretor Presidente, e de Sary Alves, Diretor Administrativo-Financeiro da Celos. Em resposta a Celos informou as providências adotadas para ajudar a solucionar o assunto. A Fundação contratara o advogado Flávio Martins Rodrigues, especialista em direito aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, e preparara recurso, interposto em dezembro de 2004, junto ao TCE.

Informou também a Celos que, com base no recurso, o TCE havia suspenso os efeitos da decisão e que havia precedente, em processo semelhante do Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (Ciasc), o que veio a corroborar a defesa da Celos. Alegou ainda que sempre envidou esforços para solucionar impasses criados pela Celesc e entendia que a patrocinadora não deveria cumprir uma decisão que ainda não havia sido julgada.

A 16 de fevereiro de 2005 a Celos solicitou ao TCE prioridade no julgamento em razão de problemas legais e sociais que estavam sendo gerados na Fundação pela falta de repasses financeiros da Celesc. Desde outubro de 2004 a Celos não recebia recursos referentes aos planos de saúde, plano odontológico, plano de pecúlio e demais convênios e contratos, garantidos inclusive por Acordo Coletivo de Trabalho, como era o caso dos pagamentos do piso mínimo de benefícios e do plano de incentivo à demissão.

A Diretoria Executiva da Celos informou ao TCE que, embora a Celesc não estivesse honrando suas obrigações, a Celos efetuara todos os pagamentos, cujos compromissos eram de responsabilidade da patrocinadora, desde outubro até fevereiro. Enviou, também, uma notificação à Celesc, em que informou os débitos existentes e alertou sobre as responsabilidades, penalidades e, até, uma possível execução judicial a que estaria sujeita pelo atraso de pagamentos acima de 90 dias.

## **Poder, força e razão**

A Intercel e a Apcelesc estiveram no TCE conversando sobre o Acórdão nº 1.820/2004, e o Tribunal alegou que não havia autorização dos órgãos estaduais para pagamento de benefícios assistenciais e salários, entretanto, alegaram os sindicalistas, os benefícios estavam assegurados por Acordo Coletivo de Trabalho, assinado pelo Conselho de Política Financeira (CPF) do Estado de Santa Catarina e pelo próprio Governador. A Celesc entendia que o efeito suspensivo não eximia o Presidente da Empresa de eventuais penalidades, na hipótese de o julgamento definitivo do processo ser contrário à Empresa e, por isso, não fazia os repasses.

O Conselho Deliberativo decidiu, então, suspender imediatamente todos os pagamentos nos quais não havia cobertura de custeio e que foram repassados à Celos por força de convênios e contratos. Entre eles, dois que gerariam muita polêmica: o paga-

mento do piso mínimo a aposentados e pensionistas; e o pagamento das parcelas do plano de incentivo à demissão. O Conselho decidiu notificar extrajudicialmente a Celesc pela inadimplência e também rescindir os convênios e contratos com compromissos de repasses financeiros para sua cobertura.

Deliberou ainda comunicar o fato à Secretaria de Previdência Complementar e dar ampla divulgação aos participantes. Mas, diante do apelo da Apcelesc e da Intercel, que vislumbravam graves problemas pela falta dos pagamentos, resolveu aguardar até o dia 24 de fevereiro para tomar as medidas deliberadas. Naquele intervalo de tempo, a Apcelesc e a Intercel buscariam soluções nas esferas administrativa, política e, se fosse o caso, judicial.

No dia 24 de fevereiro o Conselho voltou a se reunir. Nada havia mudado no cenário para que as decisões fossem alteradas. Todavia, diante das manifestações da Apcelesc, da Intercel e do consultor jurídico Renato Brincas, o Conselho Deliberativo decidiu autorizar, excepcionalmente, os pagamentos do mês de fevereiro, mas suspender qualquer pagamento a partir de 1º de março.

No dia 10 de março de 2005 a manifestação de participantes ativos, aposentados e pensionistas, vindos de todos os cantos do Estado, garantiu os pagamentos. Mais uma vez os empregados e aposentados da Celesc certificavam-se de que seu poder se resumia à união; de que sua força estava na capacidade de mobilização; de que sua razão muitas vezes não estava nos melhores argumentos jurídicos, mas nas demonstrações de solidariedade.



# Um mundo para todas as idades

“No dia seguinte ninguém morreu”. Esta é a primeira frase do romance “As Intermittências da Morte”, do escritor português José Saramago, que descreve um país imaginário onde as pessoas pararam de morrer. No princípio os cidadãos aplaudiram o fenômeno, que iria libertar a humanidade de sua principal fonte de angústias, mas a sociedade não estava preparada para a boa nova e, em pouco tempo, o caos social, político e religioso se instalou.

Os atuários do país imorredouro de Saramago tornariam-se obsoletos, e o Estado, sem orçamento para pagar aposentadoria a tanta gente longeva. Para felicidade geral do povo daquela inventada nação, após sete meses de breve imortalidade, as pessoas voltaram a morrer.

No país real chamado Brasil, no dia 24 de setembro de 2008, os cidadãos receberam uma notícia promissora. Não conquistaram a imortalidade como na ficção, mas estão vivendo alguns anos a mais, em função de vários fatores, entre eles a expansão do saneamento básico, nutrição mais adequada, queda da mortalidade infantil, controle de doenças infectocontagiosas, campanhas de vacinações, novas tecnologias e a difusão da informação sobre saúde na mídia.

Os dados foram divulgados pelo IBGE, na Síntese de Indicadores Sociais 2008, confirmando em solo pátrio a revolução da longevidade em marcha no mundo: a população de pessoas com 60 anos ou mais cresceu 47,8% na última década, número bem superior ao crescimento da população brasileira, que foi de 21,6% no mesmo período; os maiores de 60 anos representavam, em 2007, 10,5% de todos os brasileiros e em 2050 serão 30%; a expectativa de vida do brasileiro ao nascer passou de 69,3 anos em 1997 para 72,7 anos em 2007; Santa Catarina lidera o *ranking* nos estados, com uma expectativa de vida de 75,3 anos em 2007.

Considerando que em 1950 a expectativa de vida do brasileiro ao nascer era de 50,9 anos, hoje as pessoas vivem 22 anos a mais. No ano de 2020 o Brasil será o 4º país do mundo em número de idosos e em 2050 as pessoas com mais de 60 anos serão 64 milhões, com uma expectativa de vida em torno de 82 anos.

## Fenômeno mundial

O envelhecimento da população não é um fato novo, mas o que surpreendeu os analistas do IBGE nessa última pesquisa foi a velocidade com que vem ocorrendo, extrapolando as expectativas anteriores. Na pesquisa de 2004, o IBGE previu que a taxa de fecundidade cairia para menos de 2,1 filhos por mulher apenas em 2043 e que em 2060 a população começaria a diminuir. Na última pesquisa, em 2008, essa taxa já havia caído para 1,86 filho por mulher, significando taxas de crescimento populacional negativas já a partir de 2039. Em 2036 o número de idosos será maior que o de crianças.

A bomba-relógio está acionada. Se o envelhecimento populacional é uma conquista da humanidade após a segunda metade do século XX, os desafios para as políticas públi-

cas são enormes. Os sistemas previdenciários sofrerão significativos impactos no financiamento, devido à defasagem entre a demanda crescente de benefícios da previdência e a diminuição de contribuintes, com a redução da população economicamente ativa e a informalidade no mercado de trabalho. No ano 2000, para cada pessoa com mais de 65 anos, doze estavam na ativa. Esse número cairá para menos de três em 2050. A situação é mais preocupante considerando que 50% da renda familiar provém dos benefícios previdenciários dos idosos, que contribuem para a redução da pobreza no país.

O aumento da expectativa de vida e a desconfiança da população com relação à capacidade da previdência pública de fornecer uma aposentadoria digna vêm provocando, nos últimos anos, expansão da previdência complementar brasileira administrada por fundos de pensão.

O envelhecimento é um fenômeno global e, portanto, exige ações globais. Para tratar do assunto, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem promovendo as "Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento". A realizada em Madri, no ano de 2002, culminou na aprovação de dois documentos: uma declaração política e um plano de ação para responder às oportunidades e aos desafios impostos pelo envelhecimento da população no século XXI. Na declaração política, os países signatários, entre eles o Brasil, reconheceram a transformação demográfica sem precedentes, que elevará o número de pessoas acima de 60 anos no mundo, dos atuais 600 milhões para 1,2 bilhão em 2025 e para 2 bilhões em 2050.

O objetivo das assembleias é o desenvolvimento de uma sociedade mundial para todas as idades, a solidariedade entre as gerações e a criação de um clima propício para os idosos exercerem ao máximo suas capacidades. O plano de ação destacou a participação dos idosos nos processos de decisão, estimulando "*a criação de organizações de idosos, em todos os níveis, para representá-los nos processos de tomadas de decisões*" e a promoção da saúde e bem-estar, com garantia de renda mínima para uma vida digna, com atenção especial aos grupos em situação econômica mais desvantajosa.



Confraternização de final de ano da APCELESC



## Envelhecimento ativo

No “Ano Internacional do Idoso”, promovido pela ONU em 1999, a Organização Mundial da Saúde (OMS), entendendo o envelhecimento como experiência positiva, adotou o conceito “envelhecimento ativo”, definido como *“um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”*. Isso significa que a qualidade de vida desse grupo etário vai além da condição básica da saúde, para incorporar a participação e a segurança.

O termo “participação” remete às questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, em conformidade com os direitos humanos e as preferências, capacidades e necessidades de cada indivíduo. O termo “ativo”, nesse sentido, não significa apenas capacidade de integrar o mercado de trabalho, mas também de participar dos assuntos gerais da sociedade com todos os direitos da cidadania. A “segurança”, por sua vez, enfatiza os direitos dos idosos à segurança social e financeira, remetendo aos planos previdenciários. De acordo com a definição da OMS, “saúde” refere-se ao bem-estar físico, mental e social. Homens e mulheres em processo de envelhecimento têm direito aos planos assistenciais e serviços de saúde que atendam a suas necessidades.

Com essas noções a OMS deseja criar um novo paradigma social para combater a discriminação às pessoas mais velhas, prevalente em grande parte do mundo, que *“desafia o ponto de vista tradicional de que aprender é função apenas das crianças e jovens, trabalhar é tarefa da meia idade, e aposentar refere-se à terceira idade”*. Neste mundo novo os direitos humanos das pessoas mais velhas, estabelecidos pela ONU, como dignidade e autorrealização, participação social, saúde e segurança, são reconhecidos de fato e não apenas de direito.

## A invenção da terceira idade

A expressão “terceira idade” foi criada na França, na década de 70, e representou uma transformação em curso no comportamento humano perante a velhice, que deixou de ser relegada à esfera privada e familiar, transformando-se em tema de políticas públicas.

A terceira idade está associada ao prolongamento da vida, com a criação de uma nova etapa que separa os adultos da velhice, à diminuição da idade de aposentadoria e aos cuidados crescentes com a aparência e o bem-estar. Em seu livro “Senectude”, escrito aos 87



Izaura Schmidt da Silva



Representantes estaduais da APCELESC

anos, Norberto Bobbio afirmou que a velhice deslocou-se por duas décadas e que *“hoje um sexagenário está velho apenas no sentido burocrático, porque chegou à idade em que geralmente tem direito a uma pensão”*.

Antes associado à decadência, doença e pobreza, o mundo dos velhos com renda suficiente para uma vida digna abriu-se para um tempo relativamente longo, não apenas de atividades sociais e de lazer, livre dos constrangimentos do mundo profissional e familiar, mas também de atividade política, com a criação de novas formas de sociabilidade que marcam essa etapa da vida.

Para a grande maioria dos brasileiros, no entanto, a aposentadoria continua sendo um rito de exclusão, considerando-se que 70% dos aposentados e pensionistas, além de receberem o benefício de apenas um salário mínimo, estão submetidos a serviços precários de saúde.

## Os quase velhos

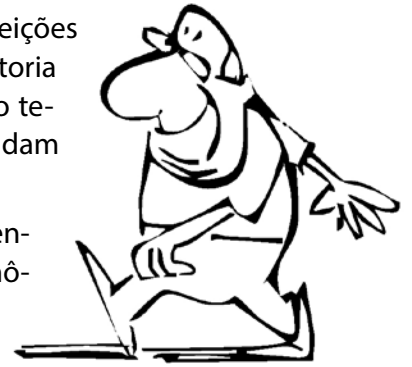
*“Não conheço mais ninguém”*. Esta é uma frase costumeiramente proferida, com uma pitada de nostalgia, pelo eletricitário aposentado da Celos que caminha nos corredores da Empresa. De fato, a renovação do quadro profissional foi radical. Toda uma geração admitida nas décadas de 60, 70 e 80, que construiu grande parte da história da estatal, saiu em planos de incentivo à demissão.

Em artigo publicado no jornal da APC, em 2000, o engenheiro Adolfo Stotz Neto referiu-se a si mesmo e aos seus colegas como *“quase velhos”*, com um pé na terceira idade. Atualmente esse contingente de ex-empregados está fora da Empresa, mas ainda ligado ao sistema Celos através da Apcelesc e da Celos. A Associação, com 3.700 sócios em

2008, é importante por fazer a interlocução coletiva com a Fundação e por criar espaços de convívio em todo o Estado.

Os planos assistenciais, empréstimos, os benefícios e pensões, as eleições para escolha de representantes no Conselho de Curadores e na Diretoria de Seguridade, a transparência e fiscalização da gestão da Celos, são temas vitais no novo contexto do eletricitário aposentado, que demandam responsabilidade e participação.

Para a maioria, a Fundação é o único patrimônio e única fonte de renda para sustentar famílias inteiras, levando em consideração outro fenômeno em um mundo de incertezas: a ausência de empregos para o contingente de jovens que chegam ao mercado de trabalho.





# *Em algum lugar do futuro*

Daqui a cem anos uma senhora que ainda não nasceu receberá uma pensão da Celos. Tal afirmativa pode parecer absurda, mas faz parte de uma previsão fundada em sólidos cálculos atuariais.

A Fundação nasceu mirando o futuro. O primeiro pensamento sobre uma previdência para os celesquianos; a tecla da máquina de datilografia que pela vez primeira foi acionada por esse pensamento; a primeira cláusula no Acordo Coletivo prevendo sua criação; estes e outros atos primordiais carregavam a centelha do futuro, que já chegou para muitos, está próximo para alguns, distante para outros e longínquo para alguém como a hipotética senhora do futuro.

Este é o papel da Celos: uma organização aberta ao futuro, que transcende o ciclo de vida das pessoas e abriga gerações de empregados da Celesc e da própria Fundação, garantindo-lhes a tranquilidade financeira para fruir a vida nos tempos de aposentadoria.

Resta saber qual futuro os aposentados do porvir herdarão das gerações anteriores. Muitos analistas fazem prognósticos sombrios, tendo como base a projeção das iniquidades presentes: a destruição do meio ambiente, a segregação entre ricos e pobres, o aumento da violência urbana, as crises energéticas, alimentares e financeiras.

Quando os desafios são maiores que a capacidade de respostas, uma civilização vislumbra o ocaso. Resta como alternativa ante a barbárie a mudança para outro paradigma, com ênfase na cooperação e com os avanços da tecnologia seguindo de braços dados com os avanços na política, na organização social e nas relações humanas.

Entre a abundância de cenários negativos, o pensador francês Jacques Attali, no livro *“Uma Breve História do Futuro”*, traça um cenário positivo, considerado por ele o mais verossímil: *“Novas forças, altruístas e universalistas, já atuantes hoje, tomarão o poder mundialmente, devido a uma premência ecológica, ética, econômica, cultural e política [...]. Instituições mundiais e continentais organizarão, graças a novas tecnologias, a vida coletiva. Fixarão limites ao artefato comercial, à modificação da vida e à valorização da natureza. Favorecerão a gratuidade, a responsabilidade, o acesso ao poder. Tornarão possível o nascimento de uma inteligência universal, unificando as capacidades criadoras de todos os seres humanos, para ultrapassá-las. Uma nova economia, chamada relacional, que produz serviços sem procurar tirar lucro deles, se desenvolverá em concorrência com o mercado [...]. Nesses tempos vindouros, menos longínquos do que se crê, o mercado e a democracia, no sentido em que nós os entendemos hoje, se tornarão conceitos ultrapassados, lembranças vagas, tão difíceis de compreender como o são hoje o canibalismo ou os sacrifícios humanos”*.

Numa utopia possível, todos nascerão com direito a uma aposentadoria que garanta uma existência digna. Liberados dos constrangimentos naturais, homens e mulheres estarão livres para usufruir as conquistas da humanidade.

História adentro, a Celos seguirá fazendo sua parte.

# Referências

## Entrevistas

Ademar Rogério Albino

Adriano Lima Medeiros

Antônio dos Santos

Aramis Luiz de Novaes

Arlete Malina

Arno Peschke

Arno Veiga Cugnier

Benhour de Castro Romariz Filho

Carlos César Moritz

Clara Inês Girardi Bernardes

Clênio José Braganholo

Dijalma Martins

Edinei Silva

Elísio José Farias

Evêncio Elyas Filho

Fritz Mailer

Gerson Wanderley Leal

Helenice Oliveira Zattar

Hélio Darcy Breda

Hélio Mündell de Lacerda

Hermínio Capela Vieira

Isabele Lima Pamplona Lisboa

Isaltino Pedron

Isidro Domiêncio Pinheiro

Jair Maurino Fonseca

Jairo Costa

Jandira Alvim dos Reis

Janice Meriz de Souza

João Carlos Espíndula da Silva

João Medeiros de Santiago

João Otomar Petry

João Paulo de Souza

José Alexandre Gomes

José Klafke

Joseph Graesel

Kátia Regina dos Santos de Sousa

Lílian Cristina Neis Makowiecki

Luiz Carlos Ventura

Luiz Gern

Margareth Bastos

Maria Aparecida Duarte

Maria Berenice Maia de Oliveira Dugaich

Maria Emília Almeida Gungel

Maria Delorme Machado

Maria Formentin Dias

Maria Simas Andriolli

Marivaldo Marcon

Marta Quint

Milton de Queiroz Garcia

Murilo de Oliveira Filho

Nancy Pelizzetti

Nilo Momm

Norberto Dadalt

Norma Beatriz Camisão Schwinden

Olga Maria Carneiro Centeno

Osmar Soares

Oswaldo Gern

Oswaldo Moreira Douat

Patrícia Motta Fagundes	Sary Reny Köche Alves
Paulo Neves de Lacerda	Sebastião Berlinck Brito
Paulo Roberto de Miranda Gomes	Sindal Pereira Rodrigues Pinto
Pedro Inácio Bornhausen	Solange Corrêa Wendhausen
Remi Goulart	Teresinha Medeiros da Rosa
Ricardo Moritz	Vitor Sérgio Schmidt
Rosângela Campos Maciel	Warnel Cruz de Souza
Rozana Terezinha Santos	Wilson José Marcinko
Ruth Dutra Seara	Zulmar Pedro Pereira

## Bibliografia

### *Livros*

**A Demografia dos Fundos de Pensão.** Ricardo Pena Pinheiro. Coleção Previdência Social. v. 24. Ed. Ministério da Previdência Social. 2007.

**Celosc 50 anos de luz.** Duda Hamilton & Paulo Markun. Abecelesc. Florianópolis. 2006.

**Citibank no Brasil: 85 anos de história.** Alcides Ferreira. 2000.

**Da privatização ao apagão.** Maria Margarida Barbosa Sampaio. Editora Insular. Sinergia. Florianópolis. 2001.

**Democracia Representativa na Celosc.** Luiz Cézare Vieira. Associação dos Profissionais da Celosc. 2001.

**Diálogo Social e Gestão Participativa.** Coleção Previdência Privada. Coleção Previdência Social. v. 20. Vários autores. Ed. Ministério da Previdência Social. 2003.

**Eletricitários Catarinenses: a trajetória de 40 anos do Contrato Coletivo de Trabalho na Celosc. Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina.** Coordenadores: Adriano Luiz Duarte e Waldir José Rampineli. Florianópolis. 2006.

**Mudança populacional: aspectos relevantes para a previdência.** Coleção Previdência Social. v. 27. Vários autores. Ed. Ministério da Previdência Social. 2008.

**(Re) inventando a cidadania: a História do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis.** Coordenadoras: Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Ramos Flores. Sinergia. Florianópolis. 1994.

**Uma breve história do futuro.** Jacques Attali. Editora Novo Século. 2008.

### *Revistas e periódicos*

**30 Anos de História da Previdência Complementar no Brasil.** Ministério da Previdência Social. Brasília. 2008.

**Celos: Balanço de Gestão 2006, 2007, 2008.** Quorum Comunicação. Florianópolis.

**Documento da II Assembleia Mundial do Envelhecimento.** 8 a 12 de abril de 2002, em Madri. ONU. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Brasília. 2003.

**Fundos de Pensão.** Revista da Abrapp. Vários números.

**Informativo APC.** Veículo de comunicação da Associação de Profissionais da Celesc. Vários números.

**Jornal da Celos.** Informativo da Fundação Celesc de Seguridade Social. Vários números.

**Jornal da Celesc.** Informativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Vários números.

**Jornal Linha Viva.** Veículo de comunicação da Intercel – Intersindical base Celesc. Vários números.

**Relatório Anual de Atividades.** Celos. 2006.

### ***Trabalhos, dissertações e teses***

**Análise da estrutura da Previdência Privada brasileira: evolução do aparato legal.**

Texto para discussão. IPEA. Kaizô Iwakami Beltrão, Fernanda Paes Leme, João Luiz Mendonça e Sonoe Sugahara. Rio de Janeiro. 2004.

**Construção Social da Governança Corporativa e dos Fundos de Pensão no Brasil: influências externas e atores envolvidos.** Tese de Doutorado. Universidade de São Carlos. Maria Chaves Jardim. São Carlos. 2003.

**Do conformismo à luta contra a privatização: elementos para uma história do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina.** Trabalho de conclusão do curso de História da UFSC. Alessandra da Mota Mathias. Florianópolis. 2003.

**Entre a solidariedade e o risco: Sindicato e Fundos de Pensão em Tempos de Governo Lula.** Tese de Doutorado. Maria A. Chaves Jardim. São Carlos. 2007.

**Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina.** Texto para discussão. IPEA. Ana Amélia Camarano, Maria Teresa Pasinato. Rio de Janeiro. 2007.

**Que idade tem a velhice?** Artigo. Mauro Gaglietti, Márcia Helena Saldanha Barbosa. Rb-ceh. v. 4. Passo Fundo. 2007.

### ***Documentos***

**Acordos Coletivos de Trabalho e Dissídios.** Celesc. De 1964 a 2007.

**Atas do Conselho de Administração da Celesc.** Várias.

**Atas do Conselho de Curadores e do Conselho Deliberativo.** Celos. De 1974 a 2008.

### ***Sites na internet***

[abrapp.org.br](http://abrapp.org.br)

[anapar.com.br](http://anapar.com.br)

[br.answers.yahoo.com](http://br.answers.yahoo.com)

[celos.com.br](http://celos.com.br)

[cicts.uevora.pt](http://cicts.uevora.pt)

[cuidardeidosos.com.br](http://cuidardeidosos.com.br)

[dep.ufscar.br](http://dep.ufscar.br)

[ipea.gov.br](http://ipea.gov.br)

[ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)

[mpas.gov.br](http://mpas.gov.br)

[pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org)

[previdencia.gov.br](http://previdencia.gov.br)

[sindicalismo.pessoal.bridge.com.br](http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br)

[upf.br](http://upf.br)



## **Imagens**

### ***Arquivo Celos***

Páginas: 22, 24, 25, 28, 31, 35, 36, 38-39, 47, 49, 52-53, 56, 58, 64, 67, 68, 72, 78-79, 89, 93, 97, 100, 101, 103, 104, 109, 113, 117(1), 118, 140, 141, 143, 148, 151, 159-160, 167, 173, 175, 184, 192-193

### ***Arquivo Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis***

Páginas: 82, 126

### ***Fotos Sônia Vill***

Páginas: 03, 16, 20-21, 29, 34, 42-43, 44, 59, 50, 62-63, 65, 70-71, 74-75, 85, 90, 105, 106, 111, 114-115, 117(2), 120, 131, 134-135, 138, 144-145, 146-147, 153, 155, 160, 163, 165, 168, 169, 176, 179, 187, 188, 190, 198, 200, 201, 202, 204

# A seguridade social

## Seguridade social no mundo

Os mais distantes ancestrais do ser humano, na luta pela sobrevivência diária, não se importavam com o futuro. Precaver-se significava apenas cautela com os perigos iminentes: o ataque de uma fera, a agressão de outros homens, os riscos e ameaças da própria natureza.

Mesmo na Idade Antiga havia pouca preocupação com seguridade, pois o valor do homem estava baseado na coragem e valentia.

Na Idade Média, mesmo com a intensificação das trocas comerciais, a concentração urbana e o trabalho escravo e do artesão cedendo lugar às corporações de ofícios, à cooperação e organização do trabalho, ainda foram raras as corporações profissionais que criaram seguros sociais para seus membros. Os homens trabalhavam até morrer ou se tornarem inválidos. Quando perdiam a capacidade laboral, viam-se abandonados à própria sorte e, quase sempre, tendiam à mendicância.

A preocupação com a criação de regras de proteção social visando à reparação de danos aos indivíduos e a prestação de assistência aos necessitados surgiram após a Idade Média.

Pesquisadores encontraram em um contrato de seguro marítimo registros da existência de alguns institutos de mútua assistência em 1344. Entretanto, a participação efetiva do Estado com a seguridade social surgiu apenas em 1601, na Inglaterra, quando a Rainha Elizabeth criou a Lei dos Pobres (*Poor Relief Act*), o embrião do moderno Estado do Bem Estar Social. Essa lei, ao passo que concedia auxílio financeiro aos necessitados, obrigava os homens capazes a prestar serviços em asilos e albergues. As crianças tinham a obrigação de frequentar a escola e quem não trabalhava era açoitado, preso e poderia até ser condenado à morte. Os juizes da Comarca cobravam o “imposto de caridade”, pago por todos os ocupantes e usuários de terras, e nomeavam inspetores em cada paróquia para receber e aplicar o montante arrecadado.

O Estado Liberal, entretanto, criou um fosso separando a classe operária dos detentores dos meios de produção. Defendia a posição de que o Estado não devia assumir a tarefa de proteger os cidadãos diante do infortúnio ou risco individual. Para o liberalismo, cada cidadão deveria ser responsável por sua vida e por seu destino. Assim, a proteção aos trabalhadores existia apenas sob a forma de caridade, vista como questão moral, virtude do ser humano, não podendo o Estado obrigar os cidadãos a ajudar uns aos outros. O liberalismo defendia que, se uma pessoa não causou a pobreza de outra, não pode ser compelida a ajudá-la.

Tal posição tornou-se obstáculo intransponível até o final do século XIX, quando surgiu uma doutrina de solidariedade, que concedia algum direito aos pobres. A crise do capitalismo fez o Estado intervir, nascendo o Estado Social. Nessa época surgiu, de forma estruturada, a preocupação com a previdência.

O Estado Social buscou oferecer um mínimo de dignidade às classes trabalhadoras, estabelecendo regras nos contratos de trabalho. Ao lado da sociedade industrial, com uma

classe operária assalariada, nasceu o conceito de obrigação social, mais tarde denominado "seguridade social". Assim, os primeiros sistemas de previdência tiveram como base as condições de vida do trabalhador assalariado, que, na luta por melhores condições de trabalho, conquistou direitos como assistência social e previdência.

O seguro social ganhou força com Otto von Bismarck, estadista alemão conhecido como Chanceler de Ferro. Bismarck chegou ao parlamento alemão como oponente da democracia, e suas leis de seguro social tinham a intenção de manter a classe trabalhadora longe dos socialistas e colocar em xeque os sindicatos de comércio. Bismarck, todavia, editou três leis, que ficaram conhecidas como "seguro operário": contra a enfermidade, em 1883; contra acidentes, em 1884; e contra a velhice e a invalidez, em 1889. Era o aparecimento do que já se poderia chamar de "previdência social".

A Igreja Católica também manifestou sua solidariedade à questão social, de modo que o Papa Leão XIII, em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, mostrou-se preocupado com o bem-estar social, sugerindo a criação de um sistema de pecúlio ao trabalhador visando protegê-lo dos riscos sociais e da indigência.

Partindo do exemplo alemão, a seguridade social ganhou vulto e se espalhou pelo mundo. A França, em 1898, aprovou lei sobre acidentes de trabalho. A Inglaterra, em 1907, regulamentou regras de reparação de acidentes de trabalho e estabeleceu leis que tratavam da cobertura da invalidez, da doença e do desemprego. Essas leis tornaram a Inglaterra, à época, o país mais avançado em legislação previdenciária.

A Constituição do México, de 1917, foi a primeira a inserir normas a respeito de previdência, constituindo-se em marco na luta por direitos sociais. O Estado Liberal estava em crise e sobre seus escombros nascia o Estado Social.

Em 1919, os países signatários do Tratado de Versalhes – tratado de paz assinado por potências europeias para dar fim à Primeira Guerra Mundial – enfatizaram a necessidade do seguro social obrigatório.

A preocupação com a seguridade social, juntamente com os direitos humanos, culminou em 1919, com a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O mundo todo rendia homenagens aos programas de seguridade social: em 1927 foi criada a Associação Internacional de Seguridade Social, em Bruxelas; em 1935, os Estados Unidos aprovaram um conjunto de regras visando à geração de empregos e à construção de uma rede de previdência e saúde pública, chamado de *Social Security Act*. Em 1938 a Nova Zelândia inovou a seguridade social fundindo a assistência social e o seguro social; os ingleses, em 1946, aprovaram a reforma do sistema de proteção social, baseando-se no Plano Beveridge, formulado em 1942 por Lord William Beveridge, que transformou a previdência num sistema universal, de participação compulsória, abrangendo toda a população.

Nos Estados Unidos, o presidente Franklin Delano Roosevelt, preocupado com o crescente desemprego, adotou uma política que ficou conhecida como *New Deal*, visando propiciar melhores condições de vida à classe trabalhadora e redistribuir renda por meio da previdência social. Isso serviu para inspirar o chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

O mundo do seguro social frutificava em consequência da luta dos trabalhadores e da evolução dos direitos humanos. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos do Homem destacou o dever do Estado em atentar-se à seguridade social. O artigo 25 diz expressamente: "Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento,

*à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários; e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade".*

Hoje a previdência social é uma realidade e, ao mesmo tempo, uma preocupação global, num mundo que busca a valorização da vida e vê crescer enormemente o número de idosos.

Na França o governo enfrentou onda de protestos contra um projeto de reforma previdenciária. A Itália estuda mudanças no sistema previdenciário, alarmada com os altos custos da previdência. O Japão anunciou a inevitabilidade do aumento de impostos para cobrir os custos crescentes da previdência. Na América Latina a situação não é muito diferente.

A OIT realça, entretanto, que os sistemas de previdência social no mundo devem auxiliar na ampliação da segurança social e contribuir para a redução da indigência e da fome. Implica dizer que o mundo necessitará de recursos cada vez maiores para pagar benefícios previdenciários dignos.

## **Breve história da previdência no Brasil**

No Brasil, país marcado por desigualdades históricas, os direitos sociais foram desenvolvidos tardiamente.

A informação mais distante de preocupação com previdência e assistência data do período colonial. No século XVI os portugueses criaram e espalharam por todas as suas colônias ao redor do planeta as Santas Casas de Misericórdia, que prestavam socorro aos órfãos, aos idosos e aos doentes, fornecendo esmola e abrigo.

Em 1543, no litoral de São Paulo, o explorador português Brás Cubas criou a Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos para atender os marinheiros doentes que chegavam ao litoral brasileiro depois da penosa travessia do Atlântico. Muitas outras seriam construídas em todo o país. Sua atividade era basicamente assistencial. As instituições de aposentadoria e pensão, mais próximas aos nossos atuais fundos de pensão, só viriam a aparecer muito mais tarde, no período imperial, sob a forma de sociedades de socorro mútuo, os montepios.

Em 1795 D. João VI autorizou a criação de um Plano de Benefícios para os Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha. Seguiu-se a esse um decreto, em 1821, concedendo aposentadoria aos mestres e professores após 30 anos de serviço; em seguida, criou-se o Montepio do Exército, em 1827, e o Montepio dos Servidores do Estado, em 1835. Mas foi somente no final do Império que algumas medidas legislativas começaram a ser tomadas para proporcionar aos empregados públicos alguma proteção. Em 1888 foi criada a Caixa de Socorro aos Trabalhadores das Estradas de Ferro; em 1889, o Montepio dos Empregados do Correio e a Caixa de Pensão dos Operários da Imprensa Nacional; em 1890, o Montepio Obrigatório dos Empregados do Ministério da Fazenda. A Constituição Republicana de 1891 previu a aposentadoria por invalidez aos servidores públicos. Inspirada em um liberalismo conservador, declarava não ser dever do Estado tanto a educação primária quanto a assistência social.

## **Solidariedade em tempos de varíola**

No ano de 1904 a cidade do Rio de Janeiro foi palco da "Revolta da Vacina". De um lado o sanitarista Oswaldo Cruz, com sua arma letal, a ciência. De outro, milhares de mosquitos inimigos atacando e transmitindo a varíola em cariocas que esperavam mais do século XX.

Acontece que, entre o exército “mata-mosquitos” comandado por Oswaldo Cruz e os vilões alados, havia um povo a ser vacinado. A guerra começou quando este povo rebelou-se com os métodos “não democráticos” do sanitarista. Mesmo sob argumento da razão científica, ninguém aceitava que brigadistas invadissem suas casas armados com injeções e determinados a consumir o ato, independentemente de consentimento. A guerra civil que se instalou não deveu nada às revoluções de Paris: barricadas nas ruas, bondes depredados e incendiados, lojas saqueadas, mortos, feridos, presos e deportados. O tempo e os números trataram de absolver Oswaldo Cruz. Naquele ano de inoculação forçada, foram registrados 39 casos de varíola, contra 600 do ano anterior.

Mas o ano de 1904 no Rio de Janeiro não foi apenas palco de lutas de gentes e mosquitos. No dia 19 de abril 52 funcionários do Banco do Brasil se reuniram para fazer outra história: criaram a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil (Capre), para *“garantir o pagamento de uma pensão mensal ao herdeiro do empregado que do Montepio fizer parte, na forma estabelecida pelos estatutos”*. Em 1937 a Caixa de Montepio foi rebatizada de Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e em 1967 foi criada a Previ, para melhorar os serviços prestados. Os 52 cariocas, sem saberem, foram protagonistas da primeira entidade brasileira a oferecer benefícios típicos de previdência complementar, a qual iria transformar-se no maior fundo de pensão da América Latina.

## **Surgem as Caixas de Pensões, os Institutos e o INPS**

No início do século XX, em 1912, criaram-se as Caixas de Pensões e Empréstimo para o Pessoal das Capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro e, em 1917, a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os Operários da Casa da Moeda. Entretanto, apenas os empregados das empresas públicas eram destinatários desses benefícios.

Somente no ano de 1923 os empregados de empresas privadas tiveram benefícios dessa natureza, com a promulgação de um Decreto Legislativo, conhecido como Lei Eloy Chaves. Esse dispositivo legal previa vários benefícios, tais como assistência médica, aposentadoria por tempo de serviço, por idade avançada, por invalidez e pensão a seus dependentes. No mesmo ano de 1923 foi criada a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, assegurando aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez e pensão, subvenção de funerais e assistência médica, e era financiada de forma tripartite: governo, patrões e empregados. Era administrada por particulares, sem interferência do governo, e organizada por empresa. Em 1926 nova lei concedeu o regime de amparo aos empregados de empresas de navegação marítima e fluvial, bem como aos portuários. Os benefícios eram custeados mediante contribuição dos trabalhadores, das empresas e do Estado.

O projeto do deputado paulista Eloy Chaves, que estabeleceu a forma de criação e funcionamento das Caixas e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, surgiu com o processo de industrialização do Brasil, quando uma classe operária crescente começou a lutar por melhores condições de trabalho. Trabalhadores e familiares passaram a ter direito a assistência médica, remédios subsidiados, aposentadoria e pensões.

O cuidado com a assistência aos trabalhadores insere-se num contexto político que foi caracterizado pela ruptura com o liberalismo da República Velha, quando não existiam preocupações sociais e o operariado era incipiente. A nova massa de trabalhadores urbanos, que se ampliou significativamente nos anos 20 e 30, passou a fazer reivindicações, e o Estado precisava tomar medidas para evitar agitações e mobilizações.

Nos anos 30 o governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, com atribuições de previdência social. Em 1933 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), considerado o primeiro instituto de previdência de âmbito nacional com base na atividade genérica da Empresa. Na sequência foram criados outros grandes institutos nacionais de previdência, como o IAPC, dos comerciários; o IAPETEC, dos trabalhadores em transporte de carga; o IAPI, dos industriários; e o IAPB, dos bancários. Eles amparavam não apenas os servidores de uma só empresa, mas os assalariados de determinada categoria profissional de todo o território nacional. Nesse período surgiu a expressão “seguridade social”, como uma concepção de seguro social que procurava abranger toda a população na luta contra a miséria e as necessidades.

Em 1945 houve no Brasil a tentativa de uma profunda reforma no sistema de previdência social, com a criação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, o qual previa a unificação dos vários institutos. Tal tentativa foi frustrada com a deposição do Presidente Getúlio Vargas no final do ano de 1945. Na Constituição de 1946 há um capítulo versando sobre direitos sociais e, pela primeira vez, se utilizou no Brasil a expressão “previdência social”.

A uniformização administrativa do plano único de benefícios para os diversos institutos operou-se em 1960, com a denominada Lei Orgânica da Previdência Social, que proporcionou unidade de tratamento para os segurados e dependentes, embora não tenha unificado os organismos gestores, nem assegurado proteção a toda a população, pois se mantiveram excluídos os domésticos e os trabalhadores rurais. Estes viriam a ser contemplados pela Previdência Social apenas em 1971, com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, enquanto os empregados domésticos só foram incluídos no final de 1972.

As Caixas de Aposentadoria e Pensões e os Institutos de Aposentadoria e Pensões tiveram vida longa. Apenas em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), as CAPs e os IAPs foram agrupados na recém-criada entidade nacional.

Em 1974 houve novo impulso à previdência com o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, criando-se o Ministério da Previdência e Assistência Social. Em seguida evoluiu a legislação previdenciária com a Consolidação das Leis da Previdência Social.

Em 1990 o INPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) fundiram-se num só: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## **Estrutura da seguridade social no Brasil**

A ampliação do conceito de seguridade social no Brasil surgiu com a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que definiu seguridade social no art. 194 como “*um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*”. Portanto, foram estabelecidas duas formas de combate aos problemas sociais brasileiros: o assistencial e o previdenciário. A associação dessas duas concepções, seguro e assistência, é a grande novidade proposta pelos constituintes.

### ***Assistência social***

Garante o atendimento das necessidades básicas, independentemente de contribuição à seguridade social. Todo brasileiro que se encontre sem condições de suprir o sustento têm direito à assistência social, com atenção especial à proteção à família, à

maternidade, à infância e adolescência, à pessoa portadora de deficiência e à velhice. Os bens oferecidos são pequenos benefícios em dinheiro, assistência à saúde, fornecimento de alimentos e outras pequenas prestações, complementando e ampliando os serviços da Previdência Social.

A garantia de um salário mínimo mensal aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovarem não ter meios de prover a subsistência ou de obtê-la através da família e o Programa Bolsa Família são dois exemplos de assistência social.

### ***Previdência social***

Com relação à previdência, o sistema nacional é composto de três regimes: o Regime Geral de Previdência Social, os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos e o Regime de Previdência Complementar.

A previdência social, administrada pelo INSS, atua na iniciativa privada e é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória. De acordo com a legislação, art. 201 da Constituição, tem por finalidade propiciar os meios indispensáveis à subsistência das pessoas com: cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade; proteção ao trabalhador em relação ao desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes e segurados de baixa renda; e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiros e dependentes.

A relevância da previdência social na mitigação das desigualdades entre os brasileiros é constatada em estudos que comprovam que, na ausência dos benefícios da Previdência Social, a pobreza passaria de 6,6% para 56,8% entre as idosas e de 9,2% para 55,5% entre os idosos.

### ***Previdência complementar***

Embora já existisse um número significativo de fundações que, como a Celos, foram criadas a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, somente em 1977, com a Lei nº 6.435, a previdência privada passou a existir formalmente no país, passando a ser regulamentada e controlada pelo Estado.

O modelo adotado, inspirado na experiência americana, visava também à criação de uma poupança previdenciária para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Nessa época os investimentos em infraestrutura eram realizados por empresas públicas e de economia mista, que criavam fundos de complementação de aposentadoria para atrair e manter seus empregados. O Decreto Presidencial nº 81.240, de 1978, regulamentou a lei, instituindo um órgão normativo, o Conselho de Previdência Complementar, e um órgão executivo, a Secretaria de Previdência Complementar, ambos no Ministério da Previdência e Assistência Social.

A reforma da seguridade social, através da Emenda Constitucional nº 20, introduziu profundas alterações no sistema previdenciário brasileiro. Em 30 de maio de 2001 as Leis Complementares nº 108 e 109 constituíram-se em divisor de águas para a previdência complementar. A governança corporativa foi valorizada, propiciando maior transparência às fundações, com participação paritária de representantes das patrocinadoras e de ativos e assistidos nos conselhos.

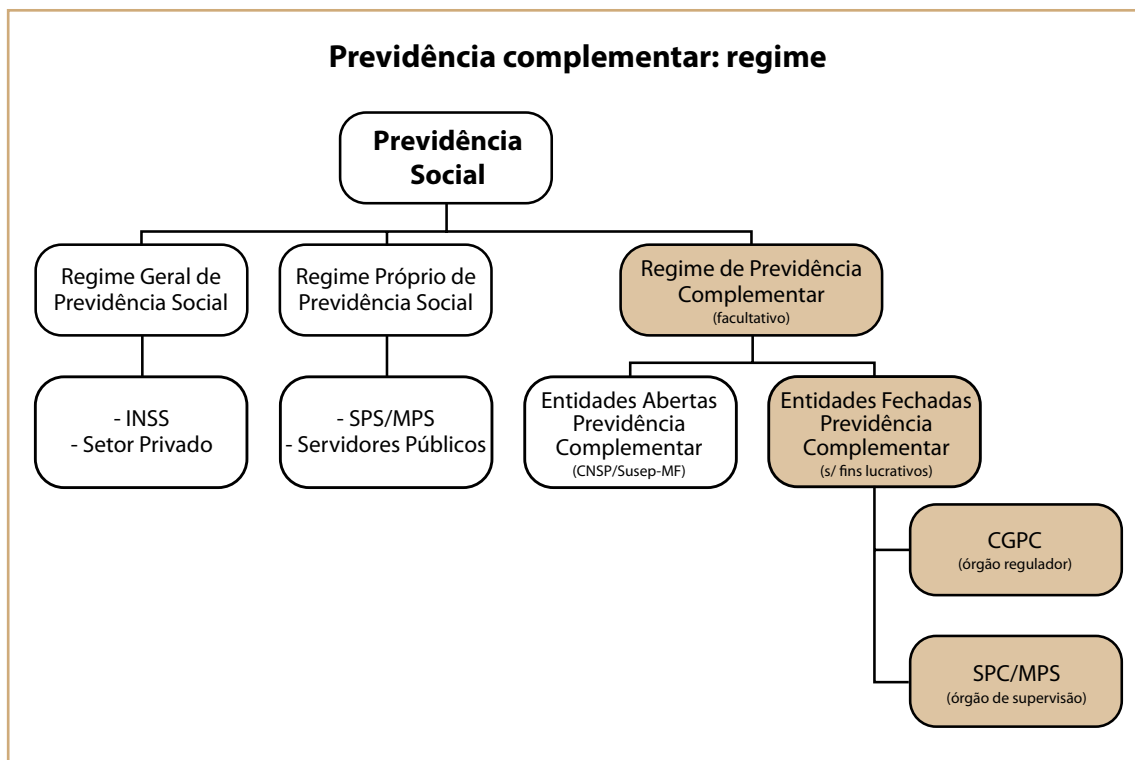
A Lei nº 109 facultou a criação de fundos de pensão aos membros de pessoa jurídica de caráter profissional, por meio de suas entidades representativas, denominadas "instituído-

ras". A fiscalização ficou por conta da Secretaria de Previdência Complementar, e a regulação, pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, órgão colegiado integrado por representantes do governo, participantes e patrocinadoras.

O Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos são obrigatórios e operados por entidades públicas. Por outro lado, o regime da Previdência Complementar, ou previdência privada, é facultativo e administrado por entidades fechadas ou abertas. Este regime foi criado para complementar os benefícios da Previdência Social, ou para quem está fora do mercado formal de trabalho e deseja adquirir uma aposentadoria.

As Entidades Abertas de Previdência Complementar, seguindo o diagrama ilustrativo a seguir, são constituídas na forma de sociedades anônimas com fins lucrativos e estão disponíveis a todas as pessoas que contribuírem. O órgão fiscalizador é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), ligada ao Ministério da Fazenda.

Por sua vez, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, os chamados Fundos de Pensão, sem fins lucrativos, são acessíveis aos trabalhadores de empresas privadas ou de economia mista, através de seus empregadores ou "patrocinadores".



Fonte: Secretaria de Previdência Complementar SPC/MPS

O sistema de Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Brasil é o oitavo do mundo, com 275 entidades. De acordo com dados consolidados em dezembro de 2008, os investimentos dos fundos de pensão chegavam a quase 420 bilhões de reais, com 655.059 assistidos e 2.214.714 ativos, num total de 4.422.625 dependentes.



Entre os países considerados de economia emergente, agrupados sob a sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é o que apresenta o sistema privado de previdência mais desenvolvido, com ativos equivalentes a 17% do PIB, contra 2% na Rússia, 5% na Índia e 1% na China.

## ***Celos***

Em dezembro de 2008 a Celos ocupava o 33º lugar entre os fundos de pensão do país, com um patrimônio de R\$ 1.966.171,00, possuindo 3.894 assistidos, 4.426 participantes ativos e cerca de 12.000 dependentes.

## ***Fundos de pensão***

A legislação determina que todo fundo de pensão deva elaborar e seguir três documentos básicos: o Estatuto, o Regulamento e o Convênio de Adesão.

O Estatuto regulamenta e estabelece a estrutura administrativa de gestão e deliberação, a natureza e forma de aplicação dos recursos, caracterizando os patrocinadores, participantes e beneficiários.

O Regulamento estabelece os direitos e deveres das partes envolvidas, assim como as regras dos planos de benefícios e critérios para a concessão destes e formas de custeio.

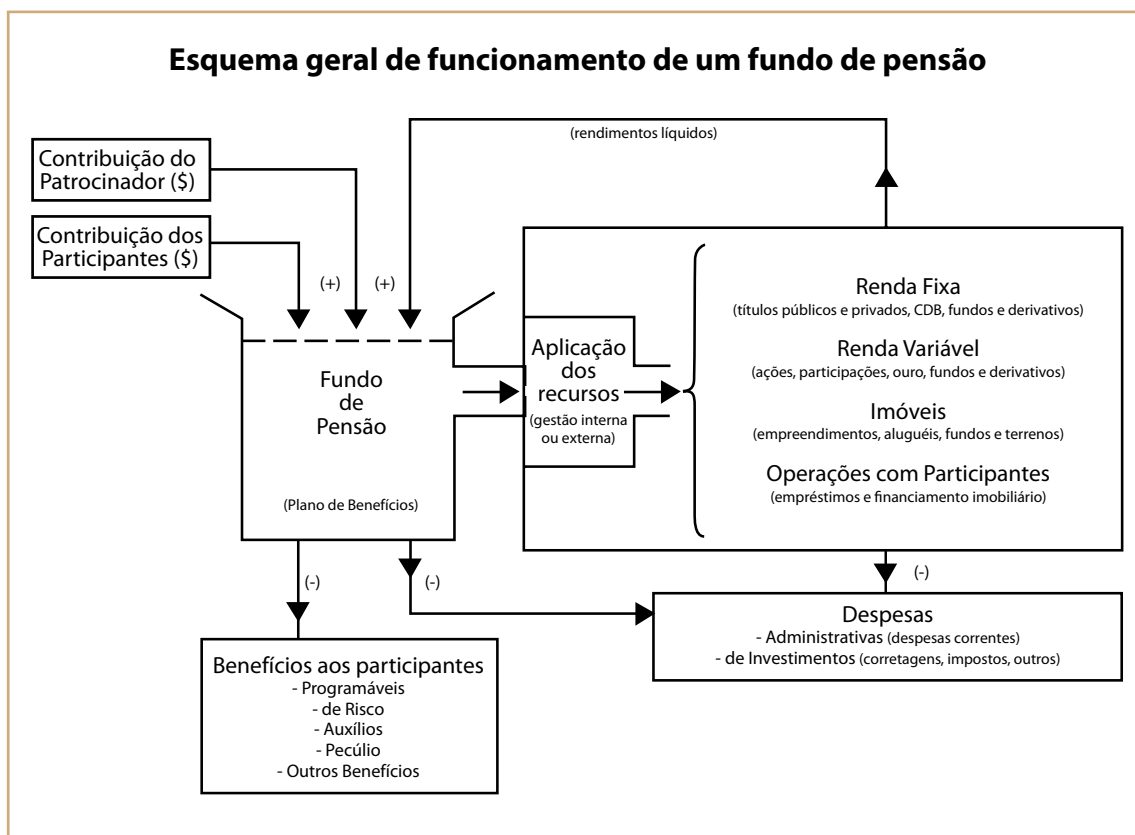
O Convênio de Adesão determina as condições de adesão do patrocinador de um plano de benefícios a ser celebrado com o fundo de pensão.

A figura a seguir mostra esquematicamente o funcionamento de um fundo de pensão. As contribuições financeiras dos participantes e dos patrocinadores são investidas em renda fixa, renda variável (ações), imóveis e empréstimo aos participantes, de acordo com a legislação que regula os investidores institucionais. Com os rendimentos obtidos, formam-se as reservas atuariais para o pagamento dos benefícios previdenciários estipulados.

Todo plano de benefícios possui um custo que depende: do risco atuarial assumido, ou seja, da sobrevivência do aposentado, morte, invalidez e desemprego do participante; do bom gerenciamento dos riscos; do desempenho da carteira de investimentos; da administração dos riscos financeiros; e dos custos administrativos.

Tendo em vista a transparência da entidade fechada de previdência complementar, anualmente são elaboradas e divulgadas junto aos órgãos fiscalizadores, participantes e assistidos as demonstrações financeiras e contábeis, contendo o parecer do atuário e a política de investimentos.

Apesar de regidos por normas jurídicas de direito privado, os fundos de pensão não perdem seu caráter e relevância social, fornecendo aos participantes benefícios complementares aos regimes públicos de previdência social, e, por esse motivo, estão incluídos no Sistema Nacional de Segurança Social.



Fonte: Secretaria de Previdência Complementar SPC/MPS

# *Nominata de Diretores e Conselheiros*

## **Diretoria Executiva**

### ***Presidentes***

Dijalma Martins (1987-1990; 1995-1999)  
Gerson Wanderley Leal (1999-2002)  
Hélio Darcy Breda (1980-1984)  
Hélio Mündell de Lacerda (1985-1986)  
Luiz Gomes (1974)  
Milton de Queiroz Garcia (2008)  
Oswaldo Camilli (1975)  
Paulo Roberto de Miranda Gomes (1991-1994)  
Remi Goulart (2007)  
Ricardo Moritz (2003-2007)  
Roberto Mündell de Lacerda (1976-1980)

### ***Diretores***

Ademar Rogério Albino (1976-1986; 1995-1999)  
Carlos César Moritz (1987-1990)  
Dionísio Albino Badin (1991-1994)  
Eddie Campos (1981-1982)  
Evêncio Elyas Filho (1999-2002)  
Gerson Wanderley Leal (1991-1994)  
Hélio Mündell de Lacerda (1983-1984)  
Hércules Abdalla (1985-1990)  
João Carlos Espíndula da Silva (1995-1999)  
José Nascimento (1999-2002)  
Persi Adão Hahn (1975-1980)  
Remi Goulart (1974; 2003-2008)  
Rosa Bella Cruz Chaves (1974-1975)  
Sary Reny Köche Alves (2003-2008)

## **Conselho de Curadores / Conselho Deliberativo**

Adelar Colussi (1987-1991)  
Ademir Carlos Alves (1991-1995)  
Ademir Zanella (2008)  
Adriano Lima Medeiros (2006-2008)  
Aguinaldo Chilomer (1991-1995)  
Alaécio Amorim (2000-2005)  
Alberto Augusto Werdine Salomon (1974)  
Alberto Kobs (1981-1986)  
Aldo Rosa (1978-1985)  
Alfredo Campos (1974-1977)  
Alsione Gomes de Oliveira (1974-1983; 1986)  
Amilca Colombo (2008)  
Anélia Buss (2000-2003)  
Ângelo Tadeu Medeiros (1997-2000)  
Antônio dos Santos (1989-1993)  
Aramis Luiz de Novaes (1991-2000)  
Asteróide Santos da Silva (1989-1993;  
1997-2001)  
Benhour de Castro Romariz Filho (1992-1996)  
Benoni Prudêncio da Silva Filho (1997-1999)  
Carlos Alberto Leal (1995-2005)  
Carlos César Moritz (1975-1986)  
Carlos Henrique Ramos Fonseca (1992-1996)  
Carlos Zenisch Ramos (1974; 1976-1983)  
Cláudio Arruda Ramos (1983-1986)  
Clênio José Braganholo (1995-2008)  
Décio Moritz (1995-1997)  
Dietran Budag (1991-1994)

- Dilson Dionysio de Freitas (1989-1991; 1993-1997)
- Dionisio Albino Badin (1978-1982)
- Djalma Jansen (1983-1986)
- Edalício Cruz dos Anjos (1995-1996)
- Eddie Campos (1974-1977)
- Édio Valentim da Silva (1989-1993)
- Edite Valle (2008)
- Evêncio Elyas Filho (1975-1980; 1991-1999)
- Everton Feiber (2000-2002)
- Francisco de Assis Koneski Filho (1980-1986)
- Geraldo Búrigo de Carvalho (1987-1990)
- Geraldo Prus (2006-2008)
- Gerson da Silva Bittencourt (2004-2007)
- Gerson Wanderley Leal (1981)
- Gilberto Onesino de Farias (2006-2008)
- Hamilton Antonio Rossin (1984)
- Heinz Lippel (1974-1980)
- Heitor Canuto Indalêncio (1974-1976)
- Helenice Oliveira Zattar (1995-1999)
- Hélio Darcy Breda (1974-1978)
- Hélio Mündel de Lacerda (1974-1982)
- Hélio Piazzaroli (1974-1980)
- Hercílio Fernandes Neto (1987-1991)
- Hérico Jorge Haviaras (1975-1977)
- Herminio Capela Vieira (2000-2003)
- Hernani José Pamplona (1987-1991)
- Iegle Gehlen Canali (1983-1992)
- Ilena Clarice Thomé Schmidt (1993-1997)
- Isaltino Pedron (1993-1997)
- Isidro Domiêncio Pinheiro (1989-1990)
- Jaime da Mota Correa (1984-1986)
- Joacir Jovino da Silveira (2008)
- João Batista Fernandes (1997-1999)
- João Bosco de Castro Oliveira (1985-1986)
- João Henrique da Silva (2008)
- João Medeiros de Santiago (1996-2000; 2004-2007)
- João Otomar Petry (1991-1995; 2000-2007)
- João Paulo de Souza (1981-1988; 1991-2000; 2008)
- João Sartor (1995-1999)
- Joaquim Coelho Lemos (1981-1986)
- José Alexandre Gomes (1975-1982; 1998-2002)
- José Cláudio Goetze (1983-1986)
- José Klafke (2000-2008)
- José Murillo da Serra Costa Filho (1991-1992)
- José Nascimento (1974-1986; 1991-1992)
- Júlio César Gonçalves Corrêa (1992-1996)
- Juracy Ismael Dalfovo (1982-1988)
- Leandro José Martins (1977-1982)
- Luciano Peixoto Portella (2006-2007)
- Lúcio Roberto Lopes da Costa (1987-1991)
- Lúcio Tadeu Prazeres (1987-1991)
- Luiz Bráz da Silva (1987-1991)
- Luiz Carlos de Freitas (1983-1986)
- Luiz de Freitas Melro Neto (2005)
- Luiz Fernando Lima Beltrão (1982-1988)
- Luiz Renato Zimmermann (1974-1976; 1984-1987; 1990-1992)
- Luize Charlotte Werhmann Valente (1974)
- Manoel Porto do Lago (2000-2005)
- Marcial Martins Veiga (2005)
- Maria Aparecida Duarte (1997-2000)
- Maria Catarina Martins (2001-2005)
- Maria Marlene Waterkemper Faraco (1995-1999)
- Marilda Jardim da Silva (1974-1986)
- Marilise Krueger da Silva (1987-1992)
- Mário César Rubik (1989-1992)
- Mário Edmundo Jardim Lobo (2004-2007)
- Mário Hennings (1990)
- Mário Vieira Filho (1987-1991)
- Maurílio Pereira dos Santos (1996-1997)
- Mauro César da Silva Goulart (1983-1986)
- Max Bayer Gomes (1991-1996)
- Milan Milasch (1974)
- Milton de Queiroz Garcia (2006-2007)

- Míriam Moema Borges Gentil (1997-1999)  
 Nagib Farias (1975)  
 Nery Jacomel (1987-1991)  
 Nestor Francisco Cardozo Júnior (1995-1999)  
 Newton Antunes Torres (1996)  
 Nicomedes Pedro Martins (1996-2000)  
 Nilo Daurio Bunn (1974-1981)  
 Nilo Momm (1991-1995)  
 Nilson Custódio da Luz (1978-1986)  
 Norberto Dadalt (1997-2000)  
 Norberto Hoppe (1987-1990)  
 Norma Beatriz Camisão Schwinden (1993-1997)  
 Odilon João da Silva (1987-1989)  
 Onildo Gern (1974-1983; 1991-1993)  
 Oscar Pereira (1977-1982)  
 Osmar Luiz Ubialli (1987-1991)  
 Osmar Soares (1998-2005)  
 Osny Scheidt (1974-1980)  
 Osvaldo Camilli (1974; 1976-1980)  
 Paulo de Albuquerque Sá Brito (1997-1999)  
 Paulo Roberto Anderson (1992-1996)  
 Pedro César Krieger (1995-1999)  
 Pedro Inácio Bornhausen (2000-2005)  
 Pedro Poroski (1996-1998)  
 Remi Goulart (1975-1977)  
 Renato Menezes de Melo (1995-1997)  
 Ricardo Moritz (1995)  
 Roberto Cesar da Costa (2008)  
 Roberto Dorval Quadros (1982-1986)  
 Roberto Mündell de Lacerda (1974-1975)  
 Rolf Dieter Baumgarten (1978-1986)  
 Rolf Laske (1974-1980)  
 Ronaldo Jardim da Silva (2000-2002)  
 Sandro Luís Vieira (2004-2006)  
 Saulo José de Souza (1987-1991)  
 Sebastião Berlinck Brito (1974-1981)  
 Sérgio Francisco Alves (2000-2004)  
 Sérgio Moraes de Córdova (1991-1995)  
 Silvio Dorini (1987-1991)  
 Sindal Pereira Rodrigues Pinto (1995-1999)  
 Teresa Maria Bugmann Ramos (1991-1995)  
 Túlio Rodrigues Martins (1974)  
 Udo Deeke (1974-1977)  
 Valsonir Zilli (1978-1986)  
 Vilson Grifante (1987-1992)  
 Waldemar Debiasi (1991-1992)  
 Waldir Assis Kretzer Filho (2005-2007)  
 Walmor Michelin (1981-1988)  
 Warnel Cruz de Souza (1992-1996)  
 Wilson José Marcinko (1991-1996)

## Conselho Fiscal

- Adalberto José de Campos Filho (1998)  
 Adílio do Nascimento Filho (2008)  
 Antônio José Linhares (1999; 2005-2008)  
 Áureo Malinverni (1998-1999)  
 Caramuru Pereira de Souza (1987-1994)  
 Clailde Vanzerla (2000)  
 Cláudio Romanzini (2003-2007)  
 Danilo Silvio Aurich (1974)  
 Débora Simoni Ramlow  
 Dilton Manoel Pereira (1995-1997)  
 Edelson Naschenweng (1984; 1987)  
 Édio Linhares (1988-1989)  
 Elton Pinheiro (2003-2007)  
 Fábio Lacerda (1997)  
 Francisco Barreto da Silva (2007-2008)  
 Gilberto Pedro Kunz (1994)  
 Hércules Abdalla (1984)  
 Hernani José Pamplona (1982-1983; 2007-2008)  
 Iliane Caparelli (2000-2002)  
 Jair Fernandes da Silva (2007-2008)  
 Jair Maurino Fonseca (2007-2008)  
 João Henrique da Silva (2005-2007)

João Telbas de Oliveira Santos (2002-2003)	Nicolau Inácio de Abreu (2003-2005)
Jorge Abouhaten (2003-2005)	Nilso Antonio Brandalise (1988-1993)
Jorge Washington Petry (1974; 1979-1986; 2006)	Onório Lauri Schaeffer (1989-1990)
José Acúrcio Goulart (1982-1984)	Oswaldo Gern (1992-1994)
José Braulino Stahelin (1998-1999; 2005-2008)	Paulo Carlesso (2001-2007)
Leandro José Martins (1983-1988; 2006)	Paulo Sebastião Pauli (2000)
Luciano Peixoto Portella (2003-2005)	Rubens Otávio Viana (1995-1996)
Lúcio Freitas da Silva (1974-1977)	Túlio Rodrigues Martins (1983-1986)
Luiz Renato Zimmermann (1978-1981)	Valmor Scoz (1985-1989; 1991; 2001; 2006)
Manoel da Luz Fontes (1974-1981)	Victor Fernando Sasse (1974)
Miguel Hermínio Daux (1974-1978)	Vilmar de Oliveira Godoy (1995-1997)
Nazareno Batista da Silva Santos (1988-1989; 2003-2007)	Waldi Dresch (1974)

## **Luiz Cézare Vieira**

Engenheiro com mestrado em Engenharia de Produção. Foi Diretor de Imprensa do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e membro eleito pelos empregados, por dois mandatos, para o Conselho de Administração da Celesc. Publicou, em 2001, o livro *Democracia Representativa na Celesc*. Participou de diversas antologias como poeta e contista, além de publicar dezenas de artigos sobre gestão na imprensa catarinense. Autodidata, boa parcela do tempo de aposentado é devotada ao estudo de sociologia e filosofia, conhecimentos aos quais tributa especial paixão.

## **Paulo Sá Brito**

Trabalhou como engenheiro na Celesc por vinte anos. Esteve na presidência da Associação de Profissionais da Celesc por três mandatos. Foi membro eleito pelos empregados para o Conselho de Curadores da Celos e também para o Conselho de Administração da Celesc. Publicou dois romances: *Altina*, 1994 e *Como quem risca a pedra*, 2004. Participou da antologia de crônicas *300 e tantas Histórias de Curitiba*. Aposentou-se em 2002 e, desde então, passou a fruir com mais intensidade dois prazeres: a literatura e as corridas de rua.

**Luiz Cézare Vieira** e **Paulo Sá Brito** publicaram, em parceria, dois livros: em 2005, as crônicas *Rádio Peão* e, em 2007, o trabalho intitulado *Governança Corporativa: a experiência dos empregados da Celesc*.

